

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**Dissertação**

**Memórias e discursos históricos: o processo de patrimonialização da Serra da Barriga -  
Alagoas (1986-2017)**

**Rayanne Matias Villarinho**

Pelotas, 2021

Rayanne Matias Villarinho

**Memórias e discursos históricos: o processo de patrimonialização da Serra da Barriga - Alagoas (1986-2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Dra. Ana María Sosa González

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

V722m Villarinho, Rayanne Matias

Memórias e discursos históricos : o processo de  
patrimonialização da Serra da Barriga (1986-2017) /  
Rayanne Matias Villarinho ; Ana María Sosa González,  
orientadora. — Pelotas, 2021.

178 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-  
Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas,  
Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. História. 2. Memória. 3. Narrativas. 4. Patrimônio  
cultural. 5. Serra da Barriga. I. González, Ana María Sosa,  
orient. II. Título.

CDD : 981.35

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Rayanne Matias Villarinho

**Memórias e discursos históricos: o processo de patrimonialização da Serra da Barriga - Alagoas (1986-2017)**

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

**Data da defesa:** 02 de março de 2021

**Banca examinadora:**

Prof. Dr<sup>a</sup>. Ana María Sosa González (Orientadora)  
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS);

Prof. Dr<sup>a</sup>. Lorena Almeida Gill  
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS);

Prof. Dr<sup>a</sup>. Rosa Lucia Lima da Silva Correia  
Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA);

Prof. Dr<sup>a</sup>. Rita Juliana Soares Poloni  
Doutora em História da Arqueologia pela Universidade do Algarve (UAIg).

## **Agradecimentos**

A realização deste trabalho com certeza não seria possível sem a ajuda, apoio e a confiança de muitas pessoas.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Dra. Ana María Sosa González. Quando ingressei no mestrado, não imaginei que o destino se responsabilizaria em me presentear com a melhor professora possível para dividir esta pesquisa. Lembro-me do momento da entrevista, uma das etapas do processo seletivo, que foi o dia que a conheci e soube que seria minha orientadora. Desde o início, sua paciência, companheirismo e exigência estiveram sempre presentes. Jamais cogitei que teria sua companhia inclusive para executar a pesquisa de campo, tudo isso foram fatores que transformaram minha trajetória como pesquisadora. Gratidão eterna por tê-la conhecido e hoje, a ter como uma amiga.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH - UFPel) juntamente as disciplinas que fundamentaram meus estudos, e respectivamente seus professores ministrantes. Aqui em especial cito a professora Dra. Lorena Almeida Gill, que contribuiu intensamente aos meus entendimentos acerca da memória e construção de narrativas e também integrou minha banca de qualificação com apontamentos e sugestões extremamente importantes para lapidar e enriquecer minha pesquisa. Da mesma forma, agradeço ao Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel (PPGMP - UFPel) e ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH - UFRGS), onde pude cursar disciplinas muito importantes como aluna especial.

Agradeço à professora Dra. Rosa Lucia Correia, que gentilmente respondeu ao meu contato e tornou-se uma das pessoas imprescindíveis, tanto por ampliar o meu conhecimento sobre a Serra da Barriga em virtude da sua tese de Doutorado, como pelo fato que ela possibilitou que minha atividade de pesquisa de campo em Alagoas superasse todas as minhas expectativas. Gratidão aos conselhos, conversas, indicação de materiais e recomendações pertinentes para que eu pudesse aprimorar minha pesquisa.

Agradeço à Helcias Pereira, homem de coração gigante e sorriso estampado, que me depositou sua confiança e edificou uma rede de contatos e atividades que considero como “divisor de águas” da minha pesquisa. Lembro quando chegamos ao topo da Serra da Barriga, meus olhos se encheram de lágrimas e ele perguntou se eu estava feliz. Certamente, foi um dos dias mais importantes da minha vida. Sou eternamente grata, pois esse trabalho não seria o mesmo sem ele.

Agradeço a Deus e a minha família; em especial minha mãe, Elizete e minha irmã, Raynara, pelas pessoas maravilhosas que são na minha vida, sempre apoiaram meus sonhos, me motivaram, acreditaram no meu potencial e nunca desmereceram minhas escolhas; aqui, também declaro meu agradecimento à pessoa que me ensinou a escrever as vogais e o meu nome: minha avó materna, Lurdes. Analfabeta, viúva e moradora da periferia carioca. Por sua causa, o ingresso como primeira neta em uma pós-graduação significa infinitamente muito mais do que uma pesquisa.

Agradeço ao meu namorado, Pedro, por tanto. Pelo apoio à minha trajetória acadêmica, por ter atravessado o Brasil para me acompanhar atividade de pesquisa de campo. Pela compreensão e paciência nos dias que precisei me ausentar. Pelos tantos café e chimarrão. Pelo suporte emocional e pelas motivações. E por todo amor que sempre demonstrou.

Agradeço a todos que participaram da minha pesquisa contribuindo com suas experiências, histórias e narrativas e tornaram o meu trabalho algo tão único e especial.

Por fim, agradeço aos meus amigos e colegas, tanto aos que já faziam parte da minha vida como aos mais recentes. Vocês tornam a vida mais leve e apreciada. Obrigada.

“A História articula o silêncio diante da finitude e dá sentido à experiência...” Paul Ricoeur (2003).

## Resumo

VILLARINHO, Rayanne Matias. **Memórias e discursos históricos: o processo de patrimonialização da Serra da Barriga - Alagoas (1986-2017)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. 2021.

Esta pesquisa trata do processo de patrimonialização da Serra da Barriga, em União dos Palmares no estado de Alagoas, que no passado sediou o maior assentamento de escravizados das Américas, conhecido como Quilombo dos Palmares. Dessa forma, tornou-se um solo sagrado simbólico-cultural que representa a luta destes povos que foram escravizados. A partir das mobilizações do Movimento Negro na década de 1970 e com a Constituição Federal de 1988, a Serra da Barriga foi declarada Monumento Nacional. Já em novembro de 2017, mês da Consciência Negra, foi adicionada à lista de Patrimônio Cultural do Mercosul. Este reconhecimento apresentou-se como importante avanço na contribuição do fortalecimento da diversidade cultural brasileira. No entanto, dessa mudança de status de patrimônio nacional para regional, busca-se investigar como os usos e discursos históricos em torno da Serra da Barriga a validam enquanto bem patrimonial, considerando que o espaço envolve diferentes atores, logo, diferentes memórias e (re)apropriações deste passado histórico. A investigação se fundamenta a partir da coleta e construção de fontes orais, sob o manejo da História Oral, que possibilita analisar as distintas narrativas sobre a Serra da Barriga, juntamente às observações da atividade de campo, que tornou possível compreender a existência de uma pluralidade de memórias que sustentam a Serra da Barriga como patrimônio, questões fundamentais, pois nem todas as vozes se encontram nos documentos oficiais.

**Palavras-chave:** História e Memória; narrativas; patrimônio cultural; Serra da Barriga.

## Abstract

VILLARINHO, Rayanne Matias. **Memories and historical discourses: the patrimonialization of Serra da Barriga (1986-2017)**. Master's Degree (History) Post-Graduation Program in History, Philosophy and Human Sciences Institute. Universidade Federal de Pelotas. 2021.

This research deals with the patrimonialization of Serra da Barriga, in União dos Palmares, state of Alagoas, which in the past hosted the largest slave settlement of America, known as Quilombo dos Palmares. In this way, it became a symbolic-cultural sacred ground that represents the struggle of these people who were enslaved. From the mobilizations of Black Movement in the 1970s and with the Constitution of the Federative Republic of Brazil (1988), Serra da Barriga was declared a National Monument. In november 2017, Black Consciousness month, it was added to the list of Mercosur Cultural Heritage. This recognition was presented as an important advance in contributing to the strengthening of Brazilian Cultural diversity. This change in status from national to regional heritage seeks to investigate how the historical uses and discourses around Serra da Barriga validate it as a heritage, considering that the space involves different actores, therefore, different memories and (re)appropriations of this historical past. Thus, this investigation is based on the collection and construction of oral sources, under the management of Oral History, which makes it possible to analyze the different narratives about Serra da Barriga, together with the observations of field research activity, which made it possible to understand the existence of a plurality of memories that support Serra da Barriga as heritage, fundamental issues because not all voices are found in official documents.

**Keywords:** History and Memory; narratives, cultural heritage; Serra da Barriga.

## Lista de figuras:

Figura 1 - Localização da Serra da Barriga.....	18
Figura 2 - Principais povoados em Palmares.....	43
Figura 3 - A Libertação dos Escravos - Pedro Américo (1889).....	58
Figura 4 - Atalaia no Parque Memorial Quilombo dos Palmares.....	95
Figura 5 - Ojá no Parque Memorial Quilombo dos Palmares.....	96
Figura 6 - Onjó Cruzambê no Parque Memorial Quilombo dos Palmares.....	96
Figura 7 - Caminho em direção a Lagoa Encantada dos Negros.....	97
Figura 8 - Caminho em direção a Lagoa Encantada dos Negros.....	97
Figura 9 - Casa da Capoeira – Maceió.....	123
Figura 10 - Vista pela parte externa do Museu Théo Brandão.....	135
Figura 11 - Sala Fé no Museu Théo Brandão.....	137
Figura 12 - Página da Fundação Cultural Palmares no 13 de maio.....	141
Figura 13 - Pretos Velhos - Onjó Cruzambê (Casa do Campo Santo).....	145
Figura 14 - Lagoa Encantada dos Negros.....	145
Figura 15 - Estrada de acesso à Serra da Barriga - União dos Palmares.....	147

### **Lista de siglas e abreviações:**

ANCINE - Agência Nacional de Cinema

FCP - Fundação Cultural Palmares

FNB - Frente Negra Brasileira

FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória

FUNARTE - Fundação Nacional das Artes

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBPC - Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Transsexuais

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MTB - Museu Théo Brandão

NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros

ONU - Organização das Nações Unidas

PMQP - Parque Memorial Quilombo dos Palmares

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPel - Universidade Federal de Pelotas

UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

### **Lista de tabelas**

Tabela 1 - Principais fontes da pesquisa.....	33
Tabela 2 - Tráfico de Escravizados - Estimativas de desembarque de africanos no Brasil (1531-1780).....	39

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	15
Esclarecimentos introdutórios e a problemática de pesquisa.....	17
Considerações teóricas e metodológicas.....	21
As trajetórias das relações e os colaboradores da pesquisa.....	29
<b>Capítulo 1: Escrituras negras em páginas brancas</b> .....	34
1.1 Uma breve historiografia sobre o Quilombo dos Palmares.....	34
1.1.1 Sistema colonial da América Portuguesa: diáspora, tráfico negreiro e complexo escravista.....	36
1.1.2 Forma-se Angola Janga.....	41
1.1.3 Atentados e destruição: Guerra dos Palmares.....	46
1.2 Mocambos e seu legado: décadas de resistência até a contemporaneidade.....	53
1.2.1 As teorias raciais do século XIX e XX e o contexto pós-abolição no Brasil.....	55
1.2.2 Movimento Negro e a construção da consciência negra no Brasil.....	62
1.2.3 O mito da democracia racial no Brasil.....	67
1.2.3.1. O preconceito enraizado e a religiosidade de matriz africana.....	69
<b>Capítulo 2: Mesmo solo, novo status: do Quilombo ao Patrimônio</b> .....	74
2.1 Contextualizando o Mercosul.....	74
2.1.1 Mercosul Cultural.....	75
2.2 A trajetória do patrimônio no Brasil.....	77
2.3 Dimensões e políticas sobre a patrimonialização e gestão da Serra da Barriga.....	82
2.4 A patrimonialização da Serra da Barriga pelo Mercosul (2017).....	85
2.4.1 Discursos sobre a Serra após reconhecimento pelo Mercosul.....	88
2.5 Patrimônio, memória e turismo.....	91
2.5.1 O turismo na Serra da Barriga.....	93
<b>Capítulo 3: Patrimônio, (re)apropriação e oralidade</b> .....	99
3.1 Compreendendo a realidade na Serra da Barriga.....	99

3.2 Vozes locais e a relação com a memória da Serra da Barriga.....	104
3.2.1 O discurso histórico.....	105
3.2.2 A memória e a identidade.....	119
3.2.3 Eixo político-racial.....	127
3.2.4 Economia e turismo.....	146
3.2.5 Gestão e políticas patrimoniais.....	154
<b>Considerações finais.....</b>	<b>162</b>
<b>Referências.....</b>	<b>165</b>
<b>Apêndice.....</b>	<b>175</b>

## **Apresentação**

Esta pesquisa trata sobre o processo de patrimonialização da Serra da Barriga em Alagoas, onde existiu o Quilombo dos Palmares durante os séculos XVI e XVII. Em 1985, a mesma foi tombada pelo IPHAN, em 1988 foi declarada Monumento Nacional e desde 2017 tornou-se Patrimônio Cultural do Mercosul. Ao longo destes episódios, mudanças foram associadas à história do Quilombo dos Palmares, influenciando desse modo, a realidade da Serra da Barriga.

A partir de breves considerações sobre a historiografia do Quilombo dos Palmares e seu legado na atualidade, vinculado à análise de fontes oficiais e por fim, como eixo norteador, a coleta de fontes orais e do trabalho de campo realizado, a presente pesquisa tem como objetivo central compreender as formas de uso e (re)apropriação do discurso histórico da Serra da Barriga que promoveram a validação deste patrimônio, ultrapassando fronteiras nacionais para ser um patrimônio regional do Mercosul. Interessou observar as incongruências existentes entre as fontes utilizadas e as consequências desse processo para a atualidade da Serra da Barriga, e de que maneira a história do local se entrelaça com a memória construída por quem hoje estabelecem vínculos de pertença e identidade com esse lugar e com essa história.

Apesar de, atualmente, estar quase três anos envolvida com meu objeto de estudo, a inspiração para que essa pesquisa acontecesse começou muito antes de sequer cogitar ingressar em uma pós-graduação. Minha trajetória no mestrado se iniciou com inquietações que surgiram ainda como graduanda do curso de Relações Internacionais. Apesar da abordagem do curso ser predominantemente vinculada à política e economia no âmbito internacional, as questões relativas à sociedade, história e cultura sempre me despertaram um interesse especial. Passei a querer compreender melhor como estas questões, usualmente não consideradas nessa área do conhecimento, influenciavam o debate político e comercial no sistema internacional e também a questionar o motivo pelo qual a predisposição dos países em relação à cooperação e negociação dessas temáticas acabava sempre comprometida.

A partir destas buscas associadas às leituras das disciplinas no decorrer da graduação, muitas questões vieram à tona e um fato que me chamou a atenção foi perceber a escassez de temáticas sociais e culturais sendo debatidas no Mercosul. No ano de definição de tema para o TCC (2018), coincidência ou não, tomei conhecimento sobre o novo patrimônio cultural do Mercosul que, na época, havia sido declarado no ano anterior: a Serra da Barriga em Alagoas.

Após averiguar um pouco sobre o tema e logo descobrir que foi palco do Quilombo dos Palmares, somou-se à reflexões que motivaram muitos questionamentos, sendo um destes por

exemplo, quais os compartilhamentos históricos e culturais entre o Brasil e os demais países do bloco mercosulino, visto que recentemente havia se tornado patrimônio regional? Assim moldou-se a minha problemática de pesquisa e tive a certeza que queria a Serra da Barriga como meu objeto de estudo. Mas, como conectar Relações Internacionais com a temática do patrimônio cultural e da história para desenvolver um trabalho de conclusão de curso? Tive essa dúvida inicialmente, o que justifica a minha escolha por uma professora orientadora com formação em História para me acompanhar durante o desenvolvimento deste estudo.

Embora meu TCC tenha se focado em promover uma análise sob a perspectiva das Relações Internacionais, o estudo da história do Quilombo dos Palmares e da realidade da Serra da Barriga foram pilares imprescindíveis para executar o trabalho. A partir de então, meu apreço pela pesquisa se intensificou e reforçou o desejo de trilhar uma carreira acadêmica. A somatória desses fatos foi a inspiração para realizar esta dissertação.

Optar pelas Ciências Humanas, mais precisamente pela História, foi definitivo desde a descoberta de que a Serra da Barriga sediou o Quilombo dos Palmares, o maior quilombo já existente nas Américas. Sobre isso, recordei-me de uma época um pouco anterior, a fase do Ensino Médio aonde nos meus materiais didáticos e conseqüentemente as aulas de História conduzidas por esse material, priorizava-se temas em detrimento de outros, onde infelizmente, Quilombo dos Palmares era um assunto pouquíssimo comentado, perto da sua real grandiosidade histórica e cultural que segue presente nos dias atuais. Assim, essa realidade vivenciada na minha formação escolar foi responsável por gerar novas dúvidas, como por exemplo, por que geralmente o ensino e discussão sobre temáticas relativas à cultura africana e afro-brasileira são superficiais no âmbito educacional?

Somado a isso, existe o meu próprio caminho e a minha própria história. Nasci e cresci em um berço evangélico. Lembro perfeitamente das escolas dominicais aos domingos pela manhã, com outras crianças, da mesma forma que os cultos religiosamente pela noite. Faço parte da grande parcela que foi ensinada a repreender outras crenças, senão as cristãs, e principalmente no que se trata de religiões de matriz africana, relacioná-las diretamente com o “mal”. Isso fez com que grande parte da minha vida eu passasse imersa em outras questões com um desconhecimento ou preconceito sobre outras religiões e religiosidades.

Antes de retornar ao Rio Grande do Sul em 2011, já havia morado no Estado gaúcho entre os anos 1999 a 2004. Sabendo que aqui no sul a quantidade de casas religiosas de matriz africana é bem significativa, cresci passando na frente de seus espaços e interpretando suas manifestações com repreensão. Jamais cogitei um dia estar pesquisando um território

que retém significados relacionados ao que por muitos anos, entendi como “errados” ou como “malignos”.

Por isso, vejo essa dissertação como um dos meus maiores presentes e oportunidades. Pode parecer simples, mas pesquisar a Serra da Barriga me permitiu enxergar a vida de outra maneira. Me permitiu muitas vezes me situar no lugar mais difícil do mundo: o lugar do outro. Me mostrou que cada pessoa é um universo. Pude desconstruir estigmas enraizados, me desprender de ideias que muitas vezes, nem foram minhas, mas instruídas. Pude aprender infinitamente muito mais do que imaginei. Hoje, só quero levar adiante tudo que aprendi e desaprendi.

Logo, estas também são concepções que amparam o desenvolvimento dessa pesquisa, e a tornam além de uma conquista profissional e acadêmica, também uma conquista pessoal.

### **Esclarecimentos introdutórios e a problemática de pesquisa**

Entre os séculos XVI e XIX o Brasil, assim como outros países da América Latina, encontrava-se submerso à colonização europeia, com uma dinâmica comercial sustentada pelo trabalho compulsório de escravizados indígenas e africanos que impulsionava o sistema mercantil imperante na época. Através desse sistema de exploração, Brasil e África estavam indissolúvelmente ligados e a partir dessa relação fecundam-se capitâneas e engenhos que alcançaram destaque no mercado internacional (FREITAS, 1981, p. 19). Como forma de resistência a este sistema e estratégia de sobrevivência, revoltas e fugas eram acontecimentos constantes. Em busca de refúgios, estes escravizados africanos formavam povoações, que aqui no Brasil ficaram conhecidas como “quilombos”, termo derivado do linguístico africano bantu “*Kilombo*” (GOMES, 2015, p. 9).

O Quilombo dos Palmares, considerado o maior e mais famoso quilombo já existente nas Américas, ocupava quase toda extensão do Planalto da Borborema, também conhecido como Chapada Pernambucana, na região serrana no interior do nordeste brasileiro. O mesmo surge por volta de 1597 no seio do nordeste açucareiro colonial e perdura por quase um século, até 1695. A Serra da Barriga<sup>1</sup>, seu ponto mais alto onde ficavam os quilombos, hoje no município de União dos Palmares no Estado de Alagoas, ocupa uma área de aproximadamente 27km<sup>2</sup> (DOSSIÊ, 2017, p. 7). O topo da Serra se caracteriza como área principal referente ao Quilombo dos Palmares, na época conhecido como Cerca Real dos

---

<sup>1</sup> A razão de se chamar Serra da Barriga fica evidente ao se deparar com a região montanhosa, como pode ser vista pelo anexo IV.

Macacos, e se situa junto ao conjunto de matas atlânticas próximas ao litoral do nordeste brasileiro, a 73 km da capital alagoana, Maceió (ver figura 1).



**Figura 1:** Localização da Serra da Barriga. **Fonte:** Dossiê de Candidatura, 2017, p. 8.

Por ter sido a sede palmarina, a Serra da Barriga retém memórias de dominação, mas também de libertação e resistência, pois desde o século XVI até XVIII foi evidenciada nessa região registros de negros que fugiram da escravidão, indígenas e também uma parcela de homens brancos, que ali viviam (FREITAS, 1981). A escravidão fez parte da história colonial da América, logo, também faz parte da formação da identidade cultural do Brasil.

Fruto destes assentamentos de escravizados que fugiam em busca de sobrevivência e liberdade, a história e o legado de Palmares segue operante nos dias atuais, nutrindo a luta contra o racismo, o preconceito e a desigualdade racial. Dessa forma, no mês em que se comemora a consciência negra, em 1986, a Serra da Barriga foi acautelada pelo IPHAN através da legislação federal de tombamento (decreto-lei nº 25 de 1937)<sup>2</sup>, e em 1988, foi declarada Monumento Nacional (decreto-lei nº 95.855 de 1988). Essa declaratória obedece ao processo de redemocratização nacional, à luta do Movimento Negro pelo reconhecimento de sua história, o que será plasmado na Constituição Federal promulgada no final de 1988, na qual a noção de patrimônio cultural foi ampliada. Passou-se a incluir o reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial, além da material, redigidos nos seus artigos 215 e 216. A perspectiva ampliada de patrimônio cultural da Constituição inclui o direito de memória de

<sup>2</sup> O decreto lei nº 25 de 1937 organiza a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Natureza da obra: Conjunto Histórico - Paisagístico Nacional (DOSSIÊ, 2017, p. 9).

diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Desta mudança promoveu-se cada vez mais uma maior valorização e relevância acerca das culturas afro-brasileiras, quilombolas e indígenas.

O processo pelo qual a Serra da Barriga foi declarada patrimônio obedece a uma série de motivações e tem suas origens no desenvolvimento desse campo, porém, é a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, considerando a ampliação do campo patrimonial e da declaração oficial da mesma pelo Mercosul em 2017, que se assume como momentos-chaves para compreender as mudanças mais importantes relacionadas ao objeto de estudo proposto. O ponto-chave da discussão-problema aqui proposta se dá a partir da transformação da Serra da Barriga em patrimônio regional do Mercosul, entendida com uma conquista política em consonância com as reivindicações do Movimento Negro fundamentada na memória e na história do Quilombo dos Palmares.

Os estudos sobre patrimônio cultural encontram-se em crescente avanço e possuem uma importância significativa no campo da História, evidenciando dessa forma, a relevância deste estudo. A partir da percepção da cultura como elemento envolvido intrinsecamente na agenda internacional de integração e cooperação regional do Mercosul, mesmo que isso ocorra, como Maria Susana Soares relata, de forma “mais retórica do que prática” (SOARES, 2008, p. 53), considera-se importante investigar a consolidação do campo do patrimônio cultural estabelecido no âmbito do Mercosul.

Ao procurar conteúdos referentes às questões socioculturais do bloco, em especial sobre patrimônio, percebeu-se que além da escassez e das limitações de ações, existia uma significativa dispersão de fontes e materiais sobre a temática, além das assimetrias quando se compara as políticas culturais e patrimoniais entre os países mercosulinos. No entanto, desse impasse criou-se o desafio de tentar minimizar essa falha.

O Mercosul surgiu em 1991 mediante o Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, visando lograr uma adequada inserção internacional. Em um primeiro momento, esteve essencialmente direcionado à construção de relações e interesses de natureza comercial e política a fim de promover o desenvolvimento regional perante um contexto de transformações com a Guerra Fria e a consolidação da globalização<sup>3</sup>.

Com o passar dos anos, o bloco regional passou a tentar articular e minimizar suas assimetrias, e em função disto, as temáticas culturais passaram a estar incluídas nas discussões da agenda internacional. Deste modo, novas propostas foram estabelecidas a fim

---

<sup>3</sup> O fenômeno da globalização promoveu uma intensificação das relações sociais e a interdependência em escala global, que conseqüentemente, interferiu nas perspectivas culturais (CASTELLETTO, 2018, p. 19).

do reconhecimento de bens culturais de interesse regional como patrimônio cultural do Mercosul, com objetivo de fortalecer e valorizar as relações entre os países membros do bloco e sua história compartilhada. A partir da inclusão das temáticas culturais, de extrema importância para o diálogo e aproximação no bloco, observou-se que funcionam como um instrumento de “ponte” entre os indivíduos e as nações por meio de um diálogo intercultural fomentando um ambiente de cooperação (RIBEIRO, 2011), sendo esta uma questão importante para o desenvolvimento desta pesquisa.

Através de uma contextualização histórico-política, buscou-se compreender as transformações perpassadas pela Serra da Barriga desde seus reconhecimentos, inicialmente nacional, seguido da inserção na lista de Patrimônio Cultural do Mercosul. Foi a partir da história, ou das histórias narradas, que este lugar<sup>4</sup> atingiu um novo status. Nesse sentido, amparada em debates teórico-históriográficos como pilares contribuintes para consolidar a discussão aqui proposta, assume-se como objetivo principal averiguar as formas de uso e (re)apropriação do discurso histórico da Serra da Barriga que promoveram sua validação como patrimônio. Em outras palavras, buscou-se compreender de que maneira a memória e a história deste bem o fundamenta mediante seu processo de patrimonialização, juntamente à análise das distintas narrativas históricas que o validam e promovem sua preservação.

Dessas considerações, compreende-se que o reconhecimento da Serra da Barriga, passando do status nacional para regional, assume um papel importante na contribuição do fortalecimento da diversidade cultural brasileira.

A partir disto, os objetivos específicos estabelecidos nesta pesquisa foram: apresentar uma breve trajetória sobre o processo de patrimonialização da Serra da Barriga, percorrendo desde o seu passado histórico enquanto Quilombo dos Palmares até as mudanças desencadeadas no contexto após século XX; analisar fontes orais acerca da Serra da Barriga enquanto patrimônio cultural do Mercosul nos mais diferentes níveis de envolvimento entre

---

<sup>4</sup> É importante apontar brevemente a distinção entre os termos espaço, território e lugar alinhado na perspectiva deste trabalho. O espaço se compreende como uma dimensão da realidade, produzida e reproduzida pelas relações sociais, caracterizada dessa forma, a partir da vivência e experiência; entendida não apenas como entidade objetiva, mas também intersubjetiva, uma vez que suas significações são compartilhadas por diferentes indivíduos. O espaço constitui-se como “elemento de determinação das relações sociais, naturais e de interações destas, num processo dialético” (ALENTEJANO, 2000, p. 11-14, 34). Já de acordo com geógrafo Yi-Fu Tuan (1983), lugar sendo como espaço de representações simbólicas, e nessa lógica, espaço e lugar são expressões interligadas. É como se os lugares formassem as articulações do espaço, considerando o espaço em torno das experiências, vivências e o lugar como a parte em que tais vivências ocorrem (apud ALENTEJANO, 2000, p. 13; LOPES, 2012, p. 26). Por fim, o território é entendido pelo espaço sobre o qual os atores sociais afirmam controle político, ou seja, ordem territorial que estabelece determinado modo de organização das relações sociais e de apropriação da natureza (ALENTEJANO, 2000, p. 34). Assim, território é uma construção histórica e social a partir das relações de poder, simbólico e político-econômico, que envolvem a sociedade e o espaço geográfico (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 42).

os colaboradores, contextualizando e analisando as diferentes perspectivas destes atores; apontar como as questões relativas à cultura ganharam mais espaço no âmbito do Mercosul, dando visibilidade a temáticas e atores não contemplados nas “histórias oficiais”. Em suma, intenciona-se entender de que forma essa História fundamenta o processo de patrimonialização ao mesmo tempo em que o discurso histórico é reapropriado hoje, por diferentes atores, para validar e preservar a Serra da Barriga.

### **Considerações teóricas e metodológicas**

Pesquisar e analisar um passado histórico e junto a isso, buscar compreender sua realidade a partir de todas suas dinâmicas é um desafio e tanto. Da mesma forma, abordar a questão do patrimônio também é uma tarefa exigente, considerando que os princípios que sustentam tal campo sofrem modificações ao longo do tempo.

Nesse sentido, o patrimônio cultural atingiu novos alcances e significados, tornando-se incentivo para que muitos estudos se debruçassem acerca desse universo. Sua dimensão material enquanto objeto e/ou espaço, constitui-se como elemento importante dentro dos estudos históricos. Todavia, não são somente os vestígios tangíveis que participam da História, como se percebe pela Serra da Barriga, patrimônio cultural do Mercosul, expressa pela dimensão material e imaterial.

Para desenvolver esta pesquisa consideram-se três momentos acerca dos processos em torno da Serra da Barriga, sendo estes: a história do Quilombo dos Palmares, que tem 1597 como seu marco inicial e 1695 o final, com a morte de seu líder, Zumbi<sup>5</sup>; meados para o final da década de 1970 e 1980, período que a Serra da Barriga adquire o status de monumento nacional, fruto de reivindicações do Movimento Negro; e por fim, a década de 2010, pontualmente 2017, quando transcende fronteiras e é declarada inclusa na lista do Mercosul. Justifica-se dessa forma a marcação temporal da pesquisa ser entre 1986 e 2017 tendo a memória do Quilombo de Palmares como eixo norteador.

Este estudo projeta-se dentro da História, campo de conhecimento imprescindível para a formação de identidades sociais, “a história é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens” e que sob essa perspectiva, a identidade é compreendida como a noção que constitui o sujeito de forma individual e coletiva a partir de uma memória em comum com o grupo social a qual pertence. Existe a memória individual, porém esta se

---

<sup>5</sup> Adiante nesta pesquisa serão abordadas maiores informações sobre Zumbi dos Palmares.

encontra dentro dos quadros sociais e relacionada às representações coletivas estabelecidas por grupos sociais (HALBWACHS, 1990, p. 51).

O historiador Jacques Le Goff explica a memória como elemento essencial do que se costuma chamar identidade, seja ela individual ou coletiva, onde a busca pela mesma configura-se como uma das atividades fundamentais dos indivíduos e da própria sociedade. O mesmo alega que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1990, p. 476-477), demonstrando a relação entre a memória a partir de um passado histórico que fundamenta o presente e o futuro.

É nessa lógica que se pode compreender o processo de patrimonialização da Serra da Barriga. A história do Quilombo dos Palmares obedeceu a diferentes apropriações e interesses ao longo do tempo, que promoveram a validação da Serra da Barriga enquanto patrimônio nos tempos atuais, amparada sob a memória desse passado.

A memória se estrutura a partir de um contexto social e das relações estabelecidas entre indivíduos e grupos sociais, logo, entende-se que através da mesma que se promove a construção de lembranças desse passado no tempo presente; e que cada grupo social tem uma história com distintos acontecimentos, e “no momento em que considera seu passado (...) toma consciência de sua identidade através do tempo” (HALBWACHS, 1990, p. 54-56). Esta ideia relaciona-se com a questão de que a identificação do passado não se trata somente de coisas antigas, mas, sobretudo, de uma forma de abordar os acontecimentos (BRUSADIN, 2015, p. 73). Dessa forma, o espaço ampara a formação da memória assim como estes conceitos demonstram-se apropriados para compreender as relações relativas à Serra da Barriga enquanto patrimônio que mantém vivo e constante a manutenção da memória do seu grupo (ou grupos, como será apresentado adiante).

Joel Candau (2011) aborda a memória como uma “força da identidade”, e nessa perspectiva a mesma fortalece a identidade, tanto individualmente como coletivamente (CANDAU, 2011, p. 16-17). Nesse sentido, o autor apresenta três manifestações da memória: a protomemória (memória-repetitiva ou memória-hábito); a memória propriamente dita ou de alto nível (essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento); e por fim, a metamemória (memória reivindicada, ostensiva). Para a construção da identidade, alega que a metamemória opera como memória coletiva; “memória coletiva é uma representação, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAU, 2011, p. 21-24).

Assim, retomando o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs (1990), Candau argumenta sobre a memória na concepção individual como única que pode ser cientificamente comprovada, pois como mencionado anteriormente, o discurso da memória coletiva é uma representação e pelo ato de transmitir e compartilhar essa memória com o outro, quem opera é a metamemória (CANDAU, 2011, p. 25).

Para Peter Burke há um forte interesse popular pelas memórias históricas, que é cada vez maior. Isso se explica provavelmente como uma “reação à aceleração das mudanças sociais e culturais que ameaçam as identidades, ao separar o que somos daquilo que fomos”. Entretanto, “as memórias de conflito também são conflitos da memória”, pois se pode arquitetar um campo de disputas entre estas diferentes memórias (BURKE, 2005, p. 59-60).

Seguindo nessa lógica de entendimento, Sandra Pesavento ressalta que a memória cria identidades e constrói laços de pertencimento e amarramento dos indivíduos ao seu passado. “A memória, no caso, patrimonializa as lembranças, levando os grupos à coesão social e a uma comunidade simbólica de sentido partilhada” (PESAVENTO, 2006, p. 36). Assim, essa concepção fundamenta-se pela análise das instâncias percorridas pela Serra da Barriga enquanto patrimônio, do âmbito nacional para o Mercosul e quais consequências derivam-se desta ação, principalmente considerando as disputas dentro do campo do patrimônio, que tornam a pesquisa ainda mais delicada e sensibilizada.

Dando continuidade, essa perspectiva associa-se com Pierre Nora (1993) a partir de sua concepção sobre “lugares de memória”, como lugares historicamente construídos por um grupo, que referem a sua identidade e condensam as memórias que permitem o entendimento sobre o passado, lugares onde coexistem os aspectos “material, simbólico e funcional” (NORA, 1993, p. 21-22). Assim, percebe-se a história da Serra da Barriga como uma narrativa viva, como um lugar de memória e história que transmite sua importância de geração em geração, simbolizando entre outras coisas a luta do Movimento Negro.

Apesar de existirem diferentes interpretações atribuídas à Serra da Barriga enquanto patrimônio e também considerando os conflitos proeminentes destas ações e reivindicações, os processos de patrimonialização constituem-se em determinado tempo e espaço e relacionam-se com “o jogo entre memória e história” (NORA, 1993, p. 21-22).

O patrimônio constitui-se indissociado às perspectivas da memória e identidade, “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...]” (NORA, 1993, p. 9),

dessa forma, compreende-se que na medida em que as memórias se transformam o patrimônio também pode se reconfigurar e reapropriar.

Nessa extensão, Michael Pollak (1992) traz apontamentos acerca da memória como “elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em si” (POLLAK, 1992, p. 204). O autor também fala sobre o confronto entre a memória e a identidade, como valores disputados em conflitos sociais e intergrupais; ou seja, estes grupos estão constantemente sob o processo de construção de sua memória e identidade ao longo do tempo, e na busca constante pela continuidade e coerência, como mencionado anteriormente.

No entanto, como elucidada Stuart Hall (1996), “as identidades culturais provêm de alguma parte, têm histórias. Mas, como tudo o que é histórico, sofrem transformação constante. Longe de fixas eternamente em algum passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo “jogo” da história, da cultura e do poder” (HALL, 1996, p. 69). A memória e identidade possuem uma relação indissolúvel e que permite um indivíduo ou grupo a se (re)inventar. O patrimônio pode ser compreendido não só pela materialidade como também pelo intangível, ou seja, pela herança cultural fruto das experiências e memórias, coletivas ou individuais, que por sua vez, são responsáveis na contribuição da formação sociocultural.

Dando continuidade, Jacques Le Goff (1997) destaca que a “identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva” (LE GOFF, 1997, p. 138), nesse sentido, atentar-se a preservação e divulgação de seus bens culturais relaciona-se com a formação da identidade cultural. O patrimônio constitui-se por uma herança do passado, viva no presente e que segue em transmissão às futuras gerações, historicamente construída e responsável por engajar o sentimento de pertencimento dos indivíduos. Tratar de patrimônio cultural associa-se imediatamente à lembrança e à identidade, essas sendo questões fundamentais “na esfera das ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos sentidos que despertam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais” (PELEGRINI, 2006, p. 116-121).

A Serra da Barriga, sob esse aspecto, constitui-se por um componente da manifestação da cultura negra e a identidade do negro brasileiro bebe dessa fonte, fundamentando-se pela memória construída e compartilhada, em torno à história dos Palmares. A memória conserva referências de modo que o passado não se esqueça totalmente e a história se imortaliza na consciência humana. Portanto, apesar de muitas vezes compreendida enquanto fenômeno particular, a memória também é compreendida como coletiva e social. Além disso, a memória

é seletiva, pois nem tudo fica gravado ou registrado e também pode sofrer transformações em função do momento em que é articulada (POLLAK, 1992, p. 203). Entretanto, a memória detém o “vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha” e por sua vez, permite que a população conheça sua história, a formação do seu espaço urbano e cria um elo afetivo a partir disso quando a comunidade envolvida com este patrimônio se reconhece como cidadãos de direitos e deveres e sujeitos da história (LE GOFF, 1997, p. 139).

Desse modo, os estudos no campo do patrimônio cultural são processos complexos e delicados. A Serra da Barriga enquanto lugar de memória sustenta e valida sua patrimonialização. No entanto, a sensibilidade se condensa pelo fato de que a mesma é apropriada sob diferentes contextos e diferentes pontos de vista enquanto patrimônio. Logo, implica em relações de negociação que não são meramente simples, pois envolvem, por um lado os moradores locais e por outro, atores externos como o Estado e o Movimento Negro. Por isso, é importante mencionar a disputa entre as narrativas históricas existentes em torno deste bem patrimonial.

Após elucidar os objetivos centrais da pesquisa, o porquê do recorte temporal de análise (1986-2017), justificada a importância de realizar a pesquisa e os referenciais teóricos, agora se apresentará as considerações metodológicas e por fim, se esclarecerá brevemente sobre cada um dos capítulos da dissertação.

Em um primeiro momento realizou-se a coleta documental, em sua grande maioria de natureza oficial, que consolidou uma visão inicial sobre o assunto. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo em Alagoas entre os meses de fevereiro e março de 2020, que mudou por completo a pesquisa.

Os dias no Estado alagoense se marcaram por vários tipos de atividades e eventos. Lugares como a Sede Regional da Fundação Cultural Palmares; Restaurante Baobá (Maceió); a Casa da Capoeira (Maceió); Sede Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Alagoas (Maceió); Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (Maceió) foram visitados além do município de União dos Palmares e por fim, a Serra da Barriga e o Parque Memorial Quilombo dos Palmares. Nesse sentido, também houve a oportunidade de conhecer, conversar e entrevistar muitas pessoas, que serão devidamente apresentadas adiante.

O propósito de investigação é compreender de que forma os usos e discursos históricos do processo de patrimonialização da Serra da Barriga reforçam essa herança cultural, visto que foi através da História que se tornou possível tal consagração, ou seja, a compreensão da

(re)apropriação do discurso histórico a fim de validá-la como bem patrimonial. No entanto, isso será apresentado através da oralidade de sujeitos envolvidos em níveis diferentes com o bem patrimonial.

A riqueza do que foi recolhido, observado, sentido e, sobretudo escutado, durante o trabalho de campo, aprofundou a análise e a conduziu por outras instâncias, oferecendo outra perspectiva: mais íntima e humanizada. Nesse sentido, viajar para realizar a atividade de campo foi um divisor de águas na pesquisa. O ato de pesquisar carrega a necessidade de uma dinâmica dialógica com a realidade que se estuda e assim pesquisar algum acontecimento vindo de uma realidade concreta requer aproximação, considerando a complexidade do seu estudo (PIANA, 2009, p. 167). Nessa lógica, o engajamento do pesquisador em situar-se em outros tempos, outros lugares e outras perspectivas certamente é um condutor importante para o enriquecimento de um estudo. A oportunidade de pesquisar a temática escolhida, a experiência de atravessar o Brasil, ir até Alagoas, conhecer, sentir e entender essas (novas) concepções, das pessoas, instituições, comunidade, propiciaram um estímulo inigualável.

Entretanto, ao realizar o trabalho de campo constatou-se que alguns dos colaboradores demonstraram um desconhecimento sobre a Serra da Barriga e sua dimensão histórica. Também havia um relevante número de entrevistados que conhecia e entendia a importância desse patrimônio; e por fim, outras pessoas que pouco ou nada conheciam. Essa percepção ergue o questionamento de vários atores sobre as estratégias de difusão desse patrimônio, ao mesmo tempo em que se reconhece que ainda há muito trabalho nessa direção. Perante a conjuntura nacional atual, a situação se agrava, pois a história e este patrimônio podem sofrer ainda uma maior negligência e esquecimento perante as prioridades de gestão do governo federal.

Acerca da oralidade, conhecer e ouvir relatos que possuem relação direta no processo de patrimonialização da Serra da Barriga, como das pessoas da comunidade, moradores e trabalhadores locais, demonstrou-se fundamental para compreender processos, opiniões, dificuldades e limitações que não surgiram (e nem surgiriam apenas) da leitura inicial dos documentos.

Em decorrência dos fatos apresentados, a História Oral<sup>6</sup> demonstra-se como metodologia apropriada para a execução da análise, caracterizando-se, nas palavras de Meihy e Holanda, como “manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou

---

<sup>6</sup> Como meio de busca de esclarecimentos acerca de situações conflitantes e em disputa, se faz uso da história oral temática, sendo um dos gêneros da metodologia de história oral. A discussão se dispõe em torno de um assunto específico, mesmo que com tangíveis subjetividades; e a preparação prévia do pesquisador também são fatores interferentes no desempenho do roteiro investigativo proposto (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 38-40).

seja, um suporte material derivado de linguagem verbal [...] documentação oral quando apreendida com o propósito de registro torna-se fonte oral” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 14). Nessa via, a oralidade se fundamenta em situações como da existência de “versões diferentes da história oficializada” (em episódios ao longo da história que não promoveram “outros” registros) e para os “estudos da memória, construção de identidade e formulação da consciência comunitária” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 24-25). Por isso, adota-se como intencional e primordial a construção destas fontes orais, a partir de diálogos realizados sob diferentes perspectivas e novas categorias de análise.

Como dito por Alessandro Portelli (2016), "ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são encontradas, mas sim co-criadas pelo historiador. Elas não existiriam sem a presença, estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo”, assim, a História Oral diz respeito ao lugar e aos significados dentro da vida dos narradores (PORTELLI, 2016, p. 10-12). Portanto, a abordagem qualitativa constituída a partir da História Oral leva em consideração o universo de significados, representações e valores, propiciando uma partilha densa entre pessoas, fatos e locais (CHIZZOTTI, 2003, p. 221) e permite abrir distintas dimensões para se pensar novas abordagens teórico-metodológicas. A oralidade é um instrumento que permite que se crie um vínculo durante seu processo, fruto do diálogo, que é estimulado pelo desejo de ouvir e pelo que o outro tem a compartilhar.

Em meio ao processo dialógico, não apenas o fato de que “cada palavra dita e gravada não existe como fenômeno isolado” como também gestos, lágrimas, risos, silêncios e pausas também são integrados aos registros (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 14). Posto isso, se abre uma instância de escuta, criando a oportunidade para que possam expressar suas memórias, reconstruir e revigorar sua história, validar suas experiências compreendendo os fatos sob os diferentes ângulos e relacionando passado e presente.

Pelos seus depoimentos singulares, constroem e preservam uma memória social. Em História Oral, o que se caracteriza “coletivo” é fruto de “experiências que vinculam umas pessoas às outras, segundo pressupostos articuladores de construção de identidades decorrentes de suas memórias expressas em termos comunitários” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 27). Sendo assim, cada indivíduo tem suas vivências, sendo estas autênticas, únicas e particulares e que a partir das mesmas edificam sua identidade.

A partir disso, buscaram-se relatos orais de moradores, trabalhadores e outros sujeitos envolvidos com a região e o processo de patrimonialização, que pudessem agregar com experiências e narrativas sobre a história e memória e também as condições presentes na

Serra. Nesse sentido, a História Oral desvenda outras questões e percepções sobre a realidade desse patrimônio e seus envolvidos, das suas ações e relações que muitas vezes permanecem ocultas nas estruturas sociais e mais ainda nos documentos oficiais.

Visto que as memórias são sempre permeadas pelo presente da pessoa que narra, pelas suas características socioculturais assim como pelos seus interesses, buscou-se observar os aspectos em comum que os entrevistados possuem em relação ao que lembram sobre a história do Quilombo dos Palmares e de que forma essa narrativa fundamenta o patrimônio. Evidencia-se dessa forma a importância da metodologia aqui escolhida que trabalha a partir das memórias, do que lembram os colaboradores, “memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você "recorda" a história, mas memória "como" história” (PORTELLI, 2000, p. 69, grifos do autor).

É importante mencionar que outras abordagens foram adotadas paralelas ao manejo da metodologia da História Oral (registrado por meio de gravações), sendo elas: a observação, as anotações no caderno de campo<sup>7</sup> ou também chamado de diário de campo, com as interpretações pessoais dentre as dinâmicas vivenciadas. Estes apontamentos foram essenciais para registrar desde os desvios da história às informalidades ocorridas durante as gravações. Registros como as expressões faciais e corporais, silêncios, olhares, suspiros, emoções e dados falados fora dos momentos dialógicos, que no caso não fazem parte das gravações, mas são importantes fontes de análise.

Paralelamente a fim de preencher as lacunas da oralidade, foi necessário buscar dados de fontes oficiais como documentos advindos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), principalmente o Dossiê de Candidatura da “Serra da Barriga, parte mais alcantilada - Quilombo dos Palmares”; e do Mercosul como as atas das reuniões do Conselho do Mercado Comum (CMC), assim como documentos proporcionados pela Fundação Cultural Palmares (notas, notícias, matérias, entre outros).

Dentre outras fontes, cita-se a tese de doutorado da professora Dra. Rosa Lucia Lima da Silva Correia na Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolvida em 2016 com o mesmo objeto de estudo (sendo o trabalho mais recente realizado até o momento que mais me auxiliou); o livro do Centro de Cultura e Estudos Étnicos Anajô intitulado “Tambor falante: refletindo, debatendo e transformando realidades” (2018); o levantamento estatístico de visitação e guia do Parque Memorial Quilombo dos Palmares e o mapeamento de

---

<sup>7</sup> Realizada de forma simples, a técnica de observação é compreendida como um método de complementar as informações, evidenciando realidades apresentadas por meio das atitudes dos sujeitos. O ato de observar é fundamental para investigações científicas (PIANA, 2009, p. 180). Sendo assim, tais observações são registradas no caderno de campo.

comunidades quilombolas, assim como “Palmares: A Guerra dos Escravos” de Décio Freitas (1981) como obra principal, aqui utilizada para abordar a historiografia do Quilombo dos Palmares.

Por isso, aderiu-se também ao uso da Análise Documental, por viabilizar a análise da pesquisa e “alguns tipos de reconstrução”. Os documentos escritos constituem uma fonte extremamente preciosa, tratando de vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Nesse sentido, o documento consiste em “todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel [...]”, considerando assim, fontes primárias e secundárias, estas exploradas no contexto do procedimento da pesquisa (CELLARD, 2008, p. 295-297). Para a procedência da análise documental é preciso considerar as dimensões que se comportam neste plano metodológico, como o contexto, o autor ou os autores, conceitos-chave, a lógica interna dos textos, autenticidade e natureza da fonte textual.

### **As trajetórias das relações e os colaboradores da pesquisa**

Como se relatou, os conteúdos coletados pela realização da atividade de campo<sup>8</sup> em Alagoas foram fatores determinantes para o desenvolvimento desta pesquisa, e dentre eles, um destaque às narrativas. As fontes orais foram criadas a partir da escuta de diferentes interlocutores/colaboradores, dando o sustento e enriquecendo este estudo.

Uma das pessoas chaves foi à professora Dr<sup>a</sup>. Rosa Lucia Lima da Silva Correia, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)<sup>9</sup>, responsável por um trabalho etnográfico em seu doutorado em Antropologia tendo a Serra da Barriga também como objeto de estudo. A partir de seus estudos houve um avanço significativo na compreensão da história desse patrimônio e do cenário delicado de disputa e resistência existente na região.

Através dela se contactou Helcias Roberto Paulino Pereira, ativista do Movimento Negro de longos anos, envolvido com a região da Serra da Barriga desde a década de 1980 e funcionário da Fundação Cultural Palmares, na função de assistente técnico. Também é fundador do Centro de Cultura e Estudos Étnicos Anajô. Além de seu inestimável

---

<sup>8</sup> Além disso, a oportunidade de ter a companhia da minha professora orientadora nessa importante atividade foi algo incomparável e completamente enriquecedor. Durante todo o período que estive em Alagoas ela me acompanhou nas entrevistas e nas atividades relacionadas à pesquisa, me orientando com as operações e esclarecendo dúvidas que só surgem no momento. Isso além de aprimorar minha experiência como pesquisadora na construção desse tipo de fontes, me permitindo trabalhar com mais segurança, também enriqueceu a minha percepção para vivenciar essa experiência.

<sup>9</sup> Gentilmente, ela me respondeu disponibilizando seu apoio à pesquisa, o que de fato foi realmente imprescindível para que tudo acontecesse superando positivamente as minhas expectativas.

depoimento, foi através dele e de sua generosidade infinita que esta pesquisa expandiu suas proporções, aprofundamento e adquiriu outra riqueza.

A partir de Helcias, outras relações emergiram devido ao seu vínculo, atuação e experiência com a Serra da Barriga. O fato de as pessoas serem contatadas através de um membro conhecido e respeitado pela comunidade gerou um ambiente de confiança único que facilitou todo o processo de pesquisa. Além de entrevistar a Helcias na Sede Regional da Fundação Cultural Palmares, o coordenador e representante regional da instituição, Balbino Praxedes de Jesus Júnior também somou com suas contribuições.

Outra colaboradora foi Maria Neide Martins, também muito conhecida por Mãe Neide Oyá D'Oxum. Religiosa, é referência na disseminação da religião de matriz africana no Estado de Alagoas e reconhecida como patrimônio vivo pelo Estado, devido à sua atuação constante na promoção da cultura afro-brasileira. Em sequência, Severino Cláudio Figueiredo Leite, mais conhecido como Mestre Cláudio, outro referente vinculado à uma prática cultural afro-brasileira, a capoeira, que compartilhou seus conhecimentos, práticas e experiências sobre o tema e a Serra da Barriga.

Visitando a Sede Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de Alagoas, localizada em Maceió, entrevistou-se Joelma Farias Silva de Cornejo, técnica da instituição que explicou a participação da instituição no processo de patrimonialização e sobre seu envolvimento com o mesmo. Também foi realizada uma visita ao Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (MTB), um espaço vinculado à UFAL no centro da capital, onde se entrevistou Victor Sarmiento Souto, diretor atual do museu.

Dentro do âmbito acadêmico, têm-se as contribuições de Zezito de Araújo, historiador, professor, mestre em História pela UFAL, atuante no Movimento Negro, um dos colaboradores na elaboração do Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga; Siloé Soares de Amorim, antropólogo, doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atualmente professor na UFAL e colaborador do documento de candidatura; e Clébio Correia de Araújo, historiador, doutor em Educação pela UFAL, ativista do Movimento Negro, professor na UNEAL e também colaborador no Dossiê.

Tratando sobre os membros da comunidade, se teve a excepcional oportunidade de conhecer e ouvir uma moradora de União dos Palmares, um dos mais antigos municípios do Estado de Alagoas, Maria das Dores Oliveira Cavalcanti, nascida na comunidade Muquém<sup>10</sup>,

---

<sup>10</sup> Muquém é um povoado de comunidade quilombola localizado no município de União dos Palmares, que foi oficialmente reconhecido em 2005 pela Fundação Palmares como a única comunidade de remanescentes de

quem se auto-define como quilombola. Sua fala permitiu compreender ainda mais sobre a situação, sentimentos e expectativas da comunidade. Seguindo, antes de subir a Serra, no Posto de Informação e Observação da Serra da Barriga, se ouviu Carlos Machado, um dos guardas florestais mais antigos, envolvidos com a proteção e preservação deste patrimônio.

No Parque Memorial Quilombo dos Palmares, a moradora no Parque, Adriana da Silva Santos, que estava na sua tenda de venda, em uma conversa muito breve, enunciou particularidades de seu cotidiano que foram muito importantes para análise. Por fim, em meio à caminhada, mais três jovens moradores do local e trabalhadores no serviço de limpeza e manutenção do Parque, sendo estes Diego, Ualef e João Victor<sup>11</sup>, compartilharam brevemente sobre suas rotinas por lá.

Todas essas falas<sup>12</sup>, independente da perspectiva, formação, experiência ou grau de envolvimento com a Serra da Barriga, foram contribuições de grande relevância. Através dessas fontes com os diferentes colaboradores, e a partir da análise documental foi possível refletir sobre como é reproduzida e reapropriada a história da Serra da Barriga por estas diferentes perspectivas.

Portanto, a estrutura do trabalho se deu da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda brevemente a história do Quilombo dos Palmares<sup>13</sup>, que emergiu meados para o final do século XVI no sul da capitania de Pernambuco, e dessa forma, discorre-se de tais décadas de resistência até os dias atuais, ou seja, desde o pós-abolição, o contexto de marginalização destas pessoas e a ascensão do Movimento Negro.

No segundo capítulo buscou-se contextualizar o Mercosul enquanto bloco de integração entre países sul americanos, o Mercosul Cultural e em sequência, se abordou a trajetória do patrimônio no Brasil, e como se insere o assunto no processo de patrimonialização da Serra (de 1986 com IPHAN até 2017, com Mercosul).

E por fim, no terceiro e último capítulo, se apontará as articulações entre os usos e discursos da história da Serra da Barriga, através das narrativas coletadas como forma de validar e potencializar este patrimônio, através das categorias analíticas: discurso histórico, memória e identidade, eixo político-racial, economia e turismo e por fim, a gestão e políticas patrimoniais.

---

Palmares, o maior e mais resistente quilombo das Américas (HIPÓLITO, 2017), porém reitera-se que a comunidade Muquém não fica na Serra da Barriga, localiza-se próxima.

<sup>11</sup> Os sobrenomes destes colaboradores não foram compartilhados.

<sup>12</sup> Reitera-se que todas as entrevistas concedidas foram devidamente autorizadas pelos colaboradores para fins acadêmicos, ou seja, para o desenvolvimento desta dissertação.

<sup>13</sup> A historiografia para embasamento teórico nesta pesquisa é a de viés marxista, segundo Andressa Reis (2004), pelo fato de ter sido ela a protagonista dentre os colaboradores.

Pela multiplicidade de instâncias de escuta (âmbito acadêmico, institucional e social) buscou-se compreender e analisar a apropriação da História para os fins patrimoniais assim como para validar as lutas atuais. Verifica-se uma “utilidade” da História para sua reivindicação da memória, que fortalece o patrimônio sob diferentes perspectivas, de acordo com o contexto e envolvimento de cada colaborador.

Ainda sobre fontes usadas na pesquisa, cita-se a elaboração de uma ficha de observação a partir de uma série de eventos relacionados ao *20 de novembro*, Dia Nacional da Consciência Negra, que ocorreram *online* devido ao contexto de pandemia no ano de 2020. Dessa forma, foi possível participar desse momento emblemático e atualizar algumas narrativas de colaboradores desta pesquisa, que haviam sido coletadas meses antes. Em seguida, apresenta-se uma tabela que sintetiza e facilita a melhor a visualização das diferentes fontes em análise (ver tabela 1):

**Tabela 1:** Principais fontes da pesquisa<sup>14</sup>.

Documentos oficiais	Documentos não oficiais	Colaboradores	Atividades de campo
Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga, parte mais alcantilada – Quilombo dos Palmares à Patrimônio Cultural do Mercosul, 2017 (IPHAN);  Ata nº01/2015   RMC/CPC – XI Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul Cultural (CPC) – 2015, em Jaguarão, RS, Brasil (Mercosul);  Ata nº 01/2016   RMC/CPC – XIII Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul Cultural (CPC) – 2016 em Colônia do Sacramento, Uruguai (Mercosul);  Ata nº 01/2017   RMC/CPC – XIV Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul Cultural (CPC) – 2017 em Buenos Aires, Argentina (Mercosul).	Tese de doutorado em Antropologia da Professora Dr <sup>a</sup> . Rosa Correia na UFPA (2016);  Guia do Parque Memorial Quilombo dos Palmares (PMQP) - Fundação Cultural Palmares (FCP);  Observação e interpretações pessoais e diário de campo;  Mapeamento de comunidades quilombolas;  Dados estatísticos de presenças de visitantes no Parque Memorial Quilombo dos Palmares - Serra da Barriga (2019);  Projeto “Tambor falante: Refletindo, debatendo e transformando realidades” (2018);  Ficha de observação (elaboração própria) a partir dos eventos virtuais pelo Dia Nacional da Consciência Negra (2020).	Helcias Roberto Paulino Pereira (fundador do Centro de Cultura e Estudos Étnicos ANAJÔ; membro do Projeto: Vamos Subir a Serra; ativista do Movimento Negro e funcionário da Fundação Cultural Palmares);  Balbino Praxedes de Jesus Júnior (representante e coordenador regional da Fundação Cultural Palmares);  Maria Neide Martins - Mãe Neide Oyá D’Oxum (líder religiosa de matriz africana e Patrimônio Vivo do Estado de Alagoas);  Severino Claudio Figueiredo Leite - Mestre Cláudio (professor de Educação Física e mestre de Capoeira);  Joelma Farias Silva de Cornejo (arquiteta técnica da superintendência do IPHAN em Alagoas e colaboradora no Dossiê);  Zezito de Araújo (historiador, professor, militante do Movimento Negro e colaborador do Dossiê);  Victor Sarmiento Souto (diretor do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore em Maceió);  Siloé Soares de Amorim (antropólogo, professor e colaborador no Dossiê);  Clébio Correia de Araújo (historiador, professor e militante do Movimento Negro e colaborador no Dossiê);  Maria das Dores Oliveira Cavalcanti (moradora do município de União dos Palmares, Alagoas e ex-secretária da Cultura de União dos Palmares);  Carlos Machado (guarda florestal do Parque Memorial Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga);  Adriana da Silva Santos (moradora no Parque Memorial Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga);  Diego, Ualef Mendes e João Victor (moradores locais e funcionários do Parque Memorial Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga).	Visita à Sede Regional da Fundação Cultural Palmares; Visita ao Restaurante Baobá (Maceió);  Visita à Casa da Capoeira (Maceió);  Visita à Sede Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Alagoas (Maceió);  Visita ao Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (visita não integrada à Serra da Barriga/Quilombo dos Palmares);  Visita ao município de União dos Palmares;  Visita ao Posto de Informação e Observação da Serra da Barriga;  Visita guiada a Serra da Barriga – Parque Memorial Quilombo dos Palmares.

**Fonte:** elaboração própria (2021).

<sup>14</sup> Essa tabela se trata de uma demonstração das atividades realizadas pelo trabalho de campo e as fontes principais utilizadas nesta pesquisa.

## Capítulo 1: Escrituras negras em páginas brancas

### 1.1 Breve historiografia sobre o Quilombo dos Palmares

Nas páginas iniciais de “Palmares: A Guerra dos Escravos”, de Décio Freitas (1981), uma obra de referência sobre a história palmarina, relata-se que o período da escravidão no Brasil foi marcado por revoltas e protestos armados entre colonizadores e os cativos. Todavia, “estas revoltas ainda não obtiveram aquilo que Lucien Febvre denominou lapidarmente de “direito à história”. Não apenas são mal conhecidas [...] senão que tratadas como episódios marginais no processo histórico brasileiro” (FREITAS, 1981, p. 11).

O Quilombo dos Palmares, maior assentamento de escravizados já existente nas Américas, surgiu no século XVI no seio do Nordeste açucareiro colonial, no atual Estado de Alagoas. Sendo assim, buscou-se apresentar brevemente esta história a fim de contextualizar episódios históricos que fundamentam e transpassam as narrativas.

No entanto, segundo Andressa Reis (2004) a historiografia recente sobre o Quilombo dos Palmares e Zumbi dos Palmares se apresenta por duas vertentes principais. Uma vertente é a dos historiadores marxistas vinculados aos movimentos de militância negra, sendo Décio Freitas, seu principal expositor<sup>15</sup>. Sob esta perspectiva percebeu-se um esforço em caracterizar o Quilombo dos Palmares como a primeira luta de classes na História do Brasil. Ainda segundo Reis (2004), de forma geral, os marxistas consideram que o Quilombo não era somente local de fuga de escravizados negros, mas também refúgio para aqueles excluídos socialmente, caracterizando dessa forma um movimento social na colônia (REIS, 2004, p. 4-6).

A segunda vertente seria a dos historiadores acadêmicos, que não possuem a pretensão de criar uma narrativa única ou história total do Quilombo, preenchendo completamente suas lacunas, mas sim de promover uma investigação com uma variedade de linhas interpretativas e metodológicas a fim de superar limitações devidas à falta de documentos<sup>16</sup>. Estes historiadores concordam com os marxistas no que tange à composição multiétnica dos mocambos e a presença do caráter militar no Quilombo dos Palmares; no entanto, discordavam acerca do ‘processo eleitoral’ pois Zumbi assumiu a liderança no lugar de seu tio Ganga Zumba, indicando a existência de uma linhagem real, apesar de contestações

---

<sup>15</sup> Além de Décio Freitas, essa vertente também agrupa Clóvis Moura; Joel Rufino dos Santos e Ivan Alves Filho (REIS, 2004).

<sup>16</sup> Alguns nomes importantes neste grupo que podem ser citados são Stuart Schwartz, João José Reis, Flávio dos Santos Gomes, Pedro Paulo Funari, Charles Orser Jr (REIS, 2004).

marxistas alegando que os níveis de parentesco na verdade eram adquiridos pelo momento que se assumia um cargo eletivo (REIS, 2004, p. 7-8).

No entanto, um estudo mais recente de Felipe Damasceno (2018), chama atenção para as características das fontes ao analisar a historiografia do Quilombo dos Palmares: em grande maioria tratava-se de relatos militares e administrativos portugueses que segundo ele, narra a história dos vencedores apontando as dificuldades de lutar contra os palmarinos. Também menciona que até pelo menos 1645-1667 não haveria uma centralização política em torno de uma liderança absoluta, mas como após 1667 as expedições contra Palmares aumentaram significativamente, foi necessário neste momento edificar uma liderança (mesmo assim, não absoluta) e uma organização defensiva (DAMASCENO, 2018, p. 28-29). Todavia, o trabalho aponta outras diversas perspectivas sobre a historiografia do Quilombo dos Palmares e Zumbi dos Palmares.

Sendo assim, se faz necessário esclarecer que a historiografia mais citada neste trabalho é a que Reis denomina “marxista”, vinculada aos movimentos de militância negra. Isto se explica pelo fato de ser a que os colaboradores aludiram reiteradamente nesta pesquisa.

Depois desses esclarecimentos, pode se dizer que através da historiografia do Quilombo dos Palmares procurou-se compreender a continuidade do processo histórico em questão, que vai do período da escravidão, ao desenvolvimento das gerações dos ex-escravizados, para compreender de que forma se apresentam as condições desses “herdeiros” do local na atualidade. Sob essa perspectiva, analisou-se a construção da identidade negra no contexto nacional associando-se a história palmarina como símbolo de sua luta.

Primeiramente, é importante ressaltar que as dificuldades para reconstituir a história palmarina demonstram-se gigantescas. Sua historiografia é limitada e apresenta vazios de informação devido à escassez das fontes, logo, o que se conhece e entende sobre o Quilombo dos Palmares é bastante restringido (CARNEIRO, 1958); certamente jamais ao ponto de refutar a sua existência, como diz o historiador Flávio Gomes (2011, p. 46-47), mas pouquíssimo se conhece em referência ao que significou Palmares, muito menos sobre sua estrutura interna, seu sistema político, organizacional, práticas sociais, religiosas, etc. “A República Negra sempre será vista à distância e só fugazmente conseguiremos às vezes relancear o seu interior”. Contudo, diversas lacunas sobre sua história jamais serão preenchidas, tornando-se questões discutidas dentro da historiografia, como por exemplo, a inexistência de fontes diretas dos próprios palmarinos, onde grande parte dessa mínima compreensão sobre o tema é proveniente de escrituras brancas (FREITAS, 1981, p. 13).

Ao publicar um estudo mais abrangente e sistemático sobre a região de Palmares, a partir de uma extensa pesquisa documental e bibliográfica, Flávio Gomes (2011), renomado estudioso sobre a escravidão dos africanos e seus descendentes no Brasil, entre os séculos XVI e XIX, tenta expor uma nova compreensão diferente das abordagens já existentes, “transformar as histórias dos quilombos nas Américas tão-somente em capítulos da resistência escrava é retirar-lhes não apenas a historicidade e o legado” (2011, p. 8), ressaltando sua grandiosa dimensão. A história do Quilombo dos Palmares é majoritariamente escrita baseada em relatos sobre guerras contra Palmares, através de cartas, correspondências, relatos, reproduzindo um discurso colonizador. Isso torna a história palmarina inerente à história da Guerra contra Palmares, conduzindo à ideia de que se a Guerra dos Palmares acabou, também terminou a história do Quilombo dos Palmares, o que não procede, sendo este fato o pilar que norteia as próximas discussões.

### **1.1.1 Sistema colonial da América Portuguesa: diáspora, tráfico negreiro e complexo escravista**

Para compreender a ascensão do Quilombo do Palmares é preciso assimilar a formação do sistema colonial advindo das sociedades europeias, datando entre os séculos XVI e XIX, no território das Américas, desde o norte até as regiões meridionais do Uruguai e Argentina (GOMES, 2015, p. 8). Sob um regime mercantilista, o objetivo primordial centrava-se na acumulação de metais preciosos, o que a América desfrutava de quantidade generosa.

Para a efetivação dos negócios, junto do comércio e do regime de propriedade, o trabalho compulsório foi parte da forma de exploração do momento; e a colonização contou com o produto ‘açúcar’ como o núcleo central de ativação socioeconômica no território americano. Este sistema de exploração fecundou capitânicas e engenhos e ganhou destaque no mercado internacional (FREITAS, 1981, p. 19; MOURA, 1975, p. 23).

Inicialmente, a principal força de trabalho era composta por indígenas. No entanto, esse cenário durou até a virada para o século XVII, quando a população indígena se esgotou (FREITAS, 1981, p. 26-28; NASCIMENTO, 2016, p. 50-51), consequência de uma catástrofe demográfica; que na verdade, como diz Boris Fausto (2019, p. 46), referindo-se a isso como um “eufemismo erudito para dizer que as epidemias produzidas pelo contato com os brancos liquidaram milhares de índios”. Os mesmos foram afetados por doenças como sarampo, varíola, gripe e por não possuírem anticorpos ou imunidade, acabavam não resistindo. Assim, o indígena foi substituído pelo negro (MOURA, 1975, p. 27-28). O genocídio das populações indígenas afetou significativamente os almejos imperiais de

colonização; e acerca deste fato, de uma sociedade cativa de origem indígena, que os considerava preguiçosos, passou-se a substituí-los pelos africanos, que eram vistos como obedientes, sendo esta uma visão que foi reproduzida posteriormente por muitos anos em livros didáticos (GOMES, 2015, p. 58).

Logo, por volta de 1570, os incentivos à importação dos escravizados africanos contaram com muitas justificativas. Preconceitos existentes sob o continente africano pela perspectiva do colonizador (SILVA, 2016): como era dominado por uma floresta hostil, povoado por negros com cultura estagnada e incapazes de qualquer possível desenvolvimento, povo sem história e inferiores, constituiu a visão que se tinha pela África a partir da ótica do imperialismo europeu, justificando a prática do tráfico negreiro, a ocupação territorial, a colonização e a escravidão.

No entanto, a escravidão como forma de produção não foi uma prática também entre africanos<sup>17</sup>. A escravidão praticada entre os povos da África diferia do método europeu (SILVA, 2016, p. 29). Para a república palmarina tornar-se uma comunidade econômica e social realmente viável era necessário além de mais mulheres, também novos membro do sexo masculino; porém, segundo o historiador Décio Freitas (1981), o número de negros que fugiam de forma espontânea era insuficiente para atender a demanda de consolidar Palmares, o que tornava obrigatória a ação de sequestrar escravizados. Assim, estes eram mantidos como prisioneiros e só adquiriam sua liberdade ao participarem colaborativamente de alguma expedição contra os engenhos e/ou sequestrando novos cativos. Dessa forma, apenas esta prática palmarina se interpreta como uma forma de escravidão, pois exceto isto, a escravidão “parecia incompatível com a índole do movimento palmarino” (FREITAS, 1981, p. 37-38), ou seja, era um sistema com ações e interesses bem divergentes do qual os colonizadores propuseram ao chegar à América.

Esta prática existente desde a antiguidade adquiriu relevância neste sistema colonial dos séculos XV a XVIII, assim os portugueses, além de comprar especiarias, entre outros produtos, começaram a comprar também escravizados, “escravos de guerra”, para combates (GUERRAS, 2019), com finalidade de mão-de-obra, principalmente nas atividades relativas à monocultura de cana-de-açúcar; ou seja, o tráfico de africanos inicia facilitado pelo contato com estas sociedades já familiarizadas com o comércio de escravizados.

---

<sup>17</sup> Escravo vem do termo *eslavo*; os *eslavos* vendiam uns aos outros, por motivos derivados de conflitos religiosos (alguns eram muçulmanos e outros ortodoxos). Quando um povo era derrotado por outro, em meio a esses conflitos internos, os perdedores ficavam submetidos a um período de escravidão (GUERRAS, 2019). Assim, esclarecendo que “mesmo quando aparece em sua história (a escravidão como prática na África), a título completamente excepcional, assume quase sempre caráter patriarcal, o próprio prisioneiro de guerra incorporado depois de algum tempo à família do vencedor.” (FREITAS, 1981, p. 38).

Entretanto, para promover e legitimar essa escravidão havia diversas justificativas para o mundo europeu que validavam tais práticas, principalmente fundamentadas em razões religiosas e ideológicas (NASCIMENTO, 2016, p. 62-64). A Igreja Católica argumentava com questões baseadas na Bíblia, como por exemplo, que os cativos eram descendentes de Noé, condenados por Deus a serem, desde sempre, servos; eram vistos como amaldiçoados, pecadores e inferiores por causa da raça e por isso deveriam arcar com estas condições. A escravidão era vista como um “pagamento” por tudo isso (PALMARES, 2018; GUERRAS, 2019).

Assim, durante séculos, o colonialismo português adotou formas de comportamento para disfarçar tamanha violência. Nas palavras de Abdias Nascimento, “o mito da influência humanizadora da Igreja Católica procura exonerá-la de suas implicações na ideologia do racismo sobre a qual a escravidão se baseava” (NASCIMENTO, 2016, p. 63-64). Logo, a justificativa se dava pelo fato de que os cativos eram trazidos para viverem em terras cristãs e salvarem suas almas. Os missionários defendiam também que era melhor trazer os africanos para o Brasil e aqui lhes implantar o cristianismo, ao invés de tentar realizar as missões na África, e isso no caso também colaborou para legalizar a prática do tráfico negreiro. O padre Antônio Vieira, missionário muito importante na época, argumentava que a escravidão do povo africano estava distante de ser considerada como fator trágico, pelo contrário, era algo glorioso, “uma benção” (PALMARES, 2018; FREITAS, 1981), pois quanto mais sofrimentos eles passassem na terra, mais benefícios teriam no reino dos céus.

Apesar do risco e conseqüentemente a alta estatística de mortalidade<sup>18</sup> durante as travessias transatlânticas, o tráfico negreiro ainda se demonstrou extremamente lucrativo, tornando o desenvolvimento em terras brasis totalmente dependente dessa fonte para manter a autossuficiência da metrópole. Polos de produção fecundaram-se a partir do trabalho negro e assim as terras luso brasileiras e seu complexo econômico se destacaram no mercado internacional, como maiores produtores de açúcar e com o mais solidificado sistema escravista das Américas (FREITAS, 1981, p. 19).

---

<sup>18</sup> Sobre a mortalidade dos escravizados durante a rota transatlântica começava no próprio território africano: os escravizados aguardavam por longos períodos, podendo atingir até um ano, isso antes de embarcarem. Em algumas regiões da África, muitos estavam sujeitos a doenças tropicais, como malária. Tais zonas epidemiológicas tiveram um impacto letal para os africanos. Depois, acontecia a jornada transatlântica, onde a acomodação dos navios e condições alimentares e sanitárias reduziu ainda mais o número de escravizados. Como a regra era “quanto mais escravos, maior margem de lucro”, o espaço para que os africanos viessem era mínimo, conhecido como “empilhamento máximo”. Chegando ao destino, muitos navios ficavam de quarentena nos portos, com os escravizados sob a vigilância, onde averiguavam os mais “saudáveis” dos mais adoecidos. Com a quarentena, a mortalidade seguia aumentando (JÚNIOR, 2012, p. 165).

A quantidade de africanos trazidos para o Brasil teve um fluxo de intensidade variável, sendo possível observar tais oscilações com o quadro a seguir (ver tabela 2), evidenciando que o trabalho escravo foi, de fato, a força motriz do processo produtivo nas Américas:

**Tabela 2:** Tráfico de Escravizados - estimativas de desembarque de africanos no Brasil (1531-1780)

Período	No período	Média anual	% sobre o total de escravizados desembarcados na América em cada século <sup>19</sup>
1531-1575	10.000	222	22
1576-1600	40.000	1.600	
1601-1625	100.000	4.000	
1626-1650	100.000	4.000	43
1651-1670	185.000	7.400	
1676-1700	175.000	7.000	
1701-1710	153.700	15.370	
1711-1720	139.000	13.900	
1721-1730	146.300	14.630	
1731-1740	166.100	16.610	30
1741-1750	185.100	18.510	
1751-1760	169.400	16.940	
1761-1770	164.600	16.460	
1771-1780	161.300	16.130	
Total:	1.895.500	-	33

**Fonte:** Estatísticas Históricas do Brasil: série econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. IBGE 1990. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro. p. 223. 2007.

Em casos de revoltas sofriam diversas punições ordenadas pela Legislação Portuguesa. Submetidos a chicotadas, troncos, prisões, castigos além de jornadas de trabalho com duração de 12 a 16 horas por dia (GUERRAS, 2019), onde em meio a tantas atrocidades de tortura física e mental, a expectativa de vida era muito baixa.

<sup>19</sup> Essa estatística exclui os africanos embarcados com destino à Europa ou as ilhas do Atlântico, cujo movimento só adquiriu importância no século XVI.

Ante este panorama é possível afirmar que o legado africano deixou memórias de dor, sofrimento e resistência intangíveis na história americana<sup>20</sup>. O número de escravizados envolvidos, de forma direta ou indireta, eram milhões e milhões de seres humanos, perdurando por quatro séculos. “Um escravo já é demais. Os homens, mulheres e crianças aspiram à liberdade. O número de escravos não é importante”, palavras de Eloi Coly, gestor do patrimônio de Senegal (PALMARES, 2018). Também é relevante ressaltar que o tráfico negreiro optava por homens e mulheres jovens, e assim, só poupou os idosos. Dessa maneira, a população diminuiu de forma significativa na África.

Na diligência de desvincular sua identidade, antes de embarcar para a América, Celestino Kassambo (2018), militar em Angola, conta que os cativos eram batizados e ganhavam um novo nome, assim como também participavam de uma ‘cerimônia’ na chamada Árvore do Esquecimento: uma tentativa de manipulação psicológica, onde os homens e mulheres giravam em torno da árvore enquanto o padre dizia: “Nós os esvaziamos de todas as suas memórias. Vocês vão esquecer de onde vocês vêm. Vocês não vão resistir. Vocês virarão zumbis<sup>21</sup>. E vocês não se lembrarão mais”. Nourêini Serpos (2018), pesquisador em Benin, conta que esse ritual era feito para quebrar a resistência, como garantia de que eles não tentassem se revoltar durante a travessia e posteriormente, durante o trabalho (PALMARES, 2018), porém, a resistência ao sair dos portos continuaria a bordo e não somente permaneceria forte durante toda a travessia como também se manteria depois, seguiria intrínseca a história destes povos.

Viveram sob um mundo regido pela escravidão com uma violenta imposição cultural, foram obrigatoriamente batizados, receberam novos nomes de classificação cristã, salientado as inúmeras tentativas de criar novas identidades e readaptar suas mentes à uma nova realidade. Através das águas do Atlântico promoveu-se um compartilhamento de culturas, saberes e religiões, assim como o de povos, tradições e costumes e por estas conexões que Palmares se tornou possível e memorável, e os sentimentos de resistência, luta e dignidade que se condensam hoje na significação outorgada, nomeada na atualidade por Serra da Barriga.

---

<sup>20</sup> O cenário do tráfico negreiro era constituído por sentimentos de medo, raiva, pavor, desespero e condições tão terríveis que muitos preferiam morrer a embarcar naquele navio, e muito menos, de chegar ao outro lado. Muitos se jogavam no mar. Tumultuados, suor, vômitos, sangue, excrementos, calor, gritos, dor, sem ar, sem luz. As mulheres preferiam abortar bebendo veneno (PALMARES, 2018) porque não aceitariam jamais ter seus filhos naquele contexto, “só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem” (FREITAS, 1981, p. 30).

<sup>21</sup> Aqui se tornar ‘zumbi’ referindo-se a um “morto-vivo”, alguém sem personalidade, sem vontade própria, na intenção de esvaziar o africano de sua verdadeira identidade.

### 1.1.2 Forma-se Angola Janga

Sob este contexto, pela extensão territorial das Américas formaram e desenvolveram-se espaços de refúgio, fruto da resistência dessas comunidades de cativos que fugiram e lutaram intensamente por uma liberdade que sempre lhes foi negada. Em terras brasileiras, são conhecidos por quilombos<sup>22</sup>, palavra que vem do bantu *Kilombo*<sup>23</sup> (GOMES, 2015).

Data-se em 1575 o primeiro registro de um mocambo<sup>24</sup> localizado na Bahia (GOMES, 2015); e por meados dos anos de 1580, os primeiros rumores de escravizados fugindo da região sul da capitania de Pernambuco e iniciando aglomerações em *Angola Janga*, que significa “pequena Angola” na língua banto quimbundo (D’SALETE, 2017, p. 8; DOSSIÊ, 2017, p. 38), que era o nome usado para se referir à Palmares.

Relata-se que a fuga inicial era de aproximadamente 40 a 50 cativos de um engenho da mata sul de Pernambuco. Palmares assim se estabeleceu. Um dos principais motivos da fuga dos negros, saindo das fazendas e engenhos para tais matas acolhedoras era por causa do rigor do cativo, depois de sofrer absurdos com os navios negreiros e o mercado de escravizados (CARNEIRO, 1958, p. 55; FREITAS, 1981, p. 42-43), como já relatados, os quais eram fatores rotineiros da época.

A região que abrangia Palmares constituía-se por uma área virgem, um terreno considerado praticamente inacessível, e justamente por isso acabava sendo atrativo para esses primeiros grupos palmaristas que ocuparam a região (FREITAS, 1981, p. 43-44), fazendo assim da natureza, sua aliada. As serras e montanhas representavam verdadeiros ‘santuários’ para essas populações, evidenciando que de fato a escolha destes locais não aconteceu de forma aleatória, tratando-se de “uma escolha consciente por uma estratégia de sobrevivência adaptada àquela nova situação dos negros africanos e que muito nos diz a respeito de seu passado e suas experiências atlânticas” (DAMASCENO, 2014, p. 186), dessa forma, os conhecimentos africanos foram aplicados para luta e resistência.

---

<sup>22</sup> O termo quilombo na verdade só foi registrado na documentação colonial no final do século XVII (GOMES, 2015, p. 9), ou seja, antes geralmente eram chamados de mocambos.

<sup>23</sup> Tais refúgios eram nomeados de formas diferentes pelas diferentes regiões. Seguindo pelas dimensões latino-americanas, a partir das variações geográficas e temporais, na Venezuela, tais assentamentos eram conhecidos como *cumbes*. Na Colômbia, os *palenques*. Na Jamaica, no restante do Caribe inglês e no sul dos Estados Unidos eram chamados de *maroons*. No caribe francês era conhecido como *marronage*; e no Caribe espanhol - principalmente Cuba e Porto Rico - por *cimarronaje* (GOMES, 2015, p. 9); durante os séculos XVI e XVII várias comunidades de escravizados que fugiam se formaram pela América, existindo vários registros desses assentamentos: na Venezuela, México, Panamá, enfim, de fato, várias comunidades surgiram em diversas partes e ocasiões (GOMES, F. 2011).

<sup>24</sup> Alguns autores classificam as fugas e escravizados que haviam fugido temporários - que voltavam às condições de escravizados como *petit marronage* e a formação de assentamentos destes cativos estáveis mais duradouros como *grand marronage* (GOMES, F. 2011, p. 9).

Naturalmente montanhosa e agreste, semeada por uma variedade intensa de flora de forma de que em algumas partes era impenetrável à luz, Palmares é justificada pelo nome devido as principais árvores serem *Palma Attalea Pindoba* (CARNEIRO, 1958, p. 45; FREITAS, 1981). A palmeira é considerada a rainha das árvores. Toda sua composição gera usos, são fecundas para todos os usos da vida humana. Era possível fazer vinho, o azeite para comer, com seu fruto se faz farinha, com seu tronco se constrói habitações, a palha (folhagens) serve para cobrir e seu óleo como remédio. Sobre isso, Buba Nvula Dalamana (2018), rei dos Jingas em Angola, explica “não falta palmeira, ai se não há palmeira, não é quilombo” (PALMARES, 2018) quando se questiona sobre a importância das árvores palmeiras para estes povos e suas tradições.

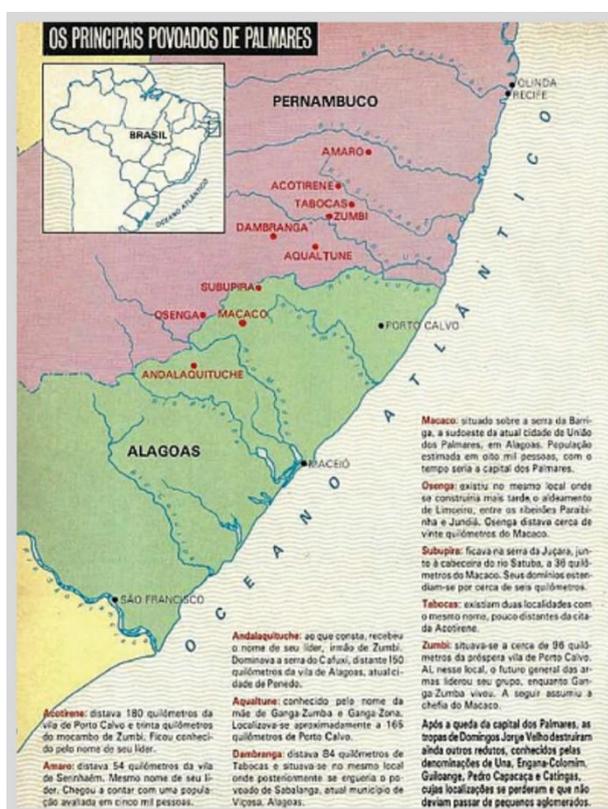
Historicamente, tudo indica que a expansão do Quilombo dos Palmares passou a acontecer significativamente devido às invasões holandesas que aconteceram por volta de 1630 (REIS, 2004, p. 22), pois tal conflito causou um caos social e desorganizou a vigilância dos senhores (CARNEIRO, 1958, p. 15), facilitando muito os escapes e assim promoveu um crescimento gigantesco. Percebe-se uma guerra dentro de outra guerra.

A invasão holandesa durou aproximadamente duas décadas e promoveu a ascensão da república palmarina. Seu interesse no açúcar promoveu ataques e destruição aos engenhos portugueses, de fato, desestruturando toda sociedade colonial de Portugal, e assim gerando oportunidade para que houvesse escapatória. Ante as dificuldades que atravessavam os senhores e as tropas havia mais possibilidade de sucesso para fugir. Assim, os escravizados iam para os lugares mais inacessíveis, como matas fechadas, florestas, montanhas, cavernas, morros, serras, rios, etc. (GOMES, 2015; GUERRAS, 2019), procurando por recursos que pudessem os permitir sobreviver nesses refúgios. Palmares era perfeitamente propícia para isso.

O Quilombo dos Palmares chegou ao auge contabilizando aproximadamente mais de 20 mil pessoas por volta de 1655, tornando-se historicamente o maior assentamento de escravizados/negros fugidos das Américas. Na verdade, os escapes dos escravizados neste período, se não contribuíram diretamente para a expansão da população de Palmares, foram no mínimo intensamente significativas para causar preocupação aos colonizadores, que o mais breve possível iniciariam o planejamento de suas expedições punitivas contra os ‘negros do mato’ (NASCIMENTO, 2010, p. 39-47; DAMASCENO, 2014, p. 41). Disso, esboçava-se apenas o estopim.

Mocambo ou *mukambu* que tanto em *kimbundu* ou em *kicongo* (línguas em várias partes da África Central) significa pau de feira, tipos de suportes usados em acampamentos (GOMES, 2015, p. 10), elucidando dessa forma a origem e o significado do termo.

Conforme a figura 2 é possível visualizar os principais povoados em Palmares, que dentre os mais famosos cita-se Macaco, Subupira, Amaro, Curiva, Andalaquituche, Tabocas, Zumbi, Danbraganga, Osenga, Aqualtune, Acotirene (D'SALETE, 2017, p. 8)<sup>25</sup>.



**Figura 2:** Principais povoados em Palmares. **Fonte:** Dossiê de Candidatura, 2017, p. 32.

Tomando quase toda extensão do Planalto da Borborema tendo como seu ponto mais alto o que se conhecia por outeiro da Barriga (FREITAS, 1981, p. 110), hoje denominada a Serra da Barriga, foi a sede do histórico Quilombo dos Palmares, correspondente ao atual município de União dos Palmares.

O pretexto da durabilidade extensa do Quilombo dos Palmares pode ser explicado pela localização privilegiada, no oeste alagoano. Como dito por Edison Carneiro (1958), os quilombos geralmente posicionavam-se em zonas estratégicas, contando com a proteção das peculiaridades geográficas, de solos férteis, próprias para cultivo de vegetais, fontes de água e abundantes em animais de caça e pesca (CARNEIRO, 1958, p. 20; FREITAS, 1981, p. 83).

<sup>25</sup> Outros nomes de mocambos que compuseram Palmares: Una, Gôngoro, Oiteiro, Garanhus, Gonzo, Graça, Quiloange, Quissama, Catingas (GOMES, F. 2011, p. 43).

Localizados longe dos portos e com uma altitude que permitia enxergar toda movimentação da área e protegidos pela natureza<sup>26</sup>, além do bom aproveitamento dos recursos naturais locais como árvores frutíferas, riachos e grandes rios<sup>27</sup>, entre outras atividades como modelagem de barro para criar utensílios e produção de azeite extraído das palmeiras também são demonstrativos de estratégias que possibilitaram a extensão de sua existência. A agricultura, uma das principais atividades dos palmarinos, se beneficiava a partir da fertilidade da natureza local e também pelo sistema organizado de divisão das terras. Aos arredores de suas construções, pelas matas, da fauna e flora local, os “foragidos” encontravam todos os elementos necessários à vida (FREITAS, 1981, p. 44-46).

Apesar de coexistirem vários mocambos, as articulações e conexões entre os mesmos sustentavam o funcionamento econômico e militar, com condutas e práticas complementares (GOMES, F. 2011, p. 45; GOMES, 2015, p. 80), como por exemplo, enquanto um mocambo produzia manteiga, o outro fabricava vinho, sendo estes outros fatores que os quilombolas puderam prolongar a existência dos assentamentos.

Além disso, sobre o sistema defensivo do quilombo, o mesmo era formado por mirantes e paliçadas em pontos altos e estratégicos, também conhecidas por Atalaia, que permitia vigiar e prevenir ataques, sendo parte da cultura material palmarina. Historicamente, estas fortificações são parte da tradição africana de combate e estratégia e se fizeram presentes em guerras desde os contatos primórdios com os europeus até o século XIX. Foram construções que permitiam assegurar o controle dos abrigos. Com a intenção de repelir a presença inimiga ao máximo, espalhavam armadilhas no entorno do local que estavam alojados. Os quilombolas também tinham informantes e homens armados nas regiões próximas da mata, assim mantinham-se informados sobre acontecimentos pelos arredores de seus mocambos através dos vigias instalados nas matas. Todo movimento era monitorado. As próprias fugas tinham estratégias e eram formas de combate: fugir para locais como florestas, matas, serras tão íngremes e de difícil acesso, de modo que conheciam tão bem o território e suas capacidades eram ações propositalis para justamente atrair os inimigos para emboscadas, demonstrando assim uma capacidade de usufruir da ecologia local para seu favor, como arma de defesa e ataque (FREITAS, 1981, p. 109).

---

<sup>26</sup> Sobre a denominação própria dos próprios habitantes de Palmares: na documentação eles são referidos como “negros de Palmares”, “negros alevantados” ou “negros da Guiné”. Segundo Flávio Gomes (2011), a palavra “negro” nesse período é sinônimo de escravo (GOMES, F. 2011, p. 23).

<sup>27</sup> Acerca da abundância hídrica no Quilombo dos Palmares, Mestre Cláudio (colaborador no terceiro capítulo deste trabalho) relata que foi feita uma pesquisa sobre as fontes de água, no período de construção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares e a empresa SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de União dos Palmares detectou 20 pontos de água (LEITE, 2020).

Os palmarinos não viviam isolados da sociedade colonial, pelo contrário, estudos arqueológicos supõem que os mesmos estabeleciam uma ampla rede de relações, envolvendo europeus, africanos e indígenas. Essas relações não eram necessariamente apenas interações conflituosas, enquanto alguns europeus realmente disputavam o poder territorial, outros tinham relações comerciais (ORSER, FUNARI, 2004, p. 16), por exemplo.

Os mencionados arqueólogos também referem ao caráter estratégico do Quilombo dos Palmares, notando que “todos os sítios da Serra da Barriga estão localizados na face sul em uma posição estratégica em relação ao Rio Mundaú” (FUNARI, ORSER, 2004, p. 20). Outro ponto é sobre a multietnicidade que existia no território quilombola, ou seja, o convívio de sujeitos de diversas origens étnicas e culturais<sup>28</sup>. Compreende-se que a partir dessa diversidade as identidades se constituíam de forma bem eclética<sup>29</sup>, pela fusão da cultura africana, indígena e europeia. Scott Joseph Allen (2018), outro dos principais arqueólogos e estudiosos sobre a Serra da Barriga, relata que a presença indígena já existia antes da chegada dos europeus no litoral do Nordeste brasileiro. Foram encontrados materiais com cerâmicas e panelas de barro, parte da cultura material do Quilombo dos Palmares, sendo estes trabalhos de origem indígena (PALMARES, 2018). Escavações arqueológicas desenvolvidas no sítio da Serra da Barriga têm cerca de 900 anos antes do presente, ou seja, são pré Palmares.

Os quilombolas desenvolveram modalidade de comércio com seus vizinhos, e assim, realizavam escambos de produtos da terra, objetos de cerâmica, peixes e animais, produtos manufaturados, artefatos de uso cotidiano, troca de serviços, roupas, ferramentas e até armas de fogo (CARNEIRO, 1958, p. 30), ou seja, a produção econômica do quilombo não era só para subsistência, mas também por trocas mercantis com localidades próximas. Inclusive essa capacidade interativa que possuíam amedrontava muito as autoridades imperiais.

Também existiram as expedições vingativas contra as fazendas localizadas próximas quando eles sofriam algum ataque. Assim, destruíam mais engenhos e capturavam outros negros que estavam submetidos à escravidão e levavam para Palmares (GUERRAS, 2019). Faziam isso para punir e apavorar ainda mais os que destruíam seus mocambos. Além do mais, era necessário constituir famílias e aumentar suas comunidades, por isso a procura por

---

<sup>28</sup> Acerca da confluência destas identidades, como relata o historiador Flávio dos Santos Gomes, nem tudo foram flores no convívio destes povos, não se constituindo a história apenas por solidariedades e trocas culturais, pois muitas vezes durante o período da colonização, estes rearranjos multiétnicos vivenciaram muitos conflitos entre si (GOMES, 2015, p. 59-60).

<sup>29</sup> Observando os nomes dos mocambos, por exemplo, alguns possuem origem do bantu, como Macaco e Zumbi, outros de origem de tupi, como Subupira e Taboca, confirmando a multietnicidade palmarina. Palmares foi em grande parte formado inicialmente por africanos provenientes do Congo e Angola, entretanto, a multietnicidade cultural foi influenciada a partir de práticas mágicas e rituais de várias partes do continente africano, indígenas e também pelo Catolicismo que se aprendera nas senzalas (GOMES, 2015, p. 79).

mulheres no início das formações. As travessias atlânticas traziam cerca de uma mulher a cada dez homens pelo alto custo no tráfico (GOMES, F. 2011, p. 43); para resolver essa deficiência da presença feminina, os cativos praticavam sequestros. Além disso, os quilombolas ainda possuíam a tática de estarem sempre transferindo seus mocambos (GOMES, F. 2011, p. 30)<sup>30</sup>, ou seja, muitas vezes era difícil se quer encontrá-los. Mudavam-se e não deixavam pistas.

Sobre a produção e organização econômica e comercial do quilombo: suas relações sociais eram complexas e entre si praticavam o coletivismo econômico, partilhando tudo que fosse produzido e conquistado. A estruturação quilombola caracterizava-se como a de um pequeno Estado com instituições políticas (GUERRAS, 2019), constituído por leis e normas com um líder, tanto religioso quanto militar e político, com função principal de se comunicar com seus ancestrais.

Como relata Décio Freitas (1981), não se tem conhecimento de fontes produzidas pelos próprios palmarinos, existem pouquíssimos dados. Sobre a vida interna de Palmares, em geral, as interpretações são a partir dos indícios e costumes percebidos pela população escravizada (FREITAS, 1981, p. 13). Palmares é fruto da conexão atlântica entre as terras brasis e o continente africano. Apesar de viverem por anos em um contexto tão violento e desumanizado, as permanências culturais africanas mantiveram-se presentes.

### **1.1.3 Atentados e destruição: Guerra dos Palmares**

O cenário de caos acarretado a partir da invasão holandesa promoveu uma realidade de guerras constantes até 1635. Quem liderou estas desavenças contra a Holanda era Matias de Albuquerque, administrador colonial e militar luso brasileiro, primeiro governador do Brasil nascido no mesmo território. A situação se altera com Domingos Fernandes Calabar, senhor de engenho nascido na capitania de Pernambuco, que se aliou aos holandeses, traíndo a resistência luso-brasileira e venceu as forças de Matias de Albuquerque. Ficou conhecido como um grande traidor, pois seus conhecimentos sobre terreno e técnicas de luta, combate e resistência foram usados em favor da vitória dos holandeses, até que ele acabou preso e executado (FREITAS, 1981, p. 54).

Em 23 de janeiro de 1637, desembarcou em Recife na condição de governador e capitão, João Maurício de Nassau, enviado pela Holanda para consolidar e expandir as

---

<sup>30</sup> Andando naquelas matas encontraram-se “todas as meias horas, mocambos feitos pelos negros quando deixaram o Velho Palmares pelo novo”. Registros do diário de viagem do capitão João Blaer - 1645 (GOMES, F. 2011, p. 49).

conquistas (FREITAS, 1981, p. 58-59), quem também acabou se envolvendo com o tráfico negreiro por razões políticas e comerciais. Como o açúcar era um produto com demanda inesgotável, Nassau realizou uma reforma administrativa e reativa o desenvolvimento açucareiro, que havia sido estagnado devido às guerras anteriores que destruíram os engenhos (PALMARES, 2018; DOSSIÊ, 2017, p. 39). Para tal reativação era fundamental recapturar escravizados que estavam fugindo, pois suas crescentes ausências causavam menos produção, o que era preocupante. Além disso, Maurício de Nassau conquistou muitos senhores de engenho por incrementar a produção açucareira viabilizando novos lucros ao abrir o mercado exportador holandês.

As mudanças geopolíticas que vinham ocorrendo, ocasionadas pelo fim da União Ibérica, romperam o comércio com o Rio da Prata (uma das principais fontes de moeda para o Estado do Brasil) e também em virtude da perda de Angola em 1641 para os holandeses (ARAÚJO, 2014, p. 38), principal fonte de mão de obra escrava comercializada na América Portuguesa.

Os portugueses refugiaram-se no interior da fortaleza de Massangano em Angola e o comércio ficou livre para os holandeses, assim, as possibilidades de exportar escravizados eram menores para os portugueses. A historiadora Rosa Cruz e Silva (2018) relatou que a saída de escravizados de Massangano só poderia ser feita pelo portão de Coanza até o litoral, território que estava sob o controle holandês (PALMARES, 2018). Durante o período, só saíam navios holandeses do porto, com interesse de garantir a mão-de-obra para trabalharem no açúcar em terras brasis. Portugal controlava as guerras no interior africano como forma de atacar os interesses holandeses que ficavam assim sem meios de conseguir esses escravizados. Isso explica os acordos que estabeleceram com os portugueses<sup>31</sup>, por dependerem desse fornecimento.

Em 1644 ocorre então a primeira expedição holandesa contra o Quilombo dos Palmares, onde Nassau envia o capitão Rodolfo Baro, sendo vencido<sup>32</sup>. Posteriormente houve uma segunda expedição antipalmarina, dessa vez liderada por João Blaer<sup>33</sup>, que também fracassou (GOMES, F. 2011, p. 35; FREITAS, 1981, p. 65).

---

<sup>31</sup> O tratado de Haia (1641) com validade de dez anos previa a paz entre holandeses e portugueses e formação de uma tropa conjunta para combater o reino espanhol. Na prática o tratado “congelava o *status quo* territorial” porque a cessação de hostilidades também representava, em teoria, a manutenção do controle sobre os territórios que ambas as partes detinham naquele momento. Como relatado, a paz definitiva interessava a ambas as partes, fosse alcançada por acordo ou por desfecho da guerra, pois as tréguas não iriam eliminar as despesas de guerra e não trariam os ganhos pelo conflito (ARAÚJO, 2014, p. 30-31).

<sup>32</sup> Em 1645, Maurício de Nassau é então removido deste cargo e retorna à Holanda (PALMARES, 2018).

<sup>33</sup> Em termos documentais, o diário de viagem do capitão João Blaer é de grande valor, tratando-se dos poucos relatos sobre o Quilombo dos Palmares na primeira metade do século XVII. Os registros de Blaer foram uma

Com Nassau regressando à Europa, surgiu o cenário da insurreição, iniciando-se assim o período histórico conhecido por Insurreição Pernambucana<sup>34</sup> em 1645, comandado por João Fernandes Vieira, que tinha sido um dos principais favorecidos pela política de Maurício de Nassau. Assumiu cinco engenhos que haviam sido abandonados pelos donos anteriores, enriqueceu-se grandemente e se tornou muito poderoso.

Os holandeses foram expulsos de Angola, sob a liderança da expedição de Salvador Correia de Sá e Benevides. Segundo Luiz Felipe de Alencastro (2018), esta perda foi a mais significativa no Atlântico Sul para a Holanda, inclusive mais que a Batalha dos Guararapes, (PALMARES, 2018). Os holandeses acabaram se envolvendo em guerras contra a Inglaterra, e se enfraqueceram significativamente. Com seus recursos escassos para manter as operações militares, acabaram deixando as terras brasis por não ter condições de administrar duas guerras ao mesmo tempo. Nesse contexto conturbado de disputa e conflitos entre reinos da Europa, Palmares prospera com uma geração livre que segue consolidando-se e crescendo significativamente após 1650, o que desenvolveu uma classe senhorial em Pernambuco vivendo em pavor com este crescimento acentuado.

Como a presença palmarina não estava de acordo com os planos colonizadores, exterminá-los passou a ser um objetivo não somente necessário como urgente. Um refúgio com condições tão sólidas de resistência acabava servindo de estímulo para que os outros cativos continuassem constantemente tentando fugir para lá. Tornou-se um centro de referência à liberdade e autonomia. A conclusão era que “a questão palmarina só podia ser resolvida mediante a total destruição de Palmares” (FREITAS, 1981, p. 165). Era uma total ameaça à paz dos colonizadores e da administração imperial.

Deste modo, vindo de Sergipe, Fernão Carrilho, administrador colonial, foi outro capitão responsável por realizar expedições para tentar destruir o Quilombo dos Palmares. Com experiências de guerra e depois de analisar os fracassos dos antecessores (PALMARES, 2018; FREITAS, 1981, p. 106), propôs-se uma nova estratégia de combate: consolidar um assentamento para guardar armas e mantimentos, que chamavam de Arraial de Bom Jesus e a Cruz. O objetivo era, a partir dessa nova localização, realizar novos ataques aos arredores, não precisando se deslocar sempre de muito longe.

---

das fontes principais que serviram de base para as análises sociológicas sobre Palmares. É uma espécie de diário de uma expedição punitiva contra Palmares realizada em 1645, onde são descritas todas as etapas da expedição e ataques a Palmares, destacando-se informações sobre nomes de lugares, rios e mocambos. Um interessante ponto desse relatório é o fato de essa expedição ter contado com inúmeros índios (GOMES, F. 2011, p. 47).

<sup>34</sup> Um dos motivos para a Insurreição Pernambucana estava ligado às disputas envolvendo países europeus naquela época. Durante a Guerra dos 30 anos, que durou de 1618 a 1648, ainda período da União Ibérica, os espanhóis estavam em combate com os holandeses por causa das terras dos Países Baixos.

Alojados por meses na região, fazem vários ataques até que finalmente em novembro de 1677 se consegue capturar alguns familiares de Ganga-Zumba, o principal líder palmarino (DAMASCENO, 2014, p. 206; FREITAS, 1981, p. 118). Sob este contexto, Ganga Zumba foge, Macaco é liderado pelas tropas coloniais, muitos foram mortos e outros tantos presos, o que já significava uma grande vitória do ponto de vista dos portugueses. Posto isso, capturando parentes de Ganga Zumba, surgiu um novo caminho para possíveis negociações.

A liderança de Ganga Zumba, que vivia na fortaleza de Macaco durou aproximadamente de 1670 a 1678<sup>35</sup>. Ante a situação descrita anteriormente, era iminente um acordo. O Acordo de Cucaú (entre Ganga Zumba e o governador de Pernambuco, Pedro de Almeida) tinha para os portugueses um objetivo principal: deslocá-los dali para região de Cucaú o que para um líder com anseio proteger seu povo e garantir sua sobrevivência, parecia uma saída interessante (GOMES, 2015, p. 92). Concorde-se com o tratado considerando a garantia de que a autonomia de Palmares fosse respeitada. Os quilombolas a partir disso deixariam todos os mocambos e passariam a residir em um local cedido por Portugal, no caso, era o mocambo de Cucaú, sendo reconhecidos como súditos do rei (GUERRAS, 2019).

Um dos pontos mais importantes deste acordo era de que quem tivesse nascido na região de Palmares tornaria-se livre, mas os que fugissem para Palmares poderiam ser escravizados novamente. Provavelmente esse foi o principal ponto que a grande parte discordou e se revoltou, inclusive Zumbi (FREITAS, 1981, p. 120). A partir disso houve uma ruptura. Isto foi ponto positivo para os portugueses que conseguiram então dividir a massa palmarina: parte dos que concordavam com Ganga-Zumba foram para Cucaú, outra parte que estava agora sob a liderança de Zumbi, continuou na região da Serra da Barriga.

Zumbi foi escravizado desde os sete anos de idade, pois foi entregue ao padre Antônio de Melo em Porto Calvo. Aprendeu latim e o português. Foi batizado com o nome de Francisco. Aos 15 anos conseguiu fugir para Palmares (GOMES, 2011, p. 71; FREITAS, 1981, p. 124-125), e tornou-se um destaque em guerras e estratégias. Nesse período, Zumbi demonstrou um posicionamento político bem diferente de Ganga Zumba, discordando não de um acordo de paz em si, mas dos pontos existentes neste acordo.

Assim sendo, em 5 de novembro de 1678, Ganga Zumba sela a paz e se instala nas terras de Cucaú com seus seguidores. A historiadora Silvia Hunold Lara (2018) diz que

---

<sup>35</sup> Os principais líderes do Quilombo dos Palmares foram Aqualtune, Ganga-Zumba (o mais significativo) e Zumbi; os comandantes-chefes que formaram o Conselho Deliberativo da República eram Acaiene, Acaiuba, Acotirene, Amaro, Andalaquituche, Dambrabanga, Ganga-Muíça, Ganga Zona, Osenga, Subupira, Tocolo, Tabocas; e os nomes significativos que resistiram após a morte de Zumbi são Banga, Camoanga e Mouza (cf. Painel Expositivo/PMQP, 2020) (ver anexo V).

Cucaú é uma “mescla da política de assentamento e dominação das populações nativas aplicadas na África Central e na América portuguesa com os índios” (PALMARES, 2018). No entanto, o Acordo de Cucaú durou até o momento em que Ganga-Zumba foi morto (envenenado) - acredita-se que possivelmente até por incidentes advindos do grupo da Serra da Barriga, liderados por Zumbi (FREITAS, 1981, p. 129; DOSSIÊ, 2017, p. 40). Cucaú foi destruído<sup>36</sup>. Sabotados, portanto, o Acordo de Paz não foi cumprido e essa falha fez com que parte de Palmares pagasse com a destruição de parte de seu povo, os que estavam em Cucaú.

Nesse contexto, Zumbi, ainda muito novo, foi aclamado como rei de Palmares, intensificando a resistência, que passou a conduzir a luta do povo palmarino. Zumbi dos Palmares<sup>37</sup> era considerado uma representação, uma referência nos âmbitos político e religioso. Era um negro de singular valor e o inimigo principal da dominação branca. Zumbi foi responsável por novas técnicas e estratégias de combate, mudando suas táticas, antes o objetivo era fugir, agora, ao invés de esvaziar as vilas, primeiramente buscava antes atacar as tropas (FREITAS, 1981, p. 124). Provavelmente por esses motivos foi que Zumbi se constituiu como um símbolo dessa resistência, que hoje é ressignificada nas lutas do movimento negro pela igualdade em todos os aspectos.

Como o Quilombo dos Palmares ocupava um território de difícil acesso, os colonizadores durante os trajetos para as expedições antipalmarinas, enfrentavam inúmeras adversidades como falta de água, temperaturas baixas, serras e montanhas muito íngremes, matas fechadas, espessas, animais selvagens. “Uma coisa é você combater no litoral, como por arredores de Santo Agostinho, outra coisa é você entrar pelas matas (...) requer outra logística.” diz Rômulo Xavier (2018), ou seja, apesar de andarem sempre equipados com armas e comida, era extremamente difícil, diga-se que quase impossível, acessar o quilombo (PALMARES, 2018). Assim, ir até Palmares era um caminho extenso, cansativo e bastante complicado, “a floresta tornava-se, portanto, inimiga daqueles que tentavam reescravizar os cativos” (GOMES, 2011, p. 30). Além de precisarem criar um caminho para seguir,

---

<sup>36</sup> Por Zumbi ter discordado e seguido para outros matos, também se demonstra como uma forma de prática de incidências políticas - que por ter resistido e não ter acompanhado seu tio, Ganga Zumba, até Cucaú, pode ser acusado como protagonista da falência de Cucaú. Também havia outras questões em jogo que levaram à violação do acordo como interesses por fazendeiros, senhores de engenho, comerciantes e jesuítas na colonização e exploração (PALMARES, 2018).

<sup>37</sup> De acordo com Décio Freitas, o nome Zumbi nos documentos portugueses aparece como Zumbi ou Zumbi, não concordando com significado atribuído como de “Deus da Guerra”, pois o que consta na mitologia religiosa africana é uma divindade suprema chamada Nzambi, que segundo Bauman, se cultuava na parte ocidental do norte congolês e a partir do século XVI foi difundida por missões cristãs. Assim, aludindo a Zumbi que em Angola significava defunto e, entretanto, não sendo impossível que os palmarinos vissem no seu general uma reencarnação divina, porém, Décio alega que não há provas sobre isso (FREITAS, 1981, p. 126).

enfrentavam muitos problemas de manutenção, como de envio de mantimentos, armas e materiais de socorro. Sobre isso, relatou um expedicionário antipalmarino:

Nossas povoações destruídas e os Palmares conservados; sendo a causa principal deste dano a dificuldade dos caminhos, a falta de águas, o descômodo dos soldados porque como são montuosas as serras, para se abrirem é o trabalho excessivo, porque os espinhos são infinitos, as ladeiras muito precipitadas e incapazes de carruagens para os mantimentos; com o que é forçoso que cada soldado leve às costas a arma, pólvora, balas, capote, farinha, água, peixe, carne e rede com que possa dormir; ...ordinariamente adoecem muitos, assim pelo excesso de trabalho como pelo rigor do frio; e estes, ou se conduzem a ombros ou se desamparam às feras; e como os negros são senhores daqueles matos e experimentados naquelas serras, o uso os tem feito robustos naquele trabalho e fortes naquele exercício; com o que nestas jornadas nos costumam fazer muitos danos sem poderem receber nenhum estrago, porque encobertos dos matos e defendidos dos troncos se livram a si e nos maltratam a nós (FREITAS, 1981, p. 84).

A essa altura, pelo fim de 1684, o novo governador João da Cunha Souto Maior, embarcou em Recife trazendo consigo uma carta do rei de Portugal, Dom João IV, para o novo chefe de Palmares: Zumbi. Algumas interpretações dos historiadores expressam que esse reconhecimento de autoridade e liderança palmarina concebido à Zumbi almejando negociar era considerado como um ato humilhante para a elite colonial (PALMARES, 2018), porque reconhece simultaneamente a incapacidade dos mesmos em resolver aquela situação e reatarem domínio.

Assim, os colonizadores ficavam cada vez mais impacientes com a situação e com suas reputações vulneráveis, afinal, de 1680 a 1686 inúmeras expedições haviam falhado. Entretanto, desta vez, o Conselho Ultramarino em Portugal posicionou-se a favor da guerra (FREITAS, 1981, p. 89). Sem mais tentativas de negociação, declarou-se guerra contra Palmares, pela necessidade de um enfrentamento mais sistemático, forte e competente, com o objetivo de destruir e extinguir tudo e todos de lá.

Para efetivar tais planos de destruição, contrata-se então um grande sertanista experiente em guerra nos matos, em caçar índios e negros em terras brasílicas: Domingos Jorge Velho (FREITAS, 1981, p. 152-153). Sua expedição de 1694 foi a maior expedição militar até então na história do Brasil colonial, paulatinamente os quilombolas iam se enfraquecendo e a partir daí aproxima-se o maior desafio do Quilombo dos Palmares: a batalha final. Domingos Velho faz um detalhado plano de ataque a Palmares. E desta vez, a expedição “deu certo”. Em fevereiro de 1694, sob ordem de três comandantes, Bernardo Vieira de Melo, Sebastião Dias e Domingos Jorge Velho (DOSSIÊ, 2017, p. 29), a ofensiva contra Palmares mobilizada com cerca de 14 mil homens, onde os atacantes vão muito bem preparados.

Houve até a presença de canhões para guerrear contra os palmarinos, havia a paliçada dos mocambos em Macaco e Domingos Jorge Velho mandou construir uma contra-paliçada para seu exército, onde os canhões ficavam posicionados por trás para abater aquela área (FREITAS, 1981, p. 176). Dessa forma, Macaco acabou se tornando insustentável. É assim que Angola Janga foi destruída.

Contudo, em meio à Guerra de Palmares, Zumbi consegue fugir. Só que não bastava a destruição de Palmares, para as autoridades coloniais o primordial era capturar seu líder. Pouco tempo depois, surgiram notícias de que ele estaria vivo e que seguia pelas matas dando trabalho às autoridades e militares coloniais. O capitão André Furtado de Mendonça consegue capturar e aprisionar um dos amigos de Zumbi, conhecido como Antonio Soares. Depois de muito ser torturado e previamente convencido de estar assegurado de sua liberdade condicionada a denunciar o esconderijo (FREITAS, 1981, p. 180), ele então revelou. Assim, situava-se uma caverna protegida por uma queda d'água na Serra de Dois Irmãos, no município de Viçosa, em Alagoas. Então, um grupo de paulistas foi conduzido até o local, Zumbi foi descoberto e assassinado, sendo este o marco declaratório ao “fim da história” palmarina (FREITAS, 1981, p. 180-181; DOSSIÊ, 2017, p. 34).

Sua morte foi comemorada por autoridades, comerciantes e fazendeiros e anunciada por todos os cantos dos territórios colonizados e provavelmente pelas águas do Atlântico. Sua cabeça foi degolada e colocada em exposição em praça pública na cidade de Recife como lição de que todo aquele que tentasse se organizar e resistir ao sistema colonial português, teria aquele mesmo fim (FREITAS, 1981, p. 178), até porque os negros julgavam Zumbi como ser imortal. Tal acontecimento é lembrado pelo *20 de novembro*, sendo o Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil, em virtude à figura emblemática de Zumbi dos Palmares e pela memória e respeito como alicerce de toda história de luta e resistência destes povos.

Depois de quase um século de resistência, em 1695, declara-se o fim do Quilombo dos Palmares, destruído por Domingos Jorge Velhos (PHAF-RHEINBERGER, 2008, p. 70; JÚNIOR, 1999, p. 29) com a captura e morte de seu líder, Zumbi. Apesar de escassas, há fontes que relatam que posteriormente este marco histórico, ainda apareceriam outros líderes das tradições palmarinas, como Camoanga, líder do mocambo do Quissama, qualquer mínima tentativa de reorganização de Palmares era impedida, entretanto, a guerra desses povos ainda se arrastaria até 1736 (GOMES, 2015, p. 93)<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Apesar de, após a morte de Zumbi dos Palmares, as autoridades afirmarem a destruição completa destes povos, relata-se a possibilidade de surgirem grupos de palmaristas e remanescentes, que fugiram, criando novos mocambos em outras partes pelas capitânicas. O Quilombo dos Palmares foi tão inesquecível e preocupante que

Zumbi dos Palmares tornou-se ícone político na luta contra o racismo no Brasil, cuja dimensão atual é extremamente importante, sendo referência para a constituição da identidade nacional brasileira, uma vez que será considerado herói nacional, produto das reivindicações memoriais do Movimento Negro.

Zumbi simboliza a não aceitação do sistema colonial e escravista, uma resistência cultural, espiritual, resistência e perseverança das origens, das crenças e tradições, simboliza força de luta. A peculiaridade da “República dos Palmares”, dentre os demais quilombos que existiram no Brasil, se justifica pelos quase cem anos de um sonho e luta em prol da liberdade e é acerca destas décadas e seu legado nos dias atuais que esse capítulo justifica sua continuidade.

## **1.2 Mocambos e seu legado: décadas de resistência até a contemporaneidade**

A história de Palmares e seus descendentes não se encerraram com a morte de Zumbi, pelo contrário, a resistência e luta quilombola prosseguiram. Registros fronteiriços em meados do século XIX alegam a existência de negros remanescentes dos mocambeiros (GOMES, 2015, p. 70-71), e a partir disto, gerações destas comunidades de ex-escravizados se desenvolveram, demonstrando a força de sua resistência e transmissão de sua cultura e identidade até os dias atuais. A comunicação oral foi a ferramenta responsável por transmitir esses saberes, crenças, conhecimentos e memórias para suas próximas gerações. A outra tradição africana herdada foi a de propriedade coletiva da terra. Assim surgiram as comunidades de remanescentes quilombolas, grupo identificado pela sua resistência que manteve suas próprias características.

É possível compreender mais sobre os quilombos, de acordo com Flávio dos Santos Gomes (2015), a partir de duas visões historiográficas que ajudarão posteriormente a um entendimento mais revigorado acerca do tema. Uma é a visão culturalista, que se desenvolveu dos anos 1930 a 1950. Nesta, os quilombos foram considerados como espaços de somente resistência cultural, ou seja, os escravizados fugiam com a intenção de preservar sua identidade étnica. A outra é a visão materialista, lançada nos anos 1960 e 1970, com considerações de Gilberto Freyre, apresentando os quilombos como principal característica

---

nas mentes coloniais ainda poderia existir. Em 1763, em Minas Gerais, o Conde de Assumar ainda lembrava sobre o perigo de Palmares. Em 1792, com medo das movimentações dos mocambos do Rio de Janeiro, as autoridades coloniais diziam que era preciso persegui-los a todo custo, pois poderiam se transformar em um “novo Palmares”. Há notícias de quilombos no estado de Alagoas até 1814. No Brasil, por toda parte, inúmeros mocambos surgiram até as últimas décadas da escravidão (GOMES, F. 2011, p. 82). Uma continuidade da história dos quilombolas e mocambeiros no contexto nacional (século XVII e XIX) é apresentada na obra “Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil” pelo Flávio dos Santos Gomes (2015, p. 106-120).

da resistência escrava, devido às péssimas condições a que eram submetidos (GOMES, 2015, p. 73). Ponderada por estas duas perspectivas, a adversidade desenvolvida e impregnada na sociedade foi uma ideia de “marginalização” destes quilombos<sup>39</sup>.

A resistência quilombola pode ser constituída pela reinvenção de políticas, doutrinas e estratégias a favor de uma liberdade que lhes era negada pelos dominadores. Tais assentamentos deixaram um legado patrimonial referente à prática quilombola. Entretanto, nos dias atuais, existem núcleos consequentes de um passado de resistência ao colonialismo, dominação europeia e a escravidão. Tais organizações são conhecidas como Comunidades Remanescentes de Quilombos. Com interações e práticas quilombolas, partilhando valores, artes, ciências, mitologias, rituais, formas de organização, crenças e experiências, estes são a continuidade de um extenso período na história da escravidão e das primeiras décadas da pós-emancipação.

Acerca disso, depois de muitos anos de silenciamentos, a história dos palmaristas e seu líder Zumbi moldou-se na contemporaneidade como referência à militância política, ressignificando concepções opositoras a uma narrativa colonialista, que permeia tentativas de esquecimento e apagamento da cultura negra dentre a história da formação do Brasil. Trata-se de uma longa caminhada e lutas do Movimento Negro. Sendo assim, os quase cem anos de existência e luta do Quilombo dos Palmares representa um marco histórico cujo propósito político serviu e serve para a consolidação da luta contra o racismo, é também símbolo de resistência às forças opressoras, motivo de orgulho que orienta as reivindicações do Movimento Negro no Brasil. O preconceito e o racismo derivam desde o processo histórico dos afrodescendentes que foram trazidos para a América até a época presente. Trata-se de uma questão bastante complexa que para entendê-la é preciso analisar o contexto histórico, social, cultural e intelectual do Brasil naquela época e assim analisar as fases que a questão racial atravessou ao longo da história.

A marginalização da história quilombola obedece a uma série de interesses histórico-políticos, considerando a preservação de narrativas que foram construídas acerca do caráter pacífico daquele período, que representam o olhar dos homens e mulheres brancos, um olhar “colonizador” com valores eurocêntricos que ainda perdura na escrita “oficial” da história.

---

<sup>39</sup> É interessante ressaltar sobre a pluralidade das definições para quilombo de acordo com a legislação colonial, tanto que, por exemplo, em 1740 o Conselho Ultramarino considerava quilombo uma habitação que contabilizasse mais de cinco negros, já nos séculos XVII, XVIII e XIX quilombo era onde existiam dois ou mais fugidos; ou seja, havia uma diversidade, intensidade e frequência espacial e temporal bem considerável sobre estes quilombos brasileiros. (GOMES, 2015, p. 73-77).

No território brasileiro, os quilombolas são parte do “conjunto de comunidades negras rurais de escravizados africanos e seus descendentes” (DOSSIÊ, 2017, p. 89). Em seu conceito histórico, quilombos foram assentamentos conhecidos como locais de refúgio de negros, considerados como a exteriorização mais significativa da persistência negra. No entanto, essa noção foi produzida a partir de uma narrativa simplificadora, que minimiza a complexidade sobre os processos de formação de quilombos no Brasil. Nessa lógica, a noção de quilombo não se trata apenas de casos de fugas em massa e refúgio de escravizados, mas se refere também à formação de grupos familiares que buscavam produção autônoma e baseada na cooperação (CARVALHO; LIMA, 2013, p. 330-331). Portanto, a resistência quilombola no Brasil assumirá formas diferentes de expressão a partir de cada contexto histórico, significando que no período da escravidão, esta se apresentava por fugas, abortos, suicídios, revoltas, enquanto no pós-abolição assume outras formas de manifestação.

### **1.2.1 As teorias raciais do século XIX e XX e o contexto pós-abolição no Brasil**

Antes de abordar sobre a construção da consciência negra no Brasil, considera-se importante mencionar sobre as teorias raciais surgidas nos séculos XIX e XX, entendidas como movimentos contraditórios sobre questões raciais: por um lado, promoveu-se movimentos de abolição à escravidão do Atlântico Norte ao Atlântico Sul; mas por outro, pensadores europeus ocupavam-se em sistematizar novas teorias raciais. Uma das hipóteses para explicar a ascensão política e econômica da Europa seria de cunho científico justificando a superioridade dos povos do norte. Nesse sentido, racismo definia-se como uma “teoria pseudocientífica, mas racionalizada, postulando a inferioridade inata e permanente dos não-brancos” (SKIDMORE, 1976, p. 65).

Assim, o conceito de raça se difundiu no mundo ocidental. A partir disso levantaram-se teses sobre a existência de distintas linhagens para as raças humanas, fundamentando a classificação e o tratamento diferenciado para os inferiores; ou como outro exemplo, a ideia de que não deveria haver cruzamentos entre brancos, negros e indígenas. Dessa forma, a raça relaciona-se não apenas às questões biológicas, mas também sociais<sup>40</sup>.

Apenas no século XIX surge o corpo do “pensamento racista sistemático”, e já em 1860, as teorias raciais haviam alcançado o “beneplácito da ciência e plena aceitação por parte dos líderes políticos e culturais dos Estados Unidos e da Europa” (SKIDMORE, 1976,

---

<sup>40</sup> É importante ressaltar que a palavra raça vai se modificando ao longo do tempo.

p. 65). Nessa lógica, o historiador Thomas Skidmore segue apresentando as três principais teorias raciais vigentes a partir desse período: poligenia, escola histórica e darwinismo social.

A primeira, poligenia, surge nos Estados Unidos entre as décadas de 1940 e 1950, sustentando a ideia de criação das raças humanas através das mutações diferentes das espécies. Etnógrafos dessa vertente usavam medidas cranianas de múmias egípcias como comprovação para as diferenças fisiológicas (SKIDMORE, 1976, p. 66).

A escola histórica, que emergiu nos Estados Unidos e Europa e demonstrou-se com influência no Brasil, partia “da suposição de que as raças humanas - as mais diversas - podiam ser diferenciadas umas das outras - com a branca permanentemente e inerentemente superior a todas” (SKIDMORE, 1976, p. 67). Assemelha-se da teoria poligenista pelo fato de pressupor a existência de várias raças humanas, tendo a branca como superior a todas. Seu fundamento constitui-se na “evidência histórica, aludindo que diferenças físicas e permanentes haviam sido estabelecidas de modo conclusivo por etnógrafos e anatomistas” (SKIDMORE, 1976, p. 67). Assim, a escola histórica apresentava a mensagem de que a raça era fator determinante da história humana.

Por fim, a teoria do darwinismo social, embasada nas ideias de Darwin, que defendia a seleção natural, ou seja, organismos mais adaptados ao meio teriam mais chances de sobrevivência, enquanto os demais estariam fadados à extinção. Os darwinistas sociais caracterizavam os negros como “espécie incipiente”, seguindo a sustentar a hipótese poligenista (SKIDMORE, 1976, p. 69).

A disseminação dessas ideias advindas da Europa e Estados Unidos, demonstrou-se que “quanto mais os brasileiros tomavam conhecimento das últimas ideias geradas da Europa, mais ouviam falar da inferioridade do negro e do índio” (SKIDMORE, 1976, p. 69). Como nesse período a mestiçagem constituía-se como a base da formação do povo brasileiro, interpretado pela elite como uma ameaça ao futuro nacional, projetou-se a teoria do branqueamento como tentativa de solucionar este “problema racial”.

Percebe-se o quanto as teorias raciais integraram os discursos e práticas da realidade social brasileira no pós-abolição. Os quilombolas foram considerados fugitivos até a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888. Sendo assim, questiona-se o que aconteceu com os quilombos no pós-abolição, pois de fato, passou-se a não ter mais escravizados, porém, suas existências foram quase que integralmente negligenciadas na sociedade. Como relatado por Décio Freitas nas últimas páginas de “Palmares: A guerra dos escravos” (1981), “a formação social escravista brasileira não desapareceu por força de uma lei no ano de 1888. Esta lei apenas consagrou a nível jurídico uma transformação econômico-social que se

operara a partir da supressão do tráfico” (FREITAS, 1981, p. 206). Nesse sentido, os quilombos históricos, como comunidades camponesas, seguiram migrando, resistindo, desaparecendo e emergindo dentre a história do Brasil (GOMES, 2015, p. 120), do norte ao sul do país. Entretanto, o desenvolvimento destas comunidades negras na contemporaneidade é uma questão complexa, responsável por processos intrínsecos relativos à luta em prol de direitos e cidadania destes povos.

Sancionada pela Princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, no dia 13 de maio de 1888, a Lei Áurea concedeu a “liberdade total” aos escravizados que ainda existiam no Brasil, abolindo o sistema de escravidão<sup>41</sup>. Dessa forma, o anúncio dado foi de uma falsa liberdade, visto que apesar de passar a não existir mais escravizados, tornaram-se libertos de forma precária. A falta de interesse da elite brasileira em assegurar as relações com os africanos e afros brasileiros para promover uma integração destes ex-escravizados, econômica e socialmente foi evidente, levando em conta as transformações do sistema capitalista neste período. A partir disso, novas construções ideológicas sobre o papel dos negros precisaram ser construídas para encontrar o lugar dos africanos e afrodescendentes na sociedade e na cultura nacionais (SARAIVA, 1993, p. 40).

A Lei Áurea promoveu a tentativa de edificar uma memória em torno da Princesa Isabel como uma dádiva. Um exemplo disso é retratado na obra “A Libertação dos Escravos” de Pedro Américo em 1889 (ver figura 3), um ano após a abolição. A liberdade é demonstrada na imagem de uma pessoa branca e os escravizados agradecem por agora estarem “livres”. Evoca-se, entretanto, uma memória que omite e em maioria desconsidera as reivindicações dos negros em torno da composição da história do Brasil. Silencia-se um histórico de séculos de lutas contra o sistema da escravidão. Acerca disso, nas palavras de Abdias Nascimento, os africanos confrontaram o sistema desde o início, “negando fatalmente a versão oficial de sua docilidade ao regime, assim como sua hipotética aptidão natural para o trabalho forçado”, nesse sentido, “eles recorreram a várias formas de protesto e recusa daquela condição que lhes fora imposta, entre as quais se incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta” (NASCIMENTO, 2016, p. 70-71).

---

<sup>41</sup> É importante lembrar que alguns acontecimentos precedentes contribuíram para a Abolição da Escravidão em 1888, sendo estes: em 1850, Lei Eusébio de Queirós com a abolição do tráfico negreiro; em 1871, a Lei do Ventre Livre, garantindo que a partir dela os filhos dos escravizados nasceriam livres; em 1885, a Lei dos Sexagenários, que consagrou a liberdade de negros acima de 65 anos, e por fim, 1888 a abolição (MOURA, 1975, p. 39-51).



**Figura 3:** A Libertação dos Escravos - Pedro Américo (1889). **Fonte:** Google (2020).

No final do século XIX, os escravizados adquiriram a condição de alforriados, tornando-se entanto ex-escravizados, porém, suas ocupações de terras foram desconsideradas e então compreendidas como locais periféricos. O contexto pós-abolição marcou-se pelo abandono e invisibilidade dessas pessoas e posteriormente se agravou devido ao processo de marginalização no período republicano, que não assegurava uma melhor situação socioeconômica aos mesmos.

O silenciamento dessa realidade nos discursos oficiais e historiográficos durante os séculos XIX e XX “foi uma consequência natural da extinção do tráfico de escravos, das crises políticas brasileiras, influência britânica na região, do Ascenso de um novo grupo econômico modernizador em áreas de produção cafeeira de São Paulo e da introdução dos trabalhadores europeus” (SARAIVA, 1993, p. 41). Assim a narrativa histórica se construiu em função das mudanças advindas da modernização, deixando fora a análise da realidade de essa grande massa de ex-escravizados que representava um problema social ao que não se estava dando solução.

Sob os estigmas estabelecidos e uma ideologia do isolamento (como relatado, sem comunicação, transporte, acesso à educação, saúde, políticas públicas e outras formas de cidadania), estas comunidades de descendentes dos antigos escravizados viram-se a cargo de uma recriação e ressignificação de suas dimensões socioculturais que cultivou uma repulsa, desgosto e até mesmo recusa (GOMES, 2015, p. 123) perante o reconhecimento de si mesmos como geração de quilombolas. Concepção esta que se tornou uma problemática

habitual acerca da falta de autoestima do negro, do descendente dos quilombos, do afro brasileiro em reconhecer-se como tal, ou seja, influenciando diretamente no significado de ser negro no Brasil.

Ainda nesse período a elite brasileira<sup>42</sup> pretendia edificar uma nação diferente, que fosse moderna e moldada nos padrões ocidentais. Para isso, a herança africana e afro brasileira formava parte de um passado que era apresentado apenas em algumas manifestações culturais como o folclore, a culinária, etc. sem serem integradas à narrativa histórica e identitária nacional brasileira, pois os ideais de modernidade precisavam ser identificados e associados à herança branca advinda da Europa (SARAIVA, 1993, p. 41).

A intenção era atrair imigrantes europeus para trabalharem no Brasil, pois para efetivar o plano de modernidade precisaria do aprimoramento racial além do desenvolvimento comercial; e simultaneamente sob este mesmo contexto, um projeto de lei era processado visando impedir a imigração de pessoas negras, atrelando-se a Política de Embranquecimento do Brasil (JACCOUD, 2008, p. 49-50). A mestiçagem assumia-se como estratégia política de eugenia, a fim de embranquecer a população.

Na opinião de Saraiva, o intento era conceder aos escravizados a liberdade e com isso formar uma classe de afro descendente com submissão ideológica, ou seja, restritos e limitados. No imaginário da elite brasileira o ideal seria que os negros enfrentassem o processo de repatriação à África (SARAIVA, 1993, p. 44). Assim, estes ex-escravizados ficaram à mercê de uma sociedade e poder público sem o mínimo intento de promover uma inclusão social, reformas e projetos de políticas públicas para evitar a desigualdade social em que se encontravam em relação a outros grupos, assim como não foram contemplados pela sua participação na narrativa da história “nacional”. Em áreas coloniais, estes foram trabalhar em feitorias, plantações, engenhocas de aguardente, roças, pastoreios e construção de fortalezas militares (GOMES, 2015, p. 63), assim como se criaram comunidades nas unidades de trabalho.

A reprodução destes quilombos constituiu um complexo campesinato, ou seja, passaram da situação social de ex-escravizados a camponeses e suas primeiras gerações buscavam se reestruturar e reconstituir trabalho, moradias e territórios para si e suas famílias. Nos fins do século XIX, adquiriram a condição de alforriados, porém suas ocupações de

---

<sup>42</sup> Outro fator determinante para prosseguir com o projeto de Abolição da Escravidão, segundo José Flávio Sombra Saraiva, estava associado ao medo da elite brasileira, visto a revolução haitiana de 1792, evento histórico marcado pela rebelião de negros no período do Brasil Colonial (SARAIVA, 1993, p. 43). Depois do Haiti, o Brasil foi o país onde aconteceu o maior número de revolta de escravos, fugas e outras manifestações antiescravistas (MOURA, 1988, p. 4).

terras sem validade eram desconsideradas e compreendidas como periferias (DOSSIÊ, 2017, p. 89), ou seja, o contexto pós-abolição marcou-se pela invisibilidade dessas pessoas.

Estigmatizados e excluídos social e politicamente, estas comunidades de descendentes dos antigos escravizados viram-se a cargo de uma recriação e ressignificação de suas dimensões socioculturais que cultivou uma repulsa, desgosto e até mesmo negação (GOMES, 2015, p. 123) perante o reconhecimento de si mesmos como geração de quilombolas. Concepção que desenvolveu a falta de autoestima do negro, do descendente dos quilombos e mocambos, do afro brasileiro em reconhecer-se como tal, em aceitar-se, influenciando diretamente no significado e no papel de ser negro no Brasil.

No contexto contemporâneo, a militância política da população negra moldou-se a partir da ressignificação das concepções opressoras, desenvolvidas pelo discurso colonialista, que ao longo do tempo tentou silenciar sua presença, que esqueceu, apagou ou não valorizou sua cultura, reforçando o preconceito, a desigualdade e o racismo da época colonial. Os negros viveram sob constante luta e resistência, por isso Saraiva afirma que “a história completa de tais rebeliões ainda falta ser contada no Brasil” (SARAIVA, 1993, p. 43).

Em meados do século XX, estas comunidades remanescentes sofreram novas ameaças à sua existência, referindo isto ao investimento de setores agrários contra territórios dessas populações - rurais, indígenas e negras (GOMES, 2015, p. 123). Contudo, as lutas seguiram e os quilombos jamais desapareceram da história. Nas últimas décadas, vários debates sobre a questão racial têm sido pronunciados, promovendo uma maior visibilidade nacional destas comunidades perante a sociedade civil, através de movimentos sociais, intelectuais, universidades, partidos políticos e políticas federais, estaduais e municipais; além de datas como a abolição da escravidão (1888), aniversário da morte de Zumbi (1695) e pela Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001) (GOMES, 2015, p. 126-127), estes que vem impulsionando novas narrativas no combate à desigualdade e ao racismo na sociedade brasileira.

Tratando de ambições políticas, a questão quilombola passou a fazer parte das discussões na agenda das políticas públicas principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, fruto da mobilização do Movimento Negro; artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) (ARAÚJO, Z. 2018, p. 49): “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”, a problemática se dá de acordo com o que explica o professor e historiador Zezito de Araújo, o termo “remanescente de quilombo”, usado nas linhas constitucionais, faz referência à noção de resíduo, algo que já

se foi e sobraram apenas lembranças. Tal termo não representa a forma que os tais indivíduos se reconhecem e se identificam para se autodenominarem, nem tampouco ao conceito usado pela História e Antropologia (ARAÚJO, Z. 2018, p. 50).

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), para esclarecer sobre a questão do termo no artigo 68, publicou em 1994, um documento definindo o que se trata “remanescente de quilombo”, explicando a situação destes sujeitos referidos, atribuindo também novos significados “questionando a utilização de formas de identificação e classificação estranhas aos próprios atores sociais, baseados em critérios “historiográficos”, “arqueológicos”, raciais e/ou culturais. Trata-se de sujeitos com história de resistência à escravidão...” (ABA, 1994).

Sendo assim, Zezito Araújo aponta que quando se trata de identidade étnica, o processo de auto-identificação do sujeito é dinâmico e não se minimiza a julgamentos a partir de elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como a cor da pele, por exemplo. A forma como um grupo social define sua identidade é resultado de uma confluência de fatores, escolhidos por eles (ARAÚJO, Z. 2018, p. 50): uma ancestralidade comum, formas de organização política e social, também podendo ser tradições e elementos culturais variantes da linguística e religião. Entra-se na discussão já relatada, que os quilombos não eram assentamentos necessariamente isolados e distantes dos centros comerciais; as comunidades de escravizados constituíam-se por uma gama variada de processos. “O que caracterizava o quilombo não era isolamento e fuga, mas sim resistência e autonomia; e o que define o quilombo é o movimento de transição da condição de escravo para a de camponês livre.” (ARAÚJO, Z. 2018, p. 51).

A atual legislação brasileira adota o conceito de comunidade quilombola bem como reconhece que a determinação da condição quilombola advém da identificação. O decreto nº 4.887 do dia 20 de novembro de 2003 em seu artigo 2º considera a comunidade quilombola remanescente de “grupos étnicos, que existem e persistem ao longo da história (...) não se refere a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica”. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea” (ABA, 1994). Assim, apresentam-se a partir de critérios de atribuição própria e relações territoriais específicas, a partir de uma ancestralidade negra (ARAÚJO, Z. 2018, p. 51) relativa de um passado histórico de resistência, luta e opressão.

A própria história do Quilombo dos Palmares, hoje, a partir do reconhecimento da Serra da Barriga, possui um novo significado para o entendimento da formação histórica e social do Brasil. A sociedade quilombola é parte consolidada na formação da identidade latino americana, aqui em específico, se tratando da sociedade brasileira (DOSSIÊ, 2017, p. 70-71),

pois para entender a formação do Brasil desde o período colonial, a história dos Palmares demonstra-se como conteúdo obrigatório. Portanto, a partir das reflexões feitas, percebe-se a influência das teorias raciais na realidade social do Brasil desde o pós-abolição. No entanto, no começo do século XX, o mestiço assume um novo status, passa de problema para símbolo da identidade nacional brasileira.

### 1.2.2 Movimento Negro e a construção da consciência negra no Brasil

Fruto do passado histórico do Quilombo dos Palmares, estes assentamentos de ex-escravizados transformaram-se em construções simbólicas da militância negra na luta contra a realidade imersa sob a desigualdade, o preconceito e o racismo. Os quilombos, como representação política, são fruto da apropriação da militância negra em prol de uma maior valorização de sua cultura, cujo representavam a ideia de resistência contra as forças opressoras (GOMES, 2015, p. 127-128), fundamentando um discurso de identidade negra tendo como paradigma de etnicidade, cultura e raça<sup>43</sup>. Sendo assim, os quilombos tornaram-se evidências de lutas e fundamentaram muitas reivindicações da cultura negra.

Buscando reverter o quadro da marginalização que se encontrava a população negra, no período pós-abolição e Proclamação da República do Brasil, foram edificados grupos de mobilização racial, consolidando movimentos sociais<sup>44</sup>, o que se entende nos dias atuais por Movimento Negro. Portanto, compreender a história deste movimento é de suma importância, pois diz respeito a sociedade brasileira como um todo.

As narrativas construídas sobre o Quilombo dos Palmares no decorrer das décadas de 1970 e 1980, associadas às mobilizações políticas do Movimento Negro Unificado (MNU)<sup>45</sup>, apresentam hoje os fundamentos para a construção da identidade negra, tomando como símbolo a luta de Zumbi e de outros líderes da história palmarina. A República Palmarina, como muitos ativistas a reconhecem, transformou-se no mais importante centro de resistência africana, indígena e de outros grupos marginalizados pelo sistema escravista da época.

Os diferentes grupos e suas diversas lutas, sejam nos movimentos abolicionistas ou no âmbito acadêmico, na resistência quilombola, rebeliões e confrontos armados, buscaram e

---

<sup>43</sup> Apesar do conceito de raça vir do italiano *razza*, que por sua vez, se derivou do latim *ratio* significando sorte, categoria, espécie, no Brasil este conceito sempre foi associado à “cor”, tornando-se um critério para classificar as pessoas (MEDEIROS, 2012, p. 36).

<sup>44</sup> Segundo o sociólogo Jeffrey Alexander, movimentos sociais tratam-se dos “processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo frequentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais” (ALEXANDER, 1998).

<sup>45</sup> Antes do Movimento Negro Unificado, outras entidades negras já utilizavam o Quilombo dos Palmares e Zumbi como símbolo de luta.

buscam pelo fim da desigualdade social, reivindicação que formam parte do chamado Movimento Negro (CUSTÓDIO, 2017, p. 22-23); logo, constitui-se por um movimento social em prol da luta dos negros na busca de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular, os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (DOMINGUES, 2007, p. 101). Dessa forma, o combate à discriminação racial, a delação ao mito da democracia racial e o anseio pela afirmação de uma identidade racial<sup>46</sup> negra positiva são pautas do movimento social negro que se consolidou no Brasil em meados da década de 1970.

Buscava-se a edificação de uma memória conectada à ancestralidade destes povos, “a memória é um fenômeno construído” (POLLAK, 1992) e desta vez, preenchida pelo sentimento de orgulho e pertencimento, sendo estes essenciais no objetivo de construir de identidades negras positivas, fundamentadas nos combates de negros africanos no passado e também na realidade da descolonização. Nesse sentido, Pollak (1992) acrescenta a noção de que a memória “sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada” (POLLAK, 1992, p. 204).

Para compreender melhor sobre este movimento no contexto nacional, demarca-se primeiramente a chegada dos negros africanos, como relatado anteriormente neste capítulo, datando o século XVI até o 13 de maio de 1888 com a assinatura da Lei Áurea, que declarou simbolicamente a Abolição da Escravatura; e posteriormente, o pós 1888, ou seja, o período após a abolição e a proclamação da República do Brasil.

O Movimento Negro brasileiro recebeu influências externas advindas de outros conflitos raciais internacionais, sendo exemplos a luta contra o *Apartheid*, regime de segregação racial na África do Sul assim como também dos Estados Unidos, com a luta contra as Leis de Jim Crow (CUSTÓDIO, 2017, p. 71; PEREIRA, 2010, p. 107), que colocava brancos e negros em posições antagônicas. Esse período marcou-se pelo agravamento de tensões nacionais e internacionais relacionadas ao fenômeno estrutural do

---

<sup>46</sup> Para o movimento negro a concepção da identidade racial fundamenta-se como elemento de mobilização e elemento de reivindicações políticas, ou seja, o conceito de raça constitui-se como fator determinante da organização dos negros almejando um projeto comum de ação definido a partir de uma construção social, com mínima ou ausente base biológica (DOMINGUES, 2007, p. 101-102); ainda nesse sentido, nas palavras de Paulo Silva explica-se que “raça é uma construção social, destituída de fundamentos biológicos. A ideia de raças humanas e as bases sociais do racismo foram historicamente criadas e difundidas, como objetivos políticos bem determinados, mas carecem de fundamentos científicos” (SILVA, 2008, p. 65 apud MEDEIROS, 2012, p. 37).

racismo e discriminação racial existentes, ainda que de diferentes formas, em todos os países do globo. Apesar destes não serem considerados fatores determinantes para o surgimento desse movimento na era contemporânea, como fala o historiador Amílcar Pereira (2010, p. 162), tais ações foram respondidas pela organização dos negros, que reprimidos, perseguidos e marginalizados no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural juntaram-se para reverter esta situação e alcançar visibilidade e inclusão no meio social.

Após a abolição, no período de 1889 a 1937, o Movimento Negro se expressou através de mobilizações de diversos modos e organizações: clubes, grêmios literários, centros cívicos, associações beneficentes, jornais e entidades políticas. Praticavam atividades de fim social, educacional, cultural e desportivo em meios do jornalismo, teatro, música, dança e lazer (DOMINGUES, 2007, p. 121), tornando-se um movimento de massa visto a consolidação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, que na segunda metade do século XX, foi a mais importante entidade negra do país, sendo um dos seus objetivos a valorização do negro brasileiro e a sua integração na sociedade.

Posteriormente, o Movimento Negro reintegrou os debates políticos, educacionais e culturais, com discursos enfáticos em prol da conquista dos direitos civis. O Brasil encontrava-se no período democrático na década de 1950, transitando pelos governos Dutra, a volta de Vargas, JK, Jânio Quadros e então Jango, de João Goulart, marcado pela reforma agrária, com mobilizações das ligas camponesas, estudantes e operários, que contribuíram para este contexto de instabilidade política (NAPOLITANO, 2014, p. 20-36), constituindo-se por um momento de luta de classes no país.

Dessa forma, participou de múltiplas ações e grupos contrários ao golpe militar de 1964, cujo caráter autoritário e repressor a toda dissidência foi a característica principal. A ditadura instaurada desde então se dedicou a atenuar todo tipo de ativismo social e político, entre eles os de reivindicação pela igualdade racial e social. O período ditatorial se caracterizou pela censura, perseguição política, falta de democracia, violência e repressão a todos que eram contra o sistema, sendo estas as ferramentas para controlar a sociedade, além da prática de Atos Institucionais que foram impostos (NAPOLITANO, 2014).

Entretanto, nesta segunda fase, é importante ressaltar a transformação no autorreconhecimento como indivíduo negro, ou seja, suas narrativas fundamentaram-se em um discurso racial, assumiram sua identidade negra de maneira positiva, frente à

normatividade do eurocentrismo e a ideia de “branqueamento”<sup>47</sup>, que depreciava os padrões negros e não os integrava socialmente. Contudo, buscavam demonstrar como a ideia em torno da “democracia racial” na verdade exibia-se apenas na teoria e não na prática (CUSTÓDIO, 2017, p. 48-50), mascarando as tensões raciais existentes no país.

A Ditadura Militar representou um desafio para a população negra que passou a buscar soluções contra a lógica do sistema e uma destas respostas foi a criação do Movimento Negro<sup>48</sup>, de forma institucionalizada, organizada e política na luta antirracista contra a segregação e criminalização dos negros. Nesse período, contestações sobre a democracia racial foram proibidas e diversos estudiosos sobre o tema que denunciavam as desigualdades raciais foram exilados.

Publicamente, o Movimento Negro foi inaugurado em 7 de julho de 1978, no Teatro Municipal de São Paulo e reuniu milhares de pessoas em pleno contexto do Regime Militar (CUSTÓDIO, 2017, p. 113-114). Frente a discriminação pela raça e a desigualdade racial, fatores envolvidos na realidade negra, a concentração dessa insatisfação edificou o Movimento Negro, vendo o racismo como pilar estruturante na nossa sociedade.

Contudo, no Programa de Ação do MNU, segundo o historiador Petrônio Domingues, as reivindicações mínimas tratavam-se de:

Desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares<sup>49</sup>, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p. 114).

---

<sup>47</sup> Durante o período datado entre 1884 e 1933, chegaram ao Brasil cerca de 1,4 milhão de italianos, 1,1 milhão de portugueses, 557 mil espanhóis, além de alemães, japoneses, poloneses, entre outros povos, ocorrências estas que modificaram completamente a composição racial no Brasil (SARAIVA, 1993, p. 44).

<sup>48</sup> São Paulo, junho de 1978, sob a reunião de várias entidades negras (CECAN, Grupo Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira e Grupo de Atletas e Grupo de Artistas Negros), surge inicialmente o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), com sua primeira atividade de repúdio contra um ato de discriminação racial sofrida por jovens no Clube de Regatas Tietê e em protesto por um trabalhador e pai de família negro que foi torturado até a morte, sendo considerado “como o maior avanço político realizado pelo negro na luta contra o racismo”. Posteriormente, na 1ª Assembleia Nacional de Organização e Estruturação, no mês seguinte, a palavra Negro foi adicionada ao nome do movimento, e em 1979, por fim, simplificou-se o nome para Movimento Negro Unificado (MNU) (DOMINGUES, 2007, p. 113-114). Vale também ressaltar que o movimento negro no “sentido estrito” já existia na década de 1930 a partir da fundação da Frente Nacional Brasileira (FNB), justamente como uma resposta ao mito da democracia racial (PEREIRA, 2010, p. 83), o que se promoveu ao longo das décadas seguintes. O Movimento Negro também acompanhou outros movimentos sociais no âmbito internacional, não tendo sua gênese no Brasil. No entanto, assim como outros movimentos sociais, o Movimento Negro não é um movimento único. Como nomes importantes referentes no âmbito nacional e internacional menciona-se Abdias Nascimento, Lélia González, Silvio Almeida e Djamila Ribeiro, entre outros.

<sup>49</sup> Percebe-se, nesse sentido, que o movimento elucida historicamente um projeto educativo.

Além disso, outras ações foram realizadas. A comemoração pelo 13 de maio em virtude da Abolição da Escravatura, por exemplo, transformou-se em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo; e também como afirmação da luta dos negros no Brasil data-se o 20 de novembro (morte de Zumbi dos Palmares), sendo eleito como Dia Nacional da Consciência Negra<sup>50</sup> e Zumbi o símbolo de resistência às forças opressoras, como entendimento de que a luta nunca acabou, mas segue viva.

Entretanto, a ascensão deste movimento político retratou um marco na história, pois promoveu uma visibilidade pública relativa às lutas assim como fortaleceu o poder político dos negros no âmbito nacional. As mudanças na mentalidade foram ponderadas em não considerar mais ofensivo o termo “negro”, muito pelo contrário, passou a ser usado com orgulho e apreço pelos ativistas do movimento (DOMINGUES, 2007, p. 115). As lutas difundiram-se: no setor educacional indo contra as narrativas e conteúdos preconceituosos enraizados na estrutura da sociedade; buscaram intervir na capacitação de docentes por uma pedagogia e didática que abarcasse questões interétnicas, assim como a inclusão do ensino de história da África; e uma análise sob o papel do negro na história da formação nacional (DOMINGUES, 2007, p. 116).

O ativismo norteava-se principalmente em torno da promoção da identidade do negro, em prol de sua negritude e do “resgate da sua ancestralidade”. Todavia, a ideia de que a mobilização negra parte dos anos de 1930 em diante é negada, visto que durante por todo tempo na história, sempre houve articulação de indivíduos e grupos negros em prol da luta por seus direitos e sua integração na sociedade.

Meio a estas narrativas, para dar embasamento às reivindicações daquele momento e as atuais, o acontecido no século XVII no Quilombo dos Palmares, ganhou uma importância ímpar na história do Movimento Negro. A história do Quilombo dos Palmares passa a ser um, se não o principal-referente da resistência negra no Brasil e ganha outra dimensão para o Movimento Negro na década de 1980, com a intenção de fortalecer sua identidade<sup>51</sup>.

Nesse período, ocorre uma série de iniciativas destes grupos viabilizando suas mobilizações no contexto nacional, destacando-se uma delas a publicação em língua portuguesa da obra “Palmares - A Guerra dos Escravos” de Décio Freitas, em 1973

---

<sup>50</sup> Estas ações aconteceram sob a direção do Grupo Palmares, que foi uma das primeiras organizações do movimento negro contemporâneo. Fundado em Porto Alegre, 1971, por Oliveira Silveira, que neste mesmo ano promoveu a primeira celebração da data emblemática de 20 de novembro (PEREIRA, 2010, p. 99-100).

<sup>51</sup> Nesse período, também é importante mencionar a Constituição Federal de 1988 como um fator importante, pois reconhece o racismo e o preconceito racial como fenômenos presentes na sociedade brasileira e dessa forma, sustenta a necessidade de combatê-los, sendo a partir desse contexto que se inicia a implementação de políticas de ação afirmativa no Brasil.

(CUSTÓDIO, 2017, p. 51), sendo este um dos pilares que nortearam este trabalho acerca da historiografia palmarina. Uma série de debates foi promovida sobre a importância da representação da identidade negra e da cultura afro brasileira na composição social nacional, e se realizaram esforços por recuperar e fortalecer a ancestralidade e de reavaliar o papel do negro na sociedade brasileira. Demandas do Movimento Negro passaram a integrar a agenda política. Inclusive, tendo como marco legal a Constituição de 1988 para essa nova etapa no contexto nacional que surgiu a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura.

### **1.2.3 O mito da democracia racial no Brasil**

A falsa propagação acerca da “democracia racial” e a busca pela transformação da mentalidade da sociedade brasileira foram fatores que articularam as lutas políticas do Movimento Negro no contexto pós 1970, para construir uma nova interpretação sobre a trajetória negra no Brasil. O conceito de democracia racial supostamente refletiria que “pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas” (NASCIMENTO, 2016, p. 48). Logo, o que se entende atualmente como formação da identidade negra no contexto nacional atravessa diversos momentos ao longo da história que moldaram as concepções recorrentes sobre o assunto.

É importante ressaltar a vergonhosa posição do Brasil em relação aos países ocidentais que aboliram o sistema da escravidão: a última. Foi com este acontecimento histórico que o racismo tornou-se, de fato, fator dominante, pois a estratégia criada era a tentativa de implantar um projeto de branqueamento, compondo uma sociedade brasileira mais próxima da Europa. A miscigenação, no entanto, não democratizou a sociedade brasileira, pelo contrário, desenvolveu níveis de discriminação racial e social que seguem até hoje atuando dinamicamente.

As diferenças étnico-raciais no contexto histórico e político do país foram desapropriadas de sua riqueza, além disso, preponderou-se a crença na existência de relações de harmonia entre distintos grupos étnico-raciais no país, consequência da relação do colonizador com os povos que foram dominados e uma narrativa impregnada no imaginário social nacional (GOMES, N. 2011, p. 138); sendo justamente em discordância a estas ideias

que o Movimento Negro<sup>52</sup> propôs um questionamento ao mito da democracia racial, buscando estratégias para corrigir este cenário. Um tanto complicado sustentar uma luta contra o racismo sendo que para muitas pessoas essa questão simplesmente era inexistente.

As teorias racistas, então largamente difundidas na sociedade brasileira, e o projeto de branqueamento vigoraram até os anos 30 do século XX, quando foram substituídos pela chamada ideologia da democracia racial. Nesse novo contexto, entretanto, a valorização da miscigenação e do mulato continuaram propiciando a disseminação de um ideal de branqueamento como projeto pessoal e social (JACCOUD, 2008, p. 45).

Destarte, segundo a socióloga Luciana Jaccoud, no início do século XX, o propósito era atrair mão de obra advinda da Europa para o Brasil. A ideia de progresso para o país se validaria, além do meio do desenvolvimento comercial, dependeria também de um aprimoramento racial. Tais imigrantes passaram a ocupar cargos que antes eram pertencentes aos negros, que agora estavam libertos (principalmente trabalhos fabris), porém muitas dessas indústrias possuíam cota para estrangeiros. Ainda nos anos 1920, se processava um projeto de lei visando impedir a imigração de indivíduos de “cor preta”, que associado à política de embranquecimento do Brasil iria promover, brevemente, a extinção da população negra (JACCOUD, 2008, p. 49-50). Com a entrada desses imigrantes europeus, o processo de miscigenação minimizaria significativamente a população negra e aceleraria a modernização do Brasil.

O caráter racista da elite brasileira associada ao posicionamento governamental é nítido, visto que o pós-abolição não assegurou os direitos e a inclusão da população negra na sociedade. Dessa forma, entendido que o projeto moderno de tornar o Brasil mais próximo de uma nação mais avançada estava diretamente associado a uma nação majoritariamente branca, o desígnio consistia em exterminar esta parcela.

A identidade negra foi se consolidando em um contexto permeado pelo racismo e o mito da democracia racial, com a propagação de inferiorização do negro, que o colocava como submisso e passivo frente à escravidão e a desigualdade, visto que isso jamais integrou a trajetória do negro, dessa forma, distorcendo a história e promovendo a minimização das tensões raciais. A desigualdade racial no Brasil era incorporada como fenômeno natural, uma perversão intrínseca e também como “subproduto do próprio comportamento e temperamento dos negros e dos não-brancos em geral” e disso, se justifica o comportamento racial do brasileiro ser de desconfiança, atitude de defesa ou hostilidade contra os negros

---

<sup>52</sup> Ressalta-se Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez como nomes de ativistas negros brasileiros de grandiosa importância neste período.

(NASCIMENTO, 2016, p. 50; MOURA, 1988, p. 6), solidificando uma mentalidade intolerável.

Nesse sentido, através deste processo de reconstrução e ressignificações do acontecido no Quilombo dos Palmares é que se (re)escreve essa história com outro olhar, o dos que se sentem herdeiros diretos daquela luta, os que outrora foram excluídos na construção dessa narrativa histórica: os negros.

Acerca disso, é importante ressaltar a promulgação das leis nº 10.639 de 2003 e nº 11.645 de 2008 que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a inclusão no currículo oficial da rede ensino público e privado a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, o que contemplou muitos anos de reivindicações e lutas políticas e sociais em prol dessa efetivação; buscando dessa forma promover uma educação mais igualitária e desconstruir narrativas fundamentadas sob uma ótica colonialista, com o intuito de criar condições para minimizar a discriminação e o racismo no âmbito educacional e na sociedade como um todo<sup>53</sup>.

No entanto, considerando a posição extraordinária da história de Palmares frente às questões abordadas neste capítulo, buscou-se promover um olhar atizado junto ao posicionamento de inconformismo e indignação frente ao passado histórico e as dívidas não solucionadas no contexto brasileiro, a fim da tentativa de despertar uma sociedade mais igualitária, justa, emancipatória e multicultural. Progressivamente, o debate sobre as relações raciais no Brasil tem se tornado cada vez mais uma pauta presente na agenda política brasileira, assim como objeto de estudo para muitas pesquisas acadêmicas.

### **1.2.3.1. O preconceito enraizado e a religiosidade de matriz africana**

A abordagem prévia sobre o sistema de colonização implantado no Brasil e as distintas formas de repressão sob os africanos que foram deportados para através da exploração sustentar as demandas e interesses europeus permitem conduzir a discussão para a questão religiosa, por sua vez, intrínseca a esta história.

---

<sup>53</sup> Outras ações importantes a mencionar são, em nível nacional, a implementação da Lei de Cotas, a fim de minimizar as disparidades econômicas, sociais e educacionais, constituindo-se por ações afirmativas aplicadas nacionalmente, com obrigatoriedade no setor público, como o ingresso em universidades e concursos públicos (lei nº 12.711 de agosto de 2012); e tratando-se de nível internacional, os dez anos que se completam de 2011, quando a ONU elegera como Ano Internacional dos Afrodescendentes (declarada em 18 de dezembro de 2009 por meio das resoluções 64/169) e os vinte anos da declaração do Programa de Ação da III Conferência Mundial Contra o Racismo que aconteceu em 2001 na África do Sul. Tais mudanças são uma forma de motivação simbólica para promover cada vez mais reconhecimento e a inclusão de descendentes afro-brasileiros, no que se trata do Brasil e afrodescendentes sob o contexto global.

Desde as travessias transatlânticas, além de arrancados a força de suas raízes culturais, estes povos foram submetidos à adesão do cristianismo, que como muito reiterou o Padre Antônio Vieira, era “para salvar suas almas”, demonstrando que o processo para (tentar) extinguir as religiões de matriz africana já começou há muito tempo e que meio a isso, as relações entre o poder político e religião sempre existiram<sup>54</sup>. Nesse período, práticas religiosas não católicas eram não só abominadas como também proibidas.

Apesar da incessante tentativa de desenraizar sua identidade cultural, religiosa e sua memória histórica, essas religiões resistiram e sobreviveram, “para se tornarem um dos patrimônios culturais brasileiro, cubano, haitiano, colombiano, venezuelano, entre outros”, entendendo dessa forma que desde sempre essa resistência foi o que sustentou a defesa de jamais renunciarem sua liberdade e identidade (MUNANGA, 2020, p. 9), que buscaram sempre formas de se recriar diante das novas condições.

A religião, entendida como uma manifestação cultural onde os indivíduos dão sentido às suas existências na vida social, de acordo com o antropólogo Kabengele Munanga, passa a ser o “núcleo duro dessa resistência” (2020, p. 9-10). No entanto, apesar de repreendidas, as práticas relativas à religiosidade de matriz africana não deixaram de ser elementos fundamentais para a formação da sociabilidade dos negros dentre a formação da sociedade nacional.

Como mencionado, a Lei Áurea e o período pós-abolição assim como a passagem do Império para a República no Brasil foram acontecimentos que não mudaram a realidade da discriminação e desigualdade raciais. Apesar de na Constituição de 1891 abolir-se formalmente o conceito de religião oficial com a separação entre Estado e a Igreja Católica, antes fixada pela antiga Constituição Imperial, Paula Montero (2006) alega que “produziu-se um intenso conflito em torno da autonomia de certas manifestações culturais de matriz não-cristã, ou da sua legitimidade para expressar-se publicamente” (MONTERO, 2006, p. 49-50). Isso deu continuidade à discriminação e preconceito em torno da diversidade religiosa no Brasil, principalmente as perseguições enfrentadas pelos religiosos de matriz africana, que nesse caso, se trata de racismo religioso, seguindo nos dias atuais.

---

<sup>54</sup> O Código Criminal do Império do Brasil de 1830 - sob égide das chamadas “Ordenações do Reino”, cujo Código Filipino (1603-1830), “o mais amplamente empregado no Brasil” estava integrado - que anunciava punições aos escravizados e suas manifestações culturais, como por exemplo, “criminaliza reuniões, festas ou bailes organizados por escravos (Tít. LXX)” (SILVA JR, 2007, p. 305), assim como o Decreto 1331-A de 1854 que proibia a admissão de escravizados no ensino primário e secundário no município da Corte (ibid, p. 307) são alguns exemplos sobre o controle histórico sob estes povos.

Resultado de reivindicações do Movimento Negro, a partir da Constituição Federal de 1988 com os artigos 215 e 216 demonstra-se um reconhecimento do Estado às manifestações afro-brasileiras<sup>55</sup>.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Outra elucidação trata-se do Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2010 no Congresso Federal, que tem por objetivo “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades e o combate à discriminação” (COELHO, 2018, p. 75). Trata-se de ações afirmativas, reparatórias e compensatórias que garantem direitos fundamentais à população afro-brasileira, como se elucida no Capítulo III (do direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos):

Art. 24. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende:

I - a prática de cultos, a celebração de reuniões relacionadas à religiosidade e a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de lugares reservados para tais fins;

II - a celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões;

III - a fundação e a manutenção, por iniciativa privada, de instituições beneficentes ligadas às respectivas convicções religiosas;

IV - a produção, a comercialização, a aquisição e o uso de artigos e materiais religiosos adequados aos costumes e às práticas fundadas na respectiva religiosidade, ressalvadas as condutas vedadas por legislação específica;

V - a produção e a divulgação de publicações relacionadas ao exercício e à difusão das religiões de matriz africana;

VI - a coleta de contribuições financeiras de pessoas naturais e jurídicas de natureza privada para a manutenção das atividades religiosas e sociais das respectivas religiões;

VII - o acesso aos órgãos e aos meios de comunicação para divulgação das respectivas religiões;

VIII - a comunicação ao Ministério Público para abertura de ação penal em face de atitudes e práticas de intolerância religiosa nos meios de comunicação e em quaisquer outros locais.

---

<sup>55</sup> Um exemplo foi o tombamento do terreiro Casa Branca na Bahia, sendo a primeira vez que a tradição afro-brasileira obteve reconhecimento oficial do Estado, em 1984. Esta ação significou a “afirmação de uma visão da sociedade brasileira como multiétnica, constituída e caracterizada pelo pluralismo sociocultural” assim como representou uma “reparação às perseguições e à intolerância manifestadas durante séculos pelas elites e pelas autoridades brasileiras contra as crenças e os rituais afro-brasileiros” (VELHO, 2006, p. 240).

Art. 25. É assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, inclusive àqueles submetidos a pena privativa de liberdade.

Art. 26. O poder público adotará as medidas necessárias para o combate à intolerância com as religiões de matrizes africanas e à discriminação de seus seguidores, especialmente com o objetivo de:  
I - coibir a utilização dos meios de comunicação social para a difusão de proposições, imagens ou abordagens que exponham pessoa ou grupo ao ódio ou ao desprezo por motivos fundados na religiosidade de matrizes africanas;  
II - inventariar, restaurar e proteger os documentos, obras e outros bens de valor artístico e cultural, os monumentos, mananciais, flora e sítios arqueológicos vinculados às religiões de matrizes africanas;  
III - assegurar a participação proporcional de representantes das religiões de matrizes africanas, ao lado da representação das demais religiões, em comissões, conselhos, órgãos e outras instâncias de deliberação vinculadas ao poder público.

Entretanto, a intolerância religiosa se mantém enraizada na realidade das religiões de matriz africana ainda nos dias atuais. A partir dessa noção é possível observar que “verifica-se no Brasil das últimas décadas um acirramento dos ataques das igrejas neopentecostais contra as religiões afro-brasileiras, processo extensivo aos países latino-americanos, como Argentina e Uruguai” (SILVA, 2007, p. 9).

Nessa lógica, Silva (2007) discorre com mais detalhes sobre a natureza e a extensão desses casos de intolerância, recolhidos de publicações da imprensa e na literatura acadêmica, sendo estes ataques feitos no âmbito dos cultos das igrejas neopentecostais e em seus meios de divulgação emancipando a ideia de que “a causa de grande parte dos males deste mundo pode ser atribuída à presença do demônio” associado geralmente aos deuses de outras religiões; agressões físicas contra terreiros e seus membros, quando invadem terreiros intencionados em destruir altares, quebrar imagens e “exorcizar”; ataques às atividades religiosas afro-brasileiras (oferenda, festa de orixá, procissão, etc.) realizadas em lugar público, ou ataques aos símbolos dessas religiões da mesma forma que ataques aos símbolos de herança africana “mesmo que não sejam exatamente religiosos”; ataques advindos do campo político, a partir das alianças entre igrejas e políticos evangélicos; assim como reações públicas (políticas e judiciais) dos adeptos destas religiões afro-brasileiras (SILVA, 2007, p. 10-19). Tais ponderações elucidam que a repressão vivenciada pelos religiosos de matriz africana não é recente.

Portanto, ao longo da história verificam-se inúmeros casos de intolerância religiosa, principalmente contra as religiões de matriz africana. Um episódio emblemático sobre essa questão trata-se do Quebra de Xangô. Nas vésperas do Carnaval, em 02 de fevereiro de 1912, invadiram e destruíam casas de culto afro brasileiro em Alagoas (Maceió) assim como perseguiram e agrediram os religiosos. Neste dia, os babalorixás e yalorixás tiveram seus

terreiros invadidos pela milícia armada conjuntamente a retirada à força destes templos de seus paramentos e objetos de culto sagrados, que posteriormente foram expostos e queimados em praça pública, tratando-se de um dos casos mais elucidativos de racismo e intolerância religiosa no Brasil.

Como citado anteriormente, o contexto pós 1970 trouxe mudanças significativas diante desta situação, a partir das mobilizações do Movimento Negro Unificado (MNU) e o processo de redemocratização nacional. Destas pautas se deu continuidade às discussões dos quilombos como espaços de ação sociopolítica, tendo Zumbi dos Palmares como símbolo de luta pelos direitos das populações afro-brasileiras. É neste período que se inicia uma série de ações, como a mudança da data de celebração da emancipação negra pelo 13 de maio (Lei Áurea) para o dia 20 de novembro (morte de Zumbi) assim como o tombamento da Serra da Barriga em Monumento Nacional, atos simbólicos e políticos muito importantes (SILVA, 2017, p. 7), pois fortalecem às reivindicações do Movimento Negro.

Entretanto, o preconceito religioso amparado no racismo segue como uma realidade. Uma fala que evidencia isso é de quem viveu isso na pele, Clébio de Araújo, um dos colaboradores desta pesquisa. O professor foi um dos participantes de uma das mesas redondas, esta intitulada “Biografias e Lutas Afirmativas” que integrou o “Seminário NEABI UFAL: 40 anos do aquilombamento, saberes e práticas afirmativas” (2020), onde contou:

Depois fui eleito como vice-reitor da Universidade (Estadual de Alagoas) em 2010, diga-se de passagem, debaixo de uma onda de racismo muito grande... com muita discriminação porque na época eu já participava do Candomblé, eu entrei para o Candomblé em 2008. Então em 2010 eu já participava e eu nunca deixei de assumir minha identidade afro religiosa e eu fui muito discriminado no processo eleitoral da UNEAL por ser do Candomblé [...] com pessoas anonimamente mandando mensagens horrosas sobre o fato de eu ser do Candomblé, que não se deveria votar em mim... (ARAÚJO, C. 2020).

Portanto, dessa fala revela-se o quanto lutar pelo direito de poder assumir sua religião publicamente ainda é uma realidade para os religiosos de matriz africana no Brasil. Demorou muitos anos para que as religiões brasileiras de matriz africana pudessem ser reconhecidas como religião meio ao universo religioso do Brasil, que por sua vez, é múltipla, indígena, europeia, africana, associada às raízes culturais que formam a identidade nacional do Brasil. No entanto, busca-se uma educação que considere esta diversidade cultural brasileira, de modo que se compreenda o passado, e a partir dele, se entenda o presente e projete o futuro, mais igualitário, na luta antirracista e contra o preconceito e intolerância religiosa.

No próximo capítulo, será apresentada a contextualização do Mercosul Cultural, a temática patrimonial no Brasil e dimensões que envolvem a Serra da Barriga enquanto patrimônio cultural regional do Mercosul.

## Capítulo 2: Mesmo solo, novo status: do Quilombo ao Patrimônio

### 2.1 Contextualizando o Mercosul

Antes de tratar especificamente sobre o processo de patrimonialização da Serra da Barriga no âmbito do Mercosul, julga-se importante apresentar um breve apanhado histórico sobre o contexto de surgimento e desenvolvimento do bloco visando entender como as questões culturais passaram a se tornar cada vez mais importantes.

O Mercosul (Mercado Comum do Sul) foi fundado em 26 de março de 1991, sob uma conjuntura de redemocratização e reaproximação dos países da região desde o final da década de 1980. Seus membros fundadores são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, a partir do Tratado de Assunção assinado em 1991 (MERCOSUL, 2020). Todos os países da América do Sul<sup>56</sup> participam do Mercosul, seja como Estado Parte, seja como Associado. Os Estados Parte são Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai<sup>57</sup>; e os Associados são Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname<sup>58</sup>.

Na época da sua criação os presidentes eram: Carlos Menem (Argentina), Fernando Collor de Melo (Brasil), Andrés Rodriguez (Paraguai) e Luiz Alberto Lacalle (Uruguai). A situação nesses países era de pós-ditadura militar, encontrando-se em um período de transição democrática e enfrentamentos da grave crise econômica advinda da década de 1980 e planos econômicos mal sucedidos.

Nessa lógica, é preciso atentar-se aos fatores determinantes que estimularam os países sul americanos a se unirem buscando impulsionar suas economias, e que posteriormente, criou-se o Mercosul. Ricardo Seitenfus (1992) relata que a globalização e a regionalização são dois fenômenos que moldaram as relações econômicas internacionais. O primeiro devido ao cenário pós Segunda Guerra Mundial, com a Guerra Fria e os avanços tecnológicos, assim como o entendimento regional, “cimentado pela vontade comum de superar rivalidades do passado, baseado em contiguidade geográfica e pressupostos ideológicos com valores políticos e morais compartilhados” que dessa forma dá início à uma aproximação, geralmente comercial (SEITENFUS, 1992, p. 118). Estes fatores motivaram os países da América do Sul a se unirem e priorizarem suas economias internas e suas dinâmicas de importação e exportação.

---

<sup>56</sup> Exceto a Guiana Francesa, que por ser território francês vincula-se à União Europeia e não ao Mercosul.

<sup>57</sup> A República Bolivariana da Venezuela se encontra suspensa de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do Mercosul, de acordo com o segundo parágrafo do Artigo 5 do Protocolo de Ushuaia (tradução nossa, MERCOSUL, 2020).

<sup>58</sup> A Bolívia encontra-se em processo de adesão (MERCOSUL, 2020).

Apesar dos objetivos comerciais terem sido os protagonistas, é importante ressaltar que a criação do Mercosul também se justifica por fatores socioculturais que remontam à colonização na América Latina, como exemplos traço comum, história dos povos latino americanos, especialmente os submetidos à colonização hispânica, destacando assim o sentimento de nacionalidade e aspiração à uma unidade continental (FILHO, 2009, p. 22-23).

Os anos iniciais do Mercosul foram promovidos contemplando interesses políticos e econômicos e a qualificação dos mercados envolvidos do bloco, sendo estas estratégias regionalizadas de integração econômica para promover uma melhor dinâmica internacional. Inicialmente restringia-se ao desenvolvimento econômico, embora seu tratado constitutivo contemple direitos sociais, o que, em seguida, criou a necessidade de promover uma integração social (FILHO, 2009, p. 22; SEITENFUS, 1992, p. 120). No entanto, como o objetivo fundamental era a busca do crescimento econômico, na tentativa de implementar a União Aduaneira, acrescentou-se a livre circulação de bens, serviços e pessoas e a homogeneização das taxas alfandegárias, buscando facilitar e fortalecer a integração entre os países. Tais decisões foram estipuladas pelos princípios do Consenso de Washington.

Sobre a organização interna do bloco, pautada pelo Protocolo de Ouro Preto de 1994, que segundo seu art. 1º, estabeleceu a estrutura institucional do bloco: Conselho do Mercado Comum (CMC); Grupo Mercado Comum (GMC); Comissão de Comércio do Mercosul (CCM); Comissão Parlamentar Conjunta (CPC); Foro Consultivo Econômico-Social (FCES); e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM) (FILHO, 2009, p. 24).

Como pontos relevantes para a pesquisa, cita-se a criação em 1995 da Reunião dos Ministros da Cultura (RMC), que buscava desenvolver a cooperação no campo cultural na esfera institucional do Mercosul; e em 1996, foi assinado o Protocolo de Integração Cultural do Mercosul (FILHO, 2009, p. 30). Posto isto, adiante será elucidado de forma mais detalhada acerca da importância desses acontecimentos.

### **2.1.1 Mercosul Cultural**

A partir dos anos 2000, o Mercosul, que toma uma região de intensa diversidade cultural, passa por uma nova fase de desenvolvimento. Questões além do âmbito econômico-comercial passaram a ganhar maior relevância na agenda do bloco, buscando promover maior participação da sociedade, e nesse sentido, as perspectivas sociais e culturais foram ampliadas e fortalecidas.

O Brasil comparado aos outros países possui políticas mais institucionalizadas no campo do patrimônio cultural, todavia, as semelhanças e diferenças existentes pelos países

sobre políticas relativas ao patrimônio no Mercosul não foram fatores que impossibilitaram a constituição do campo patrimonial no bloco, visto o patrimônio como um fenômeno reconhecível em todos os seus países a partir da constatação da existência de políticas e instituições patrimoniais, mesmo que diferentes entre si (HEIDEN, 2017, p. 15).

Desde a segunda metade da década de 90, as questões com viés mais social passaram a ser tema de discussões no âmbito de órgãos ligados ao Mercosul (HEIDEN, 2017, p. 16, 44). Nesse sentido, cultura e patrimônio cultural passaram a ser discutidos, porém isso ocorria de forma bastante irregular e sem ações que fossem devidamente realizadas, de forma efetiva.

Como dito por Maria Susana Soares (2008, p. 67), é preciso que o Mercosul encare a cultura como instrumento, substituindo a diplomacia ‘discursiva’ pela diplomacia cultural que faça uso do elemento cultura como ferramenta e fator de integração entre os países do bloco. Para que efetivamente haja ações relativas à diplomacia cultural é preciso que “essa atividade se enquadre nas ações diplomáticas à longo prazo, porque o êxito depende do reconhecimento do valor de outras culturas” (PORTE, 2006, p. 3, tradução nossa).

Mônica Lessa (2010) apresenta diversos eventos que foram importantes para o início de discussões e a consolidação das políticas culturais no âmbito do Mercosul, como já mencionados o Protocolo de Integração Cultural, a Reunião dos Ministros da Cultura (RMC) e também a criação da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC) do Mercosul (LESSA, 2010, p. 50-54).

Em março de 1992, aconteceu o 1º Encontro de Secretários de Cultura dos Estados Partes do Mercosul. Em agosto do mesmo ano, novamente em Brasília, ocorreu a 2ª Reunião de Secretários de Cultura e Autoridades Culturais da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. Ainda em 1992, o GMC com a Resolução nº 34/92 cria a Reunião Especializada em Cultura, que posteriormente originou a Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul (VIEIRA, 2000, p. 92-94).

Estes são os primórdios do surgimento do que se chama de Mercosul Cultural (LESSA, 2010; VIEIRA, 2000) com destaque para a decisão MERCOSUL/CMC/DEC nº 2/95 que cria a Reunião dos Ministros de Cultura ou cargos que ocupem lugar equivalente a esse cargo, e que pertençam a países do bloco. Já a decisão MERCOSUL/CMC/DEC nº 11/96 aprovou o Protocolo de Integração Cultural. Seguindo, a decisão MERCOSUL/CMC/DEC nº 11/06 definiu a Argentina como sede permanente do Mercosul Cultural; e a decisão MERCOSUL/CMC/DEC nº 38/10 criou o Fundo Cultural Mercosul (HEIDEN, 2017, p. 55-56).

Segundo Lessa (2010), a Decisão nº 02/95 do Conselho do Mercado Comum (CMC) e a Ata nº 02/96 da Reunião dos Ministros da Cultura aprovaram o Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, o qualificando como “documento estruturante da política cultural do bloco” (LESSA, 2010, p. 53). Assim, este protocolo (1996) foi resultado de esforços dos Estados Parte, cujas diretrizes influenciam iniciativas no campo da cultura e colaboram para o estabelecimento de políticas preservacionistas que possuem relação com a institucionalidade do Mercosul, como por exemplo, anos depois a criação da Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul (VIEIRA, 2000, p. 56-57).

Em um primeiro momento, as ações em prol de questões culturais eram bem mais engessadas no bloco, já após 2012, com a criação da categoria de Patrimônio Cultural do Mercosul (PCM) oficialmente criada a partir da decisão nº 55/12, a situação passou a apresentar mudanças positivas (HEIDEN, 2017, p. 59). Através disso, havia um estímulo para a promoção do processo de integração entre os países, associando tempos passados e presentes.

A decisão nº 55/12 menciona a relação entre o conceito de patrimônio ao processo de integração como fator fundamental para se constituir a nova categoria de Patrimônio Cultural do Mercosul. Inclusive, a partir da regulamentação dessa decisão, a CPC constitui a Lista do Patrimônio Cultural do Mercosul (LPCM). A concepção à criação de um regulamento para reconhecimento de uma categoria de Patrimônio Cultural do MERCOSUL emergiu a partir de considerações tidas como primordiais, sendo estas:

Que o patrimônio cultural contribui para o reconhecimento e valorização da identidade cultural regional; que os bens culturais constituem elementos de compreensão de referências, princípios e valores presentes e compartilhados entre os países da região; que o reconhecimento de um bem cultural para além das fronteiras de um país constitui importante fator para a integração regional (MERCOSUL/CMC/dec nº 55/12).

Dessa forma, o tema do patrimônio cultural pode ser considerado como um pilar para a maior relevância do projeto de integração do Mercosul; e para que seja promovido o reconhecimento de um patrimônio nesse nível regional é preciso fundamentar as propostas através de um Dossiê de Candidatura relativo ao bem cultural envolvido, apresentando todas as razões para possivelmente ser reconhecido. Após isto, os documentos são encaminhados para organismos nacionais competentes, passando pelo comitê técnico *ad hoc* e representantes dos Estados partes do MERCOSUL (PENNAFORTE; RIBEIRO, 2016, p. 126), para finalmente ser adicionado à lista após a homologação da Reunião de Ministros da Cultura.

Tendo em vista os processos para o reconhecimento de um bem, analisou-se o protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL e as decisões nº02/95 e 15/12 do Conselho do Mercado Comum, o documento de decisão do MERCOSUL/CMC/dec. nº 55 de 2012, onde foram decididos 5 artigos:

Art. 1º – Criar a categoria de Patrimônio Cultural do Mercosul (PCM). Art. 2º – Aprovar o “Regulamento para o Reconhecimento do Patrimônio Cultural do Mercosul”, que estabelece os critérios para o reconhecimento de bens culturais de interesse regional como Patrimônio Cultural do Mercosul, que consta como anexo e faz parte da presente Decisão. Art. 3º – A aplicação dos procedimentos previstos no Regulamento anexo será de competência da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC) e estará sujeita à homologação da Reunião de Ministros da Cultura (RMC). Art. 4º – Os bens culturais reconhecidos deverão ser inscritos na “Lista do Patrimônio Cultural do Mercosul (LPCM)”. Art. 5º – Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou funcionamento do Mercosul. (MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 55/12).

Esta proposta destaca e valoriza o fator cultural como de extrema importância a partir do diálogo e aproximação dos países mercosulinos. Dessa forma, o Mercosul, ainda que inicialmente centrado no aprimoramento econômico e comercial dos países por meio da integração, também passou então a usufruir de uma dimensão cultural compartilhada.

## 2.2 A trajetória do patrimônio no Brasil

A palavra patrimônio possui vários significados e usos, dependendo do contexto que está sendo analisada. Sobre sua origem e significado, vem do latim, *patrimonium*, que entre os antigos romanos referia-se a tudo que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 10), tratando-se de uma herança familiar. Nesse sentido, patrimônio pode ser considerado como tudo aquilo que possui importância e traz ideia de pertencimento e lembrança para a vida do indivíduo ou uma sociedade, porém, ao longo do tempo, sua conceituação adquiriu novos significados e tornou-se mais complexa.

Ressalta-se que o patrimônio aqui tratado se refere a um processo cultural que envolve atos de memória e recordação do passado de um determinado grupo social com objetivo vital de gerar interação com o presente (SMITH, 2006, p. 44; LOWENTHAL, 1994, p. 43), sendo ainda o termo que melhor denota a nossa dependência inescapável do passado.

Como dito por Andréas Huyssen (2000, p. 32) “quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais voltarmos às memórias em busca de conforto”. Assim, patrimônio é entendido por uma herança agregada ao elo entre os tempos: passado, presente e futuro. É uma interpretação do presente, porém, fundamentada no passado.

Historicamente, até o Renascimento as ações direcionadas para preservação de patrimônio estavam intimamente ligadas ao caráter aristocrático e também simbólico, no tocante à Igreja Católica, para conservar seus bens garantindo a transmissão para as futuras gerações (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 11). O surgimento de Estados Nacionais desencadeou uma transformação no conceito de patrimônio, tomando como um exemplo a França a partir da revolução de 1789, onde desenvolveu-se o moderno conceito de patrimônio (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 15). Desencadeou-se uma mobilização para salvaguardar obras consideradas imprescindíveis para a nação, ou seja, a preservação dos artefatos que carregam memórias e experiências de gerações passadas, sendo essas direito de todos os cidadãos que compartilham culturas de uma mesma região e suas singularidades (RIBEIRO; ZANIRATO, 2006, p. 252), ressaltando dessa forma a essencialidade de preservar-se o patrimônio cultural, sendo ele material ou imaterial. No entanto, o modelo francês, após predominar por toda Europa, chegou à América Latina, como no Brasil, na primeira metade do século XX.

À essa altura, a preservação do patrimônio tornava-se algo de interesse público, onde o Estado passou a reconhecer que os bens patrimoniais pertenciam à nação, sendo elementos importantes para representar a história, identidade e cultura de um povo. A definição de patrimônio passou a ser pautada a partir dos referenciais culturais dos povos, sua percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e também por meio das realizações intangíveis (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 32). Dessa forma, parte-se da noção de patrimônio relacionada à identidade cultural e memória social, que por esta perspectiva, direciona-se à questão do patrimônio cultural.

A noção de patrimônio cultural inclui aspectos identitários de aqueles coletivos que detêm o bem cultural em questão, aspectos de memória, crenças, ideologias, linguagens, costumes, saberes (MENESES, 2009, p. 26). Trata-se de uma construção social e do modo como os grupos sociais atribuem significado ao seu passado e também ao seu presente (AREVALO, 2010, p. 7; DANTAS, 2015, p. 32), ou seja, a partir do que consideram como digno de ser perpassado às gerações futuras.

O desenvolvimento deste conceito no Brasil se relaciona com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), num período em que o Estado passa a carregar consigo a ideia de nação, não apenas pela construção nacional como pelo exercício da cidadania. O SPHAN surgiu em 1936, tornando-se ativo em 1937, na direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em 1946, passou a se chamar DPHAN (Departamento do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), modificado novamente nos anos '70, para IPHAN, como se conhece até hoje (FONSECA, 2009).

Alguns marcos importantes no que se refere à trajetória do patrimônio cultural no Brasil são a Constituição da República Federativa do Brasil de 1934, que passou a atribuir à União e aos Estados a responsabilidade de proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico e artístico e declarou impedimento à evasão de obras de arte do território nacional; a Constituição de 1937, decisiva para a proteção do patrimônio brasileiro, que estendeu aos municípios a responsabilidade de proteger os bens culturais, estes monumentos históricos, artísticos e proteger bens naturais, como paisagens e os locais dotados pela natureza. Tal entendimento promoveu os processos de tombamento no Brasil, a partir do decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, sendo este o principal instrumento jurídico do SPHAN (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 44-45).

Nessa perspectiva, entre os anos 1960 e 1970, Maria Cecília Fonseca (1996) relata que, em termos práticos, foram tomadas algumas iniciativas para adequar a política federal a estes novos tempos. Realizaram-se dois encontros governamentais, em Brasília e Salvador, visando descentralizar a gestão do patrimônio cultural nacional. Menciona-se também em 1973, a criação do Programa das Cidades Históricas (PCH), visando “rentabilizar a preservação e restauração dos bens patrimoniais tanto em termos econômicos quanto sociais, sobretudo em regiões carentes” (FONSECA, 1996, p. 156).

Nesta onda modernizadora desenvolveu-se o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) em 1975, que buscou “estender a visão crítica do trabalho sobre o patrimônio cultural no campo conceitual”, voltado para o “referenciamento da cultura “viva”, sobretudo daquela enraizada no fazer popular, como forma de tornar mais “nacional” e mais “plural” a representação da cultura brasileira”. Em 1979, Aloísio Magalhães assumiu a direção do SPHAN, iniciando o processo de instaurar a prática de consulta às comunidades das cidades históricas (FONSECA, 1996, p. 156), quando em 1980 a cidade de Ouro Preto é declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO e em 1982, a cidade de Olinda.

Nos anos 1990, o SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) foram extintos e criou-se o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), que, no entanto, em 1994 voltou a se chamar IPHAN, permanecendo até a atualidade (FONSECA, 2009). É importante mencionar que o desenvolvimento do IPHAN promoveu muitos benefícios no que se trata de cultura e patrimônio, considerando-o um marco significativo à constituição do patrimônio cultural no Brasil.

Contudo, ao longo do desenvolvimento do SPHAN o conceito de patrimônio cultural foi ampliado a partir do que se conhece da Constituição Federal de 1988. O artigo 216 declara patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:”

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Alinhado às diretrizes estabelecidas pela UNESCO, que promoveu em 1972 a Convenção sobre a proteção do Patrimônio mundial, cultural e natural, com objetivo de promover a identificação, proteção e preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, este novo conceito também buscou superar uma visão estritamente vinculada à arquitetura do patrimônio cultural, em prol de uma concepção cultural abrangente de todas as expressões simbólicas da memória coletiva, constituídas da identidade de um lugar, de uma região e uma comunidade. Assim, o patrimônio cultural referia-se a bens móveis e imóveis de interesse público, vinculados a importantes momentos da história nacional e pelo seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRUSADIN, 2015, p. 69).

Para Ulpiano Bezerra de Meneses (2009, p. 33) tal mudança ao contrário do que muitos acreditam, não é a inclusão dos bens imateriais do patrimônio, mas sim o deslocamento da matriz, demonstrando que a sociedade se torna mais participativa e ativa nas temáticas relativas e não pelo poder público.

Portanto, estas novas práticas promoveram novas perspectivas, estas relacionadas ao conceito, proteção, preservação e utilidade dos bens patrimoniais. Incorporaram-se além da materialidade, também as práticas advindas da diversidade cultural brasileira a partir de distintos grupos sociais (VELOSO, 2006). Dessa forma, quando um grupo ou comunidade passa a se identificar e a valorizar seu patrimônio local, ele passa a ser reconhecido e protegido e pode-se tornar instrumento de desenvolvimento. A categoria de patrimônio imaterial evidenciou os inúmeros usos da cultura pelos diversos grupos sociais que realçam aspectos mnemônicos para construção de uma cidadania cultural, sendo assim, o patrimônio cultural se constitui de uma arena de disputas semânticas que envolvem e transcendem suas funções mnemônicas (SANTIAGO JR, 2015, p. 264).

A América Latina contém muitos lugares, monumentos, costumes e tradições que ao longo dos anos foram entendidos como patrimônio, constituindo-se por um continente intensamente rico, significativo e diverso em cultura; elementos estes que são encontrados na experiência diária e na memória social dos povos latino-americanos como um recurso permanente para o passado interpretar o presente e construir o futuro (PRATS, 2005, p. 26). Desta maneira, ao se ativar o patrimônio se contribui para fortalecer uma memória social.

Apesar das políticas públicas em prol do patrimônio nos países da América Latina ainda serem ações muito recentes, a valorização do patrimônio cultural potencializa a identidade coletiva dos povos e promove a preservação dos seus bens culturais materiais e imateriais, podendo contribuir também para o desenvolvimento econômico e social (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 29).

### **2.3 Dimensões e políticas sobre a patrimonialização e gestão da Serra da Barriga**

Entendido sobre o que é patrimônio cultural, torna-se possível a essa altura abordar sobre o processo de patrimonialização da Serra da Barriga. Os discursos acerca da Serra da Barriga - Quilombo dos Palmares à categoria de Patrimônio Cultural advém de vários atores envolvidos neste processo, como em pauta principal o Mercosul conjuntamente da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC), o IPHAN com documentos oficiais importantes à análise sobretudo o Dossiê de Candidatura e da Fundação Cultural Palmares e interesses político-sociais do Movimento Negro, que entende que a história que condensa aquele bem é representativa da sua luta atual, desde que já era considerado patrimônio local em Alagoas.

Acerca das dimensões de tombamento<sup>59</sup>, historicamente, a palavra tombo (que significa registro) passou a ser usado pelo Arquivo Nacional Português devido a um local conhecido como Torre do Tombo, onde se guardava livros de registros especiais. No Brasil, em respeito a isso, o decreto-lei adotou tais expressões. O objetivo para realizar o tombamento de um bem cultural tem como pauta principal impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras.

O processo de tombamento é considerado adequado em casos de interesse público por meio da conservação de características materiais de um bem cultural (CNM, 2018, p. 20):

---

<sup>59</sup> De acordo com o IPHAN, o tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, garantindo sua conservação. No âmbito federal, foi através do decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que o tombamento se instituiu, sendo o primeiro instrumento legal de proteção do patrimônio cultural brasileiro e o primeiro das Américas (IPHAN, 2020), preceitos estes que se mantêm em uso e vigentes até os dias atuais.

coisa móvel ou imóvel, individual ou em conjunto, pública ou privada, na qual o seu valor cultural a ser preservado reside em sua dimensão material. A solicitação para o tombamento é realizada através de um ofício identificando dados como localização e demais informações sobre o bem cultural, como histórico e estado de conservação; justificativa que valide esta ação para o determinado bem cultural em nível federal, além de, como preferível, anexar demais documentos, fotos, mapas, plantas. Posteriormente, parte-se à etapa do tombamento provisório, e posteriormente, caso o Conselho Consultivo do IPHAN e o Ministério da Cultura determine o tombamento e o homologue, o bem cultural é tombado e inscrito em um dos Livros do Tombo com uma das classificações (CNM, 2018, p. 21-22). Diante disso, a Serra da Barriga (União dos Palmares - Alagoas) foi instituída no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico no ano de 1986, devido ao caráter de valor etnográfico e referência a grupos sociais (IPHAN, 2020; DOSSIÊ, 2017, p. 9), no caso, em questão, em prol da existência do Quilombo dos Palmares.

A dimensão material da Serra da Barriga recorre-se aos valores de testemunhos materiais históricos (documentos) e arqueológicos, como cenário do maior quilombo já existente nas Américas; pela multiétnica; pelo valor paisagístico e ambiental do local considerando-se dessa forma toda riqueza de fauna e flora, como a importância morfológica e topográfica dos processos culturais. A religiosidade de matriz africana também se associa aos aspectos referentes ao paisagístico e ambiental (DOSSIÊ, 2017, p. 57), ou seja, sendo simbólico e essencial à preservação, valorização e manutenção dessas tradições culturais destes povos.

Sua dimensão histórica também se apresenta nas referências documentais sobre a colonização, formação dos assentamentos, constituição dos quilombos, anos de resistência até a destruição final de Palmares, tudo isso refere ao abundante acervo histórico da região. Mas também, como mencionado no Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga (2017, p. 68), há considerações sobre a memória local, a qual logicamente é dinâmica; memória que perpassa gerações; memória continuada e reapropriada, que consagram a Serra da Barriga como bem cultural de valor histórico e simbólico, citando dessa forma, o *20 de novembro*: Dia Nacional da Consciência Negra. Assim, devido à importância deste bem, houve consenso para sua consagração patrimonial.

A Serra da Barriga, enquanto símbolo conseguiu eliminar as divergências do Movimento Negro e fazer com que a celebração acontecesse aqui, sem nenhuma divergência [...] nós como qualquer outro movimento social, o Movimento Negro tem suas divergências, mas a Serra conseguiu unificar [...] (ARAÚJO, Z. 2020).

Na década de 1980, Serra da Barriga tornou-se um marco político e também histórico para os movimentos negros sociais do Brasil e desenvolveu uma ação unificada em prol do fortalecimento de suas lutas em comum (DOSSIÊ, 2017, p. 68), tendo Zumbi dos Palmares como um herói, símbolo de resistência e luta referente a este passado histórico. Foi a partir deste contexto que surgiu o Conselho Geral do Memorial Zumbi com objetivo de estruturação do projeto de Memorial Zumbi na região da Serra da Barriga, município de União dos Palmares, em Alagoas, e dessa forma, tornar-se um episódio consagrado do processo de valorização da cultura negra, ou afro-brasileira.

Em 2 de julho de 1981, o Conselho Geral do Memorial Zumbi encaminhou para o IPHAN/Pró-Memória a solicitação de tombamento da área da Serra da Barriga validando o pedido diante da sua dimensão e importância histórica, cultural e social referente aos povos negros no Brasil (DOSSIÊ, 2017, p. 69). Em 20 de novembro de 1985, com a solicitação acatada pelo IPHAN, a Serra da Barriga é então tombada pelo Governo Federal. Em 1988, a mesma foi declarada Monumento Nacional e também de utilidade pública, com fins de desapropriação, para estudos e pesquisas.

Propriedade do Governo Federal desde 1988, com posse repassada pela Secretaria de Patrimônio da União à Fundação Cultural Palmares, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura e instituição gestora da Serra da Barriga, conforme o decreto federal nº 96.038 de 12 de maio de 1988, foi “declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra constituída pela Serra da Barriga, declarada Monumento Nacional, situada no município de União dos Palmares, Estado de Alagoas” (DOSSIÊ, 2017, p. 7-8).

No que tange a dimensão arqueológica e antropológica, a Serra da Barriga apresenta-se como palco de vivências complexas e ricas culturalmente, a partir de grupos africanos, afrodescendentes e indígenas (DOSSIÊ, 2017, p. 71). Além de Pedro Funari como pioneiro nos estudos arqueológicos sobre o Quilombo dos Palmares, também se menciona Scott Allen (2018) em suas pesquisas (que são pioneiras e referências ao tratar-se do Quilombo dos Palmares), sobre a Serra da Barriga enquanto sítio arqueológico, alegando que já foram encontrados inúmeros artefatos que se apresentaram como de caráter multiétnicos (PALMARES, 2018).

Os discursos arqueológicos da Serra da Barriga constituem-se pela sua ocupação histórica e os usos e significados que lhe foram atribuídos (DOSSIÊ, 2017, p. 77), determinando-a dessa forma como espaço simbólico de expressão cultural de vários grupos sociais e suas relações com a vida e formas de forjar um lugar para viver.

E sobre as condições paisagísticas, a relação se dá pela interação do ambiente natural, associando o bioma e os valores simbólicos culturais. A Serra da Barriga está inserida na dimensão da bacia hidrográfica do rio Mundaú, “sendo esse curso hídrico e seus afluentes fundamentais à preservação da diversidade ambiental do local” (DOSSIÊ, 2017, p. 77) como a Lagoa dos Negros (ver figura 14), localizada na serra, lugar onde eram praticados cultos religiosos destes povos. No entanto, o desafio do âmbito paisagístico é a manutenção equilibrada entre as ocupações locais (propriedades e áreas de agricultura, latifúndios e pecuária) e a preservação da paisagem natural cultural (DOSSIÊ, 2017, p. 78).

A Serra da Barriga enquanto bem imaterial fundamenta-se pelo pertencimento coletivo, a partir da confluência das memórias e identidades, ao sentimento de preservar e valorizar a Serra da Barriga enquanto patrimônio material; mas também ao remeter-se sobre o Quilombo dos Palmares, soma-se o caráter imaterial - resguardando a ancestralidade destes povos que ali vivenciaram o sistema colonial e a escravidão (DOSSIÊ, 2017, p. 88).

O Dossiê também aponta as relações dessa população negra manifestando novas categorias raciais linguísticas, culturais, étnicas, constituindo-se como afro-indígena (DOSSIÊ, 2017, p. 90). Apesar das inúmeras tentativas de apagamento da memória e identidade destes povos, até os dias atuais na região da Serra da Barriga encontram-se aspectos que fazem referência às origens afro, como rituais religiosos, costumes, expressões artísticas, manifestações culturais, saberes, domínios, tradições e conhecimentos de vida que são passados por gerações, dinamicamente, muitas delas hoje ressignificadas.

Do ponto de vista religioso, com o reconhecimento cultural das práticas de religiões derivadas de matriz africana, das manifestações de grupos capoeiristas, no que tange aos seus ancestrais e a construção das expressões socioculturais (DOSSIÊ, 2017, p. 93). Cria-se assim a partir de todas essas interações, um cenário com o sentimento de pertencimento, identidade, memória coletiva e continuidade das referências culturais, onde o que mais importa é a valorização e respeito desse território sagrado.

#### **2.4 A patrimonialização da Serra da Barriga pelo Mercosul (2017)**

A validação da Serra da Barriga pelo Mercosul como seu bem patrimonial, se apresentou pela sua dimensão histórica, em virtude do território ter sido sede do Quilombo dos Palmares e pela questão da identidade cultural dos povos envolvidos que compartilham deste patrimônio. Seu reconhecimento tornava viável um estímulo ao processo de integração entre os países componentes do Mercosul e conseqüentemente, a promoção da integração regional (HEIDEN, 2017, p. 88); como também contribuiu ao:

Reconhecimento dos indivíduos e suas comunidades de matrizes africanas no continente americano, assim como nos estados nacionais da região [...] também à reparação às perseguições e à intolerância praticadas e reveladas em meio aos quilombos, refúgios de negros “foragidos” e perseguidos por séculos e que hoje, como não poderia deixar de ser, são reconhecidos como testemunhos da resistência e dos processos de ressignificação das referências culturais dos afrodescendentes na construção das identidades da América, em especial dos países do Mercosul (DOSSIÊ, 2017, p. 49).

O reconhecimento da “Serra da Barriga, parte mais alcantilada” é representativo por compor um conjunto de bens culturais além das fronteiras expressando dessa forma uma ânsia a partir do coletivo e comum do MERCOSUL de união às lutas organizadas de valorização das minorias (DOSSIÊ, 2017, p. 56). Como mencionado anteriormente acerca destas questões, o Dossiê registra de forma pertinente às justificativas que atestem a importância deste território como bem patrimonial do bloco regional mercosulino, reunindo dados geográficos, históricos, culturais, legais, econômicos e turísticos.

Em 2015, ocorreu a XI Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL Cultural - CPC (27, 28 e 29 de maio) em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, Brasil. Contou com a participação dos delegados dos seguintes países: Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Nesta reunião a partir da avaliação de candidaturas à patrimônio cultural do Mercosul, aprovou-se por unanimidade o reconhecimento das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos<sup>60</sup> e a Pajada<sup>61</sup> como Patrimônio Cultural do Mercosul.

Na Ata nº 01/16 da XIII Reunião do CPC que ocorreu em Colônia do Sacramento, no Uruguai (3 e 4 de maio de 2016), contando com a participação dos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela, o sétimo apontamento mencionado dessa Reunião Técnica foi sobre “*La geografía del Cimarronaje: Cumbes, Quilombos y Palenques del MERCOSUR*”, visto que o conceito de um bem cultural relacionado à cultura dos afrodescendentes e à noção de MERCOSUL fora redimensionada (HEIDEN, 2017, p.

---

<sup>60</sup> As Missões Jesuíticas formam um bem patrimonial único, com elementos fortemente vinculados entre si, onde cada parte tem a sua singularidade que ajuda na compreensão e apreciação de todo o conjunto missioneiro. O sistema das Missões faz parte de uma herança comum entre países do Mercosul, sendo estes Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Estão inscritos na Lista do Patrimônio Mundial os remanescentes missioneiros: de São Miguel Arcanjo (Brasil); as reduções de *San Ignacio Miní*, *Santa Ana*, *Nuestra Señora de Loreto* e *Santa Maria Mayor* (Província de *Misiones*, Argentina); as *Misiones da Santísima Trinidad de Paraná* e *Jesus de Tavarangue* (Paraguai); e as *Misiones Jesuíticas de Chiquitos* (Bolívia). Estes são os principais remanescentes das Missões Jesuíticas na região, caracterizando uma particular organização social e forma de ocupação do território sul-americano (IPHAN, 2020).

<sup>61</sup> A Payada é um bem imaterial - espécie de poesia improvisada predominante em países da América do Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) - reconhecido como Patrimônio Cultural do Mercosul. O Comitê Técnico da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul considerou suas singularidades, a importância dos versos e da sua musicalidade (IPHAN, 2020).

227). A Serra da Barriga enquadra-se aos critérios e às características requeridas desta construção temática, visto que:

É um bem cultural implantado no território do Mercosul enquanto reflexo e resposta dos escravizados à um sistema colonial de origem europeia fundamentado na escravização de povos africanos e autóctones; forma-se portanto um conjunto exemplar e comum; é bem que representa história fundadora de territórios e memórias coletivas sociais; é representante de um fato histórico nacional ligado à questão da resistência aos sistemas escravagistas implantados; é bem cultural que representa lutas sociais contemporâneas de (re)valorização cultural e social locais de origem ancestral africana (DOSSIÊ, 2017, p. 50-54).

Dessa maneira, a proposta envolvia a aprovação da aplicação de candidatura apresentada pelo Brasil, Equador e Venezuela, e um dos sítios referido foi a “Serra da Barriga, parte mais alcantilada” (Estado de Alagoas - Brasil). Estabeleceu-se que a postulação transnacional deveria apresentar o documento de Dossiê de Candidatura para análise do comitê *ad hoc* à avaliação final da CPC, que ocorreria no ano seguinte.

Em 2017, ocorreu a XIV Reunião do CPC, desta vez realizada na Argentina, com a presença de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e os estados associados do Chile e Equador e a Secretaria do Mercosul Cultural. Na Ata nº 01/17 documentou-se a criação da categoria de Patrimônio Cultural do Sul e também a aprovação pela CPC à inclusão da “Serra da Barriga, parte mais alcantilada - Quilombo dos Palmares (Brasil)” que foi finalmente adicionada à lista de patrimônio cultural do Mercosul<sup>62</sup>.

Baseado no regulamento para reconhecimento do patrimônio cultural do Mercosul (Seção II - Critérios de Reconhecimento; artigo 3 da caracterização da PCM), a Serra da Barriga caracteriza-se como bem cultural que:

Manifesta valores associados à processos históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum da região perante o mundo; está diretamente relacionada à referências culturais compartilhadas por mais de um país da região; e constitui fator da promoção da integração dos países com vistas à um destino comum (DOSSIÊ, 2017, p. 55-56).

A importância da Serra da Barriga para o Mercosul Cultural explica-se por atestar um modelo de relações socioculturais, políticas, de ocupação e de resistência por toda a América do período colonial; visto que Palmares é reconhecido além do território nacional brasileiro. Os povos que compuseram Palmares são de conformações multiétnicas, com afrodescendentes, índios, brancos, mulatos, mamelucos, todos em comum com o sentimento de rejeição ao sistema escravagista. Foram estes povos que com o fim do Quilombo dos

---

<sup>62</sup> A Serra da Barriga é um dos bens culturais reconhecidos pelo MERCOSUL atualmente. Os outros são: a Ponte Internacional Barão de Mauá; Itinerário Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos; Universo Cultural Guaraní; Pajada; Chamamé; Sistema Cultural de Erva Mate; e o Edifício Mercosul (MERCOSUL, 2020).

Palmares, originaram o Estado alagoano e representam significativamente para a constituição cultural e social do Brasil (DOSSIÊ, 2017, p. 50-52), como se explicou previamente.

Os valores simbólicos e históricos da Serra da Barriga aderem significados para diversos grupos sociais. O reconhecimento do Quilombo dos Palmares fortalecerá ao Mercosul, além da maior valorização e visibilidade, uma reinserção da história da América Latina, a partir dos afrodescendentes, como indivíduos ativos nesse contexto<sup>63</sup>.

Abordando o IPHAN, as referências culturais de matriz afro começaram a ter políticas e práticas de preservação inseridas e aplicadas por volta da década de 1980. A Serra da Barriga foi inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Histórico pelo IPHAN em 1986, assumindo de forma oficial uma das mais importantes referências para o Movimento Negro no Brasil e também diretamente ligado ao surgimento da Fundação Cultural Palmares em 1988 – mais um contexto de luta política dos negros no país. O processo foi aberto em 1981 a partir de um pedido pelo Conselho Geral para criação do Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional, dirigido ao Secretário de Cultura do MEC, Aloísio Magalhães com o seguinte discurso de justificativa:

O tombamento da área aventada para que nela se instale o Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional destina-se, não só à preservação do sítio histórico, mas também a cultivar a memória de todos os que, então, lutaram na busca de sua liberdade. Tal proposta vem de encontro às aspirações de grande número de brasileiros preocupados em preservar a Memória Nacional não apenas em suas manifestações visíveis, mas também no conjunto de seus símbolos, para que estes atuem como fonte de referência para as novas gerações (Processo nº 1.069-T-82, 1982).

Nessa lógica, entende-se que o patrimônio passou a apresentar valor econômico além do simbólico e cultural, vinculando-se ao turismo. O conceito de patrimônio cultural assim como suas práticas e representações se transformou.

#### **2.4.1 Discursos sobre a Serra após reconhecimento pelo Mercosul**

No portal eletrônico do IPHAN de Alagoas, a Serra da Barriga aparece como um dos destaques turísticos e históricos principais enfatizando seu reconhecimento como valorização da contribuição africana no continente da América Latina. Acerca disso, a primeira publicação referente à questão de patrimônio cultural da Serra da Barriga no portal eletrônico da Fundação Cultural Palmares foi em maio de 2016, intitulada “Serra da Barriga é candidata

---

<sup>63</sup> Os demais países mercosulinos fundamentam-se sobre o compartilhamento da Serra da Barriga enquanto patrimônio cultural pela extensão territorial das Américas, onde se formaram espaços de refúgios como meio de resistência ao sistema de escravidão. No Brasil, são conhecidos como quilombos, porém, são nomeados de distintas formas em diferentes regiões latino americanas. Na Venezuela, por exemplo, são conhecidos como *cumbes*. Na Colômbia, *palenques*. Na Jamaica, no restante do Caribe Inglês e no sul dos EUA eram chamados de *maroons*. No caribe francês era conhecido como *marronage*; e no Caribe espanhol, principalmente Cuba e Porto Rico, por *cimarronaje* (GOMES, 2015, p. 9).

a Patrimônio Cultural do Mercosul". Nesta reportagem anunciou-se que seu dossiê de habilitação seria avaliado no segundo semestre do ano daquele ano e que a aspiração à Patrimônio Cultural do Mercosul demonstrava uma valorização da contribuição africana no continente sul-americano (FCP, 2016).

No ano de 2017 a questão foi retomada: desde que a região foi oficialmente promovida a patrimônio cultural do Mercosul, a FCP anunciou o triplo de matérias referentes à Serra da Barriga e sua grandiosa importância para América Latina, se comparado aos anos anteriores onde a visibilidade da Serra da Barriga era menor ou mais limitada a quem estava envolvido diretamente com essa temática. Em 31 de maio de 2017, no último dia da XIV Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural/CPC na Argentina, a FCP também anunciou imediatamente “A Serra da Barriga agora é Patrimônio Cultural do Mercosul”, discursando as justificativas importantes para a Fundação diante da nova categoria atribuída, nas palavras de Erivaldo Oliveira, presidente da FCP na época:

A Palmares tem como principal objetivo estratégico promover a mobilidade social do nosso povo, esse título que a Serra da Barriga ganha hoje, é de fundamental importância. Além do valor simbólico, nós também temos que mostrar para a sociedade, o valor que tem a cultura afro, que por muitos anos ficou desvalorizada no Brasil. Então esse momento é um grande divisor de águas para a sociedade enxergar a Serra da Barriga com outros olhos. É uma história fantástica, que os jovens têm que conhecer, o Brasil tem que conhecer, e saber a história da Serra da Barriga e dos nossos heróis e heroínas. (FCP, 2017).

Observa-se a importância e uso dos aspectos históricos para fundamentar e justificar o “novo” status adquirido. Para Oliveira (FCP, 2017), “manter viva a memória dos heróis do antigo quilombo ajuda a lembrar de que muito ainda precisa ser feito para que o negro conquiste seu devido lugar na sociedade brasileira, permeada pelo racismo e preconceito”. Em uma notícia publicada no site da FCP menciona-se também a existência do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, que reconstitui uma das mais significativas edificações do Quilombo dos Palmares e conta com diversas atrações turísticas, como museus, cachoeiras e trilhas, “um verdadeiro *tour* histórico-ambiental”.

A Serra da Barriga possui um potencial para atrair turistas de todo mundo, pela sua relevância no campo simbólico e histórico, promovendo desenvolvimento para região, visto que a mesma passaria a atrair investimentos que iriam gerar impactos positivos como renda e empregos à comunidade, palavras que foram de Sérgio Sá Leitão, ministro da Cultura (AGUIAR, 2017). O objetivo da FCP é desenvolver uma grande visitação na região para expandir os conhecimentos da religiosidade de matriz africana e sobre a história de Zumbi

dos Palmares (ARAÚJO, M. 2017) visto que é um dos principais diferenciais turísticos para o mundo (SOUZA, 2019).

Na mesma notícia trata-se em virtude do reconhecimento à luta dos afrodescendentes pela igualdade, representantes dos povos de terreiro e do Movimento Negro também consideraram que este título daria maior visibilidade a Serra, “este reconhecimento permitirá que venham mais políticas públicas para as pessoas que vivem na região”, ressaltou o Pai Célio de Iemanjá (ARAÚJO, M. 2017). Assim, a FCP junto à Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e à Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) promovem estratégias que incentivam o turismo sustentável na região, viabilizando a mobilidade social, mas respeitando a preservação das características locais, visto que é considerado um solo sagrado.

No período recorrente da presente pesquisa, a mais recente reportagem manifestava que desde que a Serra da Barriga havia sido declarada oficialmente patrimônio cultural do Mercosul atraiu inúmeros turistas, brasileiros e estrangeiros; no primeiro semestre de 2019, foram registradas visitas internacionais originárias de vinte e um países diferentes pelo mundo, aproximadamente mais de 7500 pessoas passaram pelo Parque Memorial Quilombo dos Palmares. Número superior ao de visitantes do ano anterior. E de acordo com os registros estatísticos referidos na mesma matéria, o segmento mais forte na região é o turismo pedagógico - estudantes, pesquisadores e intelectuais de vários níveis que visitam a área.

A partir da (re)apropriação do passado histórico relacionado ao Quilombo dos Palmares promovida neste processo de patrimonialização até a Serra da Barriga tornar-se bem regional, essa memória será constantemente ressignificada no presente. Isto é o que Llorenç Prats, denomina pelo termo “ativação patrimonial” (2001), para explicar o processo que mobiliza valores atribuídos ao bem patrimonializado como formadores de um conjunto de referências de identidade, onde os elementos de um passado acompanhados dos demais elementos compõem sua legitimação, visando seu reconhecimento como patrimônio e buscando dessa forma prolongar sua existência, por ser “um processo que depende fundamentalmente dos poderes políticos” (PRATS, 2005, p. 19-20).

O tombamento da Serra da Barriga é interpretado como forma de consagração oficial de um dos símbolos mais marcantes e representativos do Movimento Negro no Brasil e pela sua luta contra o racismo e a desigualdade, por meio da inserção do Quilombo dos Palmares como referência no rol do patrimônio histórico nacional (VAZ, 2014, p. 81), contribuindo conjuntamente para uma ressignificação das referências culturais dos povos afrodescendentes na construção de identidades da América e, em especial, dos países do Mercosul (DOSSIÊ, 2017, p. 49).

O uso do passado é compreendido como fundamental para construção de identidades e também para administrá-las para que não se diluam e se percam ao longo dos anos. A Serra da Barriga passou por vários processos e discursos até se constituir e ser então promovida como Patrimônio Cultural do Mercosul, com a responsabilidade de testemunhar memórias, valorizar a cultura e mantê-las vivas e presentes. Com a titulação por parte do Mercosul, almejou-se uma maior conscientização e valorização sobre a cultura afro-brasileira, atribuindo valor ao espaço e os respectivos aspectos históricos e culturais.

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa que serão analisadas no próximo capítulo existem diferentes posicionamentos a respeito do êxito dessa difusão, conscientização e valorização. A falta de recursos humanos e financeiros compromete muitas vezes a consecução desses objetivos, além das atuais políticas culturais que não parecem ter o foco no desenvolvimento dessas iniciativas. É importante ressaltar que antes de regional ou nacional, tal patrimônio é local, fruto de uma cooperação de todos envolvidos naquela região. Ouvir suas experiências durante esse processo foi um dos objetivos desta pesquisa.

Por outra parte, é importante mencionar que atualmente o conceito de patrimonialização está diretamente vinculado à ideia de desenvolvimento. O processo caracteriza-se pela “ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural” (SILVA, 2011, p. 109). Sob perspectiva histórica, as políticas de valorização e proteção patrimonial têm se consolidado cada vez mais ao longo dos anos.

A ação de patrimonialização sob determinado bem busca inserir a comunidade local relacionada ao contexto de desenvolvimento, pois ao adicionar valor econômico, simbólico e social, a tal bem, é produzido o reconhecimento e identificação por parte do povo com a sua história e sua cultura e conseqüentemente, por outro viés, agrega valor econômico com o comércio, turismo e logo, desenvolvimento. É preciso usar a patrimonialização da cultura como meio e fim da valorização dos bens culturais (SILVA, 2011, p. 112). Nesse sentido, julga-se importante elucidar acerca dessa relação entre o patrimônio, a memória e o turismo.

## **2.5 Patrimônio, memória e turismo**

O patrimônio e sua representação associam-se ao processo de construção de identidades, e é moldado a partir de cada contexto histórico, que demonstra sua relação com a memória e identidade. Sob a concepção de Le Goff (1990), a memória como elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, onde a busca pela mesma configura-se como uma das atividades fundamentais dos indivíduos e da própria

sociedade, assegurando dessa forma a relação entre a memória a partir de um passado histórico que fundamenta o presente e o futuro (LE GOFF, 1990, p. 476-477). Logo, evidencia-se a corrente necessidade de retomar o passado buscando a preservação de uma identidade cultural.

A Serra da Barriga trata-se de um lugar que envolve diferentes atores sociais que, no entanto, a frequentam com diferentes fins. Por isso, da memória coletiva, orienta-se a discussão para a memória social. A concepção de memória social se vincula intimamente à memória coletiva, diferenciando-se apenas a partir de cada contexto que está sendo trabalhada e analisada. Marilena Chauí (2000) relata que a memória social ou histórica:

É fixada por uma sociedade através de mitos fundadores e de relatos, registros, documentos, monumentos, datas e nomes de pessoas, fatos e lugares que possuem significado para a vida coletiva. Excetuando-se os mitos, que são fabulações, essa memória é objetiva, pois existe em objetos (textos, monumentos, instrumentos, ornamentos, etc.) e fora de nós (CHAUÍ, 2000, p. 163).

Ao longo do tempo passou-se a entender a memória não apenas como sinônimo do passado, mas como instrumento vinculado à realidade. Le Goff (1990) aponta o estudo da memória social como “um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE GOFF, 1990, p. 426). Isso se associa com a Serra da Barriga e seu significado, que a partir da história de Palmares, torna possível compreender a memória não apenas como uma busca pelo passado, mas também como um sinônimo de continuidade, de caráter valorativo e simbólico, como um patrimônio “vivo”, demonstrando que a preservação do patrimônio é intrínseca a memória.

A partir do século XX com a consolidação de políticas de preservação de bens patrimoniais e sua relevância para as futuras gerações, o patrimônio é discutido como um bem econômico, que por sua vez, envolve o turismo. A partir do governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, a identidade cultural brasileira estava associada com a construção de uma memória nacional única, ou seja, a memória coletiva vinculada à identidade nacional. Desse contexto se pensa a relação turismo e patrimônio no Brasil (ROCHA, 2012, p. 66).

Após isso, elaboraram-se ações para ampliar a quantidade de atrativos turísticos, tendo o patrimônio cultural como pilar, como igrejas e museus. Posteriormente essa ideia elitista ficou ultrapassada e a evolução da indústria turística e as novas medidas acerca do turismo e patrimônio expandiu o leque de atrativos no país. A cultura e o turismo tornaram-se fontes de renda e emprego, visto o último como essencial para o auxílio na preservação dos patrimônios (ROCHA, 2012, p. 68).

A respeito disso, pensam-se estas transformações relacionadas ao patrimônio amparadas em uma política que estabeleça equilíbrio os interesses dos atores engajados neste processo de patrimonialização, assim como dos sujeitos que na maior parte das vezes estão excluídos dessas operações. Nessa ótica, o passado é o elemento importante onde reside a memória social e a identidade cultural das pessoas que viveram e vivem nestes lugares. A memória social é um instrumento de auxílio na busca pela identidade cultural e incentiva a sociedade, por sua vez, os próprios habitantes do local a enxergar valor no bem patrimonial.

Muitos patrimônios são considerados atrativos turísticos que carregam em seu contexto a presença da memória de um passado histórico, sendo estes considerados patrimônios “vivos”, em constante ressignificação. Essa transmissão acontece, como exemplos, pela oralidade, manifestações culturais, celebrações de natureza religiosa, artesanato, vestimenta, culinária, fatores que podem ser usados pelo turismo. A Serra da Barriga caracteriza-se tal como elucidado, onde todos estes fatores mencionados a validam como patrimônio e disso sustentam os setores econômicos e turísticos.

### **2.5.1 O turismo na Serra da Barriga<sup>64</sup>**

A Serra da Barriga está entre os mais visitados locais para se contar a história dos quilombos. Anualmente, o turismo na Serra da Barriga é mais expressivo no mês de novembro em virtude da celebração do *20 de novembro*. Esta data faz referência ao Dia Nacional da Consciência Negra, em memória à Zumbi dos Palmares e sua luta e resistência<sup>65</sup>. Como no próprio site institucional da FCP (2018) relata, esses trabalhos integram uma série de eventos<sup>66</sup> que são tradicionalmente realizados durante todo o mês de novembro dedicado à conscientização da igualdade racial, na luta antirracista.

O mês é marcado pelas mais variadas visitas, desde escolas públicas do Estado e município, passando por grupos religiosos de matriz africana, grupos artísticos e culturais, integrantes de diversos movimentos sociais, assim como interessados na história (CORREIA, 2016, p. 175). A comemoração tradicional do *20 de novembro* geralmente tem início no fim

---

<sup>64</sup> Considera-se importante mencionar que esta análise não pretende se aprofundar em discussões acerca do patrimônio e turismo, apenas demonstrar reivindicações da Serra da Barriga enquanto um patrimônio que representa um recurso econômico para a comunidade local.

<sup>65</sup> A data foi oficialmente instituída em 2011 com a criação da lei nº 12.519 que consagrou o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

<sup>66</sup> Estes eventos são fruto da parceria entre a Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura (MinC), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado da Cultura (Secult), e as prefeituras de Maceió e União dos Palmares (BRAGA, 2018).

da tarde com a realização de rituais religiosos de matriz africana e rodas de capoeira. São homenagens aos seus ancestrais assassinados no Quilombo dos Palmares (PEREIRA, 2020).

Acerca disso, devido à pandemia do Covid-19, a celebração da subida a Serra da Barriga pelo *20 de novembro* no ano de 2020 não pode acontecer presencialmente em sua totalidade<sup>67</sup>. Por isso, a comemoração também ocorreu de forma simbólica, na modalidade virtual, oportunizando a participação de milhares de pessoas. O responsável pelo evento intitulado *Marcha Virtual Faremos Palmares de Novo* foi o Coletivo de Intelectuais Negros e Negras (CDINN). A *Marcha Virtual* constitui-se por uma série de atividades que começaram há um mês antes do Dia Nacional da Consciência Negra e foram realizadas através da plataforma *Manif* (ver anexo II).

No dia anterior, 19 de novembro de 2020 às 19h, o encontro online “Memórias e múltiplos olhares sobre Palmares” foi a largada simbólica como início do evento. Assim, em 20 de novembro de 2020, às 14h aconteceu a “Subida e Ocupação da Serra da Barriga”. Este evento foi vinculado ao Coletivo *Anajô* e realizado pelos seus integrantes, que compartilharam suas experiências e seu envolvimento com a Serra da Barriga. Em seguida, se apresentou um vídeo como imersão virtual a partir de roteiros de visitas guiadas e se explicou sobre os projetos associados a Serra da Barriga enquanto patrimônio. Um destes projetos é o “Vamos Subir a Serra”, um dos maiores projetos afro-culturais do Brasil e do calendário sociocultural e turístico de Alagoas. Sua edição especial aconteceu entre os dias 28 a 31 de janeiro de 2021 (ANAJÔ, 2021).

Retomando ao Parque Memorial Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, este foi construído entre 2001 e 2007 pelo Ministério da Cultura e a Fundação Cultural Palmares. O objetivo era criar uma releitura que incorporasse interpretações e expressões culturais afro-brasileiras e indígenas neste espaço. A inspiração para desenvolver esse projeto já foi mencionada a partir das dimensões de patrimônio que a Serra da Barriga possui: histórico, arqueológico, paisagístico e também imaterial (DOSSIÊ, 2017, p. 68-95).

O PMQP é composto por vários pontos que buscam retratar como era o Quilombo do Palmares. Helcias Pereira foi quem conduziu a visita guiada no Parque durante o trabalho de campo desta pesquisa, compartilhando gentilmente muitas informações, explicando de antemão como aconteceria toda nossa passada no parque, do início ao fim.

---

<sup>67</sup> De acordo com a Agência de Alagoas (2020), o PMQP foi aberto a partir do dia 20 do mês de novembro, porém com limite de acesso contabilizando 300 pessoas por dia.

“Subindo a Serra” no marco da pesquisa, logo na entrada, há uma Atalaia (ver figura 4), “uma palavra africana (...) que significa lugar de observação” (PEREIRA, 2020), como já explicado<sup>68</sup>.



**Figura 4:** Atalaia no Parque Memorial Quilombo dos Palmares. **Fonte:** Registro próprio. 2020.

Além da Atalaia, outro elemento que chama atenção são os Ojás (ver figura 5). De origem religiosa e sem antecedentes na cultura palmarina, são panos brancos amarrados em volta das árvores como um pedido de respeito e paz. Sobre isso Helcias relata um caso que demonstra ainda mais a importância do uso dos Ojás:

Agora em novembro passado (2019) em Salvador, a comunidade negra vestiu de Ojá todas as árvores da cidade, uma coisa incrível... Por que? Porque desembarcou um navio estrangeiro, sobretudo com europeus evangélicos [...] e saiu uma comunicação, que eles caprichassem na oração porque estariam atracando no lugar onde os moradores eram admiradores de Satanás... cultuadores do demônio... imaginem... aí o povo de matriz africana foi lá [...] e fez um *axexê* que é um momento de oferendas... para eles assistirem como é que era o ritual, enfim... acabaram pedindo desculpas... (PEREIRA, 2020).

---

<sup>68</sup> Atalaias eram fortificações construídas em pontos altos e estratégicos, uma espécie de mirante usado para vigiar e prevenir possíveis ataques. Parte da tradição africana de combate e estratégia, que, no entanto, também foi parte da cultura material palmarina.



**Figura 5:** Ojá no Parque Memorial Quilombo dos Palmares. **Fonte:** Registro próprio. 2020.

Seguindo, visitou-se Onjó Cruzambê, também conhecida como Casa do Campo Santo (ver figura 6). De acordo com o banner explicativo, é um local sagrado que serve de apoio à prática de religiões de matriz africana que neste espaço se entrelaçam, sendo assim, Babalaôs, Ialorixás, Ekédes, Ogãs e Abiãs fazem axexês (oferendas) e orikis (orações) aos eguns (espíritos) que vagam sem sossego pelo sangue derramado (PMQP, 2020).



**Figura 6:** Onjó Cruzambê no Parque Memorial Quilombo dos Palmares. **Fonte:** Registro próprio. 2020.

Dentro desta casa, encontra-se o casal de Pretos Velhos demonstrado anteriormente pela figura 13. Sobre eles, Helcias explica “os Pretos Velhos, na verdade, representam a questão do respeito aos mais velhos pela sua sabedoria, pelos seus conhecimentos, então na religião da Umbanda, é considerado a figura mais respeitada, assim como a Yabá no Candomblé...” (PEREIRA, 2020). E a partir disso, o mesmo compartilha:

Tem um fato muito sério aqui, chegou um grupo de religiosos [...] não sei dizer o que eram, não sei dizer qual era a igreja... mas eles chegaram aqui e jogaram... por isso que tem essa grade... jogaram óleo... um tipo de óleo e sal grosso para tirar o demônio daqui... Satanizar.. imagine gente, que absurdo, se eu estivesse aqui teria tido uma confusão... Porque isso é uma falta de respeito... (PEREIRA, 2020).

Estes relatos retratam o preconceito com as religiões de matriz africana, que será melhor esclarecido e analisado adiante.

Retomando, com visitas e celebrações no Parque, as casas dos moradores e seus modos de vida acabam integrando a paisagem turística do Parque. Isso gera constrangimentos e perdas significativas, pois estes indivíduos têm suas casas invadidas, roças destruídas e furtos (CORREIA, 2016, p. 176). A visita guiada no PMQP por Helcias Pereira (2020) concebida para a realização desta pesquisa também permitiu confirmar essa questão. Ao se aproximar do Onjó de Farinha, estava montada a venda de Adriana da Silva Santos e em sequência, havia casas dos moradores locais e suas plantações, como elementos do espaço, que, no entanto, fizeram parte da paisagem durante o trajeto. É possível visualizar essa descrição pelas figuras 7 e 8:



**Figuras 7 e 8:** Caminho em direção a Lagoa Encantada dos Negros. **Fonte:** registro próprio. 2020.

Portanto, como a Serra da Barriga incorpora diferentes histórias e memórias, percebe-se o desafio de incorporar o fenômeno do turismo à sua realidade, pois convive com a ambiguidade do patrimônio vinculado ao turismo que gera os recursos para promover e conservar a Serra, mas também por outro lado, afeta as práticas culturais dos moradores locais. O resultado disso é uma situação conflituosa e complexa e um território em disputa.

No entanto, serão apresentadas a seguir o capítulo com as narrativas coletadas que permitiram uma análise sobre a situação atual na Serra da Barriga como patrimônio cultural do Mercosul.

## Capítulo 3: Patrimônio, (re)apropriação e oralidade

### 3.1 Compreendendo a realidade da Serra da Barriga

Para dar continuidade à discussão, é fundamental referir à ‘nova história da resistência’ na Serra da Barriga, partindo das considerações da tese de doutorado da professora Rosa Correia. O texto em questão representou um primeiro contato com a temática prévio à realização da pesquisa de campo em Alagoas. A partir da análise da tese se observa que o processo de patrimonialização da Serra assim como a gestão, uso e usufruto do local é um campo de disputas e tensão.

A pesquisa desenvolvida por Correia (2016) através de um estudo etnográfico<sup>69</sup> esclarece que além da resistência pelo Movimento Negro, há a resistência local dos atuais moradores da Serra da Barriga (CORREIA, 2016).

Como já apontado pelo historiador Ulpiano de Meneses (2012), “o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo eminentemente político<sup>70</sup>” (MENESES, 2012, p. 38), concepção que se associa a realidade delicada e complexa em torno da Serra da Barriga enquanto patrimônio. Os moradores atuais da Serra da Barriga vivem a ameaça de serem expulsos de suas terras.

Nesse sentido, Correia (2016) propõe a reflexão: o Estado atendendo as reivindicações do Movimento Negro em torno da Serra da Barriga enquanto seu patrimônio, conhecendo as condições de uso atuais do território, não estaria em contrapartida, alinhando-se ao passado histórico, desprezando os direitos históricos e culturais da população local? Os habitantes da Serra são famílias que não possuem registro de posse de terra, por isso não foram indenizadas e não têm para onde ir. A questão não se resume apenas pela ocupação, mas “também pelas relações simbólicas e físicas do seu mundo, da vida com aquele pedaço de chão, que não é mais um espaço vivido ou território, mas um lugar” (CORREIA, 2016, p. 20-23), percebendo-se que a apropriação da história para os camponeses da Serra da Barriga não tem o mesmo sentido e significação para o Movimento Negro.

Ao mesmo tempo, Correia (2016) discorre sobre o modelo de colonização do Brasil desenvolvido a partir da monocultura canavieira e da produção do açúcar, vinculado à exploração da força de trabalho africana e também de homens (relativamente) livres que

---

<sup>69</sup> A etnografia constitui-se por um dos principais níveis de investigação na Antropologia e pode ser definida como os primeiros estágios da pesquisa, como observação, descrição, trabalho do campo, sendo um trabalho monográfico, ou seja, tratando de um grupo suficientemente restrito que o autor possa colher a maior parte das informações graças à sua experiência pessoal (ABÉLÈS, 1998, p. 103-121).

<sup>70</sup> Ulpiano Meneses refere-se a político, não no sentido partidário, mas no de *pólis*, aquilo que era gerido de forma compartilhada entre os cidadãos, de coisa comum, de interesse público (MENESES, 2012, p. 38).

prestavam serviços aos donos da terra. Os engenhos eram a “esfera de influência do senhor de terras” (CORREIA, 2016, p. 56) e por sua vez, envolviam uma rede complexa de interações (econômicas, sociais, culturais e políticas), organizados por uma hierarquia social, sendo a ordem: donos das terras e sua família; homens livres, que ofereciam serviços ao senhor; os moradores, homens livres que inseriam as lavouras dentro das suas terras em troca de moradia e subsistência; os empregados, homens livres e assalariados que orientavam os negros na produção açucareira; e por último, os negros, escravizados e desumanizados (GORENDER, 1998, p. 209 apud CORREIA, 2016, p. 56). Dessa maneira, percebe-se como imprescindível a atenção para os diferentes conceitos e condições da estrutura social dessa época que sustenta os entendimentos da realidade da Serra da Barriga nos dias atuais.

Nesse sentido, Correia (2016, p. 57-58) partindo da discussão de Armando Boito Júnior (2015) sobre o trabalhador camponês, explica que se tratava de um homem livre disponível para oferecer seus serviços. Logo, este poderia ser o camponês servo de gleba (sujeito limitado, totalmente dependente da produção do lote que o senhor da terra o destinava e que assim, servia diretamente a terra e indiretamente ao proprietário da mesma) ou camponês servil (sujeito que detinha a posse de parte dos meios de produção podendo praticar uma economia relativamente independente). Já o trabalhador escravo, “tanto no escravismo antigo quanto no moderno não possui capacidade jurídica e é definido como propriedade do seu senhor” (instrumento de proteção) (BOITO JR, 2015, p. 80-81), mostrando dessa forma as diferenças existentes no plano das relações de produção pré-capitalistas.

Tais relações de produção pré-capitalistas correspondem às diferenças no plano das forças produtivas. Tanto no escravismo como no que se poderia denominar como os remanescentes do feudalismo existiam um baixo nível de desenvolvimento e de socialização das forças produtivas; subordinação pessoal do produtor direto ao proprietário dos meios de produção; e a proibição da participação dos produtores diretos no Estado, cujos cargos eram restritos à classe dominante. Os plantéis de escravos reuniam-se sob o comando unificado de um mesmo senhor e em um mesmo local de trabalho, já na economia feudal, os camponeses viviam distribuídos e dispersos em pequenas glebas. Assim, “essa dispersão e esse isolamento obstaculizam, embora não inviabilizam, toda ação coletiva, seja reformista, seja revolucionária, do campesinato servil e dos escravos rurais nas condições normais da produção escravista e feudal” (BOITO JR, 2015, p. 81).

Dessa argumentação complexa sobre o campesinato, avança relatando sobre a formação do campesinato no Nordeste açucareiro. O chamado autoabastecimento ou autoconsumo era

uma atividade não só complementar como necessária para produção mercantil e constituía-se por unidade produtora de subsistência.

Segundo o historiador Jacob Gorender (1988, p. 238), o autoabastecimento era responsabilidade dos trabalhadores livres, camponeses servis e de gleba, e dos escravizados em menor escala. Para os trabalhadores livres “destinava-se uma posse de terra, uma morada, a fim de que habitassem e pudessem estabelecer as lavouras de subsistência” e para os escravizados “um pequeno lote para trabalhar para a sua subsistência e a do seu senhor, nos dias que não estivessem na plantagem de cana” (CORREIA, 2016, p. 59).

A autora também aborda a combinação escravo-camponês, estabelecendo que ambos reconheciam-se na mesma necessidade: precisar plantar para sua sobrevivência e manter seu senhor; e a produção de açúcar se sustentava por esta combinação: escravismo e campesinato (CORREIA, 2016, p. 60-61). Posto isto, entende-se a relação inerente entre a história da Serra da Barriga com Palmares e a escravidão junto à prática do campesinato.

Considerando o primeiro capítulo desta dissertação, que aborda a história do sistema colonial da América Portuguesa, o complexo escravista e a existência do Quilombo dos Palmares ao sul da Capitania de Pernambuco, destruído pelos bandeirantes, Correia relata que o desenvolvimento da cultura açucareira determinou a criação e/ou aumento de núcleos de habitação nos arredores dos engenhos e usinas. Assim, Alagoas tornou-se um significativo polo produtor nacional e internacional de açúcar entre o fim do século XIX e início do XX - período marcado pela substituição de engenhos por usinas. O desenvolvimento da produção açucareira acentuou uma concentração fundiária na região, “as usinas incorporaram pequenas e médias propriedades, vinculadas principalmente a produção de alimentos e a subsistência, expulsando homens livres de suas terras ou empurrando-os para dentro das matas, para áreas mais distantes e menos férteis”, que por sua vez, passaram a buscar onde poderiam estabelecer território familiar. Essa busca foi o que sustentou a mão-de-obra nessas usinas modernas, pelo litoral e Zona da Mata Alagoana. Entretanto, “genericamente estes trabalhadores familiares foram designados pelo termo camponês, já que esta representa um modo de viver e produzir em sociedade bem singular” (CORREIA, 2016, p. 65-66).

De acordo com as características do trabalhador camponês expostas por Ciro Flamarion (1979, p. 59), entende-se que “é a terra, a propriedade e a forma de acesso à ela, que determinam os parâmetros para a definição do campesinato”. Assim, Correia argumenta que, no período colonial, os trabalhadores sem propriedade das terras que cultivavam e que as ocupavam de forma “pacífica”, eram chamados moradores ou agregados onde somente a herança da ocupação permitia a passagem da condição de trabalhador para camponês, ou seja,

o camponês como trabalhador que detinha posse ou usufruto da terra (CORREIA, 2016, p. 66-67). Logo, a casa equivale-se a terra, que por sua vez, é equivalente ao trabalho. A terra, além de onde se constrói a casa, constitui-se por um sistema que “garante a (re)produção e o sentido da existência”, é um local de trabalho mas também é seu lar, seu patrimônio, o que promove um sentimento de familiaridade, identidade e pertencimento. Dessa forma, o campesinato se compreende como “forma social particular de organização da produção, pensada e gerida em função da família, da sua reprodução, e que associa patrimônio, trabalho e consumo” (CORREIA, 2016, p. 68-71).

Acerca da memória campesina da Serra da Barriga, com o passar do tempo e a modernização, o sujeito do campo tradicional busca melhorar seus conhecimentos e produtividade para conseguir atender as demandas modernas do mercado e da sociedade; isso o transforma em um agricultor, que é uma “categoria que não se caracteriza apenas pelo modo de vida singular do campesinato, mas também e crucialmente, na especialização da atividade rural, exercendo-a como profissão”. Portanto, chamar agricultores de camponeses é possível, não havendo distinção entre os mesmos sob ótica da produção familiar, especialmente na Zona da Mata Alagoana (CORREIA, 2016, p. 71-72).

Segundo Correia (2016), a organização fundiária nessa região se destacou de acordo com o censo agropecuário de 1996 devido ao predomínio da agricultura familiar (estabelecimentos com menos de 10 hectares representando 67% do total; e os estabelecimentos com menos de 100 hectares, sendo 25%). Na região da Zona da Mata, segundo o censo agropecuário de 2006, os pequenos produtores na condição de proprietários constituíam-se em 70% - que dentre estes, estão às comunidades quilombolas que possuem reconhecimento oficial pela FCP e União dos Palmares sendo uma destas. Contudo, havia também uma parcela significativa destes pequenos produtores que não possuíam esse título, sem a posse, vivem na situação de ocupantes de terra. Incluso neste último está a população que reside na Serra da Barriga (CORREIA, 2016, p. 73-74).

O potencial canavieiro e a busca pela expansão da produção açucareira sempre foram acentuados na região do nordeste brasileiro. As invasões ao Brasil muito se justificavam pela extração do açúcar, e os engenhos açucareiros eram sustentados pela mão-de-obra escrava (CARVALHO, 2005, p. 21-27), ou seja, historicamente, as atividades envolvendo açúcar foram estímulos de sujeitos em busca de trabalho e terra, migrando para a região. Na década de 1950 e 1960, muitas pessoas chegaram à Serra da Barriga para constituir morada e também trabalhar (CARVALHO, 2005, p. 75-76), em virtude da terra fértil e das usinas. Dessa forma, a sede do antigo quilombo passou a ser habitada por novos sujeitos da história.

Algumas décadas depois, o contexto mudou. A Serra da Barriga passou a ser pauta de reivindicações do Movimento Negro (conforme mencionado), justificado pelas vítimas da diáspora africana e aos cativos que foram escravizados. A partir disso, a territorialização do Movimento Negro se promove em detrimento da territorialidade camponesa e da desterritorialização da população habitante (CORREIA, 2016, p. 13), e inaugurando assim novos tempos de resistência.

O discurso do Movimento Negro em torno da Serra da Barriga não se fundamenta apenas na história, a partir dela foi se constituindo uma memória coletiva ou compartilhada em torno deste patrimônio. Um primeiro momento foi quando foi inscrita no Livro do Tombo em 1986 e posteriormente, quando foi declarada Monumento Nacional em 1988. Assim, conforme as ideias de Le Goff, no entendimento da memória como um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, seja ela individual ou coletiva (LE GOFF, 1990, p. 410). Dessa forma foi se constituindo uma memória, que foi se afirmando como um “trunfo” (uma vitória depois de anos de apagamento e deslocamento dos palmarinos), e também como uma ferramenta de poder, da qual a partir dela se compõe um cenário de contrapontos entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

Os processos de patrimonialização da Serra da Barriga (âmbitos nacional e regional) promoveram uma ressignificação do espaço. Paralelamente a esta mudança de status se desencadeou um campo de conflitos, disputas e resistência. A Serra da Barriga se entrelaça e até confunde entre uma memória (constituída de acordo aos interesses atuais e as reivindicações presentes) e a história do Quilombo dos Palmares. Assim, conforme mencionado nos capítulos anteriores, o local e sua história representam povos que lutaram contra a opressão colonial e escravocrata imposta aos negros e indígenas, e também a liberdade conquistada pelos mesmos, validando seu status patrimonial e sobre tudo a luta atual de quem se identifica como herdeiro de aquele passado. “Escravo e camponês são conteúdos do mesmo mosaico, são elementos estruturais da história” (CORREIA, ALENCAR, 2014). Contudo, o que deve ser lembrado é que o negro sempre foi um trabalhador do campo, um praticante do campesinato.

Por outra parte, segundo o expressado anteriormente, os atuais moradores estariam vivendo sob ameaça de perderem suas terras, que nesse caso, não se trata apenas de um deslocamento físico, mas também memorial-simbólico, considerando a relação entre seu modo de vida, seu trabalho e a terra, como seu patrimônio. Já para o Movimento Negro, a Serra da Barriga legitima um valor memorial-simbólico-cultural, mantendo viva a história dos Palmares a partir da qual fundamentam suas lutas atuais.

Nessa ótica, entende-se a memória coletiva referente a uma representação, um enunciado que os indivíduos de um grupo produzirão sobre uma memória comum a todos membros deste grupo (CANDAUI, 2011, p. 25). Na concepção de Pierre Nora sobre “lugares de memória”, a Serra da Barriga é onde estão guardadas suas memórias, um lugar que pode contribuir significativamente à produção dos saberes e entendimentos sobre o passado (NORA, 1993, p. 21-23). É onde se identificam. E essa realidade, ou seja, que foi atribuída à Serra enquanto patrimônio negro não possui relação com os modos de vida dos moradores camponeses, habitantes locais, que por sua vez não se identificam com essa história.

Seguindo a Halbwachs (1990), que estabelece que a memória se estrutura a partir do coletivo, reconhece-se os lugares como primordialidade na constituição da memória coletiva. Os quilombolas palmarinos resistiram por quase um século às tentativas de exploração e escravização, originando-se deste passado histórico as memórias coletivas como símbolos de resistência, herança cultural e identitária do Movimento Negro do Brasil e dos demais afrodescendentes por toda América. No entanto, a mobilização para estabelecer a Serra da Barriga enquanto seu patrimônio cultural negro e nacional, em referência aos seus antepassados e sua história, não levou em conta a herança cultural do lugar em relação as famílias camponesas do local, que passaram a situação de ocupantes de terras públicas e por isso, lutam pelo seu direito de terra para o trabalho e subsistência, como seu patrimônio.

Os diferentes significados atribuídos a Serra da Barriga como patrimônio cultural são manifestados pelo Movimento Negro, pelo Estado com interesses principalmente econômicos em virtude do turismo cultural e também pela população local. É considerando essa questão que se apresenta a continuação, a análise das atividades de campo, para compreender essa mudança de status da Serra da Barriga de patrimônio cultural nacional para regional, pelo Mercosul junto às narrativas de diferentes atores engajados com este processo de patrimonialização.

### **3.2 Vozes locais e sua relação com a Serra da Barriga**

Como se verá a seguir, as apropriações sobre a Serra da Barriga são desiguais. Acerca disso, é importante acentuar que cada colaborador narra desde uma perspectiva (a sua) e um contexto específico, ou seja, os níveis de envolvimento e os pontos de vista sobre a Serra são distintos. Por isso, para este capítulo, foram estabelecidas categorias analíticas a fim de elencar os contrapontos entre as narrativas coletadas. Assim, estão divididas em: análise do discurso histórico; relação entre memória e identidade; eixo político-racial; eixo econômico e

turístico; e por fim, as políticas patrimoniais. Este foi o modelo que se considerou mais pertinente para edificar o capítulo e elencar as concordâncias e contrapontos.

Portanto, entendidas essas questões, serão apresentadas as narrativas dos diferentes colaboradores desta pesquisa assim como o observado durante o de campo em Alagoas, durante os meses de fevereiro e março de 2020. Reitera-se que as divergências das falas se justificam pelas distintas perspectivas e envolvimento destes sujeitos com a Serra da Barriga. Âmbito institucional, acadêmico e social foram as instâncias de escuta para se discorrer nas páginas a seguir.

### 3.2.1 O discurso histórico

As falas de Balbino Praxedes de Jesus Júnior e Helcias Roberto Paulino Pereira<sup>71</sup> conformarão o ponto de partida para esta análise. Balbino é gestor público e ocupa o cargo de representante regional da Fundação Cultural Palmares, enquanto Helcias é assistente técnico, ambos funcionários da mesma instituição.

Dialogando sobre suas perspectivas acerca da história do Quilombo dos Palmares e a relação com a Serra da Barriga como patrimônio cultural, questiona-se sobre a construção do Dossiê de Candidatura para o Mercosul. Balbino expressou:

As participações... como já teve contato com o Dossiê... a parte histórica, por exemplo, professor Zezito, a contribuição dele está ali... com relação à montagem do Dossiê foi muito importante também o professor Clébio [...] o conhecimento deles como historiadores foi muito importante para a montagem do Dossiê e até então nós fomos bem elogiados com a montagem... (PRAXEDES JR, 2020).

Percebe-se que o conhecimento histórico dos intelectuais mencionados (que integram o quadro de colaboradores desta pesquisa) demonstrou ser fundamental na construção do documento, para apontar as evidências relacionadas à história dos Palmares e assim sustentar o processo de patrimonialização.

No entanto, os entrevistados contam que têm buscado promover meios para divulgar a história da Serra da Barriga: “nós temos feito trabalho... Helcias tem... temos trabalhado muito em isso, que é a questão do pertencimento das comunidades quilombolas com a Serra da Barriga” (PRAXEDES JR, 2020). A respeito, Helcias acrescenta “em 2018 fomos em 30 comunidades... e em 2019, em 20” (PEREIRA, 2020), e Balbino explica “fazemos um seminário em todas as comunidades [de União dos Palmares]... o objetivo é [...] mostrar a importância da Serra para as comunidades quilombolas” (PRAXEDES JR, 2020). A partir

---

<sup>71</sup> Entrevista de Balbino Praxedes Júnior e Helcias Pereira concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 28 de fevereiro de 2020; Helcias e Balbino são homens negros.

destas falas, fica clara a intenção de ensinar esse passado histórico da Serra da Barriga a diferentes grupos, para que a população local possa consolidar sua apropriação com este patrimônio. No entanto, não ficou claro através do trabalho de campo a participação da comunidade camponesa que habita o local nestas atividades mencionadas.

Essa iniciativa é conhecida como “Seminário Afro Brasileiro”. Balbino e Helcias explicam que vão até as comunidades quilombolas e pedem para cederem um espaço de sua preferência, onde acharem mais conveniente e confortável, e então realizam a apresentação do patrimônio e de sua história. A duração é de aproximadamente duas a três horas. Nesse momento explicam sobre a estrutura, sobre o que representa, sobre a história e “também falamos um pouco do que é ser quilombola... porque às vezes, por incrível que pareça alguns quilombolas não sabem o que é ser quilombola...” (PRAXEDES JR, 2020). Helcias conta que “eles adoram quando nós visitamos... eles se sentem valorizados, respeitados, então nossa presença dá uma animada boa...” (PEREIRA, 2020).

Entretanto, Balbino, explica que é um trabalho que contempla um “resgate histórico e um resgate da autoestima da comunidade” onde dessa forma eles buscam “mostrar também que ser negro é orgulho” (PRAXEDES JR, 2020), discursando sobre todo o passado do Quilombo dos Palmares, e concluindo com uma reflexão sobre a importância do ser quilombola hoje: “[...] até porque tem pessoas que moram no quilombo que por vários motivos não se sentem ou não querem ser chamados de quilombolas [...] ou negros... pelo que [isso] representa: luta e sofrimento...” (PEREIRA, 2020). Percebe-se como persiste uma ideia preconceituosa dos quilombos, predominando uma associação do quilombo e o ser quilombola com sentimentos de vergonha e desgosto, sem compreender que a essência da identidade quilombola, sustentada pela história dos Palmares, representa o contrário. Helcias comenta:

Nós levamos a história do Quilombo dos Palmares justamente para dar essa levantada... Você dizer “Não! Ser quilombola é ser resistente, ser da luta, é não deixar o outro amigo, é luta pelo bem comum” enfim, para ver se eles se animam no sentido de juntarem forças e aceitarem o local onde eles moram, mas não aceitar a miséria, não aceitarem a desunião [...] temos muitos quilombolas hoje lideranças fortes... temos jovens quilombolas na Universidade... (PEREIRA, 2020).

Observa-se a tentativa de aumentar a valorização e o reconhecimento da Serra da Barriga levando esta narrativa histórica referente à Palmares para fortalecer o sentimento de pertencimento e de identidade desses sujeitos com o patrimônio. Helcias narra com mais detalhes sobre como acontecem essas atividades intencionadas em transmitir a história palmarina:

Quando realizamos esse seminário afro quilombola é no sentido de identificar que o público alvo mesmo é trabalhar essa conscientização nas comunidades quilombolas... essa questão do pertencimento étnico, pelo menos conhecer um pouco a história do grande quilombo que foi Palmares [...] é exatamente isso que levamos para as comunidades... Começamos indagando o que é que eles conhecem... o que eles sabem do Quilombo dos Palmares, quais as personalidades, as lideranças quilombolas que já ouviram falar, que resume entre aspas Zumbi dos Palmares... não conhecem praticamente nada, então quando começamos a narrar... (PEREIRA, 2020).

Helcias esclarece que a verdadeira história sobre Palmares é apresentada, explicando sobre a “chegada de Aqualtune, a figura de Acotirene, a Xamã Acotirene, a situação que os africanos viveram nos navios negreiros, na travessia do mar... a divisão das famílias com grupos étnicos e falas diferentes... e a dificuldade de organização, de comunicação inclusive” (PEREIRA, 2020). Ou seja, narra-se sobre as décadas de sofrimento e luta para resistir à escravidão. No entanto, salienta que:

Nós mostramos a resistência do povo quilombola, não em fugir da casa grande, da senzala ou do canavial sozinho [...] pelo meio do mato para ser vencido pela fome, pelo frio, pelos animais... animais peçonhentos na mata, enfim, mas sim em grupos... foi exatamente o que fez acontecer a formação dos primeiros mocambos, nas terras de... terras palmarinas... aliás, Palmares por conta da grande quantidade de palmeiras [...] na região e aí o que acontece? Nós trazemos a figura de Aqualtune, uma princesa angolana, do povo de Bengala... e essa princesa veio da condição de mulher parideira e chegando aqui enquanto escrava, ela autorizou um grupo... já sabia que eles tinham pessoas escondidas na Serra e ela fugiu [...] coletivamente para se embrenhar nas matas e aí encontrar um povoado que mais tarde... em torno de 30 anos depois se consolidou enquanto Quilombo dos Palmares ou Mocambo dos Palmares, isso em 1630... e já reunia um público superior a 3000, 3500 pessoas... e esse povo todo aí se mantinha unido por quê? Porque a agricultura e a defesa passaram a serem elementos primordiais de defesa e de organização... (PEREIRA, 2020).

Destaca-se que, apesar de Helcias ser um funcionário da FCP, seu interesse sobre a história de Palmares ultrapassa os eixos de apenas ser uma relação de trabalho. Conhecido por muitos na região como um “historiador da Serra”, Helcias transparece um conhecimento além do básico, como se percebe pelos seus breves apontamentos sobre a estrutura e o funcionamento dos quilombos. Posteriormente a essa fala, ele seguiu narrando diversos detalhes sobre a história de Palmares. Seu entusiasmo e dedicação que excede o âmbito laboral é uma militância, um compromisso que ele assumiu e que lhe permite levar adiante essa narrativa, divulgar seu conhecimento, informando e sensibilizando aos moradores e aos visitantes. Nessa lógica, Helcias concluiu sobre os seminários nas comunidades quilombolas:

Décio traz... relatos que Zumbi [...] [depois de] 9 anos da sua morte, havia reclamações de que existiam quilombos ainda na área resistindo... Aí Camoanga, que foram perseguidos... há historiadores que narram que em 1720 ainda tinha quilombolas... então concluímos essa fala com a comunidade quilombola dizendo que o quilombo não acabou, por isso que as comunidades quilombolas ainda resistem até hoje... Zumbi vive em cada um de nós que luta pela liberdade, por dignidade, contra uma forma de racismo... Quando dizemos que ser quilombola

hoje é ser seguidor de Zumbi é estar com o legado de Zumbi para continuar a luta (PEREIRA, 2020).

Observa-se a identificação de Helcias ao utilizar “nós” para falar sobre a importância de compreender este passado histórico e que dessa forma fundamenta as lutas no presente, sua própria luta e seu trabalho. Logo, sua relação com a Serra da Barriga como patrimônio se sustenta pelo fato de que antes de ser funcionário da Fundação Cultural Palmares, também é militante, e carrega consigo a memória de Zumbi como símbolo de resistência.

No entanto, depois de contar praticamente toda a história do Quilombo dos Palmares em minutos, perguntou-se sobre a origem desse seu conhecimento, ou seja, quais eram suas fontes históricas de estudo. Então, Helcias esclarece:

Eu gosto muito de Décio Freitas, aliás, ele morreu e eu não consegui abraçá-lo pessoalmente... porque Décio foi diretor do NEAB aqui de Maceió [...] ele escreveu o livro “A Guerra dos Escravos” [...] gosto do Décio porque ele traz no livro dele... primeiro ele faz uma coletânea de todos os documentos em um livro que o NEAB publicou, jogam uma coletânea de documentos que ele encontrou, por exemplo, ele encontrou sobre Zumbi, que Zumbi não morreu jogado do despenhadeiro como muitos, Nina Rodrigues, Edison Carneiro fazem essa fala... até a década de ‘80, Décio iniciando meados de ‘80, ‘90 faz essa pesquisa... ele traz um livro narrando, ele narra ao mesmo tempo ele separa em outro documento... Por que Zumbi não morreu lá? E sim há quase 2 anos, encontraram uma carta, os caras informando que prenderam um tal de Antônio Soares, que torturaram, que levaram até Zumbi... [...] Quando também descobrimos, por exemplo, que no Quilombo dos Palmares tinha uma língua, falavam uma língua própria, eles adaptaram... porque como eram vários [...] separavam as comunidades, então, um escravo, até mesmo um quilombola falava, poxa, 3, 4, 5 línguas diferentes para se comunicar... dialéticos, enfim a comunicação no Quilombo dos Palmares eles praticamente desenvolveram uma língua quilombola.. uma língua palmarina, tanto é que quando o.. rei, o governador de Pernambuco mandava alguém negociar com Ganga Zumba, sempre vinha um ex quilombola que foi preso, que conhecia a língua, vinha para traduzir.. entendeu? Então assim, sabemos disso por conta do documento [...] (PEREIRA, 2020).

Percebe-se que a explicação histórica foi extensa, mas apenas o nome de Décio Freitas foi citado como resposta sobre seus estudos acerca da História; e que a relevância desta obra se justifica pelas fontes (documentos) que o historiador fez uso. A essa altura, é possível relacionar com o que foi abordado no primeiro capítulo, sobre a dificuldade da reconstrução histórica pela carência de registros oficiais e dos próprios palmarinos que refiram a esse passado. Das poucas fontes existentes que nutrem esta história, os registros por parte dos palmarinos são praticamente inexistentes, pois eles não registravam da mesma forma que o homem branco.

Na sequência, a conversa permanece direcionada sobre a história de Palmares. “Então assim... Eu gosto muito de Décio Freitas, eu li Adão Ventura, Clóvis Moura e talvez pelo... Joel Rufino [...] é muita informação apesar de não estarem nos livros oficiais...” (PEREIRA, 2020). Helcias assume que existe uma grande quantidade de informações sobre a história dos

Palmares, narrada por historiadores, citando alguns que conhece, que, todavia essas informações, não se encontram nos livros “oficiais”. Isto evidencia a complexidade em torno da história do Quilombo dos Palmares. Em seguimento, pergunta-se sobre onde estão essas fontes históricas, ou seja, os documentos que dão embasamento para essa reconstrução histórica.

Existem alguns... se você chegar ao IHGAL, aqui na rua do Sol, atual Rua João Pessoa, que tem o Instituto [...] chegando lá você vai encontrar Coleção Nova Esperança [...] que mostra um pouco da história de resistência do povo afro brasileiro de matriz africana, em 1910. que foi o Quebra de Xangô.. Destruiu aqui, matou pessoas... Junto a essa coleção, você encontra alguns elementos, por exemplo, tem lá um pilão, um pilãozinho de pedra, de mármore, que foi encontrado na Serra da Barriga... não sei se tem o cachimbo ainda... Então, são elementos que mostram a Arqueologia da Serra... mas assim, hoje tem alguns livros também que falam... dos mocambos, que falam muito de mocambos de Sabalanga, que é onde Zumbi ficou... (PEREIRA, 2020).

Novamente, o que se menciona são evidências históricas do contexto pós século XX (quando cita o Quebra de Xangô), não registros do século XVI ou XVII, época que existiu o Quilombo dos Palmares. Citam-se elementos arqueológicos encontrados na Serra, como pilão e cachimbo, porém, devido à escassez de registros acerca desta história, percebe-se a dificuldade em demonstrar as fontes.

Por fim, ele ressalta:

Estou escrevendo o “Último mocambo de Zumbi”, eu conto a história do Quilombo com Zumbi ferido, Zumbi com febre, delirando e lembrando-se das coisas [...] Cada vez que eu falo, conto a história, segundo Décio Freitas, segundo Ventura, eu cito os nomes porque quem quiser depois, vai lá e pesquisa... (PEREIRA, 2020).

Nota-se que a apropriação que Helcias faz da Serra da Barriga é validada pelo passado histórico do Quilombo dos Palmares, porém, não apenas dele. Adiante, Balbino conta: “por exemplo, o pessoal de Muquém... eles dizem ser originários do Quilombo dos Palmares... [risos] assim, historicamente é impossível porque toda região foi destruída. Nós não interferimos nesse ponto, dizem que são legítimos do Quilombo” (PRAXEDES JR, 2020). Dessa fala se percebe a apropriação da comunidade quilombola Muquém sob Serra da Barriga enquanto seu patrimônio, sob uma base que parece não ter a mesma fundamentação histórica. Isto se constitui pelo vínculo com a terra e significações relacionadas à resistência cultural deste grupo, como se discutiu anteriormente. Por outro lado, questiona-se até que ponto a fundamentação histórica é considerada importante para a memória social?

A Serra da Barriga enquanto patrimônio da comunidade Muquém compõe-se através da “condição de coletividades camponesas, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade” (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 3-5), ou seja, é diferente, por exemplo, da apropriação da Serra da Barriga enquanto patrimônio para o Movimento

Negro, e por sua vez, também são diferentes dos religiosos de matriz africana, dos moradores e trabalhadores locais, dos capoeiristas, do governo em nome da Fundação Cultural Palmares - considerando cada um destes como atores envolvidos que apoiam suas respectivas narrativas acerca da Serra a partir de sua respectiva relação com o espaço.

Outra colaboradora desta pesquisa é Maria Neide Martins, mais conhecida por Mãe Neide Oyá D'Oxum<sup>72</sup>, ialorixá<sup>73</sup> de referência religiosa afro-brasileira em Alagoas (com uma trajetória religiosa que percorre mais de 45 anos) e considerada patrimônio vivo<sup>74</sup> pelo Estado. Mãe Neide é alagoana, nascida em Arapiraca, na Fazenda Olho D'Água que se localizava no Sítio Carrasco, uma comunidade quilombola.

Houveram mudanças na questão racial, na questão da própria... na própria forma de contar a história da Serra, de divulgar a história da Serra, da forma da visitação... do cuidado com a Serra, o olhar com as matas, com as estradas, o cuidado com o parque sabe? Mudou muitas coisas, o olhar para os quilombolas [...] por causa da Serra da Barriga [...] então se começou a trabalhar o reconhecimento dos quilombos no Brasil, tudo por conta da Serra da Barriga [...] nós ganhamos muito durante esses anos, o Brasil se reconheceu... o Brasil se tornou brasileiro [risos] (MARTINS, 2020).

Posto isso, compreende-se a semelhança na fala de Mãe Neide com os colaboradores anteriores sobre os benefícios trazidos através do reconhecimento como patrimônio cultural do Mercosul. Ela explica sobre como se mudou inclusive a forma de contar e divulgar a história da Serra da Barriga. Quando menciona que o “Brasil se tornou brasileiro”, compreende-se que o passado histórico da Serra da Barriga, vinculado com o Quilombo dos Palmares é o discurso que ampara sua concepção sobre este espaço ser patrimônio.

Agora, é a vez de Severino Cláudio Figueiredo Leite, ou também como prefere ser chamado “Mestre Cláudio”<sup>75</sup>. Carioca, professor de Educação Física e um dos fundadores da Escola de Capoeira Pôr do Sol dos Palmares, com mais de 30 anos de formação capoeirista e integrante da Federação Alagoana de Capoeira e o Conselho Estadual de Capoeira de Alagoas<sup>76</sup>. Sua primeira experiência com a Serra da Barriga em um *20 de novembro* foi no ano de 1985. Apesar de muita chuva, se recorda claramente como um dia de energia muito

---

<sup>72</sup> Entrevista de Maria Neide Martins (Mãe Neide) concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 28 de fevereiro de 2020; Mãe Neide é uma mulher negra.

<sup>73</sup> Traduzido do Yorubá, *Yalorixá* corresponde a mãe pelo Orixá. Trata-se da responsável por toda comunidade, pelos rituais e pelos preceitos, ocupando o mais alto grau na hierarquia das religiões afro-brasileiras.

<sup>74</sup> Mãe Neide é patrimônio vivo pelo registro no Livro de Tombo nº 05, à folha 22 frente, a partir de 03 de agosto de 2011, conforme a Lei nº 6.513, de 22 de setembro de 2004, alterada pela Lei 7.172 de 30 de junho de 2010 (cf. Secretaria do Estado da Cultura - SECULT/Alagoas).

<sup>75</sup> Entrevista de Severino Cláudio Figueiredo Leite (Mestre Cláudio) concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 29 de fevereiro de 2020; Mestre Cláudio é um homem negro.

<sup>76</sup> Informações sobre o Mestre Cláudio cf. Secretaria do Estado da Cultura - SECULT/Alagoas; e também do banner expositivo sobre o mesmo no Parque Memorial Quilombo dos Palmares (ver anexo V).

forte e que depois disso, frequentar a Serra virou tradição. Nascido no Rio de Janeiro, foi durante em essa época que também passou a ter conhecimento do Movimento Negro:

Eu comecei a ter essa visão histórica do Movimento Negro, eu não tinha até então [...] nasci no Rio de Janeiro, comecei capoeira com 12 anos de idade no Rio, nós não tínhamos essa noção dessa importância do nome Zumbi dos Palmares, de Ganga Zumba, Andalaquituche, não sabíamos muito dessa história (LEITE, 2020).

A partir de 2001, como contou, passou a trabalhar na Secretaria de Defesa das Minorias com o professor Zezito de Araújo (outro colaborador que será analisado adiante) e assumiu o cargo de coordenador de Capoeira na Serra da Barriga no evento do dia 20 de novembro - dia muito significativo aos militantes do Movimento Negro, celebrado o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Nesta data, a presença maciça de capoeiristas é tradição, visto a importância simbólica do Quilombo dos Palmares aos praticantes da capoeira, a partir da construção das expressões socioculturais, pertencimento coletivo e respeito e memória à ancestralidade (DOSSIÊ, 2017, p. 93), como referentes ao legado de patrimônio intangível da Serra da Barriga.

Por anos, o Mestre Cláudio desenvolveu projetos e ações relativas à Serra da Barriga e a capoeira. Pelo desenrolar da conversa, se recorda quando foi desafiado a “comprovar” que havia esta prática na época do Quilombo dos Palmares:

Em 2006 eu fui convidado à fazer parte de uma ONG chamada Instituto Magna Mater, foi quem construiu o Parque [Memorial Quilombo dos Palmares], me convidou para fazer parte [...] e trabalhar nesse processo [...] a presidente da ONG me fez um desafio “Mestre Cláudio, se o senhor me provar que tinha capoeira lá na época do quilombo, eu faço uma roda de capoeira aqui no Platô, no Parque [...]” (LEITE, 2020).

O desafio foi aceito e seu desempenho em busca e leituras foi intenso. Apesar da origem da capoeira estar intimamente ligada à história dos negros no Brasil, pesquisadores e especialistas no assunto declaram a grande dificuldade em encontrar documentos a respeito das suas raízes. Um dos principais motivos que dificultam esse conhecimento de forma mais fundamentada justifica-se pela atitude do Ministro da Fazenda do governo de Deodoro da Fonseca, Ruy Barbosa, que ordenou que fossem queimados os poucos documentos referentes da época, com objetivo de realmente apagar a história negra da escravidão (FONTOURA; GUIMARÃES, 2002, p. 142).

Eu passei o ano estudando. E você sabe que a academia exige o preto no branco, o comprovante daquilo que você está dizendo... e eu li, li, li, li, reli. Peguei de Décio Freitas, Edison Carneiro, fui pra escritos holandeses, cartas que foram enviadas para Portugal, enfim [...] vários autores. Eles falavam de uma luta que era muito perigosa... usava braços, pernas e cabeças e derrubavam antes de matar. Se isso não for capoeira, eu não me chamo Mestre Cláudio [risos], mas o nome Capoeira eu não encontrei numa literatura [...] (LEITE, 2020).

Considera-se importante aqui mencionar que no Código Penal de 1890, em seu artigo 402 previa a “punição ao crime de capoeiragem (art. 402)” (SILVA, 2007, p. 11). Isso relaciona a prática da capoeira à identidade negra e quilombola, logo, a capoeira é dada como intrínseca à história do Quilombo dos Palmares, sendo à base da argumentação de Mestre Cláudio em reconhecer a Serra da Barriga como patrimônio.

Para estudiosos do assunto, a capoeira foi uma tradição da África trazida pelos negros como um ritual animado por coros e cantos, dança e expressão corporal e devido ao processo de colonização, se desenvolve como uma espécie de defesa pessoal contra os opressores (FONTOURA; GUIMARÃES, 2002, p. 142), tornando-se uma fusão entre dança e luta. Anandes das Areias, em “O que é capoeira” (1983 apud FONTOURA; GUIMARÃES, 2002, p. 143), aponta que como os escravizados não tinham armas de defesa, movidos pelo instinto natural de preservação de suas vidas, descobriram a arte de bater com o corpo, semelhante com brigas de animais, com coices e saltos e assim, nasce o que se conhece por capoeira<sup>77</sup>.

Entende-se a capoeira, no entanto, como uma arte marcial criada pelos escravizados negros no Brasil durante o período colonial. Na prática da capoeira, treinavam e fortaleciam-se para guerrear, porém, justificavam aos seus senhores que era apenas “uma dança” para ser permitido. Em 1953, Getúlio Vargas a reconheceu como “único esporte verdadeiramente nacional”, apesar de constantemente marginalizada e relacionada a uma forma de “briga de bandidos”.

Nesse sentido, o Mestre Cláudio fala mais sobre o termo e a gênese. “O termo capoeira é um vocábulo do tupi guarani [...] 53 anos que estou completando de capoeira, eu entendo que a capoeira é mais indígena do que negra, africana, mas houve a miscigenação das três etnias [...]” (LEITE, 2020). A origem do nome vem do tupi guarani, sendo uma palavra indígena, que significa mato ralo. Quando os cativos fugiam pelas matas, e para se prepararem para os combates, preferiam locais de mata com poucas árvores e ramagem baixa. Foi por essa vegetação que levou o nome de Capoeira; que passou a designar também essa forma de luta e adestramento corporal usada por eles. De acordo com o historiador Waldeloir Rego (1968):

O vocábulo capoeira foi registrado pela primeira vez em 1712, por Rafael Bluteau, seguido por Moraes em 1813, na segunda e última edição que deu em vida de sua obra. Após isso, entrou no terreno da polêmica e da investigação etimológica. A primeira proposição que se tem notícia é a de José de Alencar em 1865, na primeira edição de Iracema, repetida em 1878, em O Gaúcho, e sacramentada em 1878, na

---

<sup>77</sup> A capoeira foi declarada à Patrimônio Imaterial da Humanidade em 2014 pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, como representatividade à resistência dos escravizados à violência e repressão dos tempos coloniais nas Américas, tal reconhecimento demonstrou um ação à reforçar o valor desta herança cultural afro-brasileira (UNESCO, 2014).

terceira edição de Iracema. Propôs Alencar para o vocábulo capoeira o tupi *caá-apuam-era* [...] a capoeira ou *caá-apuam-era* significa mato virgem que já não é, que foi botado abaixo, e em seu lugar nasceu mato fino e raso (REGO, 1968, p. 17-19).

A capoeira se constitui por uma prática que esteve presente entre todos os povos que viviam no quilombo, ou seja, compôs a trajetória de resistência e a luta dos negros, índios e brancos. Formava-se de danças, canções e instrumentos (AMARAL; SANTOS, 2015), e o tambor é um dos instrumentos de percussão presentes no ritual capoeirista.

O círculo se fechava e o tocador de viola sentava-se num dos cantos, e começava uma simples toada, acompanhada por algumas canções favoritas, repetindo o refrão, frequentemente um dos versos era improvisado e continha alusões obscenas. Um homem ia para o centro da roda e dançava [...] às vezes, até o amanhecer [...] os instrumentos musicais eram extremamente rudes. Um deles era uma espécie de tambor, formado de uma pele de carneiro, estendida sobre um tronco oco de árvore (REGO, 1968, p. 71).

Quando se busca sobre as práticas no Quilombo dos Palmares e as origens e semelhanças dessas manifestações culturais, se encontra que “preparam os alimentos durante o dia, e, quando chega à noite, procedem à contagem dos homens para verificar se falta algum. Estando todos presentes, terminam a noite com danças e ruflar de tambores que se ouvem a grande distância. Vão, então, dormir [...]” (NIEUHOF, 1981, p. 19). De fato, como já referido por muitos historiadores e estudiosos, a falta de registros históricos de Palmares infelizmente é grande, dificultando as explicações, definições e informações precisas acerca da vida cultural dos negros do palmar. No entanto, a apropriação da história do Mestre Cláudio com a Serra da Barriga ampara-se pela prática da capoeira, herança cultural trazida dos Palmares. Em sequência, Mestre Cláudio comenta:

Eu como mestre de capoeira, estou muito preocupado [...] porque têm pessoas que ainda não conseguiram entender o espírito da coisa... têm pessoas ainda que não entenderam a importância daquilo ali. Não estão usando isso a seu favor, para o seu autoconhecimento, e precisamos mostrar mais, frequentar mais, estudar mais daquela Serra, que ela é mágica [...] queria que ali fosse mesmo um local de visitação e de formação constante, continuada... é a melhor sala de aula, para mim que existe.. da história do nosso povo, está ali... no Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga [...] eu gostaria muito que ali tivesse esse entendimento de ter essa... historicidade (LEITE, 2020).

Contudo, quando se pergunta ao Mestre Cláudio sobre a origem das fontes históricas que embasam seus estudos sobre o Quilombo dos Palmares e a capoeira, ele conta:

Ah... o termo capoeira é um vocábulo do tupi guarani... eu sou mestre capoeira, 53 anos que estou completando de capoeira, eu entendo que a capoeira é mais indígena do que negra, africana. Mas houve miscigenação das três etnias para ser construída essa capoeira. E a capoeira que se escreve com O, L e I (soletra capoeira), vêm do sotaque português porque na verdade é “cápõeirã mato cortado” local onde eles treinavam capoeira, entendeu? [...] Então desde o Quilombo já existia a capoeira, que ela é desenvolvida ali, é... se você for ver, todas as artes marciais são inspiradas na luta de um animal [...] Na Serra da Barriga se praticava uma dança de guerra

indígena chamada Marana, que era... se esperava sabe do quê? Uma ave chamada Uru... ai lá vai o Mestre Cláudio pesquisar Uru... olha o nome científico de Uru é “*odontophorus capueira spix*”... não é lindo isso? Então, o índio praticava uma dança de guerra inspirada na ave, que eu fui ver a fotografia do Uru [...] é uma codorninha [...] Então até nesse sentido eu fui buscar, e aí vem a preocupação... Pernambuco, nasceu na Bahia, saiu do Rio de Janeiro, esses três locais se proliferou a capoeira através do cais do Porto, a primeira aparição da capoeira foi [...] desses três estados... O que vem antes? O ovo ou a galinha? Eu não sei... se paralelamente apareceu a capoeira nos três lugares [...] mas ela veio do Quilombo dos Palmares, isso aí eu não tenho dúvidas... (LEITE, 2020).

Nesse momento, Helcias complementa a fala de Mestre Cláudio:

O Décio narra que Ganga-Zumba fazia diariamente exercícios físicos com seus guerreiros e que estes exercícios envolviam uma espécie de luta cujos movimentos eram usando os braços, as pernas e a cabeça... Ganga-Zumba, ou seja, bem antes de Zumbi... Entre 1630 a 1670... (PEREIRA, 2020).

Atenta-se que a fundamentação do discurso histórico de Mestre Cláudio e também de Helcias, ao questionar-se sobre suas fontes históricas de estudo sobre Palmares, não foi portanto respondida. As suposições que sustentam a apropriação de Mestre Cláudio com a Serra da Barriga como seu patrimônio se relacionam com a prática da capoeira, expressão cultural brasileira que mistura arte marcial, esporte, cultura e dança.

Dando continuidade, Siloé Soares de Amorim<sup>78</sup>, antropólogo, doutor em Antropologia Social pela UFRGS, docente na UFAL e integrante da equipe que produziu o Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga. Dentre suas produções, relatou sobre o documentário 1912 Quebra do Xangô<sup>79</sup>, explicado anteriormente do que se trata, um trabalho significativo na sua trajetória profissional de envolvimento com estudos étnico-raciais em Alagoas, sobretudo questões religiosas relativas às práticas de matrizes africanas e também indígenas.

Quando se dialoga sobre a relação da história da Serra da Barriga enquanto patrimônio regional do Mercosul, Siloé argumenta que o processo de patrimonialização da Serra da Barriga carrega uma significativa complexidade, por envolver uma pluralidade de relações. Dessas concepções, como professor, comenta:

De forma muito genérica obviamente, mas não discute a questão da recessão, de uma educação diferenciada nesse sentido [...] o Quilombo dos Palmares está inserido num contemplação generalizada... genérica de Zumbi, mas tudo isso dentro de uma perspectiva histórica... não de uma história atuante, mas no sentido de uma formação histórica (AMORIM, 2020).

Contudo, entende-se que apesar da implementação das leis nº 10.639 de 2003 e nº 11.645 de 2008 a fim de criar condições para minimizar as discriminações e racismos existentes no âmbito educacional, a ausência de discussões abrangentes sobre questões

<sup>78</sup> Entrevista de Siloé Soares de Amorim concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 04 de março de 2020; Siloé Amorim é um homem branco.

<sup>79</sup> O documentário “1912 Quebra de Xangô” foi produzido pelo Dr. Siloé Amorim e está disponível no Youtube.

étnico-raciais com os alunos é uma realidade declarada pelo professor. “O debate não está inserido na escola, ele está inserido em uma perspectiva muito dentro de uma sala de aula, mas aquela coisa [...] em uma aula engessada, mas não em um diálogo maior” (AMORIM, 2020).

A promulgação destas leis mencionadas alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Brasil com a inclusão no currículo oficial da rede de ensino público e privado a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, contemplando muitos anos de reivindicações e lutas políticas e sociais. A finalidade era de estabelecer uma integração maior entre Brasil e África, atendendo à construção de uma educação igualitária e promovendo a desconstrução de discursos enraizados como verdades históricas em nossa sociedade, fundamentadas sob uma ótica colonizadora, e que dessa forma, irradiam em seus diversos segmentos, cujo alguns deles são os livros didáticos e práticas pedagógicas. Siloé Amorim acrescenta:

Eu digo para o reconhecimento na América Latina... de elementos em comum, que que a gente tem em comum com o Uruguai, com o Paraguai, com a Bolívia, com a Colômbia, com a Venezuela... que nós temos em comum em termos étnico-raciais, a história dos negros... porque a história do indígena e negro nesse país estão intimamente ligadas sobretudo no nordeste brasileiro (AMORIM, 2020).

Logo, o processo de patrimonialização da Serra da Barriga cumpre como fundamental para essa discussão sobre o compartilhamento histórico e sociocultural na construção de identidade na América Latina, referente ao nosso passado histórico, amparado no Quilombo dos Palmares. “Mas isso só vai ser importante à medida que saia dessa conversa entre nós estudantes...” (AMORIM, 2020). Entretanto, entende-se que esta discussão exclusiva do âmbito intelectual demonstra-se como uma adversidade ao propósito de valorizar a Serra da Barriga como patrimônio.

Como arqueólogo, Siloé traz considerações sobre a história dos Palmares, sob uma ótica da multietnicidade derivada deste passado histórico:

Os estudos arqueológicos vão apontar isso tudo que eu estou falando de uma perspectiva de diálogo, de conversas paralelas mais do que propriamente uma informação baseada em critério de leituras, essa questão toda... bom arqueologicamente falando você vai encontrar resíduos ali nos elementos mais indígenas, que é a partir, não sei se é mais indígena, mas a partir das igaçabas, a partir das urnas funerárias, a partir das cerâmicas então... essas práticas eram tupis, enfim, eram ali contempladas em templos de culturas indígenas [...] você está lidando com identidades étnico-raciais, então materialmente você vai encontrar elementos indígenas quando ali foi povoado [...] porque ali foi um território indígena, mas ocupado depois por quilombolas, então a Arqueologia vai discutir isso em termos... nesses termos culturalistas e não dentro das identidades, então você vai ter um debate que é identitário por um lado e histórico por outro, e esses debates não chegaram ainda a um consenso... (AMORIM, 2020).

Como discutido nas páginas anteriores, o Quilombo dos Palmares foi um assentamento de negros, indígenas e brancos que lutavam contra o sistema de escravização na América Portuguesa. Nesse sentido, Siloé Amorim confirma a multietnicidade do Quilombo dos Palmares e salienta que essa relação entre a história e a identidade segue como eixo de discussão na Arqueologia quando se trata de Palmares.

Chega-se a vez de Clébio Correia de Araújo<sup>80</sup>, professor, historiador e coordenador do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), doutor em Educação pela UFAL. Clébio gentilmente nos concedeu uma tarde para comentar suas experiências profissionais (e pessoais) sobre o processo de patrimonialização da Serra da Barriga. Nas explicações iniciais da conversa, o professor se declara como ativista do Movimento Negro de Alagoas e que sua participação nas temáticas aconteceu em um processo natural.

Ao longo de sua fala, reitera a importância do professor Zézito de Araújo, que foi participante da primeira geração de militantes que subiram a Serra da Barriga no *20 de novembro*.

Começou anualmente a constituir uma espécie de ritual de subida da Serra no 20 de novembro para lá em cima fazer uma movimentação em torno da memória de Palmares, quando a Serra nem era tombada ainda como patrimônio nacional... ela era propriedade privada, o Zézito já estava aí... junto com esse pessoal, junto com Abdias Nascimento que foi uma figura marcante na história do Movimento Negro brasileiro e outros, e eu era estudante ainda... (ARAÚJO, C. 2020).

Confirma-se que o envolvimento de Zezito com o processo de patrimonialização da Serra da Barriga ocorre desde os princípios destes acontecimentos. Entretanto, sobre o Mercosul, Clébio alega que “foi um processo assim meio apressado, nesse sentido [...] foi anunciada já muito em cima da hora [...] uma coisa meio em cima do prazo” (ARAÚJO, C. 2020). Sua contribuição no documento de Dossiê de Candidatura teve como ponto de partida um texto acadêmico para apresentar em um congresso, “tratando a questão dos Palmares como uma experiência sócio-política e ao mesmo tempo como a construção de uma matriz cultural de resistência que não se acaba com a destruição do Quilombo, mas que permanece...” (ARAÚJO, C. 2020). Dessa forma, a partir das suas percepções como pesquisador, declara:

Eu começo a desenvolver a ideia que ainda que o indivíduo tenha sido morto, o papel sócio-político que ele desenvolve não morre com ele... se repete na história de Alagoas e nesse sentido o esforço que [faço] é de trazer Zumbi para o presente... de pensar as lideranças negras no presente que atuam em episódios como quebra dos terreiros em Alagoas em 1912, que atuam nas favelas, que atuam nas grotas,

---

<sup>80</sup> Entrevista de Clébio Correia de Araújo concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 04 de março de 2020; Clébio Araújo é um homem negro.

que atuam nos quilombos urbanos, de pensar a continuidade histórica dessa figura Zumbi dos Palmares, por quê? Porque percebemos que o Estado brasileiro, e as elites que coordenam esse Estado na impossibilidade de apagar totalmente Zumbi e os Palmares da história, o que eles fizeram? Eles resignificaram e se apropriaram, através de uma narrativa, se apropriaram de Palmares e de Zumbi... mas se apropriaram [...] colocando Zumbi dos Palmares e os Palmares como algo que aconteceu e... aconteceu e terminou no passado como algo que está lá, engessado no passado e que se acaba ali. Então, é esse ato historiográfico, esse ato na memória é o que explica, por exemplo, que os negros do presente em Alagoas não se pensam como uma continuidade de Zumbi dos Palmares... (ARAÚJO, C. 2020).

Em Alagoas, ainda há uma falta de apropriação desta história por parte da população negra, considerada bastante emblemática, principalmente por este fato ser realidade no estado brasileiro que historicamente sediou a maior liderança negra da América. “Você não vai encontrar um negro em Alagoas cujo nome seja Zumbi... então isso é muito significativo” (ARAÚJO, C. 2020). De acordo com o professor, até o século XIX toda referência à Zumbi e aos Palmares é numa perspectiva de acentuá-los como experiência de barbárie e criminalidade, marginalizando o debate. “Zumbi e os Palmares vão sendo resignificados já na República, mas sendo novamente idealizado e apropriado por uma elite branca, que esvazia [...] de todo conteúdo negro, afro...” (ARAÚJO, C. 2020). Discurso este que vai ao encontro do que foi analisado anteriormente com a fala do professor Siloé sobre os discursos históricos fundamentados em uma perspectiva colonizadora e que são estabelecidos como verdade na nossa sociedade. Outro ponto sobre essa questão que é relatado:

Outro aspecto da africanidade que perpassa Palmares, totalmente e esse duplo esvaziamento, da ligação de Palmares como experiência africana aqui... e de Palmares como uma continuidade na história, como uma experiência que continua na história, é que provocam uma identidade do Alagoano negro, que é alienada da experiência de Palmares... que não vai beber na experiência de Palmares como algo que ele possa usar como matriz para a construção da sua identidade. Claro que isso vai interessar muito às elites, porque à medida que se esvazia e as pessoas do presente não se pensam como descendentes de Zumbi, descendentes tanto físicos quanto simbólico e históricos [...] a elite tem uma capacidade maior de manter essa massa negra sob o domínio de explorar essa mão de obra, de oprimi-la, e impedir que ela se organize para resistir (ARAÚJO, C. 2020).

Clébio argumenta no que vai de encontro ao que foi debatido no primeiro capítulo e que também aflui aos apontamentos precedentes de Helcias, Balbino e Siloé. Descaracterizar a essência da história do Quilombo dos Palmares frente à luta do Movimento Negro apresenta-se como uma iniciativa interessante aos que se intencionam em encerrar essa resistência para dessa forma, seguir amparada no discurso colonizador.

Dando continuidade ao trabalho de campo, chegou o dia 5 de março de 2020 e com ele, a mais ansiada atividade: dia de subir a Serra da Barriga. Esse dia começou bem cedo passando pelo povoado de Muquém, uma comunidade quilombola localizada no município de União dos Palmares. Chegando lá fomos recebidos com um apreciado doce pela comunidade:

o doce de jaca, na casa de Maria das Dores Oliveira Cavalcanti<sup>81</sup>, mais conhecida por Dorinha, que é muito mais do que uma moradora local. Maria foi Secretária de Cultura pela SECULT de União dos Palmares.

Ela nos explica que sua relação com a Serra vai além de qualquer situação, “eu sou envolvida com a Serra [...] por ter uma relação de ancestralidade [...] a Serra, por si só, você chega lá e você já sente a energia... [emoção e lágrimas]” (CAVALCANTI, 2020)<sup>82</sup>. Maria complementa: “o meu envolvimento com a Serra não é, às vezes eu até pergunto ‘mas o que é que eu estou fazendo aqui?’ Podia estar em outros... projetos mas algo maior me puxa pra Serra então acho que a ancestralidade da Serra é muito forte...” (CAVALCANTI, 2020). Dessa forma, sua participação no processo de patrimonialização pelo Mercosul se explica em virtude de inicialmente ter sido representante da comunidade Muquém e posteriormente nessa mesma época atuou como Secretária da Cultura; porém, sua relação com a Serra da Barriga também apresenta fundamento pela sua ancestralidade, amparada na história do Quilombo dos Palmares, como elemento que nutre sua identidade.

Por fim, ainda no que se discute acerca do discurso histórico sobre o Quilombo dos Palmares e a realidade da Serra da Barriga, conhecemos Adriana da Silva Santos<sup>83</sup>. Dentro do parque, há tendas para a venda de artesanatos da temática palmarina para os turistas. Em um destes espaços, Adriana estava trabalhando. Moradora local, nascida e criada há 33 anos na comunidade da Serra da Barriga, é a única de sua família que ainda permanece morando lá. Conta que a venda desses objetos é sua fonte de renda “é meu sustento de renda porque o meu esposo é desempregado agora [...] é daqui que tiro meu sustento, tiro umas roupas para os meus filhos, um calçado... o que precisa dentro de casa, eu tiro daqui...” (SANTOS, 2020).

---

<sup>81</sup> Entrevista de Maria das Dores Oliveira Cavalcanti concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 05 de março de 2020; Dorinha é uma mulher branca.

<sup>82</sup> Por falar sobre a energia da Serra da Barriga, aqui vão dois relatos curiosos de Helcias Pereira e Wlandeslau da Silva (motorista da Fundação Cultural Palmares que nos acompanhou em todo dia imersão em União dos Palmares) sobre uma experiência compartilhada (por ter sido no mesmo dia). “Senti como se alguém tivesse borrifado uma água que chegou a gelar meu braço?! (gesticula) Uma alfazema forte... e eu “ué, que coisa é essa?” E eu olhei e fiquei procurando, pensei que era até uma menina que trabalha aqui na limpeza...” e completa “Fiquei olhando e não vi ninguém [...] falei para os meninos “vocês estão sentindo esse cheiro?” aí eles “que cheiro?” Aí eu fiquei “Caramba, só eu estou sentindo esse cheiro [...] cheguei a me arrepiar... Axé, axé, obrigado! Aí fui para o carro [...] fui conversar com o Wal [...] e ele contou... [risos]” (PEREIRA, 2020). Já Wlandeslau conta também sua experiência “Eu estava capinando de ré [de costas] e aí passou a Laís, que é a nossa amiga, trabalha na limpeza, aqui no telefone orelhão fazendo ligação [...] depois de 5 minutos, chegou o Diogo, também fez ligação e foi pro computador e eu pensando que estava lá” e assim finalizou “e eu estava aqui falando sozinho... pensando ser o Diogo, mas não, havia aquele negro alto, um tipo de corpo malhado e eu falando sozinho... [...] com aquelas vestes tipo aqueles sacos de açúcar, olhando pra mim assim e quando fui olhar pra ele, ele sumiu.. eu me arrepiei, foi quando apareceu Helcias... [risos]” (SILVA, W. 2020).

<sup>83</sup> Entrevista de Adriana da Silva Santos concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 05 de março de 2020; Adriana Santos é uma mulher branca.

Logo, entende-se que Adriana vive do turismo na Serra da Barriga, pois à medida que a Serra aumenta sua visibilidade, seu reconhecimento e conseqüentemente o fluxo de visitaçã, isso beneficia diretamente seu trabalho com as vendas.

O diálogo foi um dos mais curtos, porém, nesse tempo, a mesma relatou brevemente seu dia a dia no parque, e falou sobre algumas pessoas vão comprar seus artesanatos: “elas vem assim me perguntar se eu sei da história daqui, aí eu digo que não sei... nunca me interessou [risos]...” (SANTOS, 2020). É no mínimo curioso perceber esse desconhecimento sobre o passado histórico do Quilombo dos Palmares, visto que Adriana nasceu e cresceu toda sua vida na Serra da Barriga em União dos Palmares. Como moradora do local manifestou surpreende que demonstre interesse. No entanto, é possível compreender a partir da pesquisa de Rosa Correia (2016), que sua relação com a Serra da Barriga remete a uma memória familiar que se relaciona com a ocupação de camponeses posterior à dissolução do quilombo. Seu vínculo com aquele território é outro, apresentando sobre esse que é também seu patrimônio, valores diferentes ao que o Movimento Negro e a maior parte dos colaboradores dessa pesquisa apresentam.

Por outro lado, ainda dentro do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, observou-se outra perspectiva sobre o lugar em conversa também muito breve com Diego, Ualef Mendes e João Victor, três jovens também trabalhadores e moradores da Serra da Barriga. De acordo com Ualef, que tem sete anos de experiência com o serviço, ele explica o seguinte: “o trabalho que nós fazemos é na manutenção do parque... na limpeza, para quando as pessoas chegarem verem o parque limpo, está sendo mantido... e gostamos de fazer... trabalha e faz com amor, nós somos daqui da região mesmo...”, e completa “é um prazer muito grande, você nascer, morar aqui e trabalhar aqui na Serra [risos]...” (MENDES, 2020). Percebe-se o apreço do jovem, em cuidar da Serra da Barriga, que fala em nome dos três, entendendo a relevância deste patrimônio que se associa ao seu lar, sua moradia e seu local de trabalho. A patrimonialização do lugar trouxe uma possibilidade laboral para esses jovens numa região em que um trabalho fixo é escasso. Certamente seu vínculo com a valorização desse patrimônio se associa e essa possibilidade.

### **3.2.2 A memória e identidade**

A questão da memória e identidade com a Serra da Barriga é baseada por diferentes perspectivas. Helcias e Balbino, a partir das mobilizações desenvolvidas para transmitir a história do Quilombo dos Palmares como citadas anteriormente, trabalham na construção do

pertencimento da comunidade local, no caso, de União dos Palmares para que possam entender o verdadeiro significado deste patrimônio. Acerca disso, esclarecem:

A própria cidade de União dos Palmares, acho que... dois anos... tem feito um trabalho, a Secretaria de Educação, de Cultura e de Turismo têm feito um bom trabalho, levando os estudantes para a Serra da Barriga e vi mudando esse paradigma com relação a Serra da Barriga... A própria cidade de União [dos Palmares] meio que tentava... eu não sei se estou, se eu posso... (JÚNIOR, 2020).

Não... União não tinha nenhum pertencimento... A cidade em si não aceitava, falavam assim “ah é festa dos negros”, hoje já vemos uma farmácia Zumbi dos Palmares, um posto Quilombo dos Palmares, um restaurante Zumbi... (PEREIRA, 2020).

Reitera-se que, de acordo Helcias Pereira e Balbino Praxedes Júnior (2020), a identificação da população local com a história de Palmares era praticamente inexistente, demonstrando que, dessa forma, tornou-se necessário que se construísse esse reconhecimento nas comunidades<sup>84</sup>. Essas considerações atravessam um debate sobre o reconhecimento da identidade quilombola no Brasil e o conceito histórico de quilombo, que se ampara pelas discussões do primeiro capítulo desta dissertação. Dando continuidade ao diálogo:

Um dos motivos que nós... não sei se o Helcias concorda com essa fala, mas eu já ouvi muita [...] falando que União dos Palmares na verdade, ela é uma cidade que foi criada pelos exterminadores, assim atribui a essa resistência... (JÚNIOR, 2020).

Mas é verdade, os quilombolas moravam naquela região ali... os caras vieram, botaram todo mundo para correr, mataram todos... e aí o que ficou na cidade? (PEREIRA, 2020).

Posto isso, identifica-se que a memória da cidade de União dos Palmares foi edificada sob o discurso do colonizador, que desejava apagar o ex-escravizado, o quilombola, o negro da história nacional, como o capítulo 1 esclarece. Acerca disso, Balbino explica sobre a falta de interesse inicial dessas pessoas, “eu acredito que é o racismo institucional... na Serra da Barriga, por muitos, até pela cidade de União dos Palmares, nós não tínhamos muita adesão à Serra da Barriga... União [dos Palmares] na verdade nunca tinha se apropriado da Serra da Barriga...” (JÚNIOR, 2020). O desconhecimento dessas comunidades quilombolas acerca da história de Zumbi e do Quilombo dos Palmares demonstra-se como consequência do silenciamento e da marginalização desencadeada por interesses políticos. No entanto, se refere a incompreensão do propósito político que envolve a história palmarina e seu legado a partir de reivindicações do Movimento Negro, a assumindo como instrumento de luta contra

---

<sup>84</sup> É importante ressaltar que as considerações da pesquisa foram baseadas sob este tipo de narrativas que respondem ao olhar de militantes e simpatizantes do Movimento Negro, ficando para futuras pesquisas ampliar a discussão a partir de novos colaboradores que não estejam compreendidos nesse universo pesquisado para esta oportunidade.

o racismo, símbolo de resistência às forças opressoras, constituindo-se dessa forma, como motivo de orgulho e apreço de seus descendentes.

O final da década de 1950 representou um marco histórico nas questões relativas a estas populações, pois os quilombos e as revoltas passaram a ser vistos na perspectiva da luta de classes. Nesse período, apesar dos quilombos constituírem-se por uma representação da luta negra à escravidão, ainda persistiu a concepção de quilombos como comunidades isoladas e marginalizadas. No entanto, no imaginário social brasileiro quilombos remetem ao período da escravidão de séculos passados e associam-se a escravizados fugidos. A partir disso, torna-se possível uma compreensão sobre a resistência destas pessoas com esta memória e apropriação da identidade quilombola.

Já Mãe Neide esclarece sobre seu envolvimento com a Serra da Barriga contando que renasceu desde que começou a subir a Serra há 38 anos. “Digo que renasci, nasci para a minha verdadeira vida [...] me identifiquei, nascida daquela barriga. Eu digo que a Serra da Barriga é o grande ventre que pariu todo sonho da liberdade, do negro, do índio, de todos aqueles que imaginam que sonham por um mundo igualitário...” (MARTINS, 2020) e complementa sobre a importância da Serra da Barriga enquanto patrimônio para a sua trajetória “minha resistência, minha identidade ancestral... não só dos meus orixás, mas de todos que viveram ali, dos meus irmãos que viveram ali, das minhas avós espirituais que estão ali naquela terra [...]” (MARTINS, 2020). Assim, percebe-se que a Mãe Neide tem sua relação com a Serra da Barriga baseada na ancestralidade e na espiritualidade, dados como elementos intrínsecos na validação da sua memória e identidade vinculada à Serra da Barriga.

Minha filha, quando você entra, o ar é diferente... lá é um santuário, não é uma terra que você sobe para visitar, é um santuário. Lá você sente a presença da ancestralidade, em cada espaçozinho você sente... a presença... eu me emociono quando muitas pessoas chegam lá, tiram o calçado, entram descalços e beijam o chão, em respeito a tudo que aconteceu ali na Serra e tudo que existe ali na Serra (...) tem pessoas que chegam lá e dizem assim “ah, eu posso levar uma pedra? Posso levar um pouquinho dessa terra?” Eu olho assim... Meu Deus, meu Pai Oxalá, que coisa linda as pessoas saberem que aqui quanto sangue foi derramado... (MARTINS, 2020).

Observa-se que para Mãe Neide, o passado histórico do Quilombo dos Palmares sustenta a Serra da Barriga enquanto patrimônio por ela se configurar como um solo sagrado religioso e simbólico-cultural que fomenta sua ancestralidade e identidade. Seus antepassados são os quilombolas e descendentes quilombolas que ali habitaram, e é por meio dessa identificação que aquela terra se caracteriza como patrimônio. “Para nós de matriz africana lá é nosso santuário... e não vamos poder abaixar a cabeça...” (MARTINS, 2020).

O antropólogo Kabengele Munanga (2020) explica mais detalhadamente acerca da religiosidade de matriz africana:

Os antepassados e os mortos são intermediários entre o ser humano e Deus. Pela sua concepção animista, o africano faz da terra uma pessoa, um gênio. O antepassado étnico, o primeiro cultivador e ocupante da terra, fez com este gênio um pacto, celebrado pelo sacrifício ritual. Este pacto não foi feito em nome pessoal, mas em nome de toda a comunidade que ele encarna [...] Por isso, a terra é um patrimônio social sagrado e inalienável (MUNANGA, 2020, p. 13).

Ainda acerca disso, ela compartilha um pouco mais sobre seu entendimento acerca da Serra da Barriga:

A Serra é o lugar da liberdade não só do preto... porque lá se refugiaram índios e até alguns portugueses que se simpatizavam com a questão. A Serra da Barriga para mim é o maior espaço de igualdade do nosso país [...] a Serra da Barriga eu acho que para o Brasil é o renascimento, o ressurgimento, é o sonho de uma eterna liberdade e de direito de expressão... [lágrimas e emoção] (MARTINS, 2020).

Dessa forma, reitera-se que o envolvimento de Mãe Neide com a Serra da Barriga como patrimônio é por uma perspectiva acerca da sua identidade e sua ancestralidade, baseada em sua religião de matriz africana.

Já Mestre Cláudio elucida sobre sua memória e identidade com a Serra da Barriga a partir da prática da capoeira, considerada uma herança cultural do Quilombo dos Palmares, que compõe a sua ligação com estes povos, com seus ancestrais. Ele compartilha sobre um episódio, onde recebe uma “comprovação própria sobre a capoeira”, através de uma experiência religiosa. Em 13 de maio, data que relata se comemorar o dia dos Pretos Velhos na umbanda, visitou três terreiros de umbanda e pergunta a eles:

Todos, um por um... o primeiro disse “tinha sim! Tinha capoeira... era uma luta de resistência”. Fui ao segundo terreiro, e a Preta Velha disse que tinha, luta de resistência e quando chegou no terceiro terreiro, a Preta Velha disse “tinha, você teve vida terrena lá [...] você era capoeirista!” (LEITE, 2020).

Percebe-se que a ideia da capoeira como dança, jogo, treino, luta é um discurso construído a partir da tradição oral, considerando que os quilombolas a praticavam, e isso se relaciona com as estratégias de resistência que seguem vivas até os dias atuais, como algo que foi sendo passado através das gerações. Foi assim que, arrepiado e feliz, disse que convenceu à responsável da ONG, sobre a origem da capoeira ter sido aqui no Brasil, no Quilombo dos Palmares. Dessa experiência, emocionante e satisfatória, segundo ele, também estimulou mais seu interesse e curiosidade sobre essa história. “Eu tenho outras atividades paralelas, mas a capoeira sempre foi me acompanhando no dia-a-dia e a história do meu corpo também” (LEITE, 2020). Assim como a Mãe Neide, o mestre se conecta com a ancestralidade de Palmares, enquanto a Mãe remete aos aspectos religiosos, o mestre enfatiza a prática da capoeira no local.

Sua apropriação histórica, social e cultural com a região fica evidente pela narrativa que, sempre, relaciona em suas concepções sobre a Serra com a atividade que Mestre Cláudio faz à tanto tempo e o sentido “sagrado” que lhe atribui. Ao longo do nosso encontro, suas expressões e emoções ao associar a região histórica à prática de capoeira, que compõem sua trajetória de vida, se resumiam em afeto e uma atribuição pessoal. Inclusive, o próprio espaço que escolheu para a visita e conversa demonstra muito sobre tudo isso abordado: sendo na Casa de Capoeira (ver figura 9), em Jacarecica, seu centro cultural.



**Figura 9:** Casa da Capoeira - Maceió. **Fonte:** Registro próprio. 2020.

Outro colaborador que traz a discussão sobre as questões relativas à memória e identidade na Serra da Barriga é Siloé Amorim. De fato, o reconhecimento da Serra da Barriga como Patrimônio Cultural do Mercosul representou um avanço no enaltecimento da memória e à identidade nacional, visto que seus valores perpassam a materialidade do local, tendo também como referencial simbólico as manifestações culturais de religiosidade, expressões e celebrações que, agora mais que nunca, ultrapassam fronteiras, reafirmando e destacando a contribuição cultural africana e de seus descendentes na história da América Latina (DOSSIÊ, 2017, p. 13). Porém, Siloé considera que ainda falta uma compreensão consolidada sobre o significado da Serra da Barriga.

Trabalhar essa perspectiva da Serra da Barriga como patrimônio do Mercosul foi muito importante [...] na perspectiva de que Alagoas sedia, em termos geopolíticos... o Quilombo dos Palmares. Então, pra mim foi importante essa

entrada porque me deu a possibilidade de visualizar alguns elementos, sobretudo da ausência política, da população.. Você tem várias ações, das populações, dos intelectuais da História, da Antropologia, das Ciências Sociais no caso... mas você vê uma ausência muito grande de participação da população, voltada para uma compreensão do significado da Serra da Barriga (AMORIM, 2020).

Como relatado, há um desconhecimento por parte da população local acerca do significado da Serra da Barriga e sua dimensão histórica, o que de fato, não integra à memória referente ao Quilombo dos Palmares. Esse conhecimento apresenta-se por outros atores, como exemplificado na fala, “os intelectuais”. Entretanto, a projeção da importância da Serra da Barriga deve ir além do âmbito intelectual e acadêmico e alcançar a população, através conjuntamente de projetos educacionais com fins para educação patrimonial. Visto a fusão de atores culturais diferentes envolvidos com a Serra da Barriga, o professor Siloé argumentou sobre a problemática referente à uma ausência desse debate a partir do processo de patrimonialização.

De fato, os professores ocupam um papel destacado no processo de luta contra a discriminação racial no Brasil, contudo, Siloé assume a dificuldade dessa execução na prática docente na realidade dos ambientes escolares, como uma problemática na esfera educacional.

Serra da Barriga como patrimônio... não é só essa informação... o que isso representa? O que isso significa? Então esses elementos eles não estão contemplados ali... se o professor não é induzido ou se ele não receber da Secretaria ou do seu plano pedagógico, da escola... que ensina esse debate, é muito difícil de ser inserido porque o preconceito, a resistência a debater isso em sala de aula é muito séria... (AMORIM, 2020).

Identifica-se às deficiências no que se trata da execução efetiva destas leis implementadas, o que dificulta um maior conhecimento e reconhecimento sobre a formação da identidade cultural brasileira. Siloé alega que desconhece a verdadeira razão deste fato, acreditando que uma mudança nesse cenário não dependa unicamente do Ministério da Educação e pela representação local, mas sim de um projeto macro entre os governos local, municipal e estadual com as direções das escolas de ensino fundamental e médio, para que possam verdadeiramente integrar-se a essas discussões. “Eles podem estar até preocupados, mas não em ação, e sim dentro de um discurso...” (AMORIM, 2020). Observa-se a insuficiência de políticas públicas que promovam uma mudança nessa situação.

Em sequência, Siloé aborda a questão sobre a memória e a consciência negra no Brasil, “a falta de consciência da negritude é muita séria... o combate à negritude foi muito sério na história do Brasil, o combate a autoestima do negro...” (AMORIM, 2020). Como professor, ele comenta sobre um episódio que vivenciou e que evidencia bastante essa questão:

Teve uma coisa muito interessante que em uma escola... no ano passado que foi... lá em São Miguel, tinha mais de 200 alunos aí eu perguntei quem se reconhecia...

[...] Imagina você... ninguém... acho que 10 alunos? Levantaram a mão... Não chegou a 10 eu acho... Ai eu perguntei quem é que tem mãe empregada doméstica aqui? 80% levantaram a mão... Isso é decorrente da escravidão [...] então, interessante... porque você constringe quando faz esse tipo de pergunta, você está constringendo os alunos... Essa história é muito pesada... [...] porque veio de uma história que escravizou e por estar ali tentando trazer uma consciência, quando essa também está sendo negada [...] Então assim são coisas que você fica meio impactado... entramos em uma crise de identidade... (AMORIM, 2020).

Nesse sentido, se pode perceber que a memória ainda permanece engessada à concepção da identidade do negro, do descendente quilombola, do afro brasileiro com vergonha, rejeição, de forma marginalizada, como já se abordou por outros colaboradores.

Acerca do déficit no envolvimento e conhecimento da população local sobre a história e a relevância deste patrimônio, tanto moradores da Serra, como a população de União dos Palmares, Clébio de Araújo aponta:

Para o desenvolvimento da Serra da Barriga é o fato de que a própria cidade ou município onde a Serra está localizada ela em grande medida tem uma relação de estranhamento com a Serra [...] então você não tem como desenvolver o Turismo Cultural se você não tiver informação de mão de obra qualificada, formação do trade turístico, dos hotéis, dos restaurantes, dos serviços que vão recepcionar os turistas, e ai como é que você vai fazer isso? Como é que você vai recepcionar o turista que vem conhecer a Serra porque está interessado na história da cultura negra e ele chega no restaurante e o dono do restaurante [...] tem preconceito inclusive com Zumbi dos Palmares?! (ARAÚJO, C. 2020)<sup>85</sup>.

Percebe-se que isso se vincula ao que Balbino e Helcias trouxeram ao relatar sobre a falta de reconhecimento da população local com a história da Serra da Barriga. Para preservar e promover este patrimônio, a educação patrimonial aparece como uma significativa opção, portanto, é sobre isso que em sequência se questiona o professor: é necessário atuar sobre as gerações mais novas, incorporar no currículo escolar a questão da história afro brasileira, educação patrimonial e assim, impulsionar a formação de jovens alagoanos com conhecimento histórico para atuarem em projetos da Serra da Barriga, como guias, professores de capoeira, oficinairos, entre outros cargos (ARAÚJO, C. 2020). Já quando se trata das gerações mais idosas de União dos Palmares, Clébio reconhece “que os avanços são muito pequenos”, e acrescenta que “boa parte vê a Serra como um problema, não como patrimônio, porque ela mexe na questão latifundiária...” (ARAÚJO, C. 2020), portanto, o tombamento da Serra da Barriga vai contra os interesses latifundiários existentes na região, fator que torna a situação bem mais complexa e delicada acerca dos camponeses da Serra da Barriga.

---

<sup>85</sup> O fato da população local não se identificar como quilombola e não considerar a história de Zumbi dos Palmares não é um empecilho para o desenvolvimento do turismo na região, entretanto, pela fala do professor Clébio Araújo fica bem evidente a validação de pessoas com esse vínculo histórico-ancestral-étnico-racial junto a Serra da Barriga; enfatizando que há a necessidade deles mesmos transmitirem esse conhecimento acerca da história do Quilombo dos Palmares.

Frente ao fato de que Clébio tem uma relação com a Serra a partir de várias dimensões, como relatado pelo próprio: “ora como estudante, outros como pesquisador, como professor, como ativista [...] como gestor municipal da cultura, gestor de uma instituição de ensino superior, outra hora como religioso...” (ARAÚJO, C. 2020), seu entendimento sobre a Serra não apenas pelo passado, pelos aspectos históricos, mas pelo seu significado presente e constante que a valida como um patrimônio regional, além de local e nacional. Ele comenta que nos últimos anos “no início do governo Lula pra cá, o Estado Brasileiro adotou algumas medidas que na minha visão impactaram bastante a formação de uma mentalidade média nas novas gerações...” (ARAÚJO, C. 2020). Essa narrativa vai ao encontro das concepções trazidas anteriormente pelo professor Siloé sobre educação patrimonial, “precisa de muito investimento ainda, mas eu acho que perto do que era antes... um vazio total, qualquer iniciativa por parte do Estado, já começamos a colher os primeiros resultados” (ARAÚJO, C. 2020), na tentativa de estabelecer um maior reconhecimento e pertencimento da Serra da Barriga como patrimônio considerando que a história de Palmares fundamenta essa memória.

Dorinha, por sua vez, como ex-secretária da Cultura e representante da comunidade quilombola Muquém, esclarece suas ações em torno da Serra da Barriga como patrimônio:

Era meu papel lá, trabalhar algumas ações, algumas políticas que envolvessem a comunidade da Serra, esse era o meu maior foco e aí começamos a levantar algumas atividades que viessem promover tanto a Serra como a comunidade Muquém, em relação às políticas e a divulgação... a questão histórica mesmo, a importância que Muquém tem, qual a relação de Muquém com a Serra? Então isso tudo cada vez mais envolveu e foi onde se dedicamos para participar, do processo de avaliação do Mercosul... (CAVALCANTI, 2020).

Compreende-se que Dorinha fundamenta a sua relação com a Serra da Barriga sob uma narrativa enquanto moradora da comunidade quilombola Muquém, como descendente de Palmares pelo seu reconhecimento como quilombola. No entanto, essa identificação é fragilizada, como outros colaboradores também apontaram.

A cidade em si, eu ainda volto nessa tecla, não tem esse pertencimento histórico, não tem o amor que deveria ter pela Serra, não tem a valorização que deveria ter pela Serra... então depois do reconhecimento deu uma provocada nisso, então avançou um pouquinho... pouquinho, mas avançou! Isso para mim é positivo, eu acho... pela minha percepção alguns já começaram a se interessar mais pela história... (CAVALCANTI, 2020).

Posto isso, explica que apesar de pequenas mudanças positivas sobre uma maior valorização da Serra, a problemática em sua opinião consiste na ausência de apropriação dos moradores locais:

Precisa melhorar muito, muito, muito, mas a Serra em si já está vendo com outros olhos... o próprio estado o próprio município despertou nos moradores de União dos Palmares, da cidade onde fica localizada a Serra o interesse pela história, porque não tem... a cidade não tem o pertencimento histórico também... Assim dizemos o

seguinte: quem construiu União dos Palmares foram aqueles que derrubaram, que derrubou o Quilombo (dos Palmares) entendeu? Então assim é uma falta de pertencimento é muito forte... que eles não tem, a cidade não tem mesmo, não dá a valorização que a Serra precisa... então precisou algo de fora vir e dizer assim “não, a Serra é algo bem maior e não é só de vocês [...]” então achei que avançou nessa questão da valorização mesmo... do reconhecimento, começou a despertar o pertencimento. Começou! Não é querendo dizer que já tem... mas começou, deu uma provocada nisso... (CAVALCANTI, 2020).

Essa situação sob uma ótica mais específica como abordada por Dorinha, tratando-se dos moradores de União dos Palmares, é o reflexo dos assertivos declarados por Siloé Amorim anteriormente numa dimensão mais ampla, ou seja, nacional, quando se refere ao desconhecimento do verdadeiro significado da Serra da Barriga; e que com isso, narrativas fundamentadas sob uma perspectiva colonizadora e eurocêntrica são disseminadas e dificultam o entendimento sobre a formação de uma identidade nacional a partir da integração Brasil e África. Novamente, essa análise vai ao encontro das declarações de Balbino Praxedes Júnior, Helcias Pereira, Siloé Amorim e Clébio Araújo quando trataram também sobre a insuficiência de envolvimento e conhecimento da população local (tanto moradores da Serra da Barriga quanto do município de União dos Palmares) sobre a história e a relevância da mesma enquanto bem patrimonial. Assim sendo, essas perspectivas se amparam no que foi analisado no primeiro capítulo deste trabalho.

### **3.2.3 Eixo político-racial**

Quando a Serra da Barriga foi requerida para tornar-se patrimônio cultural do Mercosul em 2017, Balbino conta:

Essa foi uma ideia que nos foi proposta pelo IPHAN, que também é responsável pela manutenção do Parque (PMQP). A FCP tem a gestão e o IPHAN tem a guarda histórica [...] Nós fomos consultados sobre a possibilidade da Serra da Barriga se tornar Patrimônio Cultural do Mercosul, e então nós aceitamos e articulamos junto do IPHAN para que isso acontecesse... (PRAXEDES JR, 2020).

No entanto, Balbino segue explicando que o IPHAN e a FCP uniram-se viabilizando realizar essa tarefa e também se articularam com outros órgãos federais, estaduais e do município de União dos Palmares para conseguirem coletar o máximo de informações sobre a região. É possível perceber que a iniciativa partiu dos órgãos especializados e não da comunidade local, motivo pelo qual o trabalho de identificação e apropriação desse bem patrimonial ainda se está construindo.

Igualmente, Balbino também explicou que esse processo foi produto de várias reuniões, não apenas com órgãos públicos, mas também com a participação da sociedade civil, “você teve participação de religiosos de matriz africana de Alagoas, teve a participação de

capoeiristas, historiadores da UFAL, da UNEAL também...” (PRAXEDES JR, 2020), demonstrando as diferentes categorias de atores sociais que estavam envolvidos com o processo de patrimonialização da Serra da Barriga pelo Mercosul, não sendo exclusivo do Movimento Negro.

Mãe Neide compartilha suas percepções sobre a articulação da Serra da Barriga enquanto patrimônio sob três instâncias: o Movimento Negro, o movimento religioso e as instituições públicas, alegando que os avanços foram muito positivos. “Você não via no passado o IPHAN se preocupar com a comunidade [...] a Palmares (FCP)? A Palmares nasceu por causa da Serra da Barriga e as instituições passaram a ter mais respeito, mais preocupação...” e dá continuidade “você discutir um *20 de novembro*, discutir... algo que se refere à população negra era um mito na época...” (MARTINS, 2020). Percebe-se como as mudanças na mentalidade e ações foram sendo articuladas através de um maior conhecimento em torno da história do Quilombo dos Palmares, Zumbi e a Serra da Barriga a partir de toda essa significação.

No entanto, em nome da comunidade religiosa de matriz africana percebe-se que ainda são muitos os desafios enfrentados em torno da Serra da Barriga sendo um bem patrimonial. Mãe Neide conta que, perante aos fatos, preza principalmente pela união do povo negro. “Eu acho que a união do povo negro... mas quando eu falo *é ser aquilombado*, é ter a mesma fala para todas as regiões brasileiras” (MARTINS, 2020). Ela se refere às adversidades por causa desse déficit de “*ser aquilombado*”, que se define em suas próprias palavras:

Temos que nos unir [...] Não adianta ir para a rua, não adianta atacar nas redes sociais... ir para a rua, para o vandalismo não, nós temos que ir com uma proposta... temos que ir com seriedade e com respeito, não quebrando vitrine! Como muitos fazem... Temos que buscar o nosso irmão índio, puxar para nós, o índio que fica sozinho, jogado, isolado... eu lhe digo: o índio está precisando muito mais do que até o povo preto... que muitas vezes o índio não tem nem metade das nossas oportunidades... Acho que tem que ter um movimento desses, porta a porta, os representantes dos quilombos do Brasil sempre estarem com suas lideranças, conversar, entende? Para nos articularmos dessa forma... [...] Sim, se aquilombar! Longe de ir para as ruas dizer só “Fora Bolsonaro!”, bater panela... também, mas reivindicar com propostas... porque não fazemos fazer o jogo do governo dele [...] Nós temos que ir com propostas sérias e sem vandalismo... e nós temos total condição de fazer isso... (MARTINS, 2020).

Como apresentado, Mãe Neide comenta sobre a realidade de desunião dos descendentes de quilombos e como isso acaba os prejudicando, pois como contou Helcias anteriormente, o Quilombo dos Palmares se sustentou naquela época a partir da unidade e pela oposição que formou frente à escravidão. No entanto, sua luta é em prol de uma sociedade mais justa, igualitária e com mais respeito.

Ainda discorrendo sobre essa situação mencionada por Mãe Neide sobre os desafios enfrentados pela comunidade de matriz africana, a questão da pluralidade religiosa existente dentro do Movimento Negro e as diferenças nas respectivas crenças de cada religião que partilham do ativismo no Movimento, podem chegar a ser um problema que afasta os indivíduos uns dos outros, ao invés de ser um instrumento de aproximação e reconhecimento entre os mesmos, sob a história de Palmares, o que acaba aumentando as tensões já vivenciadas em torno da Serra da Barriga enquanto patrimônio.

Hoje você vê do Movimento Negro, você não só vê negro de religião de matriz africana, você vê preto de movimento de igreja evangélica, que não nos representa... Você vê capoeiristas de Jesus, que não se unem conosco [...] Essa invasão dessas igrejas, sujando a nossa imagem, nos prejudicando, é muito sério... mas no momento como esse, só podemos nos unir... com religiosos de matriz africana. Temos que sentar com quilombola, capoeiristas, com LGBT, temos que se unir... (MARTINS, 2020).

A essa altura, é possível associar a questão da intolerância religiosa, principalmente com religiosos de matriz africana, baseado nos apontamentos do primeiro capítulo deste trabalho. Mãe Neide nos conta sobre a existência de 16 famílias evangélicas que vivem no topo da Serra, onde o INCRA já realizou todo o processo de documentação para retirada destas pessoas e que em suas palavras “todas as 16 são bolsonaristas<sup>86</sup>” (MARTINS, 2020). Segue narrando sobre estes sujeitos na Serra e a apropriação dos mesmos com a história do Quilombo dos Palmares de forma intencional, baseada em interesses políticos e territoriais e de seu desejo de manter as propriedades. “Nenhum é quilombola, aí querem dizer que eles são nativos... eles não são nativos, eles são invasores! E que por alguma ação política vem com essa história de nativo, não são nada! [...] O IPHAN proibiu e já estão construindo, estão mexendo na Serra...” (MARTINS, 2020). Como se percebe, Mãe Neide não esconde seu descontentamento com os moradores no Parque Memorial Quilombo dos Palmares/Serra da Barriga, que como Patrimônio Cultural do Mercosul, para ela essa realidade deveria ser diferente. Estes sujeitos deveriam ter sido removidos a partir da desapropriação para ser possível efetivar as políticas de preservação e conservação deste patrimônio. No entanto, é importante observar a relação destes moradores camponeses com a Serra da Barriga – como esclarecido anteriormente, no sentido de que este espaço também se constitui enquanto seu patrimônio. Assim como os militantes do Movimento Negro justificam sua identificação com o território, os camponeses também têm suas histórias e memórias fundamentadas pelo pertencimento com a Serra da Barriga enquanto seu lar, sua terra de trabalho e, por tanto, o

---

<sup>86</sup> Relativo ao movimento chamado de “Bolsonarismo”, ou seja, que ou aquele que apoia o presidente (vigente no período da presente pesquisa) Jair Messias Bolsonaro, e/ou as suas políticas.

seu patrimônio. Antes das reivindicações do Movimento Negro na segunda metade do século XX, a Serra da Barriga já possuía seus habitantes locais.

No entanto, além das divergências acerca da ocupação da terra, também existe a divergência religiosa, pois em sua maioria pertence à religião cristã evangélica. Relaciona-se esse fato à convergência com a 'ideologia' do atual governo do Brasil, e assim, se junta à lista de motivações conflituosas. Desta fala se identifica um cenário duplamente sensível perante a Serra da Barriga como patrimônio.

Nessa lógica, visando soluções para resolver essa situação e esclarecendo seu sentimento de medo com o futuro, Mãe Neide conta:

Tem que ir pra Serra, tem que fazer vigília, tem que ocupar o espaço... se não ocupar o espaço da Serra da Barriga, infelizmente pode acontecer o pior... por esses 4 anos [...] Meu marido fica preocupado [...] que troquem os Pretos Velhos... Eu sentei Ogum, sentei Exu [...] lá em cima mas [...] a qualquer hora com esse presidente, eu entro na Serra a qualquer hora... Eu deíto, solto ar... [...] tentar tirar os Pretos Velhos que estão lá [...] Sobrou a minha angústia... Eu não quero prejudicar o trabalho de ninguém, quero proteger, mas precisamos... [...] Eu acho que ele vai mandar tirar tudo do Parque (Memorial Quilombo dos Palmares)... Ele mandou tirar já o da Palmares que se refere ao preto... e aí? Entende a minha pressa? [...] Eu não estou vendo essa preocupação... [silêncio longo] e a temos que fazer igual Xangô Rezado Baixo, tem que fazer muitos escondidos [...] que não sabemos a quem confiar minha filha... não sabe em quem confiar... (MARTINS, 2020).

Como já apontado, o temor ante as propostas do atual governo, a falta de incentivo à cultura em geral e as consequências para a Serra da Barriga em particular, são aspectos mencionados pela maioria dos entrevistados. Existe uma grande preocupação com os vários sujeitos engajados no processo de patrimonialização da Serra da Barriga quanto às perspectivas futuras do local.

Em outra dimensão, desta vez institucional, em nome do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Alagoas, Joelma Farias Silva de Cornejo<sup>87</sup>, como arquiteta e técnica do IPHAN, envolveu-se diretamente com o processo de patrimonialização da Serra da Barriga por ter sido designada como a fiscal da área tombada. Atualmente faz mestrado profissional pelo Programa de Especialização Profissional do próprio IPHAN, pesquisando sobre os indígenas na Serra da Barriga. Sua colaboração para esta pesquisa foi de extrema importância.

Sobre o reconhecimento da Serra da Barriga como patrimônio, conta que “basicamente a grande importância dela é pela bandeira do Movimento Negro. Uma história para o Estado brasileiro, um valor histórico imensurável, pela questão do Quilombo dos Palmares, mas

---

<sup>87</sup> Entrevista de Joelma Farias concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 02 de março de 2020; Joelma Farias é uma mulher branca.

também valor imensurável para os povos de matriz africana” (CORNEJO, 2020). Joelma falou sobre a elaboração do Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga como patrimônio cultural do Mercosul:

Nós fizemos um compilado das contribuições dos pesquisadores [...] Nós não tínhamos muito tempo para fazer, então tivemos que realmente cobrar esse apoio tanto dos pesquisadores que já estudavam a Serra... como dos órgãos... e até da sociedade civil, representante lá, do Movimento Negro, pra contribuição dessa matriz de diretrizes que estava no plano de gestão, para construção do plano de gestão... (CORNEJO, 2020).

A construção do plano de gestão da Serra da Barriga enquanto patrimônio contou com a participação do Movimento Negro, que a partir de suas reivindicações, estimulou esses acontecimentos.

Então, a Serra da Barriga ela foi tombada, no primeiro reconhecimento dela através de tombamento, ela é meu objeto de mestrado... [...], portanto, eu estudei toda ela, ela é um emaranhado de instrumentos de proteção [...] mas basicamente a grande importância dela é pela bandeira do Movimento Negro... é uma história... para o Estado brasileiro, ela é um valor histórico imensurável... pela questão do Quilombo dos Palmares e pela importância que aquilo teve... mas ela também é um valor imensurável pra os povos de matriz africana, então [...] apesar de falar de outros valores que tão ali presentes, mas a construção desse valor atribuído ao quilombo no patrimônio cultural do Mercosul é totalmente pela questão negra, totalmente pela questão do Quilombo dos Palmares. Histórica também e pela questão social envolvida... com o Movimento Negro, com as pessoas descendentes do quilombo... [...] Quando ele foi construído [PMQP], ele já estava no escopo da empresa que foi contratada... então foi feito e preparado junto de pessoas que faziam parte do movimento negro... é todo contado... se você pegar o livro de Décio Freitas, você vai ver tudo ali... [risada]” (CORNEJO, 2020).

Joelma dessa forma ressalta que a Serra da Barriga enquanto patrimônio tem fundamentação devido à história do Quilombo dos Palmares, em convergência com os colaboradores antecedentes e ainda cita Décio Freitas, importante historiador sobre Palmares, como também já mencionado por Helcias, Balbino e Mestre Cláudio.

Dando continuidade à análise, Zezito de Araújo<sup>88</sup>, professor, mestre em História do Brasil pela UFAL e pioneiro no trabalho com a Serra da Barriga em Alagoas, representa uma importantíssima voz sobre a vida negra em Alagoas. Começou suas atividades em 1980, quando ingressou na Universidade e participou de um evento sobre a Serra da Barriga, que como ele relata, até então estaria sem participação de professores (as) negros (as). Zezito então presente, torna-se participante, sendo essa foi então sua primeira discussão sobre a Serra da Barriga.

Em 1979, o IPHAN incorporou-se ao Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e o Programa das Cidades Históricas (PCH) e criou-se então a Fundação Nacional Pró-

---

<sup>88</sup> Entrevista de Zezito de Araújo concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 02 de março de 2020; Zézito Araújo é um homem negro.

Memória<sup>89</sup>, pela lei nº 6.757 em 17 de dezembro, passando a funcionar em cooperação à SPHAN. No entanto, o Pró-Memória passou a discutir a questão da Serra da Barriga junto à Universidade, sendo seu foco inicial o turismo. A partir de discussões profissionais, envolvendo o Movimento Negro e também o Movimento Indígena<sup>90</sup> buscou-se aprimorar novas direções sobre o assunto:

Chegou-se à seguinte conclusão: a prioridade seria a História e não o turista. E aí se inverteu realmente... e quem deu a direção foi o Movimento Negro [...] e a partir daí, deslanchou-se a coisa. Também foi criado neste momento o Centro de Estudos Afro Brasileiro da Universidade Federal de Alagoas (ARAÚJO, Z. 2020).

Quem ficou na direção desse centro de estudos foi o historiador Décio Freitas, contratado pela UFAL para realizar e administrar esse trabalho. Freitas criou uma pequena equipe, na qual Zezito formou parte. Para ele, esse período foi de grande importância, pois aprendeu muito, principalmente sobre a história do Quilombo dos Palmares. O objetivo era promover o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), realizando seminários e eventos, a fim de engajar mais a comunidade acadêmica de Alagoas e do Brasil. Em 1982, por questões internas, Freitas não continuou na direção do NEAB e se afastou das atividades e gerenciamento.

O NEAB tornou-se referência dos movimentos negros em Alagoas. Entrou Rogério Gomes, depois Max Luterman, quando por fim, este último convocou Zezito para assumir a gestão. Posto este cargo sua relação com a Serra da Barriga se consolidou intensamente.

Você vai realizar todos os trabalhos na Serra da Barriga, você vai morar em União dos Palmares!” Eu novo, inexperiente, eu entrei na Universidade com 28 anos... não tinha nenhuma experiência... nem administrativa... eu fui pra lá sem a mínima estrutura. sem nada, sem casa. A Universidade tinha... adquiriu a Jorge de Lima. A Casa Jorge de Lima<sup>91</sup> é gerida e administrada pela Prefeitura... tem um rico museu, então eu fui pra lá, mas como não tinha condições [...] e o Max que era arquiteto, fez a reforma da casa. Enquanto isso eu fiquei morando mesmo em União [dos Palmares], tentando organizar alguns trabalhos de extensão porque naquela época as Universidades tinham uma autonomia financeira [risos]... então contratavam os estudantes secundaristas para fazer alguns trabalhos de pesquisa voltado para cultura negra de União dos Palmares (ARAÚJO, Z. 2020).

Como entendido, Zezito se mudou para o município de União dos Palmares, passando a ser morador local e responsável do NEAB ao mesmo tempo.

---

<sup>89</sup> A Fundação Nacional Pró-Memória foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), formando com ela uma organização dual, que visou dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural (REZENDE; GRIECO; TEIXEIRA; THOMPSON, 2015).

<sup>90</sup> Sobre isso cita o antropólogo e pesquisador Olympio José Trindade Serra (ARAÚJO, Z. 2020).

<sup>91</sup> A Casa Jorge de Lima é a atual sede da Academia Alagoana de Letras, propõe um roteiro pela obra e história de Jorge de Lima, poeta alagoano (1893-1953).

Zequito também fez referência à criação do Conselho Geral de Memorial Zumbi na década de 1880, como uma “entidade criada por nós, proposta por organizações públicas, estatal e privada do Movimento Negro, que tinha par a par, número de representantes da sociedade civil e representantes da sociedade, do Estado”. A partir disso se desenvolve o Conselho Deliberativo, “que executava as ações e buscava viabilizar os estudos históricos da Serra, do Quilombo dos Palmares... e a primeira ação nossa foi solicitar o tombamento da Serra da Barriga” (ARAÚJO, Z. 2020).

Em 1980, os movimentos negros juntos ao governo em âmbito federal, estadual e municipal e a Universidade Federal de Alagoas, reuniram-se para discutir a questão da Serra da Barriga. Esse encontro resultou na criação do Conselho Geral do Memorial Zumbi, com cinco representantes de instituições oficiais, quatro representantes da sociedade civil e oito representantes de instituições de direito privado relativos às entidades de cultura negra (DOSSIÊ, 2017, p. 68-69). O objetivo era estabelecer uma estrutura para o Memorial Zumbi na Serra da Barriga.

Sobre a preocupação com a história do Quilombo dos Palmares e conseqüentemente, a preservação da Serra da Barriga, o Conselho Geral do Memorial Zumbi encaminha em 1981 ao IPHAN/Pró-Memória, uma solicitação de tombamento alegando sua relevância histórica da luta e resistência dos povos negros (DOSSIÊ, 2017, p. 69). Com isso, formou-se uma equipe de profissionais para fazer o levantamento topográfico da região para ser tombada. Inicialmente, havia sido tombada, até que alguns problemas surgiram:

Na hora em que começamos a fazer a delimitação da Serra, foi quando começaram os conflitos. O primeiro marco que fizemos passava na área das terras da Usina [...] que era de família, e quando nós apresentamos isso daí ele<sup>92</sup> disse “não!” Aí fizemos um novo marco para fechar a circunferência [...] Aí eles disseram assim pra mim “olha professor, eu não sei por que o senhor e esse pessoal estão querendo terra para esse negócio aí de negro” [...] Quando eu disse pra ele que nossa questão não era terra, nossa questão era dimensão histórica [...] eu expliquei a ele e ele tinha seus auxiliares, que a questão não era a área, desapropriada, mas a área como um todo era proteção (ARAÚJO, Z. 2020).

Dessa fala, destaca-se a existência do desconhecimento dos ocupantes daquele momento, ou seja, os habitantes da Serra da Barriga em relação à história do Quilombo dos Palmares.

Houve alguns empecilhos, pois a Serra da Barriga foi o segundo monumento negro a ser tombado no Brasil (o primeiro foi à Casa Velha do Engenho Branco na Bahia) e não atendia às exigências da lei federal de tombamento. “O tombamento no Brasil foi feito para os templos religiosos cristãos... A Serra da Barriga não atendia” (ARAÚJO, Z. 2020). Essa

---

<sup>92</sup> Refere-se aos proprietários de terras na Serra da Barriga na época.

questão se associa ao que foi evidenciado anteriormente sobre o preconceito e racismo enraizados, que afeta a religiosidade de matriz africana. Após alguns embates, a Serra da Barriga tornou-se patrimônio, porém sem o reconhecimento digno e ações efetivas de um patrimônio nacional. Nesse sentido, Zezito fala da gestão da Serra da Barriga convergindo com o que Joelma Farias havia relatado.

Zezito acrescenta também que falta investimento, discussão mais coletiva e mais participação do Movimento Negro nas questões relativas à Serra da Barriga. “Como é que você vai discutir um patrimônio excluindo aqueles sujeitos da história?”. Muito se tenta justificar pela representação da Fundação Cultural Palmares. “Não, a Palmares (FCP) é o órgão público responsável pela manutenção. Ela não representa os movimentos sociais, ela representa os interesses do Estado na questão negra, que é diferente. Totalmente diferente” (ARAÚJO, Z. 2020). Percebe-se que Zezito relata que a FCP, como órgão gestor vinculado ao governo federal, cumpre as políticas de preservação e conservação desse patrimônio devido aos interesses políticos que estão associados a este fato, mas, em sua opinião a instituição não é representativa de todo o Movimento Negro.

Em sequência, quando perguntado sobre o futuro, expressou que seu desejo é que Alagoas seja representada como terra da liberdade, onde as pessoas possam visitar e estarem constantemente lembrando sobre a dimensão histórica do Estado, sobre a história do Quilombo dos Palmares, história da escravidão. “É inconcebível... quando você chega, no meu olhar eu também acho muito vazio, você não encontra esses elementos [...]”. Zezito também faz uma crítica à mobilização negra. “Não há mobilização nacional, ou estadual... primeiro quem quer morar na casa que tem que cuidar da casa [...]” (ARAÚJO, Z. 2020). Nesse aspecto, assemelha-se quando Mãe Neide relatou que sobre a necessidade de se promover uma união em torno da Serra da Barriga enquanto patrimônio coletivo.

Como fora mencionado, um dos locais visitados durante a realização de pesquisa de campo foi o Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (ver figura 10), vinculado à Universidade Federal de Alagoas, localizado na Avenida da Paz, no centro da capital Maceió. O MTB, como também é conhecido, foi criado em 20 de agosto de 1975 e seu nome é referente à homenagem ao professor, médico e folclorista Theotônio Brandão Vilela, que doou uma coleção de arte popular à UFAL, além de fotografias, livros, discos e outros elementos referentes à cultura popular que guardou ao longo de sua vida.



**Figura 10:** Vista pela parte externa do Museu Théo Brandão. **Fonte:** Registro próprio. 2020.

Como apresentado na figura 11, tal monumento foi construído no início do século XIX, pertencendo à tradicional família Machado e se constitui como uma das arquiteturas mais significativas de Maceió. O acervo em exposição do Museu conta com peças nordestinas (em sua maior parte alagoanas), como brinquedos populares dos mais diversos materiais, objetos de fibra vegetal como cestas, chapéus, etc., cerâmicas de etnia indígena, peças de culto afro-brasileiro, elementos ligados ao catolicismo popular, entre outros (MTB, 2020), que são expostos em um ambiente projetado visualmente para ressaltar a representação simbólica destas peças.

A expectativa com a visita foi de buscar compreender melhor a relação do museu com o processo de patrimonialização da Serra da Barriga. Ninguém mais adequado para relatar essas informações do que o diretor, por isso, conversamos com Victor Sarmiento Souto<sup>93</sup>. A percepção dos fatos na realidade foi bem diferente do esperado. A relação entre o MTB e a Serra da Barriga demonstrou-se inexistente. Isso ficou claro quando numa segunda tentativa de questionar Victor diretamente sobre este vínculo, a resposta foi:

---

<sup>93</sup> Entrevista de Victor Sarmiento concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 04 de março de 2020; Victor Sarmiento é um homem branco.

A interação com a Serra da Barriga aqui... desde que eu estou aqui eu não vi... lógico que nós somos um museu de antropologia e folclore, e a temos muita ligação com algumas áreas, por exemplo, temos uma ligação muito forte com a área indígena, com a área também o grupo LGBT, é muito ligado à filosofia do museu também. Levantamos muito essa bandeira aqui no museu [...] também tem o Quebra, também já tivemos muitos do Quebra aqui que é ligado com o Movimento Negro, mas não temos ligação com a Serra da Barriga... infelizmente. A comunicação entre os equipamentos e a própria unidade de cultura de todo Estado qualquer nível, qualquer esfera, municipal, estadual, é muito pouca... Não temos um sistema que faz essa comunicação, como São Paulo tem... não sei se lá no Rio Grande do Sul tem... com sistema de museu, com o sistema cultural. Minas [Gerais] tem muito forte também.. A ligação mas não temos essa ligação direta com o Museu (SARMIENTO, 2020).

Surpreende o fato de ser um Museu vinculado ao folclore e a cultura popular do Estado que não tenha em todo seu rico acervo sequer uma peça ou um setor na sua exposição que refira a Serra ou a história do Quilombo dos Palmares. Ante o questionamento, o diretor respondeu:

Eu não sei se ao quilombo especificamente... mas ao Movimento Negro nós temos, ao movimento afro... Temos muitas peças... Algumas de religiosos, de matriz africana, temos uma sala.. Chamada Sala Fé (ver figura 11), que é uma representação [...] de um lado é tipo um altar que simboliza candomblé e tudo [...] e mais engraçado assim [...] temos um suportezinho escrito, tudo cenográfico, mas o suportezinho é tudo de oferenda... Quando chegamos tem 100 reais, tem 50 reais... tem cigarro, documento, tem uma cesta de coisas que as pessoas deixam... elas acham que estão dando oferenda... Cigarro, documento, passaporte, então tem essa ligação com... As religiões de matriz africana [...] (SARMIENTO, 2020).

Victor complementa:

De vez enquanto nós temos uma cobrança assim... ah numa data comemorativa, de Zumbi, [...] Ai então às vezes as pessoas cobram, mas às vezes não tem dinheiro, às vezes queremos fazer alguma atividade relacionada, às vezes um auxílio ou uma exposição... mas às vezes não conseguimos... a cobrança vem mais nesse sentido, agora a cobrança... De uma ligação com a Serra da Barriga direta. Nós nunca, diretamente, que eu me lembre, nós nunca recebemos... Seria até interessante nós termos essa aproximação maior.. Nós somos um grupo completamente aberto, nós queremos... Sabemos que tudo no final das contas termina em dinheiro, se não tiver um orçamento para fazermos certas coisas... Não conseguimos... (SARMIENTO, 2020).



**Figura 11:** Sala Fé no Museu Théo Brandão. **Fonte:** Registro próprio. 2020.

O MTB possui três causas que sustentam sua filosofia, sendo estas: LGBT, Indígena e o Movimento Negro, como salientou Sarmiento (2020). Visto a contextualização e o propósito do museu, voltado para a Antropologia e Folclore, tornou-se no mínimo curiosa a ausência das relações diretas entre a Serra da Barriga, que é patrimônio local, nacional e também cultural do Mercosul desde novembro de 2017, e o museu.

Victor contou que há uma ligação de eventos relacionados ao Movimento Negro, porém, estes ocorrem apenas esporadicamente. No entanto, em virtude dos propósitos do museu, como elucidadas anteriormente, demonstra-se pertinente promover e consolidar um vínculo de relações entre o Movimento Negro, o MTB e a Serra da Barriga como patrimônio.

Podemos pensar numa aproximação junto da Fundação [Cultural Palmares] para tentar não sei se uma coisa dentro da própria exposição, mas uma ligação maior... que estamos sentindo falta. Nesses últimos anos reconhecemos isso... Que tivemos pouca proximidade com o Movimento Negro. Estamos atualmente muito próximo do movimento LGBT, e do Movimento Indígena, mas reconheço que o Movimento Negro está um pouco afastado do Museu... Não sei o motivo... (SARMIENTO, 2020).

Essa fala expõe uma semelhança ao que foi dito por Mãe Neide inicialmente e depois por Zezito quanto à desunião entre esses sujeitos envolvidos com a Serra da Barriga enquanto

patrimônio. De modo que, Sarmiento, mesmo não envolvido intimamente com o processo de patrimonialização de certa forma percebe que isso acontece.

Siloé Amorim também compartilha suas percepções políticas acerca da Serra da Barriga enquanto patrimônio:

O projeto da Serra da Barriga chama atenção para patrimonialização, chama justamente atenção para essa entrada... Eu achei essa falta de confluência cultural, que é ativada no dia 20 de novembro com o projeto “Subindo a Serra”, mas basicamente voltada para as questões religiosas... e ora, a questão religiosa no Brasil é complexa, ela não envolve unicamente pessoas do Candomblé, questões étnico-raciais no Brasil, não envolvem unicamente pessoas do Candomblé... Ou da Umbanda, então, como foi voltado basicamente para uma questão religiosa o projeto “Subindo a Serra”... (AMORIM, 2020).

Ele conta que a Secretaria Municipal de Cultura de Alagoas criou o projeto “Subindo a Serra”, não apenas para tratar sobre questões religiosas, porém:

Lá em cima, ele está basicamente voltado para questões religiosas, o que é muito importante e muito interessante porque a perseguição religiosa aqui em Alagoas é muito séria, com relação ao conhecimento e ao respeito... da dignidade das religiões afro, de matriz afro-indígena... se fragmenta entre discussão religiosa e questões de preconceitos, e tem muitas outras coisas a serem debatidas, mas esses dois elementos, racismo e questões religiosas, realmente precisam ser combatidos aqui (AMORIM, 2020).

Novamente se aponta a realidade conflituosa vivenciada pelos religiosos de matriz africana, remarcando o preconceito e discriminação racial no âmbito religioso. Siloé ainda acrescenta,

Eu acho que inicialmente ainda está nesse debate, acho que esse debate ainda vai durar muito tempo porque existe pouco debate institucional em termos... Quando digo institucional não é apenas as Universidades, são justamente as Universidades particulares, com estudantes, as escolas, privadas e públicas em Alagoas não permitem esse debate, os professores, diretores, porque acham que estão discutindo coisa do diabo... (AMORIM, 2020).

E enfatiza esta problemática religiosa existente na Serra da Barriga:

Discutir qual é o problema da diversidade no Brasil e o problema da diversidade é justamente o desconhecimento dessa diversidade e o respeito a essa diversidade [...] O pessoal do candomblé respeita outras religiões... mas outras religiões não o respeitam, então onde está a Constituição nesse sentido? Onde está a Constituição? Então. eu acho que o primeiro debate foi... que deveria ser, essas coisas que são bem primárias para nós e necessárias... o que que é preconceito religioso no Brasil? Por que ele existe? (AMORIM, 2020).

Siloé relata a situação delicada no que tange a Serra da Barriga e as divergências religiosas, que por sua vez, também integra as narrativas de Helcias e Mãe Neide.

Sobre sua opinião referente ao futuro, à educação em prol da tolerância à diversidade cultural e religiosa, o colaborador expressa: “o que eu gostaria mesmo é que a Serra da Barriga fosse introduzida nas escolas públicas, porque o debate na Universidade é muito

particularizado [...] uma disciplina, no entanto é fundamental...” (AMORIM, 2020). Também reafirma o que foi mencionado por outros colaboradores: “no lugar de somarem mais elementos que congreguem ali esse debate, também cria o afastamento... isso é uma crítica aos movimentos, movimento negro não necessariamente aos negros, não necessariamente as pessoas negras, mas a política étnico-racial no Brasil...” (AMORIM, 2020). Ou seja, concorda sobre a insuficiência de uma articulação maior dos indivíduos envolvidos com a Serra da Barriga enquanto patrimônio e reitera seu desejo em ampliar o debate sobre a Serra da Barriga e sua dimensão histórica e simbólica, e assim, atingir mais pessoas.

Seguindo a discussão, desde a época em que a Fundação Cultural Palmares iniciou os debates sobre a constituição de um Comitê gestor da Serra da Barriga, Clébio de Araújo, que já fazia parte dos debates que fomentaram essa gestão que vincula a UNEAL, expressou: “Ela<sup>94</sup> tem o assento e são umas das principais conquistas na gestão da Serra, foi a instituição desse comitê, porque garante de fato, a participação da sociedade civil na definição das políticas destinadas à Serra da Barriga...” (ARAÚJO, C. 2020). Clébio teve um envolvimento como ativista do Movimento Negro, mas também como representante institucional, como gestor de uma instituição de pesquisa, ensino e extensão, assim como pesquisador e intelectual, pois trabalha com a temática da diversidade, em especial a questão do negro em Alagoas, desde sua graduação em História. Foi nessa época, por meados de 1997, que justamente na Serra da Barriga, pela primeira vez participou de uma pesquisa<sup>95</sup>.

Clébio confirmou a informação ao respeito de que foi o IPHAN que iniciou o processo pelo qual a Serra se transformou em patrimônio cultural do Mercosul, com uma série de reuniões junto à FCP visando edificar um plano de gestão, que direcionaram ações estratégicas para a Serra. “Porque a questão não é só tomar, mas garantir a implementação de uma série de medidas políticas de gestão do patrimônio...” (ARAÚJO, C. 2020). Apontamento este que converge com as considerações prévias de Zezito e Siloé no que tange a gestão do IPHAN frente a Serra da Barriga.

Sobre sua colaboração no documento de candidatura, Clébio conta que foi feito o possível no período de tempo disponível na época e que o dossiê nasceu de uma fusão de vários textos de pessoas que já haviam produzido sobre o Quilombo dos Palmares, seja de

---

<sup>94</sup> Refere-se à Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

<sup>95</sup> Na época, como graduando em história, Clébio relatou que sua primeira experiência de pesquisa foi através do manejo da metodologia de História Oral com os moradores da Serra da Barriga, mesmo que “naquela época, muitos já haviam saído de lá porque havia todo debate sobre a desocupação da Serra em função dela ter se constituído como patrimônio nacional...” (ARAÚJO, C. 2020).

forma direta ou transversal. Uma vez submetido à reunião do Mercosul e aprovado, as consequências dessa conquista na sua opinião foram as seguintes:

Para nós que somos da militância [...] a conquista desse título fortalece a nossa luta, em dois aspectos: dá visibilidade social e midiática a Serra, e por outro lado, o tombamento obriga o Estado a assumir algumas responsabilidades no sentido de adotar algumas providências para efetivar políticas em torno da Serra da Barriga. Eu acho, por exemplo, que não é a toa que após o tombamento do Mercosul que conseguimos a principal pauta reivindicatória da Serra, de décadas que vínhamos tentando, conseguimos conquistar que é a questão do acesso, da via de acesso à Serra... (ARAÚJO, C. 2020).

Também argumentou sobre a necessidade de atenção devidamente direcionada para essas reivindicações para remar contra uma possível fragilização e retrocesso. “Uma hora você não sabe, numa mudança de governo, pega um governo mais radicalmente a direita que resolva levar adiante a desconstrução da Serra como patrimônio [...]”, entendendo o risco que “estamos em uma época aqui no Brasil que tudo é possível então é importante que ela esteja sempre visitada porque as pessoas vão se apropriando dela... é muito importante!” (ARAÚJO, C. 2020).

A partir da fala de Clébio é possível relacionar com a gestão do atual presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, que desde a sua ascensão ao cargo promoveu uma série de “retrocessos” às lutas políticas e sociais do Movimento Negro.

Uma situação relacionada a essa discussão aconteceu em maio de 2020, mês da promulgação da Lei Áurea no Brasil, datada em 13 de maio, onde foram expostos conteúdos no site da Fundação Cultural Palmares (ver figura 12) que promoviam um revisionismo sobre Zumbi dos Palmares, referência histórica nacional para comunidade negra.



**Figura 12:** Página da Fundação Cultural Palmares no 13 de maio. **Fonte:** *printscreen* próprio. 2020.

As inverdades históricas expostas compõem narrativas que, como mencionado por Clébio anteriormente, esvaziam o simbólico de Zumbi, minimizam e desrespeitam os anos de luta do Movimento Negro no Brasil e leva desinformação para a população. As publicações são reflexos de outras atitudes irresponsáveis e de insulto por parte de Sérgio Camargo como, por exemplo, a defesa de que o Movimento Negro fosse extinto e que representava uma “escória maldita” em suas próprias palavras, o negacionismo do racismo no Brasil e a crença de que a escravidão foi um benefício aos povos que foram escravizados em prol de um sistema mercantilista e desumano.

A Fundação Cultural Palmares foi criada no mesmo ano da promulgação da Constituição de 1988, datada no centenário da abolição da escravidão, com objetivo de promover e valorizar a cultura negra. Como exposto no próprio site institucional o comprometimento do órgão federal com o combate ao racismo, promoção da igualdade, valorização, difusão e preservação da cultura negra; a cidadania no exercício dos direitos e garantias individuais e coletivas da população negra em suas manifestações culturais e por fim a diversidade no reconhecimento e respeito às identidades culturais do povo brasileiro (FCP, 2020). Logo, o posicionamento que entrega a recusa de uma luta de séculos de um

povo que contribuiu à formação da nossa história é incontestavelmente desrespeitoso e insolente.

“No atual governo a perspectiva ideológica que orienta a gestão do governo e da Fundação Cultural Palmares sobre a questão do racismo, do patrimônio afro no Brasil é a antítese de tudo que foi batalhado, construído pelos afrodescendentes...” (ARAÚJO, C. 2020). Entretanto, este episódio tornou-se emblemático e obedeceu ao descumprimento da determinação em preservar e promover a cultura afro-brasileira.

Clébio reitera que a ideia da preservação e vitalidade da Serra da Barriga e sua importância constituem-se por sua representatividade como símbolo maior da luta do negro no Brasil e sua emancipação social. Como a gestão atual da Fundação Cultural Palmares se orienta por discursos como de que “não há racismo no Brasil, de que as pessoas que falam em racismo estão se vitimizando...”, a preocupação se torna algo cada vez maior, pois segundo o professor “a consequência lógica disso é que se não há racismo, não há necessidade de você ter um patrimônio negro no Brasil porque esse patrimônio estaria dando visibilidade a uma falsidade histórica...” (ARAÚJO, C. 2020). Assim, entendendo que a sustentabilidade da Serra da Barriga como patrimônio pode estar em perigo, questiona-se sobre suas perspectivas futuras relativas à Serra.

Nesse momento é muito preocupante para nós o futuro da Serra da Barriga, porque a Serra da Barriga nasce como patrimônio cultural, no bojo da organização do Movimento Negro brasileiro, em cima do conceito de formação da consciência negra, ou seja, de uma releitura da história brasileira a partir do protagonismo negro na construção dessa nação. E o que está colocado abertamente pelos gestores federais é de que o conceito de consciência negra é uma falsidade, ele não existe... se você desconstrói o conceito de consciência negra, se você o inviabiliza... automaticamente a Serra perde todo sentido de existência, enquanto política de patrimônio nacional... então é muito preocupante para nós, mas é luta... é luta... (ARAÚJO, C. 2020).

Apesar da promulgação das leis mencionadas anteriormente, que tornam obrigatório o ensino de História da África e Cultura Afro Brasileira no currículo escolar, o colaborador expressou: “é claro que a implementação dessa lei está distante do que deveria ser ainda... precisa de mais investimento, formação dos professores...” (ARAÚJO, C. 2020). Igualmente reconhece a transformação positiva nos últimos anos. Clébio faz parte da geração de professores de estudantes de História que não teve em seu currículo o contato com esse tipo de conteúdo, “eu aprendi História da África e da Cultura Afro Brasileira como autodidata” (ARAÚJO, C. 2020). No entanto, hoje, os currículos das universidades incorporam esse conteúdo, sobretudo quando se trata dos cursos de História, “então isso vai gerando... acho que já vamos à segunda ou terceira geração já, de egresso das Universidades, de professores

que hoje estão na sala de aula, que diferente de mim, já entraram em contato com essa temática...”. Explicou o impacto social que gera ensinar esses conteúdos: “é uma geração de estudantes que tem no mínimo do mínimo uma sensibilidade para compreender essa temática...” (ARAÚJO, C. 2020), elucidando os avanços acerca desta questão.

Não são poucos, muitos se tornaram professores engajados, eu tenho vários ex-estudantes meus que atuam hoje no ensino fundamental e no ensino médio e que são ativistas dentro das escolas, que abraçaram essas causas, promovem eventos, desenvolvem projetos, formam grupos culturais dentro das escolas ligados a isso.. estão batalhando dentro das escolas para que essa temática ganhe mais espaço... (ARAÚJO, C. 2020).

Clébio segue argumentando sobre outras ações acerca da Serra da Barriga enquanto patrimônio afro brasileiro:

O Ministério da Cultura começa a desenvolver uma série de ações e de investimentos financeiros através dos seus órgãos como a Fundação Cultural Palmares, o IPHAN, com a FUNARTE, a ANCINE... todos esses órgãos passam a ter editais ou exclusivos ou com recortes garantindo uma parte de projetos voltados especificamente para a cultura negra, para a cultura afro brasileira... então você começa a ter, a partir desse momento uma série de produções audiovisuais específicas sobre quilombo, sobre candomblé, sobre música afro, sobre identidade negra, sobre racismo... tem um boom de produção audiovisual, tem a partir desse momento uma série de projetos culturais centrados na cultura negra que passam a acontecer e ter sustentabilidade financeira na cidades, bancada com dinheiro federal através dos chamados Pontos de Cultura (ARAÚJO, C. 2020).

Entretanto, apesar de ainda longe do ideal, a somatória de todas essas reivindicações e ações vêm desenvolvendo um contexto de cada vez maior valorização e visibilidade da diversidade, “hoje em Maceió temos um calendário anual de atividades de rua envolvendo cultura negra, não existia...”, também porque “a cidade onde o povo de Candomblé não podia nem sair na rua usando pano na cabeça porque ele podia ser apedrejado, hoje em dia todo mundo sai pela rua com suas roupas, seus panos na cabeça, seus colares, seus brajás...”. Enxerga-se a convergência entre o plano das políticas educacionais e das políticas públicas culturais, na formação de uma nova geração. Dessa forma, a transformação também se reflete no âmbito acadêmico possibilitando uma maior produção científica sobre a temática, “as Universidades vão começar a ter grupo de pesquisa, pós-graduação, mestrado e doutorado com linhas de pesquisa sobre isso... que não existia até os anos ‘90...” (ARAÚJO, C. 2020). Interpretando estes fatos como avanços ao longo da história em prol do respeito e reconhecimento da cultura afro-brasileira.

Por outro lado, Clébio se preocupa com a situação da Serra no momento, no governo atual:

Não sei se eles vão ter a ousadia de revogar... o tombamento da Serra e o registro de Zumbi dos Palmares no livro dos heróis nacionais porque Zumbi no governo Lula, foi incorporado ao livro dos heróis nacionais [...] é um herói reconhecido pelo

Estado brasileiro a partir do governo Lula, eu não sei se eles vão chegar a esse ponto... não porque é... não pensem que isso deva ser feito, acho que por eles, eles fariam... mas talvez por medo da reação e da repercussão e da mobilização que isso geraria, mas eu não tenho dúvidas que o que a temos hoje aí é um projeto em curso de sucateamento do investimento na Serra da Barriga que vai retirando recursos.. inviabilizando a presença de profissionais, de projetos, de pessoas para levar adiante o projeto de sustentabilidade para Serra e obviamente vai inviabilizando a Serra como patrimônio... eu acho que é o que está se encaminhando no país nesse momento então as perspectivas de futuro para nós são muito preocupantes, extremamente preocupantes... (ARAÚJO, C. 2020).

É possível compreender que Clébio, enquanto professor, pesquisador, religioso de matriz africana e ativista do Movimento Negro também tem apreensão com a gestão da Serra da Barriga. Nessa lógica, Dorinha também traz seu lamento no que se trata a realidade da Serra, mas no sentido das divergências religiosas.

Dentre os moradores locais, há uma grande parcela de evangélicos<sup>96</sup>. “Não sou contra nenhum tipo de religião, mas muito evangélico está querendo... é, vamos dizer assim [...] evangelizar lá até os próprios turistas quando chegam, não respeitando a premissa, a história, a ancestralidade daquele local...”. Ainda sobre isso completa: “o fato de você ser evangélico não significa que você não possa respeitar aquele espaço... isso eu acho um ponto muito... vai ser um dos maiores desafios para a permanência e essência da história da Serra, questão da ancestralidade...” (CAVALCANTI, 2020). Essa questão com os evangélicos que moram na Serra da Barriga não preocupa apenas Dorinha, foi relatada por Mãe Neide, Siloé e Clébio anteriormente.

Maria compartilha um exemplo sobre esse desrespeito com a Serra e sua ancestralidade:

Olha, não sabemos se foram eles... mas assim, na Serra tem os Pretos Velhos (ver figura 13), por exemplo... Tem a imagem... então, eu até preciso ir trocá-los... estão quebrados, apareceu perna quebrada, braço quebrado... mão quebrada... e não sabemos [...] outra coisa também é o som alto, o hino evangélico quando chegam turistas e, altíssimo, isso aí é reclamação de vários guias [...] às vezes os guias nem conseguem passar a história direito para os turistas, que estão ali conhecendo assim a história... então isso é uma falta de respeito [...] tem a questão também de não respeitar a Lagoa Sagrada (ver figura 14), lavar roupa dentro... lavar animais, dar banho, lavar moto, essas coisas, isso é um dos pontos negativos... (CAVALCANTI, 2020).

---

<sup>96</sup> Um comentário adicional sobre a existência dos evangélicos na Serra da Barriga: o professor Siloé relatou que promoveu uma atividade em uma de suas disciplinas como docente na Universidade que consistia em visitar a Serra, com objetivo de gerar um debate sobre a temática. Assim, narra em suas palavras que um aluno relatou “- Ah, é que os evangélicos falaram que aqui só tem macumba...” e respondeu que seria um direito deles alegarem isso e que deveria perguntar a eles “O que você como evangélico gostaria de ter na Serra da Barriga?” justamente com a intenção de estimular o debate sobre a diversidade (AMORIM, 2020).



**Figura 13:** Pretos Velhos - Onjó Cruzambê (Casa do Campo Santo)<sup>97</sup>. **Fonte:** Registro próprio. 2020.



**Figura 14:** Lagoa Encantada dos Negros<sup>98</sup>. **Fonte:** Registro próprio. 2020.

Isso eu acho que está sendo um dos maiores, vamos dizer assim, um dos pontos mais importantes eu acho de luta para permanecer a sua essência [...] não sei se é praga o nome, mas é mais ou menos isso, porque aqui não tinha igreja [...] e se você olhar lá na Serra [...] 90% são evangélicos e às vezes não respeitam aquele solo, aquela história, aquela premissa... (CAVALCANTI, 2020).

<sup>97</sup> A Casa do Campo Santo se constitui por um espaço de apoio à prática de religiões de matriz africana que lá se entrelaçam. Neste espaço sagrado, Babalaôs, Ialorixás, Ekédes, Ogãs e Abiãs fazem axexês (oferendas) e Orikis (orações) àqueles que vagam sem sossego em virtude do sangue que foi derramado. Desde 1980, essas atividades acontecem na madrugada do 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra (PMQP, 2020).

<sup>98</sup> A Lagoa Encantada dos Negros representa um local de purificação da vida, onde os quilombolas através da energia das águas e das árvores repousavam e saciavam a sede, afiavam as suas armas com a presença do supremo através da natureza (PMQP, 2020).

Observa-se que a questão da incompatibilidade religiosa em torno da Serra da Barriga como patrimônio se demonstra complexa.

### **3.2.4 Economia e turismo**

O processo de tornar algo patrimônio abrange uma série de fatores e etapas, sendo a economia e o turismo pilares que em muitos casos o impulsionam. No processo, vários atores sociais se envolvem com este bem patrimonial. Balbino esclareceu sobre a época que a Serra da Barriga foi requerida para tornar-se patrimônio cultural do Mercosul, onde além dos atores mencionados anteriormente, também participou:

Cada órgão na sua área de competência, como por exemplo, eu falo do IBAMA... a região da Serra da Barriga é uma região de preservação, da Mata Atlântica, então a participação do IBAMA se deu através da parte relacionada à natureza, bem como participou também a Secretaria de Meio Ambiente de União dos Palmares, também participou o IMA, que também é um órgão ligado ao meio ambiente... então tivemos vários eixos para montar, para que conseguíssemos montar o Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga [...] posso citar também a participação do INCRA, aí é uma participação bem específica da Serra da Barriga porque até hoje a Serra possui moradores dentro do patrimônio então a participação do INCRA no intuito de que esses moradores sejam realocados, até então não conseguimos atingir esse objetivos... questões políticas, por questões de disponibilidade orçamentária do INCRA e também entrar em consenso com as famílias na localidade onde eles serão realocados (JÚNIOR, 2020).

No entanto, dessa fala é possível confirmar que a situação delicada na Serra da Barriga ainda segue. Por mais que se entenda que a Serra ao se tornar patrimônio do Mercosul representa um avanço positivo nessa direção, Balbino conta que “manter um patrimônio [...] não é fácil devido a questão orçamentária, questão administrativa, questão dos moradores da Serra, nós temos que ter o trabalho da humanização, de sensibilização... pela questão do lixo, questão ambiental...” e finaliza “temos que estar atentos com todas essas articulações também com os moradores, trabalhando para que aconteça essa realocação de forma humanizada...” (PEREIRA, 2020), salientando sua preocupação com essa situação.

No entanto, a partir das mudanças na mentalidade da comunidade local acerca da história de Palmares para que a Serra da Barriga seja devidamente interpretada como patrimônio, Balbino aponta que União dos Palmares parece não estar preparada ainda enquanto município que abriga um patrimônio do Mercosul para desenvolver e usufruir dessa declaração através de iniciativas econômicas e turísticas.

A cidade começa a internalizar que a Serra da Barriga é um elemento transformador economicamente e politicamente... da economia e turismo da cidade [...] a cidade é precária no sentido de hotéis... restaurantes, é... a cidade ainda precisa melhorar, e o que acontece com União dos Palmares?! Como a cidade ainda não tem essa infraestrutura necessária para receber os visitantes... os visitantes vem pra Maceió, vão a União e voltam, não ficam, assim para o Estado, bem como para o município,

o município precisa se preparar, para que fique alguma coisa para o município mas para o Estado é mais um equipamento... (JÚNIOR, 2020).

Apesar da resistência do município de União dos Palmares em reconhecer a Serra da Barriga como patrimônio ter se enfraquecido, “até pelo viés econômico que a cidade pode se apropriar, [...]” (JÚNIOR, 2020), Balbino, como representante regional e funcionário da FCP, se preocupa em promover um desenvolvimento econômico para o município de União dos Palmares a partir da apropriação da Serra da Barriga enquanto patrimônio através da devida atenção com o setor turístico.

Mãe Neide também fala sobre a importância do reconhecimento no âmbito do Mercosul a partir de seu ponto de vista enquanto religiosa:

A visibilidade que esse título deu foi muito importante, muito grande porque pessoas que nem imaginavam conhecer a Serra da Barriga, passaram a querer conhecer, a fazer suas obrigações na Serra da Barriga, fazer suas oferendas na Serra da Barriga, a subir, a fazer todo processo da caminhada para conhecer seus espaços... O turismo em si cresceu muito, eu que tenho minha casa aqui, que moro lá no pé da Serra da Barriga, para você subir a Serra você passa na minha porta, vemos o movimento da Serra todos os dias, não é um dia só da semana, férias realmente é muito mais, mas a Serra é visitada de segunda a domingo, todos os dias, e esse título foi, é muito importante para nós, nos deixou mais fortalecidos para passar esse momento que nós estamos passando<sup>99</sup> [...] Hoje nós recebemos o Brasil inteiro [...] eu já estou lá com o restaurante<sup>100</sup>, há anos e eu recebo pessoas do mundo inteiro (MARTINS, 2020).

Mais um colaborador, quando questionado sobre as mudanças no contexto desde o ano de 2017, pelo reconhecimento por parte do Mercosul, menciona que a Serra da Barriga ganhou muito mais visibilidade e evidência<sup>101</sup>. Nas palavras de Mestre Cláudio:

A vinda do Mercosul para cá serviu para mostrar, não só à nível dos países sul americanos, mas para o próprio brasileiro a importância daquilo ali, porque ainda acho tímido a relevância, a divulgação, o entendimento, a absorção daquele local, enquanto história, despertou mais essa curiosidade, mais interesse em visitar. Isso aí nós percebemos. Houve uma mexida, estava meio escondidinha, chamou mais atenção! Ganhou maior visibilidade sim e aumentamos substancialmente a visitação (LEITE, 2020).

Meio a esta conversa, Helcias Pereira complementa confirmando que o aumento em relação à visitação foi de 14 para 34 mil, e que a construção da estrada (ver figura 15) para acesso à Serra foi um fator primordial pois outros meses, senão novembro, geralmente não se

---

<sup>99</sup> O final dessa fala de Mãe Neide faz referência à gestão do governo vigente durante o período desta dissertação, que converge com falas de outros colaboradores.

<sup>100</sup> Mãe Neide é proprietária do Restaurante Baobá. Há uma unidade mais recente em Maceió e outra na Serra da Barriga, onde oferece aos turistas uma experiência de imersão na culinária afro-quilombola.

<sup>101</sup> Sobre isso, Ualef Mendes, um dos três moradores e trabalhadores locais com quem conversamos confirmou “aumentou bastante...” (MENDES, 2020), tratando-se do aumento significativo de visitação no Parque Memorial Quilombo dos Palmares/Serra da Barriga. Entrevista de Diego, Ualef Mendes e João Victor concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 5 de março de 2020; Diego, Ualef Mendes e João Victor eram homens brancos e pardos.

subia à Serra, por conta do difícil acesso. Hoje em dia, as pessoas sobem o tempo todo, de vários locais (PEREIRA, 2020). A construção da estrada permitiu o acesso de carro, facilitando a visitação.

Domingo a domingo, a população de União dos Palmares sobe à Serra para passar o dia, fora os que sobem e descem caminhando, correndo, fazendo exercício, gente com bicicleta, antes não se via isso. Pelo menos uma vez ao ano tem uma grande trilha, que chama trilha da juventude, que acontece pela mata da Serra. Super legal, agora, muito perigosa, muitos animais, no passado foram 260 jovens, guardas, bombeiros, socorristas (PEREIRA, 2020).



**Figura 15:** Estrada de acesso a Serra da Barriga - União dos Palmares. **Fonte:** Registro próprio. 2020.

Dando continuidade à conversa, em 6 de fevereiro<sup>102</sup>, acontece uma vigília na Serra da Barriga, em que a Capoeira participa. “É uma vigília afro chamada Angola Janga... é minha terra, de volta pra minha terra” (PEREIRA, 2020). Nesse sentido, a Serra também vem se tornando um local de encontro e comunhão relativo às diversas atividades, incluindo capoeiristas.

Vários grupos de capoeira têm subido a Serra para fazerem festas de batizado de capoeira, então normalmente são grupos também de fora, por exemplo, de Pernambuco... agora no mês passado chegou um grupo com capoeiristas dos Estados Unidos e da Europa. (PEREIRA, 2020).

Verifica-se que a inclusão na lista do Mercosul promoveu o aumento da visibilidade e reconhecimento da Serra da Barriga enquanto patrimônio cultural, assim como os colaboradores anteriores já haviam relatado.

---

<sup>102</sup> Mestre Cláudio não explica o porquê desta data, mas 6 de fevereiro foi quando em 1694, a capital de Palmares foi destruída e Zumbi fugiu ferido.

Joelma Cornejo como arquiteta do IPHAN, também conta que a patrimonialização promoveu uma maior projeção da Serra da Barriga e gerou mais divulgação, visibilidade, visitação, reconhecimento de uma forma geral. Segundo ela existe “um número crescente de visitas... mas por outro lado também têm as cobranças, desses visitantes, para ter um espaço mais condizente com aquilo que o lugar representa” (CORNEJO, 2020). Contudo, essa menção refere-se a uma questão sobre o PMQP: foi ressaltado o déficit de conteúdo histórico presente dentro daquele espaço<sup>103</sup>. Apesar da dimensão nacional e da recente dimensão regional adquirida, caso não haja um conhecimento prévio sobre a história ou tenha um acompanhamento de guia turístico durante a visita<sup>104</sup>, é difícil que se tenha a compreensão do que se trata aquele ambiente temático. Não há espaços e exposições no local que expliquem claramente o que foi o Quilombo dos Palmares, como surgiu, a partir de qual contexto e condições, falta uma narrativa histórica no próprio local que explique os principais acontecimentos vinculados com essa memória patrimonializada. Faltaria um centro de interpretação desse patrimônio.

Convergindo com os apontamentos de Joelma, sobre chegar na Serra da Barriga sem um conhecimento prévio sobre história, corre-se o grande risco de se apresentar como qualquer outra serra. Zezito, ainda reforça: “os equipamentos que estão lá não são equipamentos palmarinos, são equipamentos para dar uma ideia de que ali foi um lugar onde tinha negros revoltosos, para atender a demanda turística” (ARAÚJO, Z. 2020). Salientando sua preocupação com o turismo na Serra da Barriga e que se não há uma devida informação histórica pode se pensar que aqueles equipamentos são “originais” e não reconstruções.

Acerca disso, um episódio interessante narrado por Zezito trata do arquiteto Oscar Niemeyer, que foi convidado duas vezes para fazer uma maquete da Serra da Barriga. Feita a primeira, foi apresentada ao Conselho Geral de Memorial Zumbi para análise, e houve certa unanimidade de rejeição, por não ter nenhum estudo projetado para representar e simbolizar fielmente os ideais e anseios do Movimento Negro. Isso foi considerado incoerente porque era politicamente viável para as autoridades de Alagoas, devido ao prestígio do arquiteto Niemeyer. Igual assim, a maquete foi refeita, e através de muito estudo e análise por arquitetos e estudantes de arquitetura da UFAL (a monografia dos estudantes foi justamente a Serra da Barriga), junto ao Movimento Negro e com representação da sociedade civil, nascendo assim um “modelo ideal”, que estava de acordo e dentro das demandas e concepções de patrimônio (ARAÚJO, Z. 2020). Só que depois de entregar tal maquete e as

---

<sup>103</sup> Ver anexo VI.

<sup>104</sup> Para realizar a visita guiada, existe a possibilidade submetendo pedido à Fundação Cultural Palmares.

expectativas criadas, Zezito contou que não houve retorno. Foi uma longa narrativa, na qual em sua opinião a ausência da Fundação Cultural Palmares na época (década de 1990), prejudicava o trabalho que se estava fazendo:

Palmares não tava nem aí, [...]. Eu tenho umas fotografias da Serra, que o mato estava assim ‘ó’... [sinaliza com as mãos que o mato estava bem alto] no meio das pernas. Nós fazíamos eventos... Eles só vinham pra cá para os 20 de novembro, e depois do dia 21 em diante o mato crescia, não tinha nenhuma ação. Enquanto diretor do NEAB, pela Universidade Federal de Alagoas, eu tinha ações pontuais para preservar a Serra, então era a Universidade que mobilizava, não era a Fundação [Cultural Palmares]. Assim que você chegar lá, você vai encontrar uma casa de apoio... Que é um ponto de observação<sup>105</sup>... Aquilo foi construído por nós, nós negociamos... qual objetivo desse posto? Era passar todas as informações sobre a história do Quilombo dos Palmares... não existia nada, nada [...] Eu digo “não, eu vou criar isso aqui porque as pessoas que vão subir a Serra pelo menos vão saber o que foi isso aqui...” e realmente nós construímos (ARAÚJO, Z. 2020).

Realizou-se um projeto, que foi levado ao governador de Alagoas na época, Geraldo Bulhões. Como já conhecia Zezito, por ser um militante ativo do Movimento Negro, o governador passou o projeto geral ao Serviço de Engenharia do Estado de Alagoas (SERVEAL), que era órgão estatal responsável pelas obras públicas, obtendo êxito com o recurso. Zezito relatou que o posto funcionou até a FCP contratar uma empresa de serviços de limpeza para cuidar de todo parque. Desde então, o posto passou a ser um espaço onde os guardas florestais da Serra da Barriga ficam. O objetivo mudou em relação à proposta inicial que era a de passar as informações históricas sobre o local aos turistas que chegavam (ARAÚJO, Z. 2020). Iniciativas estas que demonstram o cuidado e a preocupação em permanecer viva a história dos Palmares. Assim, se entende que sobre a dimensão histórica e cultural existente na Serra da Barriga, segundo Zezito, a falha consiste em não ter “[...] elemento histórico... que dialogue com esse olhar”, e que os guias nem sempre fornecem as informações sobre a história do Quilombo dos Palmares da maneira que se deveria, apenas dão informações básicas (ARAÚJO, Z. 2020).

Prosseguindo, ao ser questionado sobre o que se entendia por essa ausência de estrutura na Serra, se seria de equipamentos, um museu, alguma forma de comunicação local que não necessite de algum informante, de maneira tal que chegando ao PMQP já seja possível conhecer e compreender melhor sobre o passado histórico, ele concorda sinalizando com a cabeça e diz que não há uma espécie de linha do tempo, uma reprodução de imagem dos grandes senhores palmarinos<sup>106</sup>, não tem o visual que remeta ao Quilombo dos Palmares em si.

---

<sup>105</sup> Ver anexo III.

<sup>106</sup> O qual não seria possível dado que não se tem imagens deles.

Ao falar sobre a Casa de Farinha que existe no Parque, discorda por ser uma construção e forma de fazer farinha dos tempos contemporâneos. “Lá<sup>107</sup> não se fazia farinha dessa forma que tem lá, você fazia farinha com tipiti<sup>108</sup>, que era farinha feita pelos indígenas... você colocava e espremia” (ARAÚJO, Z. 2020). Nessa parte há controvérsias, segundo a professora Rosa Correia esta Casa de Farinha é dos camponeses e foi apropriada pelo projeto de construção do PMQP na Serra da Barriga. No entanto, olhando na perspectiva do Movimento Negro, segundo Zezito, a Casa de Farinha edificada na área tombada não expressa uma relação histórica com o modo que se produzia farinha no Quilombo dos Palmares, portanto, não se relacionando com a interpretação do patrimônio negro. Porém, na perspectiva do morador local, camponês, a mesma se constitui como patrimônio, validada pela relação entre trabalho, morada e subsistência.

Segundo, Zezito também é crítico em relação ao paralelepípedo que foi colocado, desde o Posto de Observação até o Platô principal da Serra da Barriga, alegando ter sido uma espécie de “crime” frente à representação simbólica que o local carrega. “A visão ainda é visão turística, não tem nada de preservar a história nem a memória [...] para mim, foi a maior agressão que fizeram” (ARAÚJO, Z. 2020). Segundo ele, com a atual tecnologia associada estudos, era possível fazer estrada de chão de barro, com valetas ao lado para escorrer a chuva, sem que prejudicasse o acesso. Acrescenta que a renda se geraria através de carros, charretes levando os turistas até o local, mas que o ideal seria uma subida a Serra da Barriga a pé, por caminhada, de forma bem tradicional, como era feito no passado, no Quilombo, sem agressão ao meio ambiente e mais preservação do ecossistema, e conseqüentemente, remeteria à proposta do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, que o próprio nome já diz. Trata-se de uma visão pode ser um tanto radical e essencialista que não foi reforçada por nenhum outro colaborador.

O professor também relatou sobre a instalação de uma antena gigantesca na região. Enquanto realizavam os estudos sobre o tombamento da Serra da Barriga, a Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco, que instalava torres de comunicação em várias partes do nordeste, colocou uma antena para repor caso houvesse queda de energia em um determinado local, segundo eles, alegaram que a Serra da Barriga estava em um lugar estratégico que não oferecia problemas de sinal.

---

<sup>107</sup> Refere-se ao Quilombo dos Palmares.

<sup>108</sup> O tipiti é um artefato indígena, uma espécie de prensa ou espremedor de palha trançada usado para escorrer e secar raízes. Nos processos, a massa seca resultado do processo de extração é, então, transformada em farinha.

A partir dos estudos da companhia, o objetivo era a instalação no local da Serra da Barriga, e o professor Zezito apresentou todos os estudos, explicando que era um espaço histórico e cultural, mas ainda assim, disse que a instalação acabou sendo feita.

Sabe o que foi o que o presidente me disse? Mas assim na cara de pau, desculpem a expressão, “é mais fácil vocês conseguirem outra serra do que nós mudarmos essa antena. É uma coisa federal, já foi definido, e não há quem faça mudarmos aquilo de lugar.” E eu depois, lógico, aí fui procurar saber, o prefeito que autorizou, já estava tombado, mas aqui no nosso Estado, como a visão era trazer o desenvolvimento, sabemos que o desenvolvimento está acima de tudo e de todos (ARAÚJO, Z. 2020).

A partir dessa narrativa se percebe quais são e foram as prioridades do poder local. Ainda sobre este ponto, Zezito comenta que a população de União dos Palmares o reconhece como contra o progresso e o desenvolvimento local devido às suas opiniões.

Acham que a Serra da Barriga é a salvação econômica da cidade. Esse é o discurso [...] eu não sou contra que haja ganho financeiro não, pelo contrário, acho que você não pode ter um patrimônio lá, sem nenhuma função social, nem geração de renda [...] que haja um investimento do poder público municipal, não existe... do Estado, a única coisa que o Estado fez foi realmente o acesso, realmente houve um investimento de quase 10 milhões de reais, vocês verão que está todo sinalizado, mas no momento da discussão, disso aí, não, mais pessoas no turismo do que pessoas no patrimônio em si (ARAÚJO, Z. 2020).

Clébio de Araújo também agrega comentários sobre a dinâmica comercial com o patrimônio e conseqüentemente, as políticas e da gestão. Assim, abordou-se sobre a importância da pavimentação da estrada de acesso à Serra da Barriga que sempre foi um diferencial para a sustentabilidade do Parque Memorial Zumbi dos Palmares (ARAÚJO, C. 2020) e tornou-se um marco na história da Serra. “A partir de então, Helcias pode indicar isso melhor para vocês, há um crescimento visível na visitação da Serra [...] isso é importante, porque não adianta termos a Serra tombada, não adianta tê-la como patrimônio e sem visitação” (ARAÚJO, C. 2020).

Segundo a apostila “Dados Estatísticos de Presenças de Visitantes no Parque Memorial Quilombo dos Palmares (Serra da Barriga, 2019)”, onde se contabilizam diariamente as visitas é possível observar que as pessoas procedentes do Estado de Alagoas foram a aumento, ou seja, logicamente a maioria dos visitantes é do Estado. Em 2018 o número de visitas total fechou em 5.939, já em 2019 passou para 18.453 - com destaque para a capital Maceió que passou de 1804 para 7125 e União dos Palmares de 2806 para 7160.

Além dos demais estados também apresentados nessa estatística, o aumento dos visitantes internacionais também foi significativo, reflexo da visibilidade do local. Em 2018, foram registrados visitantes de aproximadamente 25 países, que totalizaram 87 visitantes estrangeiros na Serra. Em 2019, o aumento foi para 28 países e 129 visitantes. Apesar dos

dados, é importante ressaltar que “mesmo com esse aumento de visitas que temos tido na Serra, ainda é muito pequeno diante da história que a Serra agrega e do que ela representa [...] é muito pouco para um patrimônio daquele!” (ARAÚJO, C. 2020), demonstrando o desejo do colaborador que a Serra da Barriga multiplique sua visibilidade e reconhecimento enquanto patrimônio.

Ainda sobre essa perspectiva, Clébio também relata sobre questões econômicas e turísticas acerca da Serra da Barriga:

Eu lembro que na constituição do plano, o nosso maior desafio era construir um plano de desenvolvimento turístico sustentável para Serra, que realmente desse visibilidade mundial a Serra da Barriga, que fomentasse o turismo cultural de forma sustentável e aí foram pensadas uma série de questões. Um aspecto importante que eu lembro era a questão da construção de um centro de memória na Serra... [...] que seria um espaço de estudos, pesquisas e também a construção de acervos especializados a disposição de pesquisadores, estudiosos e estudantes de escola pública, universitários e tal que quisessem saber sobre a Serra da Barriga, mas mais que isso, sobre a questão dos afro brasileiros, a questão das afro alagoanidades e por aí vai... (ARAÚJO, C. 2020).

Dessa forma, Clébio ressalta que isso carrega uma importância muito significativa para si, e complementa suas explicações:

A construção de uma estratégia de fortalecimento da produção de conhecimento sobre Palmares e sobre os negros alagoanos que hoje nós não temos, então se pensou em uma parceria com as Universidades, com o próprio IPHAN, com a fundação de amparo pesquisas de Alagoas, para a disponibilização de bolsas, constituição de equipe de pesquisadores porque isso seria um dos pilares, das bases para o fomento ao que estamos chamando de turismo cultural lá na Serra da Barriga... (ARAÚJO, C. 2020).

Apesar de Clébio compartilhar sua apreensão com as perspectivas do atual do governo, que, conseqüentemente, influencia a gestão da Serra da Barriga enquanto patrimônio afro brasileiro, ele comenta sobre a esperança acerca do governador do Estado de Alagoas:

Felizmente, quer queira, quer não queira... em nível do Estado de Alagoas no atual momento nós temos um governador que tem um perfil democrata e tem uma compreensão positiva sobre a Serra como patrimônio e mais que isso... Estratégica sobre a Serra como um dinamizador do turismo em Alagoas, porque uma das principais atividades geradoras de renda em Alagoas é o turismo... [...] então quem entende minimamente de turismo em Alagoas, já indicou há muito tempo que a precisamos avançar incorporando o turismo cultural [...] e que gere renda de fato para os alagoanos... (ARAÚJO, C. 2020).

No entanto, por outro lado, Clébio também comenta sobre a tentativa do Parque Memorial em simular o Quilombo dos Palmares demonstra a insuficiência do conhecimento histórico sobre os povos palmarinos, refletida nas exposições que compõem o parque. “O Parque é uma tentativa de simulação, reconstituição do que seria uma... vamos dizer [...] uma sede de um rei africano, com salão dos conselhos [...] lugar que simula residências, casas de

reunião, esses tipos de coisa...” (ARAÚJO, C. 2020) e que ao visitar o Parque a expectativa de uma imersão no universo africano não é efetivada.

Não adianta você ter um restaurante lá em cima e nesse restaurante você comer comida italiana, comida europeia... a arquitetura é supostamente africana mas a comida que é servida é macarrão, é comida que não vem dessa referência africana, então a ideia era, é requalificar o uso desses espaços com atividades envolvendo as expressões da cultura afro-brasileira em Alagoas... Então a pessoa vai pra lá e ela vai comer o acarajé, ela vai experimentar uma roda de capoeira, ela vai ter uma vivência com a música afro-brasileira, com os instrumentos afro, com a dança afro, que tudo aquilo tivesse vida, tivesse experimentação (ARAÚJO, C. 2020).

Estas concepções confluem com as considerações do professor Zezito como mencionado anteriormente sobre a relação desta perspectiva com a dificuldade de promover a cultura afro-brasileira para além da materialidade exibida da Serra. A Serra da Barriga detém um valor simbólico gigantesco enquanto referência na construção de identidade. A forma em que a própria Serra comunica seu passado histórico e também a conexão que se apresenta estabelecida com a realidade é insuficiente perante a grandiosidade deste bem patrimonial.

Não adianta você ter um parque conservado, tudo bonitinho, limpinho [...] [no PQMP] tem que ter muito poder simbólico embutido para que as pessoas que visitarem saiam impactadas, [...] não só no sentido de pensar o que foi Palmares em 1600, mas saiam impactadas pensando na força da cultura afro brasileira hoje (ARAÚJO, C. 2020).

Posto isso, entende-se que a Serra da Barriga carece de um projeto de ressignificação histórica e estratégica que transpareça verdadeiramente sua representação enquanto patrimônio para o visitante. A Serra não se constitui como bem patrimonial pensando apenas na Guerra dos Palmares, mas sendo “patrimônio enquanto experiência negra”. Está em Alagoas e os Palmares continuam em Alagoas. Quem são os palmares? [...] Esse povo que continua a luta de Zumbi no momento presente e a Serra tem que refletir isso...” (ARAÚJO, C. 2020). Elucida-se dessa maneira a necessidade de interpretar o local não apenas pelo seu passado, mas como um patrimônio vivo, que se apresenta em constante reapropriação e ressignificação.

### **3.2.5 Gestão e políticas patrimoniais**

Como se sabe, cada patrimônio carrega consigo várias medidas políticas de gestão. Posto isso, sobre efeitos após o reconhecimento da Serra da Barriga como patrimônio cultural do Mercosul, Balbino aponta algumas mudanças:

Então... o governo do Estado depois da candidatura da Serra da Barriga como patrimônio cultural do Mercosul [...] o governo do Estado se sentiu pressionado, posso assim dizer? A construir e a atuar... A estrada da Serra da Barriga foi inaugurada ano passado... novembro de 2019, a inauguração, mas assim a estrada vem sendo construída acho que desde 2018, então, com a melhoria o acesso a Serra

da Barriga ainda era muito precário, o acesso que tinha era de barro (PRAXEDES JR, 2020).

Este antigo acesso a Serra da Barriga dificultava imensamente a visitação, pois como Balbino conta “em períodos de inverno aqui na nossa região [...] com a quantidade de chuva era praticamente impossível subir a Serra da Barriga nesse período [...] hoje nós não temos mais esse problema” e por causa dessa ação, “nós vemos, depois você vai ter acesso às estatísticas [...] aumentou em 152% o número de pessoas que visitam a Serra, de 2018 para 2019...” (PRAXEDES JR, 2020). Chama a atenção para o aumento exponencial que a Serra da Barriga vivenciou desde sua declaração pelo Mercosul.

Entretanto, junto a esse reconhecimento somaram-se muitas responsabilidades. As ações de Balbino e Helcias nas comunidades quilombolas contando a história do Quilombo dos Palmares buscando fortalecer o pertencimento desses sujeitos com o passado histórico demonstram a necessidade de uma atividade de educação patrimonial continuada e mais abrangente. Porém, além das comunidades quilombolas, essas ações deveriam ser estendidas o âmbito educacional formal como um todo. Acerca disso, Balbino comenta:

Nós fazemos a apresentação do patrimônio, por cada estrutura e o que representa... mas o trabalho mais importante com relação às crianças é o trabalho do governo do Estado... Nós estamos fazendo esses trabalhos nas comunidades quilombolas, as escolas [...] nas escolas é um trabalho que quem deve puxar é o Governo do Estado... nós enquanto Secretaria Especial da Cultura... se estivéssemos ligados ao MEC teríamos mais facilidade para chegar [...] estamos hoje no Ministério do Turismo... (PRAXEDES JR, 2020).

Percebe-se que Balbino contesta a participação do governo do Estado de Alagoas junto às iniciativas relativas da Serra da Barriga, demonstrando-se como insuficiente no que se trata de estabelecer uma educação patrimonial constante em torno deste patrimônio.

No entanto, ainda tratando dos efeitos pós Mercosul, o diálogo avança sobre a posse de terras dessas comunidades locais, afetadas pelas políticas de preservação e conservação do patrimônio. Balbino conta que a única comunidade quilombola que possui título de posse é a Tabacaria, situada no município de Palmeira dos Índios. “Quando a Fundação Cultural Palmares certifica a comunidade, é a partir daí que as comunidades começam a almejar por políticas públicas...” (PRAXEDES JR, 2020), buscando compreender os seus direitos. Ainda acerca disso, ele complementa:

Nós orientamos para que a comunidade corra atrás do documento que dá posse da terra, que é fornecido pelo INCRA... existem várias comunidades em processo de INCRA... às vezes até o INCRA faz o trabalho e quando chega lá no final a própria comunidade desiste porque às vezes tem um quilombola que tem lá uma extensão de terra, digamos que uma boa extensão, quando o INCRA chega lá, apropria e torna coletivo [...] aí o processo inicia-se e às vezes o INCRA não consegue finalizar porque precisa do apoio de todos os quilombolas (PRAXEDES JR, 2020).

Baseado nessas informações é possível compreender que grande parte das comunidades quilombolas encontra-se em diferentes níveis de luta pela posse de terras na região da Serra da Barriga. Algumas famílias desistiram, outras nem sequer tentaram. É pertinente analisar essas questões como fatores de complexidade que compõem o processo de patrimonialização da Serra da Barriga, o qual excede a perspectiva deste trabalho.

Mãe Neide fala que desde 2017, quando a Serra da Barriga tornou-se patrimônio do Mercosul, as mudanças foram evidentes e positivas.

De repente você via polícia militar, você via Secretaria de Agricultura, você via IPHAN, INCRA, educação, turismo, junto discutindo... então nós tivemos encontro para reunir todas as secretarias de Estado, para abraçar essa causa... de meio ambiente, nunca vi se preocuparem tanto com as plantas nativas da Serra, a valorizar, a subir a Serra, fazer mapeamento, sabe? Era um sonho... (MARTINS, 2020).

Porém, se mostra desconfiante quanto ao seguimento que a atual política do governo dará a esse patrimônio:

É... eu sou brasileira, mulher negra, sou mãe, sou ialorixá e eu acho que nós vamos passar um período de um vírus... acho que esse governo é um vírus, é o vírus que o Brasil vai ter que... nós vamos ter que passar por ele... muitos vão se perder pelo caminho... (MARTINS, 2020).

Observa que, o cenário político que orienta a gestão e as questões patrimoniais mudou, manifestando sua apreensão vivida no presente.

Em sequência, Mestre Cláudio, com sua atuação gestão de projetos sobre a capoeira, busca sempre meios de promover uma maior visibilidade e valorização da atividade que realiza; como por exemplo, dar aulas de campo na região da Serra da Barriga, como diz “no ambiente onde aconteceu a coisa, deveria ser tudo ali, todas as formações, todos os cursos, visitas, deveriam ser todos levados para lá [...] é um local que mexe mesmo com a nossa ancestralidade.” (LEITE, 2020). Sendo assim, apesar de considerar como um espaço sagrado, mágico e com uma importância histórica grandiosa, como mestre de capoeira, assume que ainda se há muito que pesquisar, aprender e desenvolver através do Quilombo dos Palmares como incentivos à capoeira; até por que lamenta que muitos alagoanos, na verdade, em geral os brasileiros não têm conhecimento sobre seu real valor. Continua compartilhando sua opinião sobre a gestão da Fundação Cultural Palmares enquanto órgão gestor da Serra da Barriga:

Palmares sempre teve sua importância nesse processo, uma vez que ela é gestora do Parque, sempre foi, é muito dedicada à Serra da Barriga para mim, porque já trabalhei lá, sempre achei que a Fundação trata com zelo aquilo lá, tem um entendimento realmente histórico... (LEITE, 2020).

Assim, segue tecendo elogios à gestão da Fundação Cultural Palmares e justificando:

Uma vez por ano a Fundação (FCP) colabora muito com a subida... com o transporte, ela dá lanche, dá almoço, não para todos... os 3000 capoeiristas que sobem porque esses 3000 capoeiristas em média, anualmente sobe a Serra não é só daqui de Maceió, são de outras cidades também do Estado e outros Estados e até países... (LEITE, 2020).

Em seu relato reforça que desde 2017, a Fundação Cultural Palmares, como instituição gestora do patrimônio, teve papel fundamental nos processos, elogiando a gestão e tratamento com zelo e carinho pelo local, especialmente pela consideração e apreço com os capoeiristas da Serra da Barriga (lembrando que ele e sua escola têm conseguido espaços de visibilidade da atividade que realizam também por causa da participação dele nas propostas da Fundação).

Em contraponto, Mestre Cláudio argumenta, que “já por parte de Estado e do próprio município, eles não têm esse envolvimento com apoio cultural, um apoio que deveria ser sabe...” (LEITE, 2020). Logo, sua opinião sobre o posicionamento e as iniciativas do Estado e do município de União dos Palmares sobre a Serra da Barriga como patrimônio vão ao encontro daquilo que Balbino havia comentado anteriormente.

Em relação às perspectivas futuras a partir da gestão em torno deste patrimônio, o Mestre Cláudio também declarou apreensão, assim como Mãe Neide, “eu tenho certo medo de algum retrocesso com relação à nossa história [...] não só dê uma estagnada, mas em alguns aspectos ela dê um retrocesso” (LEITE, 2020). E que seu maior desejo seria que a Serra da Barriga fosse como um “espaço central”. Relacionada a esta percepção do Mestre Cláudio, Flávio Gomes (2011, p. 46) relata da existência de Casas de Conselho, espaços onde se reuniam os líderes no Quilombo dos Palmares, o que Mestre Cláudio gostaria que também existisse uma espécie de sala dos conselhos como em aquela época. “Gostaria dali ter aquela sala de conselhos, naquela época do quilombo era onde se reuniam os chefes dos mocambos para as decisões políticas [...] meu sonho é ali ser o local que os mestres se sentem para discutir políticas públicas para a capoeira.” (LEITE, 2020).

No entanto, nota-se que as falas concedidas pelo Mestre Cláudio e o modo como se identifica com a Serra da Barriga são fundamentadas a partir da tradição oral e sua relação com a Capoeira, como forte elemento de herança cultural advinda do Quilombo dos Palmares, que foi sendo transmitida ao longo das gerações.

Já Joelma Farias relata que desde que a Serra da Barriga foi declarada Patrimônio Cultural do Mercosul, processo que acompanhou na época, ela considerou que a mobilização por parte do Movimento poderia acabar sendo muito mais teórica do que efetivamente prática.

Os que eu acompanhei... Ficou ainda muito no debate, entendeu, sem uma ação muito efetiva até então... Uma das diretrizes que há no plano de gestão é os

moradores de lá, então eu lembro que ficavam batendo muito nessa questão, encontrar um lugar para colocar os moradores, enfim, mas não teve um avanço... Até onde acompanhei [...] Aqueles moradores também têm história, têm memória, têm toda uma importância com a região que não foi considerada no plano de gestão a não ser a remoção deles. E tem também, por exemplo, o que eu fui procurar no meu mestrado, foi ouvir os indígenas<sup>109</sup>, porque o que tem se encontrado ali na Serra da Barriga é indígena... então eu fui procurar ouvi-los e tentar entender a relação deles com aquele lugar e os indígenas não são mencionados no tomo, no documento do Mercosul. E o que eu espero, sinceramente, porque eu acho que me envolvi muito no campo [risos], é que a situação daquelas famílias seja resolvida. Pra ficar ou pra sair. Eles estão em estado, bem preocupante, são mais de trinta anos que elas não sabem se saem, se não saem... e é bem difícil não se envolver (CORNEJO, 2020).

Identificam-se as preocupações da arquiteta em torno aos indígenas, sendo também sua temática de pesquisa de mestrado. Ao seu envolvimento institucional com o espaço referido, se agrega outra ligação que a acadêmica e sensível, produto de seus interesses de pesquisa, tornando-se também pessoal, emocional, sua preocupação com a situação.

ZeZito é outro colaborador que comenta sobre a gestão da Fundação Cultural Palmares:

Depois passou para Palmares. A Palmares (FCP) que administra e não há da Palmares, eu estou dizendo por que eu sou um dos fundadores da Palmares, e dialogo muito com Palmares, não necessariamente na atual gestão que está aí.. e eles não têm a Serra da Barriga enquanto patrimônio, eles veem a Serra da Barriga enquanto um ponto turístico (ARAÚJO, Z. 2020).

Como é possível observar, ZeZito não se demonstra satisfeito perante a gestão da Fundação Cultural Palmares e as responsabilidades com a Serra da Barriga enquanto seu patrimônio, também pelo fato de que a gestão da FCP, por ser um órgão institucional do Estado.

O professor ZeZito também é bem crítico quanto a suas percepções acerca do contexto pós Mercosul e as políticas patrimoniais. O mesmo alegou que a discussão de Patrimônio Cultural do Mercosul não passou pelo Movimento Negro. Algumas vezes quando o processo já estava instalado, a comissão lembrava e o chamava “ah, tem o professor ZeZito”. Ele narra que nesse período, a solicitação era de urgência para a elaboração do dossiê, ele mesmo ficou encarregado da parte histórica.

Eu não senti, até hoje, desde 2007, nenhuma mudança no olhar e nenhuma mudança de atitude, dos órgãos públicos estaduais, municipais e federais de ver a Serra da Barriga enquanto patrimônio negro. Eu não vi ainda... Não estou vendo ainda que ele seja um patrimônio da população negra na materialização da proposta do Mercosul e como também da proposta do IPHAN (ARAÚJO, Z. 2020).

---

<sup>109</sup> No mestrado, Joelma pesquisa sobre o posicionamento indígena em relação à Serra da Barriga. Relatou que ao buscar ouvi-los e entender suas disposições em relação ao local, compreendeu que os índios não têm uma reivindicação própria, não assimilam como representativo da cultura indígena. Eles possuem uma solidariedade com o Movimento Negro vinculada ao local, acreditam que merecem o espaço em prol da sua representatividade cultural, mas não reivindicam aquele reconhecimento como deles. Isso foi o que ela comentou sobre o coletado e estar aprendendo com sua pesquisa.

Evidencia-se que Zezito é outro colaborador que não está satisfeito com a gestão em torno da Serra da Barriga como um patrimônio negro, nem em âmbito nacional quando se refere ao IPHAN, nem em âmbito regional, quando menciona o Mercosul.

Já o professor Siloé Amorim, tratando sobre as perspectivas arqueológicas direcionadas à construção de uma identidade local, nacional e regional, no que tange a Serra da Barriga, estão sendo colocadas de escanteio em detrimento do campo de interesses do turismo e políticas e ideologias financeiras. Essas questões ainda não chegam nem sequer à proposta, efetivamente, de um debate.

Existe a iniciativa, que é sensacional... Ela tem que tomar muito cuidado, sobretudo o IPHAN e o governo do Estado, e o município para que isso não se torne simplesmente um debate, uma conversa política... Uma conversa de... “Ah... temos a intenção de...”, ter ações e tem que contemplar isso. O dossiê eu respeito muito o pessoal [...] o pessoal do IPHAN, é sensacional eu acho que a ideia é muito legal, mas o IPHAN está muito engessado em alguns elementos patrimoniais, apesar de que... o elemento da Serra da Barriga, o projeto de patrimonialização é sensacional... (AMORIM, 2020).

Percebe-se Siloé como mais um colaborador que chama atenção para a gestão do IPHAN e do governo do Estado de Alagoas sob a Serra da Barriga enquanto patrimônio. Sua narrativa é convergente à de Zezito, remarcando a deficiência da gestão do órgão em alguns sentidos, como por exemplo, promover mais ações relativas a Serra da Barriga que a fortaleça enquanto patrimônio.

Estamos discutindo ainda identidades, discutir é a coisa mais primária... que é o reconhecimento... e o debate, quer dizer, isso não era mais... esse debate não era mais pra existir em termos de uma luta política... “Ah mas estamos debatendo isso”, não chega nem se quer nas crianças negras... o debate não chega. Ele não chega na educação, isso é uma desgraça, já era para termos pulado essa etapa... (AMORIM, 2020).

Esta ideia está no imaginário das pessoas, mas de forma estagnada, de forma que não se estende à elaboração em termos mais práticos dessas convicções, e/ou da mesma forma que está no ideal dos intelectuais, no campo acadêmico, estrito e afastado do meio social. “Está em nós, mas não conseguimos levar isso pra frente...” (AMORIM, 2020). Há projetos relacionados à temática no âmbito educacional, como o Dia do Quebra, o Subindo a Serra, o 8 de Dezembro pela Imaculada Conceição, entre outros elementos envolvidos nessa perspectiva cultural, mas por outro lado, há a classe política que se mantém alheia propositalmente à essas reivindicações (AMORIM, 2020). No entanto, isso se vincula à ideia das diferentes apropriações da história, que são “longe de fixas eternamente em algum passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo “jogo” da história, da cultura e do poder” (HALL, 1996, p. 69).

Clébio de Araújo também falou sobre a necessidade de projetos de educação patrimonial em torno da Serra da Barriga, reiterando a falta de identificação do município de União dos Palmares:

É, para começar, pelo próprio município de União dos Palmares onde está localizada a Serra... lembro que na discussão da elaboração do plano diretor, havia toda uma preocupação em envolver a juventude, e formá-la sobre. A educação patrimonial e sobre a história da Serra, da construção da Serra como patrimônio... começando pelo município de União dos Palmares... (ARAÚJO, C. 2020).

No que tange a gestão patrimonial em torno da Serra da Barriga, Dorinha compartilha as suas percepções sobre a situação atual dos moradores que vivem na área tombada:

Assim... Diálogo eu acho que é a premissa... e a questão do local não sei, não sei como é que fica a situação, a um processo de retirada de alguns moradores de lá principalmente da área do platô, não é isso Helcias? [...] então justamente para tentar resolver essas questões que eu acho que nessa gestão vai demorar um pouco, vai ter que esperar passar essa tempestade aí... (CAVALCANTI, 2020).

Dorinha elucida sobre a necessidade da retirada dos moradores que seguem habitando na área tombada, mesmo após a Serra da Barriga já ter sido declarada como patrimônio. Todavia, sobre a forma de buscar soluções para essa situação, Dorinha expressa sua percepção:

Olha, eu acho que aí seria todas as pessoas envolvidas no processo... sentar para trabalhar um plano de ação na Serra, com a Serra [...] o comitê gestor já foi extinto então isso aí já é um ponto negativo, não sabemos como é que a coisa vai acontecer, é esperar a tempestade passar, não sei de mãos atadas... eu acho que alguma coisa todo mundo que tem um histórico no movimento tem que fazer, sentar e traçar alguma meta... (CAVALCANTI, 2020).

Isso se relaciona às considerações de um dos guardas florestais que trabalham na Serra da Barriga. Em nossa passagem pelo Posto de Informação e Observação da Serra da Barriga, Carlos Machado<sup>110</sup>, um dos mais antigos trabalhadores da região envolvidos na proteção e preservação deste patrimônio, explicou que ao início da sua atuação “tivemos uma formação no Exército em 1999... em 2000, tivemos dez guardas florestais aqui porque foi solicitado pela Fundação Cultural Palmares para dar um basta no desmatamento na Serra da Barriga” e relatou que “nosso trabalho é de 24 horas aqui na Serra [...] uma equipe grande para combater o desmatamento, queimadas, caça ilegal...” (MACHADO, 2020). O serviço dos guardas florestais se baseia na trilhagem pelo perímetro da Serra da Barriga e também por rondas, tanto caminhando como motorizadas, que são realizadas diariamente.

---

<sup>110</sup> Entrevista de Carlos Machado concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 05 de março de 2020.

Carlos tem vinte e um anos de trabalho na Serra da Barriga. Com tamanha experiência, alega que além dos incêndios<sup>111</sup>, outros perigos eventuais enfrentados são os próprios moradores locais. “É contra eles que estamos combatendo o desmatamento<sup>112</sup>... Eles precisam sobreviver, mas aí cortam uma árvore [...] inclusive essa semana veio um a pedir para cortar um pé de jaca, dentro do [área] tombamento, um absurdo!” (MACHADO, 2020). Apontamentos estes que se relacionam com o relatado anteriormente por Dorinha sobre o descuido da população local com o patrimônio e sua preservação.

Esta situação parece estar longe de ser resolvida, as apropriações desse patrimônio, as significações e relações com a sua história e sua posterior construção de memória nem sempre caminham juntas. Há ainda muito trabalho de sensibilização, de envolvimento das comunidades e de gestão que deverão ser feitos para acompanhar os preceitos e entendimentos do patrimônio hoje.

---

<sup>111</sup> De acordo com Carlos e Helcias, o último incêndio na Serra da Barriga foi em dezembro de 2019.

<sup>112</sup> Sobre o desmatamento, Carlos complementa sobre a Lagoa Encantada dos Negros (ver figura 15) está secando por conta dessa questão (MACHADO, 2020).

## Considerações finais

A Serra da Barriga abrigou o maior assentamento de escravizados já existente nas Américas no século XVI, historicamente conhecido como Quilombo dos Palmares. No entanto, esse passado histórico dá sustento a esse patrimônio. O legado desses mocambos e quilombos aparece frente a outros desafios na manutenção e na gestão de um patrimônio vivo que tem múltiplas apropriações e arestas.

O contexto após a abolição do sistema escravista em 1888 somado à ascensão da República em 1889 estabeleceu-se pelos ex-escravizados com suas existências negligenciadas pela sociedade e dessa forma, teceu-se um véu de silêncio no concernente à história do negro no Brasil. Nesse contexto, o Movimento Negro se edificou buscando reverter o cenário de marginalização destes povos. Assim, a história de Palmares se transformou em um importante elemento para a construção da identidade afro-brasileira, tomando Zumbi como símbolo de luta, no combate ao preconceito e a discriminação racial.

A partir de então, houve um deslocamento e uma reinterpretação do passado, cujo propósito foi superar as estruturas sociais, econômicas e culturais que foram impostas pela escravidão e a imediata pós-abolição.

Nesse contexto, o Movimento Negro se afeiçoou através de várias lutas, uma delas foi o reconhecimento histórico do Quilombo dos Palmares e de seu legado.

Em 1986, a Serra da Barriga foi acautelada pelo IPHAN, em 1988 declarada Monumento Nacional e em 2017, foi incluída na lista de Patrimônio Cultural do Mercosul, que por sua vez, este acontecimento desencadeou uma série de efeitos.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou analisar o processo de patrimonialização, em âmbito regional, a partir das vozes locais envolvidas no mesmo. A declaração do Mercosul contribuiu na promoção da visibilidade e do reconhecimento dos indivíduos e suas comunidades de matriz africana, assegurando a Serra da Barriga como espaço que faz parte da memória e da identidade cultural dos afrodescendentes e assim confirma a multietnicidade “constituída e caracterizada pelo pluralismo sociocultural com seus multissegmentos nas sociedades contemporâneas na região do Mercosul” (DOSSIÊ, 2017, p. 50), em resposta às reivindicações do Movimento Negro. Entretanto, também foi possível perceber que esse acontecimento potencializou algumas tensões já existentes na Serra da Barriga, evidenciadas nas diferentes perspectivas e interesses associados a este espaço enquanto patrimônio.

Posto isto, a partir da escuta dessa pluralidade de vozes e da análise de diversos documentos, foi possível compreender como os usos e discursos históricos relacionados ao

Quilombo dos Palmares validam e promovem uma constante (re)significação, de modo a considerar a Serra da Barriga como patrimônio vivo, que se vincula a diversas memórias e reivindicações. Observou-se que para a maioria dos colaboradores desta pesquisa, a historiografia que amparava seu discurso é a da corrente marxista com forte vínculo aos movimentos de militância negra.

Dessa forma, esta pesquisa demonstrou como ao longo do tempo, a história do Quilombo dos Palmares alcançou novos horizontes. A Serra da Barriga enquanto “lugar de memória”, como dito por Nora (1993), se vincula a um lugar que salvaguarda a história dos africanos e seus descendentes.

Observou-se que a história da resistência negra que valida a Serra da Barriga como patrimônio nacional, produto das reivindicações do Movimento Negro é a mesma que, por outro lado, gera a resistência dos camponeses locais (CORREIA, 2016), que atualmente vivem na situação delicada e vulnerável de ocupantes de terras públicas tombadas.

No entanto, esse passado histórico é interpretado sob diferentes pontos de vista, que conseqüentemente, apoiam os usos e os discursos históricos sob variadas concepções. Cada um se apropria da história dos Palmares a partir daquilo que faz sentido para si mesmo, que se relaciona com a sua existência e assim legitima a Serra da Barriga como seu patrimônio (desde a sua perspectiva de vivência pessoal relacionada com esse lugar).

Através das categorias analíticas estabelecidas, que funcionaram como eixos norteadores para a análise, identificaram-se narrativas que estiveram vinculadas à história do Quilombo dos Palmares (ou que apresentaram justamente o contrário, a ausência desse discurso histórico). Percebeu-se que a relação entre a memória e a identidade dos colaboradores é divergente devido aos diferentes envolvimento com este patrimônio. Ao analisar o discurso político-racial sob a ótica principalmente do Movimento Negro, verificou-se a importância e simbolismo dessa história para a validação do mesmo. Por outra parte, o discurso econômico e turístico demonstra-se intrínseco às perspectivas deste patrimônio, que recentemente entrou no âmbito regional do Mercosul, trazendo consigo um maior reconhecimento, visibilidade e conseqüentemente, interesses. Por fim, frente a essas mudanças (principalmente após 2017), as narrativas acerca da gestão e as políticas patrimoniais evidenciam críticas e um processo de consolidação que oscila conforme as circunstâncias.

A multiplicidade de vozes ouvidas condensa a memória compartilhada que alimenta valores, lembranças e uma relação de sentimento de pertencimento, que dá sentido às vivências que foram experimentadas ali por cada colaborador desta pesquisa. Apesar disso,

constatarem-se concepções divergentes, nem sempre harmoniosas, como se pode perceber – principalmente acerca da tensão entre os colaboradores, majoritariamente indivíduos vinculados à militância negra, com os camponeses locais moradores da área tombada na Serra da Barriga, questões estas que certamente motivarão futuras indagações e desdobramentos desta pesquisa.

A Serra da Barriga enquanto patrimônio relaciona-se a interesses políticos distintos: os dos ativistas do Movimento Negro; os do governo e suas instituições federais, estaduais e municipais; os dos atuais moradores locais, entre outros interesses que entram em confronto.

Após a patrimonialização pelo Mercosul, em novembro de 2017, a Serra da Barriga multiplicou sua visibilidade e visitação, nacional e internacional. Aquele espaço fica claramente identificado como elemento importante na formação da identidade afro brasileira e latino americana: a Serra da Barriga, parte mais alcantilada, como bem cultural relacionado à história da formação do Brasil, ultrapassa o tempo e é dotado de “valores para além de sua materialidade, simbolizando o reconhecimento da contribuição cultural africana e de seus descendentes na construção das nações sul-americanas” (DOSSIÊ, 2017, p. 13).

Por outra parte, as dinâmicas econômicas e a tendência da promoção do turismo na Serra da Barriga podem ser entendidas como um desafio frente aos contrapontos que foram elucidados ao longo deste trabalho.

A Serra da Barriga como patrimônio cultural vem estabelecendo uma relação constante e dinâmica do seu passado com o presente, sendo um território pautado por diferentes interpretações: um patrimônio vivo e atuante na memória dos envolvidos. Nas palavras do Clébio Araújo se faz necessário:

[...] pensar a continuidade histórica dessa figura Zumbi dos Palmares, por quê? Porque percebemos que o Estado brasileiro, e as elites que coordenam esse Estado na impossibilidade de apagar totalmente Zumbi e os Palmares da história, o que eles fizeram? Eles ressignificaram e se apropriaram, através de uma narrativa, se apropriaram de Palmares e de Zumbi... mas se apropriaram [...] colocando Zumbi dos Palmares e os Palmares como algo que aconteceu e... aconteceu e terminou no passado, como algo que está lá, engessado no passado e que se acaba ali. Então, é esse ato historiográfico, esse ato na memória é o que explica, por exemplo, que os negros do presente em Alagoas não se pensam como uma continuidade de Zumbi dos Palmares... (ARAÚJO, C. 2020).

Para muitos colaboradores há uma continuidade histórica que conecta o passado com o presente, um passado carregado de simbolismo e luta que não acabou e que continuará atuando e se ressignificando conforme os atores e as dinâmicas em torno deste patrimônio.

## Referências

ABA. Associação Brasileira de Antropologia. **Nota técnica da ABA e seu Comitê Quilombos pela constitucionalidade do Decreto 4887/2003 a ADI 32329/2003 e as ameaças ao direito quilombola diante da aplicação do ‘Marco Temporal’**. Disponível em <[http://www.aba.abant.org.br/files/20180207\\_5a7b1ff5c8aa8.pdf](http://www.aba.abant.org.br/files/20180207_5a7b1ff5c8aa8.pdf)>. Acesso: mar/2020.

ABÉLÈS, Marc. O racionalismo posto à prova da análise. p. 103-121. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. RJ. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1998.

AGUIAR, Thiago. Em cerimônia de certificação como patrimônio do Mercosul, ministro destaca potencial turístico da Serra da Barriga. **Fundação Cultural Palmares**. 2017. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=48116>>. Acesso: out/2019.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Volume 13, nº 37. São Paulo. 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **Espaço, território e região: uma tentativa de conceituação**. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. p. 7-37. 2000.

AMARAL, Mônica Guimarães T. do. SANTOS, Valdenor Silva dos. Capoeira, herdeira da diáspora negra do Atlântico: de arte criminalizada a instrumento de educação e cidadania. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Brasil, p. 54-73. 2015.

ANAJÔ. Centro de Cultura e Estudos Étnicos Anajô. **Página oficial**. Disponível em <<https://anajoalagoas.com/>> Acesso: jan/2021.

ARAÚJO, Hugo André F. Amigos fingidos e inimigos encobertos: o governo geral e a insurreição pernambucana (1642-1645). **Pró-história**, ano XVII, número 21. 2014.

ARAÚJO, Zezito. Comunidades Remanescentes de Quilombo. In: PEREIRA, Helciane A. S. LIMA, Luila de Paula e. SILVA, Valdice G. da. **Tambor Falante: Refletindo, Debatendo e Transformando Realidades**. Projeto aprovado no prêmio Eris Maximiniano 2015. Maceió, Alagoas. 2018.

ARAÚJO, Marcelo Claudio. Serra da Barriga Patrimônio do Mercosul é tema de comemorações do Dia da Consciência Negra. **Fundação Cultural Palmares**. 2017. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=47626>>. Acesso: out/2019.

\_\_\_\_\_. Celebração da Serra da Barriga marca evento em Maceió. **Fundação Cultural Palmares**. 2017. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=48036>>. Acesso: out/2019.

\_\_\_\_\_. Serra da Barriga celebra o Dia da Consciência Negra. **Fundação Cultural Palmares**. 2017. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=48267>>. Acesso: out/2019.

ARÉVALO, Javier. El patrimonio como representación colectiva: La intangibilidad de los bienes culturales. **Gazeta de Antropología**. N. 26, v.1. 2010.

- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BRASIL: **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal. 1988.
- \_\_\_\_\_. **Protocolo de Ouro Preto.** Brasília: 9 de maio de 1996.
- \_\_\_\_\_. Diário Oficial da União. **Ministério do Turismo - Fundação Cultural Palmares.** Portaria nº45 de 2 de março de 2020. Publicado em: 10/03/2020. Acesso: mar/2020.
- BRAGA, Walisson. Comemoração do dia 20 de novembro na Serra da Barriga. **Fundação Cultural Palmares.** 2018. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=52558>> Acesso: set/2020.
- BRUSADIN, Leandro. A dinâmica do Patrimônio Cultural no Turismo dentre o processo híbrido de memória e identidade da cultura social. **Revista CultTur.** Ano 09, nº 03, out. 2015.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade.** São Paulo: Contexto, 2011.
- CARDOSO, Ciro F. S. **Agricultura, escravidão e capitalismo.** Petrópolis: Vozes. 1979.
- CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares.** 2ª edição: revista. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5, volume 302. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1958.
- CARVALHO, Roberta M. A. LIMA, Gustavo F. C. Comunidades quilombolas, territorialidade e a legislação no Brasil: uma análise histórica. Política & Trabalho. **Revista de Ciências Sociais.** ISSN 1517-5901 (online). n. 39, pp. 329-346. Outubro, 2013.
- CARVALHO, Aline Vieira de. **Palmares como espaço de sonhos: análise do discurso arqueológico sobre a Serra da Barriga.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História Cultural da Universidade Estadual de Campinas/SP. 2005.
- CASTELLETTO, H. S. **Globalização e espaços regionais: Poder e conflito.** Centro Universitário de Maringá, PR: Núcleo de Educação à Distância. Unicesumar. 2018.
- CDINN. Coletivo Intelectual Negros e Negras. **Marcha Virtual.** Disponível em <<https://www.cdinn.com.br/marcha/>> Acesso: dez/2020.
- CELLARD, André. Análise documental. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos I.** Trad: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. A memória. In: CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** Editora Ática. São Paulo. 2000.
- CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa da Educação.** Universidade do Minho. p. 221-236. 2003.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 2ª ed. Editora Cortez. São Paulo. 2006.
- CNM. Confederação Nacional de Municípios. **Preservação do Patrimônio Cultural: O Tombamento e o Registro de Bens Culturais.** Brasília, DF: CNM, 2018.

COELHO, Nuno. Estatuto da Igualdade Racial: garantia de direitos ou processo de construção? In: *Tambor falante: refletindo, debatendo e transformando realidades*. 2018.

CORREIA, Rosa Lucia Lima da Silva. **Como os nêgros dos Palmares: uma nova história de resistência na Serra da Barriga-AL**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2016.

\_\_\_\_\_. ALENCAR, Edna Ferreira. **As diferentes formas de apropriação e simbolização do espaço da Serra da Barriga**. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal. 2014.

CUSTÓDIO, Lourival Aguiar Teixeira. **Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) - 1978 - 1990**. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo. 2017.

DAMASCENO, Felipe Aguiar. **Conexões e travessias no Atlântico Sul: Palmares, africanos e espaços coloniais numa abordagem comparada (século XVII)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2014.

DANTAS, F. O patrimônio cultural protegido pelo estado brasileiro. In: CAMPOS, J. PREVE, D. SOUZA, I. (org.) **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre globalização, cidadania e sustentabilidade** [recurso eletrônico]. Curitiba. 2015.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo [online], volume 12, nº 23. p. 100-122. 2007.

\_\_\_\_\_. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930. **Estudos Afro-Asiáticos**. Ano 24, nº 3, p. 563-599. 2002.

D'SALETE, Marcelo. **Angola Janga: uma história de Palmares**. Veneta. São Paulo. 2017.

FAUSTO, Boris. Brasil Colonial (1500-1822). In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14 ed. EDUSP: Editora da Universidade de São Paulo. p. 33-116. 2019.

FILHO, José Soares. MERCOSUL: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XIII, n. 46, p. 21-38.2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 24, p. 153-164. 1996.

\_\_\_\_\_. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3 ed. ver. ampl. Rio de Janeiro. UFRJ. 2009.

FONTOURA, Adriana Raquel. GUIMARÃES, Adriana Coutinho. **História da Capoeira**. Maringá, v. 13, n. 2 p. 141-150, 2002.

FREITAS, Décio. **Palmares: A Guerra dos Escravos**. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1981.

FUNARI, Pedro Paulo. PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. **Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul**. 2 Edição. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1ª Edição. São Paulo: Claro Enigma (Coleção Agenda Brasileira). 2015.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Revista Política & Sociedade**. Volume 10, nº 18. 2011.

HAESBAERT, Rogério. LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **ETC: Espaço, Tempo e Crítica - Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**. nº 2 (4), vol. 1. 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª Edição. Presses Universitaires de France. Tradução: Laurent Léon Schaffter. 1990.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. nº 24. p. 68-75. 1996.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**. Belo Horizonte, v22 /n 36. 2003.

HEIDEN, Roberto. **Argentina, Uruguai e Mercosul: Instituições, normativas e políticas patrimoniais no contexto de uma união aduaneira**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). 2017.

HIPÓLITO, Lígia. Aquilombados em Muquém. **BOL**. 2017. Disponível em <<https://noticias.bol.uol.com.br/especiais/quilombo-muquem-img>>. Acesso: fev/2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro. 2007.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Página oficial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso: dez/2019.

\_\_\_\_\_. **Processo nº 1.069/T-82**. Referente ao tombamento da Serra da Barriga (Quilombo dos Palmares) - União dos Palmares/Alagoas. 1982.

\_\_\_\_\_. **Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga, Parte Mais Alcantilada - Quilombo dos Palmares a Patrimônio Cultural do Mercosul**. Fidelity Translations. Tradutor São Carlos. Editora Cubo. 128p. 2017.

\_\_\_\_\_. **Documentos sobre o Mercosul Cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1121/>>. Acesso: jun/2019.

\_\_\_\_\_. **Bens Tombados**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126/>>. Acesso: dez/2019.

\_\_\_\_\_. **Livros do Tombo.** Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>>. Acesso: dez/2019.

\_\_\_\_\_. **Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.** Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/586>>. Acesso: dez/2019.

\_\_\_\_\_. **Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos - Brasil e Argentina.** Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1127/>> Acesso: jul/2020.

\_\_\_\_\_. **La Payada.** Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1128/>> Acesso: jul/2020.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.) **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008.

JÚNIOR, Carlos Silva. Tráfico, escravidão e comércio em Salvador do século XVIII. In: REIS, João José. AZEVEDO, Elciene (org.) **Escravidão e suas sombras.** EDUFBA. 2012.

JÚNIOR, Manoel Rodrigues de Miranda. **A “Insurreição Pernambucana”: uma historiografia à serviço do Exército Brasileiro.** (Monografia de História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1999.

BOITO JÚNIOR, Armando. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical. **Crítica Marxista.** p. 77-104. 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução: Bernardo Leitão [et. al]. Campinas, SP, Editora da UNICAMP. Coleção Repertórios. 1990.

\_\_\_\_\_. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, Circe (org). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Editora Contexto. 1997.

LESSA, Mônica Leite. Mercosul cultural: desafios e perspectivas de uma política cultural. **Mural Internacional.** Ano I, nº 2, novembro. 2010.

LOPES, Jecson Girão. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. **Geografia Ensino & Pesquisa,** vol. 16, n. 2, maio/ ago. p. 23-30. 2012.

LOWENTHAL, David. Identity, heritage and history. In: GILLIS, John R. (org.) **Commemorations: the politics of national identity.** Princeton University Press. 1994.

MEDEIROS, Sandreylla Pereira. **Eu sou quilombola! Identidade, História e Memória no Quilombo Pedra D'Água (1989-2012).** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe B. HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar.** Editora Contexto. Unidade I. Pressupostos. 2007.

MENESES, Ulpiano. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **Fórum do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão.** Ouro Preto/MG. 2012.

MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **Página oficial.** Disponível em <<http://www.mercosul.gov.br/>>. Acesso: jul/2020.

\_\_\_\_\_. MERCOSUL/CMC/DEC n°55/12. Patrimônio Cultural do Mercosul (PCM). XLIV CMC – Brasília, 06/XII/12.

\_\_\_\_\_. MERCOSUL/RMC/CPC/Ata n°01/2015. XI Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural (CPC). 2015.

\_\_\_\_\_. MERCOSUL/RMC/CPC/Ata n° 01/2016. XIII Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural (CPC). 2016.

\_\_\_\_\_. MERCOSUL/RMC/CPC/Ata n°01/2017. XIV Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural (CPC). 2017.

MONTERO, Paula. Religião, Pluralismo e Espaço Público no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, n.74, p. 47- 65, 2006.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala.** A questão social do Brasil 6. 3ª edição. 1975.

\_\_\_\_\_. Cem anos de abolição do escravismo no Brasil. **Princípios: Revista teórica, política e de informação.** São Paulo. p. 3-9. Maio de 1988.

MUNANGA, K. As religiões de matriz africana e a intolerância religiosa. **Crítica e Sociedade: Revista de cultura política.** Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 7-15. 2020.

NAPOLITANO, Marcos. Utopia e agonia do governo Jango. In: NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo. Editora Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 3ª Edição. São Paulo. Editora Perspectiva Ltda. 2016.

NEVES, Emiliane Saraiva. **Serra da Barriga concorre ao título de Patrimônio Cultural do Mercosul.** Março, 2017. Fundação Cultural Palmares (FCP). Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=44735>> Acesso: dezembro/2019.

NIEUHOF, Joan. Descrição do Brasil. In: NIEUHOF, Joan. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil.** BH/SP. Itatiaia/Edusp, 1981. p. 10-19. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?id=vOguAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=snippet&q=procedem%20%C3%A0%20contagem&f=false>>. Acesso: dez/2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, 10. História e Cultura: São Paulo. PUC/SP, 1993.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140. 2006.

PENNAFORTE, Charles. RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. (org). **MERCOSUL 25 anos: avanços, impasses e perspectivas**. Pelotas: Centro de Integração do Mercosul/UFPEL. Grupo de Pesquisa CNPq Geopolítica e Mercosul. Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI). 2016.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **“O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** [Online]. Janeiro, 2006.

PHAF-RHEINBERGER, Ineke. **The Air of Liberty: Narratives of the South Atlantic Past**. Rodopi. Abril, 2008.

PIANA, Maria Cristina. A pesquisa de campo. In: PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. SP. Editora Cultura Acadêmica. 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212. 1992.

PORTE, Teresa la. **La Diplomacia Cultural Americana: una apuesta por el recurso al poder blando**. Área: Lengua y cultura. ARI nº 103. 2006.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do Século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro. pp. 67-73. 2000.

\_\_\_\_\_. **História oral como arte da escuta**. Coleção Ideias. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**. Nº 21, p. 17-35, 2005.

REGO, Waldeloir. O Termo Capoeira. p. 17-27. In: **Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico**. Salvador. Editora Itapoan. 1968.

\_\_\_\_\_. Os Instrumentos Musicais. p. 70-88. In: **Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico**. Salvador. Editora Itapoan. 1968.

REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. **Zumbi: historiografia e imagens**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Franca. 2004.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Fundação Nacional Pró-Memória 1979-1990**. In: REZENDE, Maria Beatriz. (org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc. (verbete). 2015.

RIBEIRO, Antônio Pinto. **Arriscar aquilo que abre caminhos**. Portal Buala. Disponível em <<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/arriscar-aquilo-que-abre-caminhos-entrevista-a-antonio-pinto-ribeiro?fbclid=IwAR1KbD-RvZqGT72yKxLvCofbnMV-IUdBUuO6SSuM72Me-IGpC0m1Q-OqJvM>>. Acesso: nov/2018.

RIBEIRO, Wagner C. ZANIRATO, Silvia H. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**. USP: SP. 2006.

ROCHA, Fernanda Daniela C. **Patrimônio Cultural e Turismo Cultural: problemas e perspectivas nos centros históricos de João Pessoa e Salvador**. Dissertação (Mestrado) no Programa de Pós-graduação multidisciplinar em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia. 2012.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. **Dos lugares de memória ao patrimônio: Emergência e transformação da problemática dos lugares**. São Paulo, p. 245-279, 2015.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A ambivalência de uma cultura: o negro no Brasil em uma perspectiva histórica. In: **Textos de História**, 1, p. 32-48. 1993.

SECULT. Secretaria de Estado da Cultura. Estado de Alagoas. **Página oficial**. Disponível em <<http://www.cultura.al.gov.br/>>. Acesso: abr/2020.

\_\_\_\_\_. Covid-19: Comemorações na Serra da Barriga, em União dos Palmares, terão acesso limitado. **Agência Alagoas**. 2020. Disponível em <<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/34515-covid-19-comemoracoes-na-serra-da-barriga-em-uniao-dos-palmares-terao-acesso-limitado>> Acesso: jan/2021.

Secretaria da Comunicação Social e da Cultura - Patrimônio Cultural. **Tombamentos - conceitos**. Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>>. Acesso: fevereiro/2020.

SEITENFUS, Ricardo. Considerações sobre o Mercosul. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 16, p. 117-131, set./dez., 1992.

SILVA, Francisco C. T. Conquista e Colonização da América Portuguesa. 11-71. In: LINHARES, Maria Y. **História Geral do Brasil**. 10 ed. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier. 2016.

SILVA, Sandra S. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. **Aurora**. Ano V. Número 7. UNESP. 2011.

SILVA Jr, Hédio. Notas sobre Sistema Jurídico e Intolerância Religiosa no Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org). **Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro**. São Paulo: EDUSP, Cap. 8, p. 303-323, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Prefácio ou Notícias de uma Guerra Nada Particular: Os Ataques Neopentecostais às Religiões Afro-Brasileiras. In: SILVA, Vagner Gonçalves da

(org). **Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro**. São Paulo: EDUSP, p. 9-28. 2007.

SKIDMORE, Thomas E. Realidades raciais e pensamento racial depois da abolição. In: **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1976.

SMITH, L. **Uses of heritage**. New York: Routledge. Part I “*The idea of heritage*”. 2006.

SOARES, Maria Susana. A diplomacia cultural no Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, p. 53-69. 2008.

SOUZA, D. **Título de Patrimônio Cultural do Mercosul aumenta visitação estrangeira na Serra da Barriga**. Fundação Cultural Palmares. 2019. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=55041>>. Acesso: out/2019.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Roda de Capoeira é declarada Patrimônio Imaterial da Humanidade**. Novembro de 2014. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/roda-de-capoeira-e-declarada-patrimonio-imaterial-da-humanidade/>>. Acesso: mar/2020.

VAZ, B. **Quilombos e Patrimônio Cultural: Reflexões sobre direitos e práticas no campo do patrimônio**. Dissertação (Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, RJ, 2014.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 237-248. Rio de Janeiro, 2006.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Revista Habitus**. Goiânia, v4, p. 437-454. 2006.

VIEIRA, Alexandre. **Mercosul como ideia de América Latina: Políticas Culturais e Integração no Cone Sul**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2000.

### **Fontes cinematográficas:**

**GUERRAS do Brasil.doc**. Direção de Luiz Bolognesi. Entrevistados relevantes para a pesquisa do episódio 2 (As Guerras de Palmares): Jean Marcel Carvalho França, Laura Perazza Mendes, Luiz Felipe de Alencastro, Marcelo D’Saete e Zezito de Araújo. Buriti Filmes. São Paulo. 2019. Disponível na plataforma Netflix. 1 episódio (25 min). Acesso: abril/2020.

**PALMARES: Coração Brasileiro, Alma Africana**. Direção: Carlos Nobre, José Carlos Asbeg, Luiz Arnaldo Campos. Produção: Ronaldo Vainfas, Mariana Bracks, Silvia Hunold Lara, Rômulo Xavier, Ivan Alves Filho, Nourêini Serpos, Luiz Felipe de Alencastro, Vladimir Fortuna, Scott Allen, Eloi Coly, Celestino Kassambo, Nilton Zua, Jacques Adande,

Rosa Cruz e Silva etc. Rio de Janeiro: Palmares Produções e Jornalismo, 2018. Disponível na plataforma Tamanduá. 5 episódios (260 min). Acesso: mar/2020.

### **Fontes orais:**

AMORIM, Siloé Soares de. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 04 de março de 2020, Maceió.

ARAÚJO, Clébio Correia de. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 04 de março de 2020, Maceió.

\_\_\_\_\_. Mesa Redonda “Biografias e Lutas Afirmativas”. Seminário NEABI-UFAL 40 anos do aquilombamento, saberes e práticas afirmativas. 19 de novembro de 2020.

ARAÚJO, Zezito de. “Professor Zezito”. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 02 de março de 2020, Maceió.

CAVALCANTI, Maria das Dores Oliveira. “Dorinha”. Entrevista concedida a Rayanne Villarinho e Ana María Sosa González. 05 de março de 2020, União dos Palmares.

CORNEJO, Joelma Farias Silva de. “Joelma Farias”. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 02 de março de 2020, Maceió.

DIEGO; MENDES, Ualef; VICTOR, João. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 05 de março de 2020, União dos Palmares.

JÚNIOR, Balbino Praxedes de Jesus. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 28 de fevereiro de 2020, Maceió.

LEITE, Severino Cláudio Figueiredo. “Mestre Cláudio”. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. Participação de Helcias Pereira (2020). 29 de fevereiro de 2020, Maceió.

MACHADO, Carlos. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 05 de março de 2020, União dos Palmares.

MARTINS, Maria Neide. Mãe Neide Oyá D’Oxum. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 28 de fevereiro de 2020.

PEREIRA, Helcias Roberto Paulino (2020). Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 28 de fevereiro de 2020, Maceió.

\_\_\_\_\_. (2020). Visita guiada concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 05 de março de 2020, União dos Palmares.

SANTOS, Adriana da Silva. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 05 de março de 2020, União dos Palmares.

SARMIENTO, Victor. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 04 de março de 2020, Maceió.

SILVA, Wlandeslau Jose Santos da. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 05 de março de 2020, União dos Palmares.

## Apêndice

### I: Ficha técnica e questionário de pesquisa

#### 1. Dados de identificação

\*Autorização das falas concedidas para fins acadêmicos.

- a) Nome completo
- b) Data de nascimento e local
- c) Nacionalidade
- d) Profissão

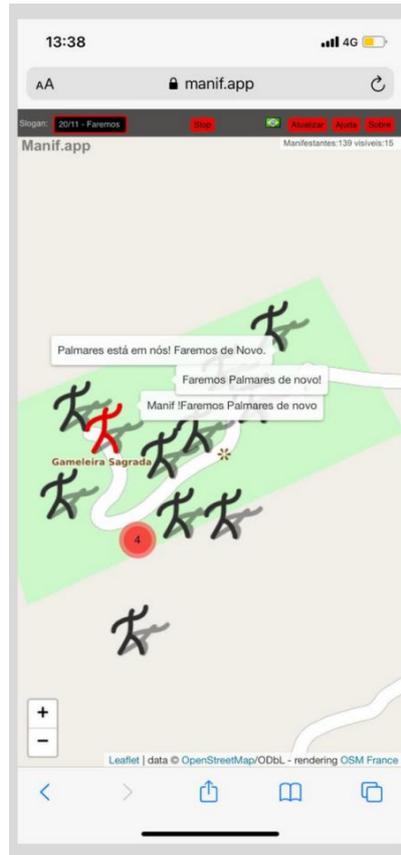
#### 2. A Serra da Barriga

##### Pauta 1

- 1- Como e quando começou a sua história com a Serra da Barriga?
- 2- Há quanto tempo você mora aqui na Serra da Barriga?
- 3- O que você gostaria que acontecesse no futuro aqui na Serra da Barriga?
- 4- Você reconhece o espaço da Serra da Barriga como seu?
- 5- Você carrega alguma lembrança deixada pela sua família? Quais histórias contavam?
- 6- Quais dificuldades vocês lidam diariamente por morarem na Serra?
- 7- Que tipos de trabalhos desenvolvem para o governo?

##### Pauta 2

- 1- Qual o seu envolvimento/participação com a Serra da Barriga?
- 2- Que tipo de consequências o processo de patrimonialização da Serra da Barriga desenvolveu ao local desde que foi institucionalizado?
- 3- Como vem sendo conduzida a gestão da Serra da Barriga atualmente?
- 4- Como tem ocorrido a difusão da história na Serra da Barriga?
- 5- Como você avalia as políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas?
- 6- Quais são perspectivas futuras para a Serra da Barriga?
- 7- Quais os pontos positivos e negativos em relação à patrimonialização da Serra da Barriga?
- 8- O quanto já avançou o diálogo e a situação entre o Movimento Negro e os moradores na Serra da Barriga?



**II:** Marcha Virtual no dia 20 de novembro de 2020 transmitida pelo Manif.

**Fonte:** Registro próprio - participação da autora no evento. (2020).



**III:** Posto de Informação e Observação da Serra da Barriga.

**Fonte:** Registro próprio (2020).



**IV:** Vista da Serra da Barriga em União dos Palmares  
**Fonte:** Registro próprio (2020).



**V:** Painel Expositivo no Parque Memorial Quilombo dos Palmares  
**Fonte:** Registro próprio (2020).



**VI:** Vista de entrada do Parque Memorial Quilombo dos Palmares  
**Fonte:** Registro próprio (2020).

## TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, RAYANNE MATIAS VILLARINHO, matrícula nº 19104122 declaro para todos os fins que o texto em forma de ( X ) Dissertação de mestrado ou ( ) Tese de Doutorado, intitulado “Memórias e discursos históricos: o processo de patrimonialização da Serra da Barriga (1986-2017)”, é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal (“Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos”).

Pelotas, 01 de abril de 2021.



\_\_\_\_\_  
ASSINATURA